

## A PRIMEIRA REPÚBLICA NO PIAUÍ EM OS FATORES DO COELHADO DE CLODOALDO FREITAS

THE FIRST REPUBLIC IN PIAUÍ IN OS FATORES DO COELHADO BY CLODOALDO  
FREITAS

LA PRIMERA REPÚBLICA EN EL PIAUÍ EN LOS FACTORES DEL COELHADO  
DE CLODOALDO FREITAS

Camila de Macedo Nogueira e Martins Oliveira (UFPI) <sup>1</sup>

**Resumo:** A República no Brasil foi proclamada por meio de um golpe militar. Inspirada nos ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade, o regime republicano manteve-se distante dessas premissas, ceifando liberdades, mantendo estruturas hierárquicas, distanciando o povo dos processos decisórios em benefício dos interesses de determinados grupos. Neste ponto, o piauiense, republicano histórico e filiado ao Partido Liberal Clodoaldo Freitas escreve o livro *Os fatores do coelhado*, publicado em 1892, no qual denuncia as práticas políticas correntes nos primeiros anos da República no Piauí, marcada por fraudes eleitorais, mau uso do erário e perseguições políticas. O coelhado é a expressão utilizada por Clodoaldo para denominar as práticas de Coelho Rodrigues, e de seus agentes (ou fatores), contra a República, vilipendiando os ideais que a pautavam. Neste livro Clodoaldo apresenta um panorama dos políticos que trabalharam para o coelhado e as suas práticas no Piauí durante os governos militares da incipiente República. Este artigo visa analisar como Clodoaldo Freitas, por meio de seu livro *Os fatores do coelhado*, representou a República em seus anos iniciais no Piauí. A pesquisa teve foco no texto político de Clodoaldo Freitas em formato de livro, em artigos de jornais a respeito da referida obra, buscando identificar as disputas por espaço político a nível de Piauí e as narrativas em torno da República em seus anos iniciais a partir das representações construídas pelo intelectual Clodoaldo Freitas de personalidades do governo piauiense no período de 1890 a 1892. O conceito principal que norteou a pesquisa foi o de representação de Chartier e os caminhos metodológicos seguiram os preceitos de Capelato e Prado sobre o uso da imprensa como objeto da história.

**Palavras-chave:** República. Piauí. Clodoaldo Freitas.

**Abstract:** The Republic in Brazil was proclaimed by means of a military coup d'état. Inspired by the French ideals of freedom, equality and fraternity, the republican regime has kept its distance from these premises, reaping liberties, maintaining hierarchical structures, distancing the people from decision-making processes to the benefit of certain groups. At this point, a historical republican piauiense and member of the Liberal Party, Clodoaldo Freitas, writes the book *Os Fatores do Coelhado*, published in 1892, in which he denounces political practices current in the early years of Piauí Republic, marked by electoral fraud, eration and political persecution. Coelhado is the expression used by Clodoaldo to denominate the practices of Coelho Rodrigues, and its agents (or factors), against the Republic, vilifying the ideals that governed it. In this book Clodoaldo presents a panorama of the politicians who worked for the coelhado and its practices in Piauí during the military governments of the incipient Republic. This article aims to analyze how Clodoaldo Freitas, through his book *Os Fatores do Coelhado*, represented the Republic in its initial years in Piauí. The research focused on the political text of Clodoaldo Freitas in a book format and in newspaper articles about this work, seeking to identify the disputes over political space in Piauí and the narratives around the Republic in its early years from the representations constructed by the intellectual Clodoaldo Freitas of personalities in Piauí's government from 1890 to 1892. The main concept that guided the research was the representation of Chartier and the methodological paths followed the precepts of Capelato and Prado on the use of the press like object of history.

**Keywords:** Republic. Piauí. Clodoaldo Freitas.

**Resumen:** La República en Brasil fue proclamada por medio de un golpe militar. Inspirada en los ideales franceses de libertad, igualdad y fraternidad, el régimen republicano se mantuvo distante de esas premisas, segando liberdades, manteniendo estructuras jerárquicas, distanciando al pueblo de los procesos decisórios en beneficio de los intereses de determinados grupos. En este punto, el piauiense, republicano histórico y afiliado al Partido Liberal Clodoaldo Freitas escribe el libro *Los factores del coelhado*, publicado en 1892, en el que denuncia las prácticas políticas corrientes en los primeros años de la República en Piauí, marcada por fraudes electorales, mal uso del

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí.

uso y las persecuciones políticas. El cohete es la expresión utilizada por Clodoaldo para denominar las prácticas de Coelho Rodrigues, y de sus agentes (o factores), contra la República, vilipendiando los ideales que la pautaban. En este libro Clodoaldo presenta un panorama de los políticos que trabajaron para el cohete y sus prácticas en Piauí durante los gobiernos militares de la incipiente República. Este artículo busca analizar como Clodoaldo Freitas, por medio de su libro *Los factores del cohete*, representó a la República en sus años iniciales en Piauí. La investigación tuvo foco en el texto político de Clodoaldo Freitas en formato de libro, en artículos de periódicos acerca de la referida obra, buscando identificar las disputas por espacio político a nivel de Piauí y las narrativas en torno a la República en sus años iniciales a partir de las "representaciones construidas por el intelectual Clodoaldo Freitas de personalidades del gobierno piauiense en el período de 1890 a 1892. El concepto principal que orientó la investigación fue el de representación de Chartier y los caminos metodológicos siguieron los preceptos de Capelato y Prado sobre el uso de la prensa como objeto de la obra historia.

**Palabras clave:** República. Piauí. Clodoaldo Freitas

A Primeira República foi implantada no Brasil anunciando promessas de igualdade e de cidadania.<sup>2</sup> Contudo, estes ideais não se tornaram prioridade nos governos iniciais da República. A República brasileira excluiu o povo do centro da cidade e dos debates.<sup>3</sup> Os revolucionários militares que fundaram o novo regime antepuseram a conservação da ordem ao desejo de progresso, admitindo a necessidade de ditaduras semelhantes aos governos monárquicos. Parte da intelectualidade política republicana flertava com o positivismo de Comte e acreditava que o governo ideal seria composto por uma ditadura dos sábios. Para tanto as realizações dos progressos técnicos e transformações sociais deveriam surgir em um ambiente de máxima ordem política. A fraude eleitoral ganhou ares de institucionalidade por meio das comissões de verificação de poderes, da política dos estados de Campos Sales (1898-1902), e do controle dos eleitores pelos potentados locais tendo em vista a eliminação ou enfraquecimento da oposição ao governo instituído.<sup>4</sup>

O intelectual Clodoaldo Freitas (1855-1924) vivenciou a transição do Império para a República no Piauí. Foi republicano histórico no Império e entusiasta da República em sua proclamação. Filiado ao Partido Liberal desde 1881, o qual se reorganizou no Partido Democrata com o advento da República, formou-se como forte oposição ao Partido Federal, que reunia parte dos Conservadores do Império. Diante das disputas políticas pelo controle da burocracia estatal e dos cargos públicos foi alijado do acesso a cargos de maior relevo na magistratura, censurado em sua atuação política e na garantia de sua sobrevivência material, sobretudo nos governos militares do Capitão Coriolano de Carvalho e Silva (1892-1896) e do

---

<sup>2</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 19-33. P. 19.

<sup>3</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 19-33. P. 20-22.

<sup>4</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 85-131.

Coronel Raimundo Artur de Vasconcelos (1896-1900) no Piauí, pois o acesso ao emprego público constituía-se de moeda política no meio urbano.

O presente artigo visa apresentar como Clodoaldo Freitas, republicano histórico, literato, jurista e jornalista no Piauí, por meio de seu libelo político *Os fatores do coelhado*, classificava os sujeitos que ocuparam cargos políticos nos anos iniciais da Primeira República, no período dos governos militares de Deodoro da Fonseca (15.11.1889 a 23.11.1891) e Floriano Peixoto (23.11.1891 a 15.11.1894); como ele próprio se percebia dentro desta nova forma de governo e como ele representava o seu mundo social diante dos arranjos políticos que se formaram. Neste livro publicado em 1892 denunciou práticas políticas de figuras republicanas, impulsionado pelo ressentimento diante da impugnação de sua nomeação para o cargo de juiz no recém-criado município de União, no Piauí, em 1890.

A pesquisa se forma a partir da análise de parte da produção literária de Clodoaldo Freitas sobre a política republicana a nível estadual, no Piauí, e a nível federal, seguida de uma breve apresentação e interpretação das experiências vividas por Clodoaldo Freitas nos primeiros anos da República. Apresenta-se como a Primeira República se desenvolveu localmente, quais figuras políticas se destacaram, como se deu a participação do povo no novo regime a partir do olhar do referido literato e como este participou da política republicana no Piauí, como político oriundo do Partido Liberal que se reorganizou no Partido Democrata, sob a chefia do Barão de Castelo Branco. Por meio do libelo político de Clodoaldo Freitas é possível perceber a formação oligárquica do novo regime republicano, pautado em interesses pessoais e a diminuta participação popular nos acontecimentos políticos, bem como as práticas violentas de controle político a nível local.

*Os fatores do coelhado* é um livro de viés histórico-político publicado em 1892 pela tipografia do jornal *O Democrata*, periódico do partido homônimo de propriedade de Mariano Gil Castelo Branco<sup>5</sup>. Neste texto atravessado por mágoas, Clodoaldo trata sobre a história do presente, fazendo claro uso político da história, por meio do qual manifesta anseios por mudanças, definidos pelo seu viés patriótico,<sup>7</sup> por seu republicanismo histórico, pelos rumos tomados pela República e devido ao seu alijamento político neste novo regime.

---

<sup>5</sup> O Barão de Castelo Branco foi um dos protetores de Clodoaldo Freitas, oriundo de uma das famílias mais aristocráticas do nordeste brasileiro.

<sup>6</sup> GUTEMBERG, Paulo. História e identidade. As narrativas da piauiensidade. (*Dissertação de Mestrado*). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008. p. 83.

<sup>7</sup> GUTEMBERG, Paulo. História e identidade. As narrativas da piauiensidade. (*Dissertação de Mestrado*). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008. p. 83.

Este esboço histórico, considerado como um texto panfletário, assemelha-se a um libelo acusatório<sup>8</sup>, onde repreende energicamente a absorção de monarquistas ferrenhos nos quadros de poder do novo governo republicano, tendo em Coelho Rodrigues<sup>9</sup> sua máxima expressão, daí a expressão coelhado.

Nesta “poderosa arma de combate”<sup>10</sup> no campo da política há forte ressentimento de Clodoaldo diante da República que não o contemplou. Sentimento associado também às altas ambições políticas do bacharel que não foram concretizadas com a efetivação de um cargo eletivo no Piauí. Motivadas pela tradição política de sua família,<sup>11</sup> que compunha, em peso, o Partido Liberal, e também por seu republicanismo histórico.

Propagador das ideias iluministas no Piauí, Clodoaldo se subjetivava como reformador político e social.<sup>12</sup> Defensor da República, em 1887 publica um artigo no jornal *A Imprensa*, no qual relaciona o regime político republicano, que ele enxerga como o modelo ideal de um futuro para o Brasil, à grandeza de uma Nação como a dos Estados Unidos da América, que se forjou como uma das maiores do mundo ocidental sob esta forma de governo.<sup>13</sup> No ano seguinte é nomeado para o cargo de Juiz Municipal do Termo de Santa Filomena. Nomeação, esta, que gerou controvérsia por Clodoaldo ser um entusiasta da República com um cargo público no Império.<sup>14</sup>

Em *Os fatores do coelhado*, Clodoaldo, compreendendo a história como mestra da vida, atribui para si o papel de cronista da história política do Piauí como um cidadão-historiador. Portanto, defende a liberdade e a justiça como reguladoras da política republicana, que logo em seu início é marcada pelo “despotismo da força bruta; a confiscação total de todas as liberdades; o exercício do capricho; o império do arbítrio; o predomínio das paixões; a eliminação completa do direito; o banimento da justiça; em uma palavra, o regime brutal do poder se lei, sem peias da moral, do pudor, da religião,” o qual denominou por “coelhado”, tendo por seu inaugurador,

<sup>8</sup> GUTEMBERG, Paulo. História e identidade. As narrativas da piauiensidade. (*Dissertação de Mestrado*). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008, p. 65.

<sup>9</sup> Coelho Rodrigues foi um monarquista conservador e escravocrata. Um dos políticos que a República aproveitou provenientes do Império. E um dos principais inimigos políticos de Clodoaldo Freitas.

<sup>10</sup> TROCOS miudos. *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 40, 15 out. 1892. P. 3

<sup>11</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 13. GUTEMBERG, Paulo. História e identidade. As narrativas da piauiensidade. (*Dissertação de Mestrado*). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008, p. 308.

<sup>12</sup> GUTEMBERG, Paulo. História e identidade. As narrativas da piauiensidade. (*Dissertação de Mestrado*). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008. p. 51.

<sup>13</sup> *A Imprensa*. Teresina, ano 22, n. 958, 26 fev. 1887.

<sup>14</sup> A OPOSIÇÃO CENTRISTA. *Estado do Piauí*, ano 1, n. 50. Teresina, 17 maio 1890.

no Piauí, Joaquim Nogueira Paranaguá, governador da ainda Província de 4 de junho a 23 de agosto de 1890.<sup>15</sup>

Este libelo arrebatado pelo furor político de Clodoaldo, no qual ele afirma narrar os fatos na maior exatidão histórica, foram originados pelo infortúnio gerado a partir da sua nomeação não efetivada para o cargo de Juiz no recém-criado município de União. Clodoaldo busca construir uma narrativa, dita, imparcial para embasar o julgamento deste caso diante do tribunal da história. E evidencia os motivos que o levaram a sublevar-se contra os arbítrios políticos no regime republicano, especificamente do Governo Provisório, quando o 1º Vice-Governador, Joaquim Nogueira Paranaguá, assumiu com a deposição de Taumaturgo de Azevedo<sup>16</sup>, o qual foi apoiado por Clodoaldo Freitas, por meio do qual este teve acesso a altos cargos públicos fora do Piauí, como o de Juiz de Direito de Campos e de outras comarcas no interior do estado de Minas Gerais, onde passou pouco tempo.<sup>17</sup>

Contudo, a inexatidão histórica faz-se protuberante em sua narrativa. Diante da apresentação dos fatores do coelhado, Clodoaldo deixa de inserir o nome de seu amigo, Dr. Taumaturgo, que agiu em consonância à Coelho Rodrigues, o líder máximo dessa vilania política que tanto denunciava. Agindo tal qual um tirano, Taumaturgo demitiu funcionários públicos sem justificativa, agraciou financeiramente seus correligionários, excedeu-se em gastos públicos desnecessários.<sup>18</sup> Inserido na lógica do personalismo político, Taumaturgo não foi criticado por Clodoaldo, pois o tinha em boa conta devido aos ganhos que obteve em seu governo com a garantia de acesso a cargos públicos.

A Primeira República não percebia de forma igualitária seus cidadãos diante de uma instituição judiciária pautada em leis equânimes, os grupos políticos se organizavam de forma oligárquica em intensa e violenta disputa pelo poder. Vale destacar que este momento é marcado por uma sucessão de golpes no poder central que balizam a deposição ou elevação dos grupos políticos locais, reverberando os golpes nas províncias/estados.<sup>19</sup>

A ocupação de um cargo, juntamente com o prestígio, o respeito e o poder que seria conferido ao bacharel o elevava nesta sociedade profundamente hierarquizada. A alta posição dos bacharéis na hierarquia social se configurava não apenas pela formação superior, mas

---

<sup>15</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 11.

<sup>16</sup> GUTEMBERG, Paulo. História e identidade. As narrativas da piauiensidade. (*Dissertação de Mestrado*). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008. p. 132.

<sup>17</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 130.

<sup>18</sup> TROCOS miudos. *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 40, 15 out. 1892. P. 3

<sup>19</sup> GUTEMBERG, Paulo. História e identidade. As narrativas da piauiensidade. (*Dissertação de Mestrado*). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008. p. 133.

também pela ascensão profissional que alcançava devido às suas habilidades intelectuais, sociais, e políticas, sobretudo em uma sociedade formada em sua maioria por analfabetos,<sup>20</sup> onde quem possuía o controle da palavra escrita obtinha grande controle da sociedade moderna.<sup>21</sup> Portanto, constituía-se como basilar para Clodoaldo Freitas sua ocupação em cargos de grande influência política e o mais próximo do centro do poder político da província, como o de juiz da comarca de União, a poucos quilômetros do centro do governo em Teresina. Com a impugnação da nomeação de Clodoaldo Freitas para o cargo de Juiz em União pelo Ministro da Justiça Campos Salles, a mando de Coelho Rodrigues, foi criado um forte ressentimento no bacharel alijado.<sup>22</sup>

As disputas de poder, os embates políticos, as lutas pela sobrevivência, que marcam a trajetória de Clodoaldo Freitas, têm nos conflitos políticos indiretos com Coelho Rodrigues, seu archi-inimigo, episódios de detalhadas narrativas e muitas acusações. Logo no início d'*Os fatores do Coelhoado*, Clodoaldo expõe a participação de Coelho Rodrigues no impedimento de sua posse para o cargo de juiz de direito de União que lhe tinha sido garantida via nomeação por Taumaturgo de Azevedo em abril de 1890.

Com o golpe republicano de 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro, então presidente da novíssima República brasileira, enviou Taumaturgo de Azevedo ao Piauí para ser seu primeiro governador neste regime que se iniciava, compondo o governo provisório. Chegando em Teresina às vésperas do Natal, o major Taumaturgo, piauiense de Barras, toma posse do governo de sua terra no dia 26 de dezembro de 1889. No início do ano seguinte, o, então, governador do Piauí e “distinto colega e particular amigo”<sup>23</sup> de Clodoaldo Freitas, desmembra a vila de União da comarca de Campo Maior a fim de nomear Clodoaldo como juiz municipal daquela nova cidade.

Sabendo de sua futura nomeação como juiz municipal de União, Clodoaldo retorna de Santa Filomena, onde ocupava o cargo de Juiz Municipal, para Teresina no final de janeiro de 1890, onde é ovacionado em sua casa por seus amigos, composto por numeroso grupo de homens de elevada posição social.<sup>24</sup> Sua nomeação é publicada no início de abril deste ano<sup>25</sup>. Porém, esta nomeação é redirecionada para Campo Maior e suspensa por Campos Sales a

<sup>20</sup>QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 73.

<sup>21</sup>CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. P. 221-246.

<sup>22</sup>FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do Coelhoado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 11-12.

<sup>23</sup>FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do Coelhoado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 11.

<sup>24</sup>MANIFESTAÇÃO. *Estado do Piauí*, n. 8, ano 1. Teresina, 31 jan. 1890.

<sup>25</sup>DR. CLODOALDO FREITAS. *Estado do Piauí*, n. 34, ano 1. Teresina, 6 abr. 1890.

mando de Coelho Rodrigues, segundo o próprio vitimado. Com a justificativa de que este não poderia ser um bom juiz no Piauí.<sup>26</sup>

O domínio da burocracia estatal ficava nas mãos do partido situacionista e de suas coligações. Portanto, o caso da suspensão da nomeação de Clodoaldo Freitas para o cargo de Juiz municipal não constituía um caso isolado, sendo muito comum a exoneração de significativo número de funcionários públicos devido às suas proximidades e filiações políticas, em que a oposição era retirada em massa dos cargos públicos. Esta prática, além de compor o curral eleitoral, também garantia o domínio do partido no poder em âmbito local, pois, com seus partidários em cargos públicos estratégicos, como chefia de polícia e cargos nos tribunais, conseguiam mais facilmente o alijamento político, econômico e social dos opositores e sua consequente permanência no poder, como se vê extensamente nos jornais políticos do final do século XIX.

Com a República os partidos Liberal e Conservador do Império tiveram que se reorganizar para atuarem na nova forma de governo que se instaurava no Brasil com a República. No Piauí, houveram tentativas de dissolução das antigas divergências entre liberais e conservadores, contudo os desentendimentos levaram à formação de Partidos com interesses diversos. Teodoro Pacheco, representante dos conservadores, uniu-se ao liberal Barão de Uruçuí, junto a Nogueira Paranaguá formando o Partido Federal. O Barão de Castelo Branco, membro do Partido Liberal no Império, uniu-se ao conservador Simplício Coelho de Rezende para formar o Partido Democrata, composto pela dissidência do Partido Liberal, da qual Clodoaldo Freitas integrou.<sup>27</sup>

Clodoaldo Freitas durante toda a década de 1890 esteve ao lado do grupo do Barão de Castelo Branco, compondo oposição aos governos militares. No geral, ser de oposição ao governo estadual implicava na perda de posições políticas e de acesso a cargos na burocracia a nível local.<sup>28</sup> Esta representação do coelhado e de seus fatores se insere numa disputa política<sup>29</sup> que está articulada às divergências entre o Partido Federal e Partido Democrata.

Os fatores do coelhado são os sujeitos que operam “o despotismo da força bruta, a confiscação total das liberdades, o exercício do capricho, o império do arbítrio, o predomínio

---

<sup>26</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 11-12.

<sup>27</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 25-26. QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. P. 310-311.

<sup>28</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. P. 331.

<sup>29</sup> LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. P. 111-154. P. 116.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 1 - 12. ISSN:

das paixões, a eliminação completa do direito, o banimento da justiça, em uma palavra, o regime brutal do poder sem lei, sem peias da moral, do pudor, da religião”.<sup>30</sup> O coelhado tem como seu representante máximo Coelho Rodrigues, e através de seus títeres realiza sua devastação local. Em *Os fatores do coelhado*, Clodoaldo elenca os agentes do coelhado um a um e atribui as torpes práticas realizadas por cada um deles. Vilanias que vão da demissão de funcionários públicos vitalícios a fraudes eleitorais, de gastos públicos desarrazoados a assassinatos. Apesar de não listar o Dr. Taumaturgo de Azevedo como um dos fatores do coelhado, preservando a figura política de seu amigo, “cuja administração teve como traço característico o autoritarismo em sua manifestação mais descarnada e insolente,”<sup>31</sup> segundo Nabor, redator do jornal *A Legalidade*, de oposição ao Partido Federal.

Clodoaldo denuncia que na curta administração de Joaquim Nogueira Paranaguá (4 de junho a 23 de agosto de 1890), considerado por aquele como o inaugurador do coelhado, demitiu mais de 300 empregados públicos, muitos deles vitalícios.<sup>32</sup> Prática realizada não apenas pelos fatores do coelhado, como apresenta Clodoaldo Freitas em seu libelo, mas também por seus correligionários, como o governador provisório Gregório Taumaturgo de Azevedo. A. Gentil de Souza Mendes<sup>33</sup> denuncia a sua injustificada demissão praticada por Taumaturgo, por meio da qual o retirou do cargo de adjunto do promotor público.

A livre nomeação e exoneração de servidores públicos no Império e, prática continuada, na República deixou grande espaço para o controle político e social nas mãos das coligações partidárias que estavam no poder. Estas inseriam seus correligionários nos quadros estratégicos do funcionalismo público, como no oficialato, nas delegacias, no judiciário, para trabalharem na eliminação político-social dos opositores. Assim fizeram com Clodoaldo quando o perseguiram quando atuava como advogado, indeferindo qualquer petição impetrada por ele, o que impossibilitava sua sobrevivência material por meio desta profissão liberal no estado. Perseguição também sofrida por Coelho de Rezende<sup>34</sup> no curto governo de Joaquim Nogueira Paranaguá.<sup>35</sup>

Em *Os fatores do coelhado*, Clodoaldo detalha o mau uso dos recursos financeiros do estado na administração do dr. Nogueira Paranaguá, com o aumento do déficit da renda do estado do Piauí que se deu pelo aumento dos vencimentos e ordenados dos

<sup>30</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 36.

<sup>31</sup> TROCOS Miudos. *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 40, 15 out. 1892.

<sup>32</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 36.

<sup>33</sup> Nascido em Oeiras em 1840, foi político, jornalista e poeta. Foi redator-chefe do jornal *A Pátria*, escreveu no jornal *A Democracia* e foi Deputado provincial na década de 1870.

<sup>34</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 42.

<sup>35</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 36.

empregados da secretaria do governo, dos professores da capital e do interior, bem como o aumento de algumas cadeiras de ensino, com o uso perdulário do dinheiro conseguido mediante empréstimo realizado pelo primeiro governador, Taumaturgo de Azevedo, distribuindo-o a seus amigos. Fez uso das forças armadas do 35º Batalhão e da polícia para garantir votos a seu favor para a câmara legislativa estadual, espalhando-os bem armados em algumas cidades do interior.<sup>36</sup>

Outro modo de garantir o triunfo eleitoral mediante fraude se deu, ainda no governo de Nogueira Paranaguá, pela detenção de malas que seriam expedidas pelo correio para duas cidades no sul do Piauí, para que lá não houvesse eleição. Além da não entrega de títulos eleitorais para eleitores democratas e de trocas de títulos, onde policiais disfarçados votavam com os títulos de eleitores do partido Democrata. Deste modo conseguiu se eleger deputado ao primeiro congresso do regime republicano.<sup>37</sup>

A República no Brasil se instituiu sem uma consciência coletiva. Havia entre os brasileiros uma ausência do espírito de iniciativa. Ao invés da agitação do Terceiro Estado, como se deu na República francesa, “a República brasileira nasceu no meio da agitação dos especuladores.”<sup>38</sup> A marca do regime era a do enriquecimento pessoal a todo custo, tão denunciado na imprensa, na tribuna, nos romances<sup>39</sup> e por Clodoaldo Freitas em seu libelo político. Os republicanos históricos praticamente não participaram da proclamação da República. A ditadura militar que consagrou a República no Brasil estava bem distante dos ideais positivistas de construção de uma sociedade harmônica,<sup>40</sup> onde o povo, também, foi mantido à parte do roteiro republicano que se formava.<sup>41</sup> No Piauí, quem proclamou a República, como o capitão Francisco Pedro de Sampaio, e quem deu o impulso ao movimento como o jornalista Antônio Joaquim Diniz, quem organizou as passeatas e impulsionou os ânimos a aderirem à causa republicana foram os mais alijados na participação da efetivação do regime.<sup>42</sup>

---

<sup>36</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 36-37.

<sup>37</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 37.

<sup>38</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 30.

<sup>39</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 30.

<sup>40</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 49-50.

<sup>41</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 53.

<sup>42</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 43.

A República militarizada, representada pelas figuras dos capitães Gabino Besouro (23.08.1890 a 19.10.1890) e Coriolano de Carvalho e Silva (11.01.1892 a 01.07.1896)<sup>43</sup>, a nível local,<sup>44</sup> segundo Clodoaldo, não assegurava o direito ao voto nem à liberdade.<sup>45</sup> Seus representantes políticos agiam com violência diante das críticas aos seus governos, rasgando todas as leis, ferindo todos os direitos.<sup>46</sup>

Vivendo seu auge na transição do século XIX para o século XX, a imprensa constituía o amplo espaço de atuação dos homens de letras, republicanos históricos, conservadores, liberais, políticos e demais intelectuais. Espaço de debates e de virulentas contendas sociais e políticas, os jornais serviam como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.”<sup>47</sup> Neles se divulgavam publicações, recepções e discussões acerca dos textos políticos publicados fora de suas páginas, como *Os fatores do coelhado* de Clodoaldo Freitas, compondo importante material informativo a respeito do período, mas também construído sob uma perspectiva ideológica que visava seus próprios interesses nos meios políticos.<sup>48</sup>

A ferocidade de Clodoaldo Freitas frente aos governos despóticos dos primeiros anos do regime republicano salienta o alijamento políticos dos republicanos históricos a nível local. Como oposição ao Partido Federal, Clodoaldo o definiu como conservador, “educado na velha escola conservadora negreira” que

não teve jamais intuítos liberais e transformado, repentinamente, de ferrenho monarquista em ferrenho republicano. (...) Daí a explicação natural de todas as fraudes e violências e da paralisia completa na direção dos negócios públicos.<sup>49</sup>

A síntese desse regime anômalo em *Os fatores do coelhado* é que “o cidadão democrata não tem direito. Os tribunais formados a dedo; as autoridades nomeadas de encomenda; a polícia criada a capricho; tudo se dirigindo sem lei, sem estorvo de qualidade alguma”.<sup>50</sup> Afirma que estes inimigos da República trabalharam para a ruína desta e em favor do trono.<sup>51</sup>

Clodoaldo Freitas, por meio de seu texto político *Os fatores do coelhado* de 1892, explicita as vis práticas políticas no início da República, no período militar desta, a nível do

<sup>43</sup> TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: capitania, província, estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. P. 40 e 42.

<sup>44</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 43.

<sup>45</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 53-54.

<sup>46</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 55.

<sup>47</sup> CAPELATO APUD LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154. P. 118.

<sup>48</sup> LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. P. 111-154. P. 116.

<sup>49</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 118.

<sup>50</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 120.

<sup>51</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892. P. 121.

Piauí, sobretudo em sua capital. O alijamento político de Clodoaldo, como republicano histórico, do regime de seus sonhos, o distanciamento das práticas republicanas no próprio regime republicano, a militarização da República no Brasil e o grande adesismo de ferrenhos monarquistas na República para permanecerem no poder, e o afastamento do povo do prosclênio político do novo regime que se instaurava formaram, pelo olhar do político e intelectual Clodoaldo Freitas, as bases para as práticas violentas deste regime que se configurou tão distante de seus ideais.

### Referências

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. P. 221-246.

CHARTIER, Roger. A construção estética da realidade: vagabundos e pícaros na idade moderna. *Tempo*. Rio de Janeiro, 17, p. 33-51. 2004.

FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892.

GUTEMBERG, Paulo. História e identidade. As narrativas da piauiensidade. (*Dissertação de Mestrado*). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. P. 111-154.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 85-131.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 19-33.

TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: capitania, província, estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. P. 40 e 42.

### Fontes

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 1 - 12. ISSN:

*A Legalidade*. Teresina, 1892.

*A Imprensa*. Teresina, 1887.

*Estado do Piauí*, Teresina, 1890.

*Estado do Piauí*, Teresina, 1890.

**A NORMA JURÍDICA DA RES PÚBLICA BRASILEIRA  
NAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO**

**THE LEGAL NORM OF THE BRAZILIAN REPUBLIC  
IN THE CHRONICLES OF LIMA BARRETO**

**LA NORMA JURÍDICA DE LA RES PÚBLICA BRASILEÑA EN LAS CRÓNICAS DE  
LIMA BARRETO**

*Thiago Venicius de Sousa Costa (UESPI)\**  
*Ana Cristina Meneses de Sousa (UESPI)\*\**

**Resumo:** Este trabalho busca discutir como o estudo dos espaços na obra barretiana, especialmente, as anotações que o autor fez sobre as transformações históricas que passou o Rio de Janeiro durante a Primeira república brasileira (1889-1930), revelam as suas críticas sobre a existência de um sistema normativo no país. Essa problemática é construída por meio da análise dos artigos e crônicas do literato, e articulada as teorias de Certeau (2008), Tuan (1983) e Ost (2004). Não obstante, percebe-se que é por meio dos passos e caminhadas que distendeu pelas ruas, que ilustra bem a poética do *flâner*, que Lima Barreto construiu visibilidades e dizibilidades sobre a cidade, em narrativas que anotam a existência de espaços da disciplina no Rio. Que colocam em questão o papel da lei na conjuntura histórica e os avessos do republicanismo e da ordem jurídica no país.

**Palavras-chave:** História. Literatura. Lei.

**Abstract:** This work seeks to discuss how the study of spaces at the work barretiana, especially, the notes that the author made on the historical transformations that passed Rio de Janeiro during the First Brazilian Republic (1889-1930), reveal their criticisms about the existence of a normative system in the country. This problematic is constructed through the analysis of the articles and chronicles of the literate, and articulated the theories of Certeau (2008), Tuan (1983) and Ost (2004). Notwithstanding, it is perceived that it is through the steps and walking distended by streets, which illustrates well the poetry of the *flâner*, that Lima Barreto constructed visibilities and dictations about the city, in narratives that annotate the existence of spaces of the discipline in Rio. That put in question the role of law in the historical conjuncture and the averse of republicanism and the legal order in the country.

**Keywords:** History. Literature. Law.

**Resumen:** Este trabajo busca discutir cómo el estudio de los espacios en la obra barretiana, especialmente, las anotaciones que el autor hizo sobre las transformaciones históricas que pasó Río de Janeiro durante la Primera república brasileña (1889-1930), revelan sus críticas sobre la " la existencia de un sistema normativo en el país. Esta problemática es construida a través del análisis de los artículos y crónicas del literato, y articulada las teorías de Certeau (2008), Tuan (1983) y Ost (2004). No obstante, se percibe que es por medio de los pasos y caminatas que distendió por las calles, que ilustra bien la poética del *flanuer*, que Lima Barreto construyó visibilidades y decencias sobre la ciudad, en narrativas que anotan la existencia de espacios de la disciplina en el Río Que ponen

---

\* Especialista em História Social da Cultura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Acadêmico de Licenciatura Plena em História e pesquisador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/Voluntário), pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: thgvenicius@gmail.com.

\*\* Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Doutora em História na linha de pesquisa de Cultura e Memória pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orienta pesquisas na área de História, Literatura e Intelectuais. E-mail: aninhahistoriadora9@gmail.com.

en cuestión el papel de la ley en la coyuntura histórica y los reveses del republicanismo y del orden jurídico en el país.

**Palabras claves:** Historia. La literatura. Ley.

## 1 Introdução

Com a abrangência do conceito de cidade, inaugurado em meados do século XVI com a transformação do fato urbano, a urbe vem sendo percebida pelos historiadores para além do concreto e edificado. Desse modo, novas leituras foram sendo instauradas para os discursos que a ideologizam (utópico e urbanístico), com a criação de uma poética dos espaços pela problemática das práticas microbianas que se insinuam a contrapelo das redes de dominação e poder. Assim, a cidade é percebida enquanto problema, palimpsesto e, mais, como categoria de análise histórica que significa espaço e tempo.

Na literatura, esse aporte surge quando defronta-se com a cidade sensível, que dialoga com essas categorias para lhes atribuir sentido, realizado na e por causa da cidade (PESAVENTO, 2008). O que faz com que essas narrativas do ficcional e suas abordagens transformem os espaços em lugar, portador de significado e memória. Nessa perspectiva, o imaginário urbano responderá às suas formas de percepção, identificação, atribuição e reconhecimento.

As transformações históricas que ocorreram na capital fluminense durante a Primeira República Brasileira (1889-1930) foram palco temático e objeto de representação e intervenção criativa de diferentes crônicas e literatos da época. Lima Barreto destaca-se como um desses cronistas ao fazer uso do sarcasmo, de modelos caricaturais, da irreverência e de uma linguagem simples e sem muita retórica – que viera aprendendo no exercício profissional de jornalista – para retratar as turbulências sociais, políticas e culturais de seu tempo.

Flanando pelas ruas, observando os indivíduos pelos cafés, bondes, estações e passeios públicos, nos limites quase indissociáveis entre o público e privado, Lima Barreto percebe a multiplicidade das relações e prática cotidianas (CERTEAU, 2008). Experenciando os espaços da cidade, o escritor compreenderá características gerais de sua gente, seus hábitos, desejos, manias, vícios e, ao certo, compartilhará muitos de seus anseios e frustrações. Nessa errância, analisa a mentalidade dos dirigentes da política nacional, que guiam-se pelas regras de “administração asiática”, movendo-se pelo individualismo e vaidade.

Ao certo, o cronista constrói diferentes espaços da experiência (KOSELLECK, 2006) que permitem ao historiador mensurar o tempo histórico em suas narrativas. Uma questão que

chama atenção, para além de seu processo imaginativo na criação e invenção desses espaços, é a sutileza narrativa do literato em esboçar a existência de um sistema de legalidade no país. Percepções e registros que desnudam uma parte do que foi o grande mosaico da burocracia nacional e, sobretudo, permitem observar a organização de espaços da disciplina e da norma na cidade do Rio.

O presente trabalho busca investigar esses pontos, que refletem, em um plano geral, os avessos do republicanismo e da ordem jurídica no país. Essa problemática será construída por meio da análise dos artigos e crônicas do literato, reunidos por Valença (2004a; 2004b), e articulada às teorias de Certeau (2008), Tuan (1983) e Ost (2004). Assim, em um primeiro momento, localiza-se a problemática dos espaços na obra barretiana, que analisa o modo como o literato experienciou a cidade e construiu em suas narrativas visibilidades e dizibilidades sobre o Rio de Janeiro. Em seguida, apresenta-se de que forma essa análise desdobra-se na construção de espaços da disciplina e da norma.

## 2 Experienciando os espaços

Em um dos diversos pensamentos registrados no *Diário íntimo*<sup>53</sup>, Lima Barreto confessa que “quando se quer divertir, deve-se andar só. Os imbecis mesmo perturbam [sic]” (BARRETO, 2018, p. 30). À primeira vista, a frase registrada pelo cronista parece-nos um pouco perturbadora e polêmica ao carregar ressentimentos pela presença de pessoas indesejáveis. Todavia, é sugestível e esboça um dos caminhos para compreender, em sua fortuna, como relacionou-se com os espaços da cidade do Rio de Janeiro da *Belle Époque*.

Esse isolamento proposital faz com que Lima Barreto seja identificado pela figura do andarilho, que distende pequenos passos pelas ruas da cidade em busca de desvendar os seus mistérios. A partir dessa iniciativa, o literato atribui ao longo de sua produção escrita – crônicas, contos, artigos e romances –, significados múltiplos à rua: como um refúgio do tédio da repartição pública, dos problemas domésticos, da falta de dinheiro e a mediocridade da vida literária (BARBOSA, 1988).

É pela errância que Barreto observa e analisa os sujeitos da vida ordinária, ao registrar à pena como a vida aglutina-se e concebe seus tipos, pois, como asseverou, é na rua que “(...) as cousas se passam mais ao vivo e as pontas de conversa merecem ser registradas, às vezes, por disparatas, em outras, por profundamente sentencionadas, em outras ainda, por serem excessivamente divertidas” (BARRETO, 2004a, p. 253).

---

<sup>53</sup> O *Diário íntimo* é um livro que reúne escritos de Lima Barreto produzidos entre os anos de 1903 a 1921, organizado por seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa.

Perceber como Lima Barreto interage nesses espaços – nos bondes, cafés, passeios públicos, estações, etc. –, entre os limites quase indissociáveis entre o público e o privado, possibilita considerar sua obra como um verdadeiro laboratório da experiência. Tecendo narrativas complexas que memoram o visível, experienciam o não-visível pelos sentidos.

Ler, ver e sentir são maneiras de experienciar os espaços, o que significa desbravar, aventurar, vencer os perigos, construir e conhecer a realidade a partir das próprias vivências (TUAN, 1983). Experiências que, vivenciadas em passos lentos pela cidade, podem também desdobrar as sensibilidades do *flâneur*. Benjamim (1997) descreve de modo particular esses traços do andarilho quando advoga que o sensível ganha conotações especiais no vaguear do indivíduo pelas ruas, fazendo com que as imagens sociais, outrora projetadas, ganhem novos significados e formas que projetam-se diante dos olhos. Além do mais, como lembra Bresciani (1989), é nessa atividade do olhar, seguida pelos longos trajetos feitos pelos transeuntes nas ruas, que o cotidiano poderá assumir permanentemente a dimensão de um espetáculo.

Schwarcz (2017) anota essa relação em Lima Barreto ao considerar que sua obra constitui uma “literatura em trânsito”, pois o autor não desenvolveu imagens chapadas ao anotar as diferentes paisagens da cidade; pelo contrário, sua percepção manteve-se em movimento ao contemplar ambivalências e alterações no curso da viagem, de sua residência até o local de trabalho.

O que torna intrigante essas considerações acerca do literato é que, ao tempo em que registra as adversidades da vida cotidiana e as transformações conjunturais de sua época no plano da cultura, economia, política e sociedade, o autor lança, de maneira sutil, como a cidade organiza-se por meio da disciplina, pela estruturação de um sistema que busca gerir, regular e pôr ordem nos modos de ser dos cidadãos.

Assim, quando ficcionaliza essas imagens através da cidade escrita (ROLNICK, 1995), Lima Barreto lança luz sobre a existência de uma cidade normativa no Rio de Janeiro, que se amoldou pelo cumprimento da lei e viveu os embaraços da ordem jurídica no país. Aqui podendo ser interpretadas como uma medida que o autor encontrou, em sua época, para memorar e colocar em questão o presente conturbado e futuro incerto do republicanismo.

Dessa forma, verifica-se na crítica barretiana que o processamento da norma, e a configuração de um sistema legalista no país, é uma questão não só de ordem quando produz um sistema que classifica e disciplina as condutas do social, mas propensa à tirania de seus delegados. Fato que faz com que provoque ao longo de sua produção escrita – especialmente em artigos e crônicas –, questionamentos sobre a imagética da Lei, a saber: de que forma são produzidas? Quem as delibera? Qual a sua finalidade? Como são aplicadas? De que forma são

recepcionadas e significadas pelos indivíduos? E, para quem, geralmente, são direcionadas essas relações de poder?

No artigo “A lei”, publicado no *Correio da Noite* em 1915, o autor explora essas questões ao relatar um crime de aborto. O fato diz respeito a uma mãe solteira que vivia com a sua filha e que, após a dissolução do matrimônio, por se sentir só, manteve pequenas “inclinações amorosas”. De tais relações, resultou uma gravidez indesejada.

Com o auxílio de uma amiga, a mulher procurou meios para tirar a criança que se formava em seu ventre, de modo a não se comprometer socialmente – o que ilustra a problemática do ser mulher e a condição feminina nesse período. Todavia, a intervenção realizada foi desastrosa, e:

[...] lá vem a lei, os regulamentos, a polícia, os inquéritos, os peritos, a faculdade e berram: você é uma criminosa! [...] levam a pobre mulher para os autos, para a justiça, para a chicana, para os depoimentos, para essa via-sacra da justiça, que talvez o próprio Cristo não percorresse com resignação (BARRETO, 2004a, p. 141).

Dado essa situação, um desfecho trágico: o suicídio da parteira, amedrontada com o desconhecimento das leis e seus efeitos, o que poderia lhe deixar em um ambiente de privações que nunca imaginara fazer parte.

Esse caso é uma das situações, de tantas outras que o literato registrou em sua obra, que possibilitam inquirir os espaços da disciplina em sua narrativa e cartografar de que forma compreendeu o funcionamento, a estrutura e aplicação da lei. Temas que evidenciam a tendência do Estado moderno em apresentar-se como uma figura inquisitória, sempre vigilante, especialmente contra grupos em situação de vulnerabilidade, como o negro e os pobres, homens e mulheres que veem suas vidas margeando no universo da criminalidade.

É nesse aspecto que o escritor intervém composições que sugerem a retomada do direito de dizer como deve ser feita a aplicação da lei. No caso da parteira, torna-se crível a discussão sobre os limites do poder persecutório estatal, os excessos da punição, a razoabilidade da pena, a espetacularização dos crimes pela mídia, entre outros assuntos que encontram desdobramentos no que diz respeito aos significados do direito, da justiça e da igualdade. Problemática que, certamente, fez com que o autor revesse seus deveres de intelectual que se utiliza da pena para construir uma literatura engajada. E mais: considera que, embora não seja um “juristinista”, deveria zelar e exercitar o poder que tinha nas mãos, ainda que controverso ao seu entendimento: o da cidadania.

Ao tratar em sua obra sobre o direito e seu fenômeno (seus discursos, suas instituições, seus procedimentos), Lima Barreto evidencia que a literatura não está alheia às normas e às formas instituídas, pois, como acentua Ost (2004, p. 20, grifos do autor), “o imaginário jurídico alimenta um ‘infra-direito’, gerador das mais diversas formas de costumes, hábitos, práticas e discursos que não cessam de agir, de dentro, sobre os modelos oficiais do direito instituído”.

O autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* demonstra que a literatura é capaz de captar essas estruturas jurídicas ao conceber a ideia de um “infra-direito” através da arte de representar, com narrativas que permitem criar novas sensibilidades e diferentes maneiras de conceber e organizar o mundo. Silva (2006) corrobora com esse pensamento ao advogar que Lima Barreto defendia uma definição de literatura como fenômeno para a construção de uma sociedade justa. Logo, não lhe importava a literatura contemplativa que refletia a face amena da sociedade, mas aquela que empenhava-se na consolidação de uma sociedade igualitária e humana.

### 3 Os avessos da norma e legalidade

Nos anos iniciais da Primeira República Brasileira muitas das práticas e dos hábitos populares foram combatidos à luz do cientificismo de Comte<sup>54</sup>. O momento é representativo pela reinvenção e institucionalização de novos hábitos e modos de ser, fato que coincidiu com o processo de racionalização e higienização dos espaços da cidade. Logo, as tradições populares e similares à cultura de massa representaram um caminho oposto na obtenção desse ideário.

É nesse ambiente que surge o empenho das autoridades administrativas, da força policial e do aporte judiciário em coibir as manifestações de caráter popular, “afinal, a luta contra a caturrice, a doença, o atraso e a preguiça era também uma luta contra as trevas e a ignorância” (SEVCENKO, 1985, p. 32-33). A mídia também ganha papel de destaque nesse cenário quando passa a mediar essas relações e se apresentar como porta-voz da comunidade.

À medida em que essa rede de disciplina é aparelhada e cria estratégias para agir diretamente nas mentalidades e nos corpos sociais, existe a mobilização de outras práticas que fogem desse esquema de poder. O que vai evidenciar não só a antidisciplina e as resistências dos indivíduos ante esse aporte da norma, como também as falhas do próprio sistema, as rachaduras internas que irão expor as dificuldades de sua institucionalização enquanto aparato da ordem pública.

---

<sup>54</sup> A teoria referenciada é o positivismo científico de Auguste Comte (1798-1857), pensamento que será incorporado no discurso urbanístico e desdobrará na formulação de um novo modelo de sociedade com a invenção dos novos *habitus* do social.

Esse caso é exemplificativo por meio das práticas dos jogos de azar. Observa-se que mesmo após a modificação da geopolítica urbana do Rio de Janeiro, durante o governo de Pereira Passos (1902-1906), essas atividades continuaram ativas (VILLAR, 2003). Assim, a transferência e mudança dos indivíduos da área da Saúde para outras regiões distantes do centro da cidade não aboliram essas manifestações; outrossim, possibilitaram a criação de estratégias de sobrevivência, como a relocação dessas práticas para outros espaços.

Todavia, é na margem da ilegalidade que surgiram inumerados clubes de aposta, tornando-se novos espaços de sociabilidade para as elites no entorno de cassinos e do Jockey Club (SEVCENKO, 1985), além de se constituírem como um empreendimento lucrativo. Tal fato contribuiu para que esses ambientes, outrora reconhecidos pela reunião de pobres e de toda pestilência do social, fossem ressignificados com a presença de indivíduos ligados à classe média alta, financeira e plutocrata da cidade.

Essa dicotomia dos jogos também é registrada por Lima Barreto ao perceber o aumento de seções especializadas dedicadas à matéria nos jornais – ao mesmo tempo em que combatiam essas manifestações do popular foram também uma de suas maiores publicistas –, quando passam a oferecer números de sorte para os seus leitores. Arranjos numéricos, que para o literato não passavam de sequências aleatórias, fruto da criatividade dos redatores das gazetas que buscava alimentar os sonhos e ilusões daqueles que acreditavam na obtenção de algum retorno financeiro através da aposta.

Assim, a aposta permitiu que os indivíduos idealizassem e projetassem um futuro para si, embora incerto e com uma vista panorâmica um tanto turva; permitiu que fosse imaginado um roteiro com uma nova história de suas vidas. Seria o fim dos infortúnios, dos aborrecimentos e tantas outras chateações do cotidiano; seria a oportunidade de grafar seu nome socialmente como alguém que, finalmente, venceu.

É dessa forma que o autor considera que os jogos, aos poucos, foram se firmando como umas das “instituições nacionais”; e ainda que fossem práticas condenáveis, “fingir que ela desapareceu só porque a lei proíbe, é refalsada hipocrisia” (BARRETO, 2004b, p. 405). Essa crítica reforça as ambiguidades do republicanismo brasileiro, no que tange ao papel e a funcionalidade da lei e o seu protagonismo em buscar disciplinar, regular as práticas e os modos de ser dos indivíduos.

O que torna intrigante a posição barretiana de considerar os jogos de azar como uma das instituições brasileiras é que essa prática do popular serve-se por uma série de táticas – criadas por seus usuários e aqueles indivíduos que buscaram enquadrar a atividade nos limites

da norma –, que possibilitam questionar de que forma é forjado a existência de uma rede de disciplina na cidade.

Percebe-se que essas práticas circulam entre as diferentes camadas do social, agregando pessoas sem distinção aparente. Existe uma maior fluidez da norma quanto a sua intervenção e controle. Ela torna-se volátil e flexível. Logo, as práticas que envolvem os jogos e apostas tendem a escapar da rede da disciplina e transitam entre as margens da legalidade e ilegalidade sem assumir uma posição concreta entre ambas.

Entretanto, em 1899, já podem ser detectadas iniciativas de identificá-la em termos legais, quando o Estado empreende campanhas para conter suas práticas. Tais ações não obtiveram sucesso devido à falta de coordenação entre as autoridades policiais e o poder executivo municipal, pois enquanto a primeira atuou em limitar a sua exploração, o segundo, pensando nas taxas e tributos que poderia aferir, continuava a conceder licenças para o funcionamento de casas de jogos, irregularmente utilizadas pelo jogo do bicho (VILLAR, 2003).

Nesses termos, a sua identidade não seria mais flutuante, mas estaria repousada em uma identificação comum, na lista de tantas outras atividades (como as práticas mediúnicas, o curandeirismo, a cartomancia, a vadiagem, a capoeira, a boemia, entre outras) que foram perseguidas e regurgitadas pelos novos *habitus* do republicanismo.

Na crônica “No primor da elegância”, publicada no *O malho*, em 1919, Lima Barreto consegue captar esse momento histórico e registrar de maneira criativa de que forma essas práticas agiram e alimentaram o imaginário da população. Nesse documento encontra-se a estória de Barcelos – que poderia muito bem representar a persona barretiana –, jovem e funcionário de repartição pública que andava cabisbaixo devido a sua “mania poética”, pois tinha empenhado os seus últimos vencimentos a um agiota para conseguir publicar *Luzes no nevoeiro*, um poema autoral.

Sem sucesso e endividado, o pouco que tinha servia apenas para comer e pagar o aluguel de sua casa. Em dada situação, seu colega de repartição, Segadas, questiona-lhe se já havia jogado no bicho. Com a negativa de Barcelos, veio a iniciativa do companheiro – que era “doutor em bichos” e consumidor assíduo de revisas que tratavam do assunto –, em fazer com que o amigo anotasse no papel números de quatro algarismos para que pudesse lhe fazer uma aposta.

Cético dessa intervenção, Barcelos anota o que lhe foi solicitado, sem importar-se muito com os gracejos do colega. O resultado veio no dia seguinte, quando Segadas disse que sua aposta teria rendido três contos e pouco. Assim, esta cena ilustra o primeiro contato do

jovem Barcelos com essas jogadas a “sério”, que antes limitavam-se em pequenas apostas realizadas em ambiente doméstico, uma vez que considerava-se um “néscio na bicharada”, um amador.

A certa altura da crônica, Barcelos confessa ter pedido licença do trabalho, oportunidade que cogita para quitar seu débito com o agiota. No entanto, esse desejo foi passageiro, pois imaginara que a realização do pagamento naquelas circunstâncias não lhe abonaria a dívida. Cogitou algo melhor: comprar novas roupas e outros aviamentos *chics*. A consequência disso é que no fim de vinte dias o seu “tesouro” foi reduzido a três contos de réis.

O cenário de um desastre montava-se em sua frente, mas engana-se quem imagina que isso lhe tirava o sono. Barcelos ainda achou tempo para gabar que sua biblioteca havia enriquecido e que só andava no “primor da elegância” pelas avenidas, teatros e circos de esporte. Certamente, alimentado pelo espírito do bovarismo<sup>55</sup> que lhe fechava os olhos para a realidade em que vivia, e fazia com que ignorasse a própria existência miserável.

Nesse período de afastamento, decidiu viajar para Poços de Caldas, local que marcará o segundo contato com os jogos de azar. Reflete que nessa região todos são afeitos aos jogos: moças, meninas, matronas, barbadões sisudos, chefe de polícia, delegado, padres e irmãs de caridade. Esse acolhimento dar-se por uma característica peculiar daquela redondeza, - que esboça bem o modo como Lima Barreto percebeu a porosidade da norma e da disciplina pelo país -, pois, como assinala, “lá, passa-se a linha equinocial para além da qual, como diziam os antigos, não há crimes”.

Durante sua passagem em Poços, Barcelos conhece Paulo Serpente, um coronel da Guarda Nacional que estava hospedado no mesmo hotel. Em determinado momento, o coronel também lhe questiona se jogava pôquer. A seguir, faz um convite a Barcelos para que ele se dirija até à sala de jogos e participe de uma rodada, juntamente com Simões Espinheiro, grande advogado no Rio, e Eufélio dos Anjos, companheiro inseparável do coronel. Com a mesa preparada e acertados os valores das fichas, a estória sucede nos seguintes termos:

[...] começamos o jogo, *hands*, trincas, *four*... trepações, enfim, toda aquela complicação não havendo limites nas apostas. No fim de meia hora, tinha perdido tudo; no fim de hora e meia, só me restava o dinheiro do hotel. Quis levantar-me mas o coronel opôs-se e adiantou mais quinhentos, em fichas mas de beijo. Perdi. Pedi mais, perdi. Pedi mais e só de beijo, dois contos de reis. O tal advogado foi mais caipora do que eu, também era mais afoito, o bobo. Perdeu dezoito contos em cerca de três horas. Encheu cheques sobre um banco de São Paulo, deu a cada um o que competia; e levantou-se sorridente, cheio de indiferença (BARRETO, 2004, p.570).

---

<sup>55</sup> Bovarismo é o poder partilhado no homem de ser conceber outro que não é. Ver: Sevchenko (1985).

No fim da partida, Barcelos soube que o advogado perdera toda a fortuna da mulher. E a sua situação não era menos preocupante: estava sem finanças, com viagem marcada para o dia seguinte e com uma dívida de dois contos. De repente, quando estava imerso em pensamentos sem conseguir imaginar uma solução, Paulo Serpente aparece e lhe faz novo convite: jogar na roleta. Acabrunhado, Barcelos lamenta que estava sendo apenas “caipora” e, antes que terminasse de concluir suas lamúrias, é interrompido pelo coronel, que lhe entrega o dinheiro que tinha “perdido” no jogo, asseverando que não lhes devia nada, afinal, era preciso de quatro parceiros para jogar pôquer, e Barcelos tivera sido usado para “depenar aquela paca, o Simões”.

Ao certo, a crônica apresenta um desfecho surpreendente que denota uma posição alternativa ao modo de compreender o imaginário popular acerca dos jogos de azar. Assim, estes não estariam adstritos em alimentar o desejo do subalterno em vencer na vida pela sorte. Pelo contrário, tem-se um movimento complexo, que deve ser percebido de maneira circular, atingindo e envolvendo diferentes camadas do social.

Nesse caso, a sorte não poderia ser compreendida como uma simples eventualidade. Se por um lado ela alimenta o desejo do parvo, de outro ponto ela é uma arma, um objeto de poder para o mais esperto, para o indivíduo que sabe e tira proveito da ingenuidade e boa-fé de outrem, que não se equivale, necessariamente, da sorte para lucrar. A sorte é uma alegoria, uma estratégia que teatraliza a malandragem. Considerações que fazem com que os jogos inscrevam-se fora dos espaços da disciplina, uma vez que seus usuários também são aqueles que ocupam o lugar da vigilância. Representado, por fim, ao avesso da ordem jurídica no país.

#### **4 Considerações finais**

O modo como Lima Barreto experienciou os espaços da cidade foi um divisor para tornar sua obra um laboratório da experiência humana. É a partir disso que o autor criou em sua ficcionalidade – especialmente em artigos e crônicas, embora essa questão possa ser percebida em outros suportes narrativos, como os seus contos, romances e sátiras – diferentes visibilidades e dizibilidades sobre a cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República Brasileira.

Foi pela errância que o literato construiu diferentes espaços de experiência, conheceu sua gente, percebeu como é organizada a multiplicidade das relações e práticas cotidianas, anotou como a cidade amoldava-se pelos novos *habitus* do social, e inscrevia-se, sutilmente, como uma cidade da disciplina. Esta última, vislumbra uma parte do que foi o grande mosaico da burocracia nacional, permitindo observar em suas narrativas a existência de espaços da norma na cidade do Rio.

Assim, encontra-se na crítica barretiana que o processamento da norma não diz respeito apenas ao estabelecimento da ordem, quando produz um sistema que classifica e disciplina as condutas dos cidadãos, mas torna-se tirânico, maleável e flexível quando deixa de cumprir o seu propósito: o de controle e gestão da ordem pública.

Os jogos de azar, atividade que foi anotada com ironia pelo literato como uma Instituição Nacional, é um exemplo desse cenário. Dessa forma, ao tempo em que alimenta o desejo do parvo e subalterno em vencer na vida – quando coloca-se em questão o fator sorte dessas práticas –, por outro lado, é um objeto de poder que consegue teatralizar a malandragem.

Além do mais, percebe-se na crítica barretiana que essas manifestações do popular, quando circulam entre as diferentes camadas do social - do pobre até os indivíduos ligados à classe média alta, financeira e plutocrata da cidade - destacam maior fluidez da norma. Particularmente quanto a sua intervenção e controle, fazendo com que essas práticas escapem dessa rede da disciplina.

Por fim, quando Lima Barreto apresenta indícios e rastros sobre a problemática da norma em sua fortuna, é possível cartografar o modo como compreendeu o direito e seu fenômeno. E mais, demonstrar que a literatura não é alheia às normas e formas instituídas pela lei. Logo, é capaz de incorporar em suas narrativas o imaginário jurídico, sua problemática, a existência de um infra-direito que não cessa de agir sobre os modelos oficiais do direito instituído.

#### REFERÊNCIA

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 7.ed. São Paulo: EdUSP, 1988.

BARRETO, Afonso H. de Lima. **Diário íntimo**. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)> Acessado em: 18 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Toda crônica** (1890-1919). Apresentação e notas: Beatriz Resende. Organização: Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004a. v.1.

\_\_\_\_\_. **Toda crônica** (1919–1922). Apresentação e notas: Beatriz Resende. Organização: Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004b, v.2.

BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.v.3.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 41.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução do original alemão Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira: revisão da tradução César Benjamim – Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006

OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 53. São Paulo, jan./jun. 2008.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Maurício. **A hélade e o subúrbio**: confrontos literários na Belle Époque carioca. São Paulo: EdUSP, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VILLAR, José Luiz M. **Contravenção e Ascensão Social**: Um estudo da repressão ao jogo do Bicho na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República, Doutorado em História, Universidade de Brasília, UNB, Brasil. Ano de obtenção: 2003.

**TESTAMENTO VITAL:  
DIGNIDADE E AUTONOMIA INDIVIDUAL NO FINAL DA VIDA!**

**VITAL TESTAMENT:  
DIGNITY AND INDIVIDUAL AUTONOMY AT THE END OF LIFE!**

**TESTAMENTO VITAL:  
¡DIGNIDAD Y AUTONOMÍA INDIVIDUAL EN EL FINAL DE LA VIDA!**

*Veruska Lauriana da Silva de Carvalho (UESPI)<sup>56</sup>*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a Ética e a Deontologia quanto ao Direito no que se refere ao Testamento Vital, também conhecido como Diretivas antecipadas de Vontade, que é um documento de manifestação de vontade com relação a cuidados e tratamentos que a pessoa deseja ou não se submeter quando estiver fora de possibilidades terapêuticas. A pesquisa pautou-se no levantamento bibliográfico e jurídico com o fim de compreendermos a dimensão legal na atualidade brasileira quanto o direito de morrer. Para tanto, foi possível averiguar a legislação comparada, assim como aplicação prática em Ação Civil Pública, requerida pelo Ministério Público ao requerido Conselho Federal de Medicina. Contudo, define direções gerais sobre as condições do direito de autonomia e dos princípios fundamentais, regida pela Magna Carta brasileira de 1988. Conclui-se, a importância da participação de orientação de médico e advogado, assim como da família, respeitando as normas e a vontade individual e autônoma perante qualquer sentimento que deturpe a vontade declarada no Testamento Vital de paciente que estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua vontade.

**Palavras-chave:** Testamento Vital. Direitos Humanos. Direito de Morrer.

**Abstract:** This study aims to analyze the Ethics and Deontology regarding the Direct in relation to the Living Will, also known as Advance Directives of Will, which is a document of manifestation of will regarding the care and treatments that the person wishes or do not submit when out of therapeutic possibilities. The research was based on the bibliographical and legal survey in order to understand the legal dimension in the Brazilian reality as to the right to die. To do so, it was possible to ascertain the comparative legislation, as well as practical application in Public Civil Action, required by the Public Prosecutor's Office to the requested Federal Medical Council. However, it defines general directions on the conditions of the right of autonomy and fundamental principles, governed by the Brazilian Magna Carta of 1988. It concludes, the importance of participation of guidance of doctor and lawyer as well as of the family, respecting the norms and the individual and autonomous will in the face of any feeling

---

<sup>56</sup> Professora de História na Universidade Estadual do Piauí - UESPI, *Campus* Josefina Demes - Floriano/PI. E-mail: veruskalauriana@gmail.com.

that disturbs the will declared in the Vital Testament of a patient who is incapable of freely and autonomously expressing his will.

**Keywords:** Vital Testament. Human rights. Right to Die.

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo analizar la Ética y la Deontología en cuanto al Directo en lo que se refiere al Testamento Vital, también conocido como Directivas anticipadas de Voluntad, que es un documento de manifestación de voluntad con relación a cuidados y tratamientos que la persona desea o no se somete cuando esté fuera de posibilidades terapéuticas. La investigación se basó en el levantamiento bibliográfico y jurídico con el fin de comprender la dimensión legal en la actualidad brasileña en cuanto al derecho de morir. Para ello, fue posible averiguar la legislación comparada, así como aplicación práctica en Acción Civil Pública, requerida por el Ministerio Público al demandado Consejo Federal de Medicina. Sin embargo, define direcciones generales sobre las condiciones del derecho de autonomía y de los principios fundamentales, regida por la Magna Carta brasileña de 1988. Se concluye, la importancia de la participación de orientación de médico y abogado, así como de la familia, respetando las normas y la voluntad individual y autónoma ante cualquier sentimiento que deje la voluntad declarada en el Testamento Vital de paciente que esté incapacitado de expresar, libre y autónomamente, su voluntad.

**Palabras clave:** Testamento Vital. Derechos humanos. Derecho de Morir.

## **Testamento Vital e o Direito à dignidade**

O Testamento Vital, também nomeado por Diretivas Antecipadas de Vontade, é um documento redigido por uma pessoa no pleno gozo de suas faculdades mentais, com o objetivo de dispor acerca dos cuidados, tratamentos e procedimentos que deseja ou não ser submetida quando estiver com uma doença ameaçadora da vida, fora de possibilidades terapêuticas e impossibilitada de manifestar livremente sua vontade. Ato jurídico que visa a produção de efeitos durante a vida do seu outorgante, sobre a sua própria vida, integridade física e saúde. O documento deve ser redigido, com base na consulta e orientação de médico de confiança do paciente, contudo, o médico terá o papel apenas de orientar a pessoa quanto aos termos técnicos, o profissional de saúde não pode impor sua vontade ou seus interesses pessoais, pois a vontade a ser manifestada é exclusiva do paciente. Por conseguinte, o documento requer em sua constituição consulta de advogado para evitar disposições contra o ordenamento jurídico brasileiro.

O propósito do Testamento Vital é garantir ao próprio declarante o direito de dispor sobre seu corpo, sua integridade física e saúde e sua própria vida, para os casos em que venha a ser acometido de moléstia incurável ou que venha a sofrer acidente de tal gravidade que lhe

supra a capacidade de expressão e de livre manifestação da vontade. Para tanto, deve-se ter atenção ao propósito central do Testamento Vital afastando possíveis conflitos com outras intervenções alusivas ao direito de morrer de um paciente. Nesse entendimento é necessário fazer breve e prévia diferenciação entre Testamento Vital e a Ortotanásia, a Eutanásia, a Distanásia e o Suicídio Assistido.

Assim, a Ortotanásia é o termo utilizado para definir a morte natural, com a supressão de métodos extraordinários de suporte de vida. Permite ao paciente a morte natural, humanizada, eliminando qualquer tratamento desproporcional diante da iminência da morte. Não significa, contudo, que o paciente não poderá receber medicamento para diminuir a dor e/ou o sofrimento. É uma aceitação da morte, pois permite que ela siga seu curso. É prática *sensível ao processo de humanização da morte, ao alívio das dores e não incorre em prolongamentos abusivos com aplicação de meios desproporcionados que imporiam sofrimentos adicionais*. Indissociável da Ortotanásia é o *cuidado paliativo*, voltado à utilização de toda a tecnologia possível para aplacar o sofrimento físico e psíquico do enfermo.

Desse modo, evitam-se os métodos extraordinários e excepcionais, procura-se aliviar o padecimento do doente terminal pelo uso de recursos apropriados para tratar os sintomas, como a dor e a depressão. O cuidado paliativo pode envolver o que se denomina *duplo efeito*: em determinados casos, o uso de algumas substâncias para controlar a dor e a angústia pode aproximar o momento da morte. A diminuição do tempo de vida é um efeito previsível sem ser desejado, pois o objetivo primário é oferecer o máximo conforto possível ao paciente, sem intenção de ocasionar o evento morte.

No caso da Eutanásia, no Brasil a sua prática é crime. Atualmente, é entendida como morte provocada por sentimento de piedade à pessoa que sofre. Ao invés de deixar a morte acontecer, o ato da Eutanásia age sobre a morte, antecipando-a. Assim, a Eutanásia só ocorrerá quando a morte for provocada em pessoa com forte sofrimento, doença incurável ou em estado terminal e movida pela compaixão ou piedade de um terceiro. Existem as principais espécies de Eutanásia, nota-se que esse é o clássico conceito de Eutanásia e classifica-se em:

a) Ativa: é aquela ocasionada através de uma conduta. Há aqui uma ação deliberada com o objetivo de ocasionar a morte;

b) Passiva: consiste na ação negativa ou na interrupção de um tratamento;

c) Voluntária: ocorre quando a morte se dá a pedido do paciente;

d) Involuntária: ocorre quando a morte é provocada contra a vontade do paciente.

Quando o paciente sequer manifestou sua concordância ou discordância relativa à Eutanásia. A Eutanásia não Voluntária se dá quando a dor, o físico, as condições neurológicas, ou seja, o

sofrimento do paciente impede que o campo de consciência da pessoa consiga discernir sobre o que realmente está decidindo e acaba por consentir com a sua morte.

Por Distanásia compreende-se a tentativa de retardar a morte o máximo possível, empregando, para isso, todos os meios médicos disponíveis, ordinários e extraordinários ao alcance, proporcionais ou não, mesmo que isso signifique causar dores e padecimentos a uma pessoa cuja morte é iminente e inevitável. Em outras palavras, é um prolongamento artificial da vida do paciente, sem chance científica de cura ou de recuperação da saúde. A *obstinação terapêutica* e o *tratamento fútil* estão associados à Distanásia. Alguns autores tratam-nos, inclusive, como sinônimos. A primeira consiste no comportamento médico de combater a morte de todas as formas, como se fosse possível curá-la, em *uma luta desenfreada e (ir)racional*, sem que se tenha em conta os padecimentos e os custos humanos gerados. O segundo refere-se ao emprego de técnicas e métodos extraordinários e desproporcionais de tratamento, incapazes de ensejar a melhora ou a cura, mas hábeis a prolongar a vida, ainda que agravem sofrimentos, de forma tal que os benefícios previsíveis são muito inferiores aos danos causados.

Quanto ao Suicídio Assistido ocorre sempre que uma pessoa não consegue concretizar sozinha sua intenção de morrer, solicita o auxílio de terceiros. A assistência ao suicídio de outra pessoa pode ser feita por atos de prescrição com doses altas de medicação e/ou indicação de uso. Do contrário de forma mais passiva, através de persuasão ou de encorajamento. Em ambas as formas, a pessoa que contribui para a ocorrência da morte da outra, compactua com a intenção de morrer através da utilização de um agente causal.

Tentativa de suicídio não é crime no Brasil, pois o Estado não pretende aumentar o sofrimento daquele que tentou o suicídio. A despeito da tentativa não ser considerada crime, o Código Penal, pune o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, conforme o artigo 122 do Decreto-Lei nº 2.848:

Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Parágrafo único - A pena é duplicada:

Aumento de pena

I - se o crime é praticado por motivo egoístico;

II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência (BRASIL, 1940, grifos do autor).

De tal forma, consistem nas condutas de encorajar a ideia do suicídio já existente na mente do sujeito, implantá-la, quando o sujeito não pensava nisso, ou colaborar materialmente oferecendo veículo para conclusão de tal intenção. O fato de não ser considerado crime não significa que o suicídio seja indiferente para o direito. Ofende os interesses morais e demográficos do Estado, somente não sendo punível pela absoluta inutilidade e injustiça da pena, mesmo na forma tentada, o suicídio é ilícito.

Não obstante a importante distinção entre as diversas conduções para garantir a dignidade e autonomia individual no final da vida. Ressalta-se a conduta médica diante dos pacientes com ou sem Testamento Vital. Conforme a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.995/2012, o Testamento Vital tem validade no Brasil e o médico deve seguir a vontade do paciente, desde que em conformidade com a legislação brasileira. Evitando utilizar jargões jurídicos e termos muito técnicos, a conduta do médico diante do Testamento Vital variará se o paciente chegar ao profissional já de posse de suas Diretivas Antecipadas de Vontade ou se o paciente quiser fazer um Testamento Vital com o médico. Veja o que deve ser feito em cada uma dessas situações:

a) Paciente chega para a consulta/internação com o Testamento Vital:

- ✓ Anexar uma cópia do Testamento Vital no prontuário do paciente;
- ✓ Conversar com o paciente sobre as vontades dele escritas no Testamento Vital, explicando as implicações delas;
- ✓ Questionar o paciente se ele já conversou com a família sobre essas vontades, explicando que a vontade dele prevalece sobre a vontade da família;
- ✓ Seguir a vontade do paciente sempre que ele não estiver em desacordo com os ditames da legislação e do Código de Ética Médica, lembrando que o médico poderá se utilizar da objeção de consciência médica, quando não concordar com alguma disposição.

b) Paciente chega para a consulta/internação sem o Testamento Vital, mas manifesta vontade para o médico:

- ✓ Conversar com o paciente sobre a vontade que ele está manifestando, explicando do ponto de vista técnico, as implicações desta, especialmente sobre os cuidados/tratamentos/procedimentos que ele pode aceitar e recusar;

- ✓ Não impor sua vontade;
- ✓ Anotar a vontade manifestada no prontuário;
- ✓ Informar ao paciente que essa vontade prevalecerá sobre a vontade da família;
- ✓ Sugerir que o paciente registre o Testamento Vital em um Cartório de Notas - o termo correto é “lavrar escritura pública”;
- ✓ Seguir a vontade do paciente sempre que ele não estiver em desacordo com os ditames da legislação e do Código de Ética Médica, lembrando que o médico poderá se utilizar da objeção de consciência médica, quando não concordar com alguma disposição.

Destarte, as orientações de atuação do médico perante paciente e sua solicitação de atendimento que atenda os preestabelecido no seu Testamento Vital, esse deve proceder sempre em acordo com a legislação e o Código de Ética Médica vigente no Brasil. Conforme, aprofundado na dimensão legal de enquadramento ético e a legislação que atende aos princípios que dão suporte para validar o Testamento Vital.

### **Enquadramento Ético e Legislação**

O Código de Ética Médica, a constar na Resolução CFM nº 1.931/2009, é um documento a dispor-se a orientar e aprimorar o exercício da medicina, em benefício da sociedade. Portanto, é dedicado aos médicos e aos seus pacientes, para tanto, em seu Preâmbulo, nos incisos I e IV:

I. O presente Código de Ética Médica contém as normas que devem ser seguidas pelos médicos no exercício de sua profissão, inclusive no exercício de atividades relativas ao ensino, à pesquisa e à administração de serviços de saúde, bem como no exercício de quaisquer outras atividades em que se utilize o conhecimento advindo do estudo da Medicina.

II. A fim de garantir o acatamento e a cabal execução deste Código, o médico comunicará ao Conselho Regional de Medicina, com discricção e fundamento, fatos de que tenha conhecimento e que caracterizem possível infração do presente Código e das demais normas que regulam o exercício da Medicina (CFM, 2009).

Em seu Preâmbulo acrescentam-se informações quanto ao fator de fiscalização, apreciado na Lei nº 3268/1957, em seu regulamento, conforme o Art. 15, como atribuições dos Conselhos Regionais de Medicina, na alínea: “ h) promover, por todos os meios e o seu alcance, o perfeito desempenho técnico e moral da medicina e o prestígio e bom conceito da medicina,

da profissão e dos que a exerçam;” (BRASIL, 1957). Além disso, no Preâmbulo da Resolução CFM nº 1.931/2009 trata também da estrutura conteudista subdividida em aspectos específicos, prepondera as 118 normas deontológicas a sujeitar seus infratores as penas disciplinares previstas em lei. Ressaltam-se no Código de Ética Médica que os Conselhos de Medicina são ao mesmo tempo julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, *a busca de melhor relacionamento com o paciente e a garantia de maior autonomia à sua vontade*.

Desse modo, são importantes as considerações ressaltadas anteriores ao *Preâmbulo* da Resolução CFM nº 1.931/2009, em especial atenção - *a garantia de maior autonomia à sua vontade*, com um novo aspecto, introduziu as Diretrizes Antecipadas de Vontade compatíveis com relação constitucionais e civis que acolhe o paciente, tendo como metas a realidade atual. A condição de paciente já não corresponde mais ao paternalismo e ao assistencialismo que lhe era inerente. Ao contrário, apresenta-se provida de uma nova engrenagem com o foco voltado para a autonomia da vontade, dando ao paciente a oportunidade de se manifestar a respeito da aceitação ou da recusa de determinado procedimento médico.

As Diretivas Antecipadas de Vontade fundamentam-se nos princípios da autonomia, do respeito às pessoas e da lealdade, possuem como benefício a melhoria da relação médico-paciente e a autoestima do paciente. Uma de suas espécies é o objeto central desta pesquisa o Testamento Vital, supracitada, se refere às instruções acerca de futuros cuidados médicos ao qual uma pessoa que esteja incapaz de expressar sua vontade será submetida, ante um diagnóstico de terminal da vida.

Regulamentação feita pela Constituição Federal do Brasil com o Código de Ética Médica oferece ao profissional e ao paciente a indicação da boa conduta, amparada nos princípios éticos da autonomia, da justiça, da dignidade e honestidade. O referido Código faz inserções pontuais nas diversas restrições à ação do profissional médico, de interesse relevante para o tema abordado. Em seu Capítulo I, traz uma regulamentação destinada aos *Princípios Fundamentais*, estabelece:

I - A Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza.

II - O alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional.

[...]

VII - O médico exercerá sua profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços que contrariem os ditames de sua consciência ou a quem não deseje, excetuadas as situações de ausência de outro médico, em caso de urgência ou emergência, ou quando sua recusa possa trazer danos à saúde do paciente.

[...]

XXI - No processo de tomada de decisões profissionais, de acordo com seus ditames de consciência e as previsões legais, o médico aceitará as escolhas de seus pacientes, relativas aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos por eles expressos, desde que adequadas ao caso e cientificamente reconhecidas (CFM, 2009, grifo nossos).

A pessoa autônoma tem o direito de consentir ou recusar propostas de caráter preventivo, diagnóstico ou terapêutico que afetem ou venham a afetar sua integridade físico-psíquica ou social. A manifestação autônoma da sua vontade, devidamente esclarecida pelo profissional de saúde, compete à decisão final em cada procedimento. Logo, no mesmo corpo do Código, no Capítulo IV – Direitos Humanos e o Capítulo V – Relação com pacientes e familiares, ao tratar proteção da relação do médico com pacientes e familiares, estabelece:

É vedado ao médico:

Art. 22. Deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

Art. 24. Deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo.

[...]

É vedado ao médico:

Art. 31. Desrespeitar o direito do paciente ou de seu representante legal de decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas, salvo em caso de iminente risco de morte (CFM, 2009, grifos nosso).

Com isso, o Código de Ética Médica torna-se também indutor de transformações no campo da política de Saúde, sem, contudo, negar sua principal contribuição para a sociedade: *o reforço à autonomia do paciente*. Ou seja, aquele que recebe atenção e cuidado passa a ter o direito de recusar ou escolher seu tratamento, desde que respeitado as restrições legais do ofício da medicina, em especial, a ressaltar a autonomia médica alusiva ao seu atendimento em *iminente risco de morte* do paciente. Tal aprimoramento corrige a falha histórica exercida pelo

ofício do médico quanto a um papel paternalista, visto que o Código de Ética Médica constitui autoridade nessa relação, fazendo-a progredir rumo à cooperação - abordagem sempre preocupada em assegurar a beneficência das ações profissionais de acordo com o interesse do paciente.

Não obstante, a Constituição do Brasil de 1988, em uma análise sistemática alusiva a autonomia, com base hierárquica e cronológica, permite observar que historicamente os princípios fundamentais a constar no Código de Ética Médica, a luz da Lei Maior, antecipadamente foram assegurados com suporte para validar o Testamento Vital, em sua Magna Carta, institui os princípios da Dignidade da Pessoa Humana (Art. 1º, inciso III, CF/1988); da Autonomia Privada (princípio implícito no Art. 5º da CF/1988) e a proibição constitucional de tratamento desumano (Art. 5º, III, CF/1988). Acrescenta-se o artigo 15 da Lei Nº 10.406, “ninguém pode ser constrangido, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica” (BRASIL, 2002).

A autonomia é o modo de *Ser* do ser humano, portanto, uma precondição para a saúde e para a cidadania. Sem essa perspectiva, uma política de saúde não pode ser considerada como tal. Assim, a busca da construção da autonomia do paciente no processo saúde/doença passa a ser fundamental. Ela deve ser construída em um processo de produção contínua, em sua inter-relação com a dependência, no cotidiano, mesmo quando limitada na doença. Assim, sujeito autônomo é aquele que reconhece sua necessidade e do outro em todos os planos.

### **Ética social no Testamento Vital**

A aplicação dos princípios morais e éticos tem uma correlação entre a preservação da vida e o alívio do sofrimento. O aumento da eficácia e segurança das novas modalidades terapêuticas motivam, também, questionamentos quanto aos aspectos econômicos, éticos e legais resultantes do emprego exagerado de tais medidas e das possíveis indicações inadequadas de sua aplicação. É ou não adequado utilizar todos os recursos médicos existentes ou se, pelo contrário, é legítima a suspensão ou abstenção de tratamentos considerados fúteis, extraordinários, ou desproporcionados? Segundo Amaral (2010), a atuação médica é movida por dois grandes princípios morais: a preservação da vida e o alívio do sofrimento. Assim, a aplicação dos princípios morais fundamenta-se: no paciente salvável - na preservação da vida; na etapa de morte inevitável - deve objetivar, prioritariamente, o alívio do sofrimento.

Para tanto, reconhece-se na Resolução CFM nº 1.995/2012, que dispõe sobre as Diretivas Antecipadas de Vontade dos pacientes de sujeitos capazes, conforme está no Art. 1º

ao 5º da Lei nº 10.406 /2002. Nesse sentido, averígua-se os Art. 1º e 2º, Resolução CFM nº 1.995/2012:

Art. 1º Definir diretivas antecipadas de vontade como o conjunto de desejos, prévia e expressamente manifestados pelo paciente, sobre cuidados e tratamentos que quer, ou não, receber no momento em que estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua vontade.

Art. 2º Nas decisões sobre cuidados e tratamentos de pacientes que se encontram incapazes de comunicar-se, ou de expressar de maneira livre e independente suas vontades, o médico levará em consideração suas diretivas antecipadas de vontade (BRASIL, 2012).

De modo que, essa é parte em minuta expressa nos dispositivos legais, em vigor, atento na legislação brasileira, a orientar atenção médica no que se refere ao Testamento Vital, de modo que é de singular importância averiguar atualizações constantes no Direito comparado, recorrente a este tema. Imediatamente, nos Estados Unidos da América – EUA, em 1991, entra em vigor a *Lei Federal de Autodeterminação do Paciente* - dar direito ao paciente de participar das decisões sobre os tratamentos ora empregados e a poder preparar uma diretiva antecipada. Exige-se:

a) Que seja assinado por pessoa maior e capaz; perante duas testemunhas independentes, que tenha efeitos depois de 14 dias da assinatura;

b) É revogável a qualquer tempo; tem valor limitado no tempo de aproximadamente 5 anos;

c) O estado de fase terminal deve ser atestado por dois médicos. Na Itália, em 1998, foi aprovado o Código de Deontologia Médica, dispõe sobre a autonomia da vontade do paciente. O Comitê Nacional de Bioética publicou o documento: *Declarações Antecipadas de Tratamento*. Este estabelece as condições para validar:

a) Caráter público, datado, forma escrita, feito por pessoa maior, capaz de entender, de manifestar vontade, sem que esteja sob qualquer tipo de pressão familiar, social ou ambiental;

b) Não pode ter disposições acerca da prática de eutanásia, que contrariem o direito positivo ou as normas médicas e deontológicas. Entretanto, o médico não pode ser obrigado a fazer algo que vá contra sua consciência;

c) Com a finalidade de que tenha uma redação adequada e em conformidade com o ponto “b”, o outorgante deve ser orientado na elaboração do documento por um médico;

d) A fim de garantir a máxima personalização da vontade do futuro paciente, as disposições devem ser redigidas de forma “não genérica”, de modo tal a não gerar equívocos quando de sua interpretação, e de relatar, o mais fiel possível, a situação clínica na qual esse documento será levado em consideração.

Consequente, ciente da legislação brasileira e do Direito comparativo sobre o Testamento Vital, vale fazer a sobreposição de Ação Civil Pública, a fim de considerar no processo de fundamentação teórica e prática na realidade brasileira e suas ações legais que dizer respeito ao tema. Por tanto, o Processo nº 1039-6.2013.4.01.3500/Classe:7100 Ação Civil Pública. Requerente: Ministério Público Federal. Requeridos: Conselho Federal De Medicina. Juiz(íza) Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás. Alega o MPF, em síntese que:

a) A Resolução nº 1995/2012 do CFM, ao regulamentar a atuação dos profissionais frente a pacientes terminais, incidiu em inconstitucionalidade e ilegalidade;

b) A resolução omitiu-se em pontos essenciais, tais como o estabelecimento dos requisitos relativos ao paciente, limite temporal de validade das diretivas, formas de revogação, critério de participação da família e o instrumento utilizado para registro da vontade do paciente;

c) Não foi previsto o direito de a família influenciar na formação da vontade e fiscalizar o seu cumprimento, o que vai de encontro ao art. 226, *caput*, da Constituição Federal;

d) O prontuário médico é instrumento inidôneo para o registro das diretivas antecipadas da vontade no prontuário médico, pois o seu caráter sigiloso impede o controle da atuação do médico.

A Sentença Judicial, equivalente ao processo supracitado, na Seção Judiciária do Estado de Goiás, Primeira Vara, em Sentença tipo A, pronunciou diante do exposto, julgo improcedentes os pedidos:

a) Esclareça-se, desde já, que a resolução não regulamenta apenas as Diretivas Antecipadas de Vontade de pacientes terminais ou que optem pela Ortotanásia. Tratar ela de diretivas para qualquer paciente que venha a ficar incapacitado para expressar sua vontade.

b) A Resolução CFM nº 1995/2012 apenas regulamenta a conduta médica perante a situação fática de o paciente externar a sua vontade quanto aos cuidados e tratamentos médicos

que deseja receber ou não, na hipótese de se encontrar sem possibilidade de exprimir sua vontade. Mas, a família e o poder público não estarão impedidos de buscar tutela judicial caso se oponham a Diretivas Antecipadas do paciente, nem a responsabilização dos profissionais de saúde por eventual ilícito.

c) O prontuário, não foi eleito, portanto, instrumento de manifestação de vontade, mas mero meio de seu registro. Mesmo esse registro não foi eleito como indispensável para validade das diretivas antecipadas do paciente (§5º, art. 2º, da Resolução). Nem há que se exigir vigência temporal, já que o paciente está livre para manifestar, a qualquer tempo e por qualquer forma, entendimento diverso sobre o tipo de tratamento a que quer ou não se submeter.

d) No que diz respeito ao alijamento da família das decisões, cabem algumas considerações. A Resolução previu que a vontade do paciente deve prevalecer sobre a dos familiares (art.2º, §3º). Tal previsão encontra amparo nos dispositivos legais e constitucionais acima citados. Mas, note-se que a família está convidada a participar do processo de investigação acerca da existência de declaração de vontade antecipada do paciente, quando não houver registro a respeito.

e) O fato de haver registro da declaração de vontade do paciente no prontuário não retira da família o direito de acesso a informações sobre o tratamento dado, inclusive buscando em juízo tutela contra ato que viole a lei civil ou penal. Também poderá buscar a tutela judicial, a família que entender haver motivos para que a declaração de vontade do paciente não seja levada em conta - vício de consentimento, ausência de informação adequada dada ao paciente sobre a doença, assim, que a resolução não fere o disposto no artigo 226 de Constituição Federal.

### **Considerações Finais**

Com essa finalidade conclui-se a importância deontológica sobre o Testamento Vital, a dispor legalmente de requisitos legais que garantem substancialmente o desejo autônomo sobre o direito de morrer. Ao determina fundamentado nas normas legais que residem à orientação sobre a constituição desse documento, regimenta a sociedade condições de respeito a sua política de saúde. A permitir em situação de absoluta capacidade legal dispor das Diretivas Antecipadas de Vontade em favor do seu bem estar físico e mental, garante a família segurança na difícil decisão ante ao leito de morte de ente querido, por infelicidade encontra-se sem condições de posicionar e estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua vontade.

Dessa forma, o Testamento Vital pode e deve autorizar e orientar decisão sobre tratamento alusivo aos fins terapêuticos a serem concedidos ao paciente. Com esse intuito, foi prontamente determinado diante de Direito comparado que o Brasil nessa prioridade legal está atualizado, que nossa legislação nos assegura condições de dispor desse regimento legal, com base na Constituição do Brasil de 1988, contemplada em seus princípios fundamentais dos Direitos Humanos à dignidade, autonomia e justiça.

Considera-se, que a Ação Civil Pública impetra ordem em aspectos passíveis de decisão improcedente, apreciados dispositivos legais a Resolução CFM nº 1995/2012 apenas regulamenta a conduta médica perante a situação fática de o paciente externar a sua vontade quanto aos cuidados e tratamentos médicos que deseja receber ou não, na hipótese de se encontrar sem possibilidade de exprimir sua vontade. Tendo capacidade civil, poderá o paciente fazer declaração de vontade. Quanto ao tempo, no Brasil, dispõem que a qualquer tempo pode-se revogar ou alterar o documento, assim como poderá a família atuar em favor de conflito buscar a tutela judicial.

Por fim, a sociedade deve atentar para os devidos recursos a visar a atender sua vontade quanto ao direito de morrer. Exigir a divulgação desses direitos em local plausível e de fácil acesso em ambientes hospitalares ou outros que prestem serviço de saúde. Assim como, faz-se necessário uma percepção cultural que a vida é um direito social e legal ao alcance de todos os cidadãos brasileiros, a família ou representante legal devem também estar atentos ao direito individual, apesar de sentimentos afetivos diante automação de decisão com base exclusiva no emocional, para tanto respeitar a vontade expressa no Testamento Vital.

## Referências

AMARAL, Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do; PONA, Éverton Willian. **Autonomia da vontade e testamento vital**: a possibilidade de inclusão no ordenamento jurídico brasileiro. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-testamento-vital-no-ordenamento-juridico-brasileiro/129867/#ixzz4PM248c8Z>>. Acesso em: 17 de outubro de 2016.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 25 - 40. ISSN:

BARROS, Luís Roberto; MARTEL, Letícia de Campos Velho. **A Morte Como Ela É: Dignidade e autonomia individual no final da vida.** Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-jul-11/morte-ela-dignidade-autonomia-individual-final-vida>. Acesso em: 28 de outubro de 2016.

BEZERRA, Carolina. Eutanásia: **Tipos de Eutanásia e Suicídio Assistido.** Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2006/2147>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Direito de morrer dignamente: eutanásia, ortotanásia, consentimento informado, testamento vital, análise constitucional e penal e direito comparado. **In:** SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite dos (org.). **Biodireito: ciência da vida, os novos desafios.** São Paulo: RT, 2001. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-testamento-vital-no-ordenamento-juridico-brasileiro/129867/#ixzz4PM0b1TZZ>. Acesso em: 28 de outubro de 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.995/2012**, de 31 de agosto de 2012. Dispõe sobre as Diretivas Antecipadas de Vontade dos pacientes. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995\\_2012.pdf](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995_2012.pdf)>. Acessado em: 03 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.931**, de 24 de setembro de 2009. Código de Ética Médica. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2010. (versão de bolso).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei no 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.268**, de 30 de setembro de 1957. Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3268.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3268.htm)>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406**, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

DADALTO, Luciana. **Reflexos jurídicos da Resolução CFM 1.995/12**. Revista bioética, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n1/a12v21n1>>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

DADALTO, Luciana. **Testamento Vital**. Disponível em: <<http://testamentovital.com.br/conduca-medica-diante-testamento-vital/>>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.

GOLDIM, José Roberto. **Suicídio Assistido**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/suicass.htm>> Acesso em: 15 de setembro de 2016.

MALLET, Miguel Tabbal. **Testamento Vital**. Disponível em: <[http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2015\\_2/miguel\\_mallet.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2015_2/miguel_mallet.pdf)>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.

MARTEL, Letícia de Campos velho. BARROSO, Luís Roberto. **A morte como ela é – dignidade e autonomia individual no final da vida**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-jul-11/morte-ela-dignidade-autonomia-individual-final-vida>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

MUÑOZ, Daniel Romero; FORTES, Paulo Antônio Carvalho. **O Princípio da Autonomia e o Consentimento Livre e Esclarecido**, 2011. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/biblioteca\\_virtual/bioetica/ParteIIautonomia.htm](http://www.portalmedico.org.br/biblioteca_virtual/bioetica/ParteIIautonomia.htm)>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, Eudes Quintino de; OLIVEIRA, Euder Quintino de; OLIVEIRA, Pedro Bellentani Quintino de. **Autonomia da vontade do paciente X autonomia profissional do**

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 25 - 40. ISSN:

**médico**. Centro Universitário do Norte Paulista: Revista Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia, 2013. Disponível em: <[http://www.relampa.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=886](http://www.relampa.org.br/detalhe_artigo.asp?id=886)> . Acesso em: 20 de setembro de 2016.

SENTENÇA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. **Processo nº 1039-6.2013.4.01.3500/Classe:7100** Ação Civil Pública. Ministério Público Federal. Juiz(Íza) Federal da \_\_\_ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás. Disponível em: <http://testamentovital.com.br/wp-content/uploads/2014/07/resolu%C3%A7ao-1995-CFM.pdf>. Acesso em: 06 de novembro de 2016.

SOARES, Jussara Calmon Reis de Souza; CAMARGO JR., Kenneth Rochel. **A autonomia do paciente no processo terapêutico como valor para a saúde**. SP, Botucatu: Interface v. 11, n. 21, p. 65-78, 2007.

TESTAMENTO VITAL. **Diretivas Antecipadas de Vontade**. Disponível em:<<http://testamentovital.com.br/diretivas-antecipadas-de-vontade/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

XIMENES, Rachel Letícia Curcio. **Testamento Vital e o Direito à dignidade**. Disponível em:<<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/testamento-vital-e-o-direito-a-dignidade/13080>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

## PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: A INSTALAÇÃO DO NOVO REGIME POLÍTICO NO BRASIL

### PROCLAMATION OF THE REPUBLIC: THE INSTALLATION OF THE NEW POLITICAL REGIME IN BRAZIL

### PROCLAMACIÓN DE LA REPÚBLICA: LA INSTALACIÓN DEL NUEVO RÉGIMEN POLÍTICO EN BRASIL

*Thaise de Sousa Araújo (UFPI)<sup>57</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem como proposta fazer uma revisão historiográfica a respeito do primeiro ano da República brasileira. O Objetivo é observar os principais aspectos da política republicana no Brasil, observando que já foi dito a respeito do período em questão. Para desenvolvermos o pretendido artigo nos aliaremos a autores como José Murilo De Carvalho, Emília Viotti Da Costa, Frank MacCann, Camila De Freitas Silva e Ana Luiza Backes. Entendemos que o começo republicano foi muito turbulento, porém não há uma conclusão clara dos motivos que a teria resultado e até mesmo não havia uma compreensão uniforme do que viria a ser este regime. Além disso a República, claramente, não tinha chegado para todos.

**Palavras-chave:** República. Política. Brasil.

**Abstract:** The present work intends to make a historiographical revision regarding the first year of the Brazilian Republic. The objective is to observe the main aspects of republican politics in Brazil, observing that the repeating of the period in question has already been said. In order to develop the intention we will ally to authors such as José Murilo De Carvalho, Emília Viotti Da Costa, Frank MacCann, Camila De Freitas.Silva and Ana Luiza Backes. We understand that the republican start was very turbulent, but there is no clear conclusion of the reasons that would have resulted and even there was no uniform understanding of what this regime would become. Moreover, the Republic clearly had not arrived at all.

**Keywords:** Republic Proclamation. Policy. Brazil.

**Resumen:** El presente trabajo tiene como propuesta hacer una revisión historiográfica respecto al primer año de la República brasileña. El objetivo es observar los principales aspectos de la política republicana en Brasil, observando que ya se ha dicho la repetición del período en cuestión. Para desarrollar el pretendido artículo nos aliaremos a autores como José Murilo De Carvalho, Emilia Viotti Da Costa, Frank MacCann, Camila De Freitas Silva y Ana Luiza Backes. Entendemos que el comienzo republicano fue muy turbulento, pero no hay una conclusión clara de los motivos que la habría resultado e incluso no había una comprensión uniforme de lo que vendría a ser este régimen. Además, la República, claramente, no había llegado para todos.

**Palabras clave:** República. La política. Bras

### Introdução:

Este trabalho tem por proposta, fazer um apanhado historiográfico a respeito do primeiro ano da República brasileira ( 1889-1890) Tal escolha, justifica-se por fazer parte da construção da minha dissertação de mestrado e portanto, o que se tem a seguir é apenas um sensível passeio pela produção a cerca do assunto. Durante a preparação para a construção deste texto alguns questionamentos foram levantados, tais como: O que teria levado à proclamação da República? Qual o papel do povo neste processo? A República atendeu às necessidades da população? Que

---

<sup>57</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: thaise17@yahoo.com.br.

pensamentos regeram o movimento republicano num primeiro momento? Para responder a tais perguntas nós trabalharemos alguns autores como José Murilo De Carvalho (1990, 2004, 200, 2016) Emília Viotti Da Costa (1999) Frank MacCann (2007), Camila De Freitas Silva (2011) e Ana Luiza Backes (2006). E por meio deles faremos uma discussão do que já foi tratado na história brasileira sobre o trma.

### **Os primórdios da República: os primeiros passos da um novo regime.**

A proclamação da república é caracterizada pela historiografia como golpe, pois teria ocorrido uma mudança abrupta de regime, sem contudo, encontrar resistência ou luta. De certo é que a população foi pega de surpresa com a implantação do novo regime. Porém durante a primeira década a sua presença pode ser percebida no decurso do governo de Floriano Peixoto<sup>58</sup>, além de revoltas, guerras e agitações civís<sup>59</sup>. Além do conceito de golpe, outras ideias surgiram e foram acopladas a ela, como por exemplo, a teoria que defende que o advento do Novo Regime era algo inevitável, que havia um consenso nacional sobre a necessidade da substituição da monarquia pela república e que havia uma união harmônica entre os militares.

Porém, Castro (2013) chama atenção para aspectos importantes que de certa forma contrariam em parte às ideias postas anteriormente. Segundo ele, mesmo que a República tivesse sido instalada sem nenhuma oposição ou luta em seu favor, dias depois do 15 de novembro de 1889, ocorreram revoltas de soldados e militares em vários pontos do Brasil<sup>60</sup>. Embora esta movimentação fosse pequena, demonstrava que não havia uma maioria republicana no país, além disso, não existia uma união militar e nem uma conformidade nacional sobre a república<sup>61</sup>.

Segundo Costa, a república não foi uma consequência de crises que enfraqueceram o império: abolição, a questão religiosa e a questão militar, mas sim, um conjunto de

---

<sup>58</sup> Cf. Biografia de Floriano Peixoto. LEMOS, Renato. Floriano Peixoto. In: ABREU, Alzira Alves. et. all: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, 2001. Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEIXOTO,%20Floriano.pdf> .

<sup>59</sup> CARVALHO, José Murilo. O pecado orgininal da República: como a exclusão do povo marcou a vida política no país até os dias de hoje. In:\_\_\_\_\_. *O pecado orgininal da República*: Debates, personagens e eventos para compreender o Brasil.Rio de Jnairo, Editora Novo Tempo.2016. p. 14.

<sup>60</sup>De acordo com Castro, essas revoltas ficaram pouco conhecidas, porque os jornais da época foram impedidos de tratar sobre elas. Cf. CASTRO, Celso. *da República*. Rio de Janeiro. CPDOC; FGV. 2013, p. 1-7 Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PROCLAMA%C3%87%C3%83O%20DA%20REP%C3%9ABLICA.pdf>>. Acessado em: 15 de Junho de 2016.

<sup>61</sup>CELSONO, 2013, p. 1

transformações sociais e econômicas que possibilitaram o enfraquecimento das instituições monárquicas<sup>62</sup>.

Conforme nos mostra a pesquisadora, a historiografia tem duas versões sobre os motivos que levaram à proclamação da república. Estas versões teriam caráter superficial, pois eram baseadas em crônicas de personagens presentes naquele acontecimento do 15 de novembro de 1889. As ideias coletadas nestas fontes eram tomadas para si, não havendo análise crítica. As crônicas utilizadas eram, em geral, de monarquistas, republicanos e às vezes de estrangeiros. Costa aponta que conhecer as simpatias, as ideias pessoais e “idiossincrasias” de cada personagem não são suficientes para entender o porquê de tudo, assim é necessário haver também um estudo do contexto histórico daquele evento através de outras fontes.

A primeira das duas versões apontadas pela autora é a de Oliveira Vianna, publicada em *O acaso do Império*<sup>63</sup>. Vianna era seguidor da ideia que supunha que Marechal Deodoro não tinha a intenção de proclamar a república, mas sim, de tomar um ministério. Desta forma, a presença de Floriano Peixoto junto aos civis teria mudado os rumos de uma simples passeata para um golpe. Ou seja, Floriano teria sido o principal responsável pelo golpe. Vianna crera que o ocorrido naquele dia teria sido um golpe; também acreditara que a existência de poucos membros no quadro do Partido Republicano e a sua pouca representatividade no Congresso simbolizavam que a república recém-criada não corresponderia aos anseios da sociedade. Além do mais, considerara que a facilidade com que tudo ocorreu fora resultado do desprestígio da monarquia, causada pelas críticas dos monarquistas.

A segunda versão apoiada por alguns historiadores é a de que a implantação da república teve êxito graças aos vícios naturais da monarquia, que não se encaixava na realidade das Américas republicanas. Havia um consenso nacional, fortificado pela luta do partido republicano desde 1870, além do desprestígio e dos vícios da monarquia que contribuíram para o advento do novo Regime.

Costa nos adverte que os três fatores apontados por algumas vertentes da historiografia tiveram sua parcela de contribuição, não obstante faz algumas ressalvas: primeiro, a abolição dos escravos refletira as mudanças econômicas que destruíram a “estrutura econômica tradicional”. Ao decretar o fim da escravidão, a monarquia perdera suas forças, pois sua ação atingiu seus pilares de sustentação - as classes ligadas ao sistema político-econômico tradicional, além das regiões cuja dinâmica econômica já estava em decadência. Segundo,

---

<sup>62</sup>COSTA, 1999. p. 322-327.

<sup>63</sup>Cf: VIANNA, Oliveira. *O acaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

quanto à questão religiosa, também não teria contribuído fortemente para a mudança do regime, pois o que mais havia na sociedade brasileira e até dentro da própria igreja era a indiferença no que diz respeito ao clero, além do mais, a república não significava “prestígio” para a igreja. A crise entre a igreja e o estado brasileiro ajudou a aumentar o número de simpatizantes ao movimento republicano. Terceiro, os militares não foram instrumento para a instalação da república e nem mesmo a proclamação foi ao acaso como alegaram os monarquistas. No exército havia pessoas conscientes sobre os acontecimentos que levaram à república, e até participantes do movimento republicano, influenciados pelo positivismo de Benjamin Constant, Inocêncio Serzedelo Correia, Frederico *Sólon* de Sampaio Ribeiro que em parte motivaram a ação dos militares.

Outra ideia que Costa esclarece é que a presença do Partido da República no cenário nacional também não pode por si só ocasionar a queda do Antigo Regime, pois a quantidade de inscritos era pequena, tendo maior relevância na região do centro-sul do Brasil. E também, pela forma do sistema eleitoral brasileiro que não permitia que o partido expandisse. Embora o partido tivesse dificuldades, sua rede organizacional: conferências, comícios e a imprensa principalmente, possibilitava que sua propaganda chegasse a todas as regiões do país.

Outro ponto abordado pela historiadora é sobre a crítica ao poder moderado e à coroa, que na concepção dela, não poderia ter causado a queda do imperador, porque elas existiam desde a queda do gabinete Zacarias de Góis, 30 anos antes.

De acordo com Castro, a proclamação foi realizada por jovens militares oriundos do curso superior da Escola Militar do Rio de Janeiro, eram eles: alferes-aluno, tenentes e capitães influenciados pelo cientificismo e a importância dada ao mérito pessoal. O autor aponta que foram estes dois elementos que influenciaram e foram fundamentais ao exército na derrubada do regime monárquico. Destaca-se que apesar da atuação do exército na proclamação da república, tanto a base da pirâmide hierárquica militar e a marinha estiveram ausentes do ato. Dos oficiais que se situam no topo da hierarquia militar apenas o General Deodoro da Fonseca <sup>64</sup>teve participação. Já entre os oficiais superiores, pouquíssimos se envolveram.

As participações de Deodoro e Benjamin <sup>65</sup>Constant foram fundamentais para a noção de unidade no conjunto militar, embora saibamos que não havia um consenso entre eles. A falta

---

<sup>64</sup> Biografia de Marechal Deodoro da Fonseca. Cf LEMOS, Renato. Deodoro da Fonseca. In: ABREU, Alzira Alves. et. all: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, 2001. Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>

<sup>65</sup> Biografia de Benjamin Constant. Cf: LEMOS, Renato. Benjamin Constant. In: ABREU, Alzira Alves. et. all: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, 2001. Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSTANT,%20Benjamin.pdf>

de definição sobre o que era uma república de fato, também contribuiu para que os militares que possuíam um pensamento próximo se aliassem de forma harmônica, entretanto, também contribuiu para que essa débil união se desfizesse logo após a instalação da nova república.<sup>66</sup>

Após a proclamação da república, os republicanos tiveram que enfrentar desafios como a centralização política, formação nacional e afirmação da cidadania, problemas estes herdados do império. Além disso, havia a necessidade de consolidação do novo regime<sup>67</sup>. Como afirma Silva:

A república foi instaurada, mas ainda precisava ser consolidada, legitimada e institucionalizada. Era preciso preencher o vazio instaurado pelo novo regime, que precisava se sobrepôr a um passado de longas décadas. Um longo processo que se iniciava e que, para Renato Lessa, só se concretizou com Campos Sales e a política dos governadores.<sup>68</sup>

Embora fossem iminentes os desafios, havia expectativa de esperança e harmonia para o povo brasileiro, porém o que ocorreu durante a primeira década foi uma turbulência e anarquia política como nos mostra Backes:

O período que se inicia a Proclamação da República é extremamente complexo. Ocorrem vários conflitos de todos os tipos, passando por revoltas armadas contra o Governo Federal e contra os governos estaduais; é formado um partido nacional, que logo se desfaz; um congresso é fechado; um Presidente é deposto; e outro escapa por pouco de um atentado. A tumultuada primeira década republicana termina com um arranjo que pacifica as relações entre os grupos, o qual ficou conhecido como os pactos dos governadores.<sup>69</sup>

Isso pode ser explicado primeiramente com a exclusão do povo e benefícios que a República deveria trazer em sua bagagem, como direito moradia, educação de qualidade, liberdade de ir e vir por todos os lugares, direitos trabalhistas, o direito ao voto, já que até o ano de 1930 apenas 7,8 % da população brasileira tinha poder de voto de acordo com a Constituição de 1891, ou seja, de 30,6 milhões de pessoas, apenas 2,4 milhões poderiam participar do sufrágio eleitoral. Entre outras coisas<sup>70</sup> McCann diz que a República sobreviveu a força e que

<sup>66</sup>*Ibid.* 2013, p. 3-4.

<sup>67</sup>CARVALHO, José Murilo. Utopias republicanas. In: \_\_\_\_\_, *A Formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990, p. 17- 33.

<sup>68</sup>SILVA, Camila de Freitas. O 15 de Novembro na imprensa carioca. *AEDOS: Revista do corpo discente do PPG - História da UFRGS*, n. 8. Vol. 3, Rio de Janeiro- Junho 2011, p. 179. (ISSN: 1984-5634)

<sup>69</sup>BACKES, Ana Luiza, Pactos e as interpretações. In: \_\_\_\_\_ *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília. Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações. 2006. P. 33. (Parlamento em Teses. 1)

<sup>70</sup>CARVALHO, 2016, ,p.14

a sua demora em buscar o voto popular estaria ligado à sua consciência de legitimidade. Desta forma, o povo que assim como não enxergava o Império como seu representante, viu na República situação semelhante.<sup>71</sup> De 1822, quando ocorre a independência do Brasil, a 1930, ano que marca o fim da Primeira República, a única alteração no que diz respeito à cidadania foi a libertação dos negros, que foram inclusos nos direitos civis, porém isto aconteceu de maneira mais formal que concreta. Desta forma, Carvalho conclui que a alteração nos direitos do povo foi diminuta.<sup>72</sup> Assim, durante a década de 1890, ocorreu a revolta de Canudos,<sup>73</sup> considerada na História brasileira exemplo de fidelidade incondicional a suas crenças. Sob o comando do beato Antonio Conselheiro milhares de seguidores lutaram no interior da Bahia e se manifestaram politicamente ao lutarem contra a obrigação de pagamento de impostos e a mudança da relação entre Igreja e Estado, humilhando o Exército.<sup>74</sup>

Outro motivo para este período em questão é que após a proclamação, alguns civis acreditavam que os militares entregar-lhe-iam o poder o que não aconteceu. O relacionamento ruim com o Congresso e também outros motivos levou ao Governo de Deodoro da Fonseca (15/11/1889 a 23/11/1891) bastante instabilidade política a ponto de este renunciar ao poder. Floriano Peixoto (23/11/1891 a 15/11/1894), vice-presidente, assumiu o cargo deixado e teve a oportunidade de implantar um governo forte. Mas as discordâncias entre civis e militares sobre quem deveria assumir o cargo de presidente continuaram, tornando-se cada vez mais afloradas.

No Brasil, três concepções de modelos de repúblicas se destacaram no século XX e influenciaram na formação do novo regime político. São elas: liberalismo, jacobinismo e positivismo. Embora estas correntes fossem de matrizes ideológicas diferentes, caminharam juntas até o golpe de 15 de novembro. A partir de então, as forças republicanas começaram a andar sem conformidade, pois defendiam ideais diferentes.

O primeiro modelo de república que apresentaremos é o liberalismo baseado na forma americana. Ele foi adotado pelos proprietários rurais, especialmente os proprietários de terras paulistas que, desde 1871, eram a maior parte do partido republicano melhor organizado. Este modelo político era o que mais agradava aos proprietários rurais porque:

Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo a ampla participação popular tanto na implantação, como no governo da

<sup>71</sup> MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In:\_\_\_\_\_. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras. 2007, p. 44

<sup>72</sup> CARVALHO, José Murilo. Primeiro passo (1822-1930). In:\_\_\_\_\_, *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007, p. 17.

<sup>73</sup> Sobre a Guerra de Canudos. Cf. CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

<sup>74</sup> Id. 2016, p. 16

República. Mais ainda ao definir o público como a soma de interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para defesa de seus interesses individuais.<sup>75</sup>

Além disso, “convinha-lhes também a ênfase americana na organização do poder, não apenas por estar na tradição de um país, mas, principalmente, pela preocupação com a ordem social e política própria de uma classe de ex-senhores.”

Diferentemente do modelo americano, que se constituiu graças à necessidade de formar uma sociedade com organização de poder, o liberalismo consolidava as desigualdades sociais. Sobre isso Carvalho afirma que o presidencialismo e o darwinismo republicano, juntos, estavam prontos para constituir um regime autoritário.

O segundo modelo, o jacobinismo, era representado por professores, intelectuais, artistas, pequenos proprietários, dentre outros. “Para estas pessoas, a solução liberal ortodoxa não era atraente, pois não controlava recursos de poder econômico e social capazes de coloca-los em vantagem em um sistema de competição livre”<sup>76</sup>. Conforme Carvalho, a ideia de república a partir da versão jacobina era abstrata ao povo, embora fosse a que dava mais protagonismo aos mesmos, e a dificuldade de operacionalizar as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade deixaram-nas no campo simbólico. De acordo com o autor, os defensores deste viés ideológico viam na monarquia semelhanças do antigo regime francês deposto em 1789, a ponto de pensar em participação popular efetiva na luta pela república, porém a massa populacional apoiava a monarquia. Era notável entre liberais e jacobinos a importância do estado para seus interesses, mesmo sendo esta um reflexo da monarquia. Silva Jardim era o seu principal representante, e almejava promover um fuzilamento contra o Conde d’Eu, marido da Princesa Isabel, e que possuía origem francesa. A realização de um desejo como esse traria mais legitimidade à Revolução no Brasil, acreditava o republicano histórico.<sup>77</sup>

O terceiro modelo, por sua vez, foi o positivista e o mesmo trazia uma gama de teorias que ofereciam a solução para acabar de vez com a monarquia e consolidar a república. São elas: condenação da monarquia em nome do progresso, separação entre igreja e estado, a ideia de uma ditadura republicana, além de um apelo a um governo executivo forte e intervencionista. Este modelo propunha a inserção de camadas sociais mais baixas na sociedade moderna, de uma política social implantada pelo estado, mostra-se mais eficaz do que o modelo francês e atraiu o operariado, mais precisamente o estatal. Os militares foram os seus principais

---

<sup>75</sup>CARVALHO, j. 1999, p. 24.

<sup>76</sup>*Id. Ibid*, p. 25

<sup>77</sup> *Id.* 2016, p. 13

representantes, embora este modelo não considere a ação política realizada por militares adequada, pois eles são o próprio estado. Entretanto os mesmos conseguiram contornar essa situação graças à sua formação científica e adotaram o modelo da ditadura republicana<sup>78</sup>.

Ainda conforme Carvalho:

Ora, além de ter surgido em uma sociedade desigual e profundamente hierarquizada, a república brasileira foi proclamada em um momento de especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão. A febre especulativa atingiu de modo especial a capital do país, centro dos acontecimentos que levaram a República. Em vez da agitação do Terceiro Estado, a república brasileira nasceu na agitação dos especuladores, agitação que só fez aumentar pela continuação da política emissionista. O espírito de especulação, de enriquecimento pessoal a todo custo, denunciado amplamente na imprensa, na tribuna, nos romances, dava ao novo regime uma marca incompatível com a virtude republicana. Em tais circunstâncias, não se podia nem mesmo falar na definição utilitarista política como a soma dos interesses individuais. Simplesmente não havia preocupação com o público. Predominava a mentalidade predatória, o espírito do capitalismo sem a ética protestante<sup>79</sup>.

Durante o governo de Floriano Peixoto, que tinha orientação jacobina, houve um combate contra especuladores e banqueiros, mas durou pouco tempo. Para o autor a corrupção voltou de tal modo a fazer parte do novo regime que sua imagem ficou deteriorada e a monarquia que anteriormente era acusada de corrupção virou símbolo de “austeridade”. Como nos mostra Carvalho:

Já ficou registrado que o fim do Império e o início da República foi uma época caracterizada por uma grande movimentação de ideias, em geral importadas da Europa. Na maioria das vezes. Eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando de grande confusão ideológica: Liberalismo, Positivismo, (...) misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas. Contudo, seria enganoso descartar as ideias da época como simples desorientação. Tudo era sem dúvidas, um pouco louco, mas havia uma lógica na loucura, como poderemos verificar no nosso exame de problema de cidadania<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup>Ibid. 1999, p. 27-28.

<sup>79</sup>CARVALHO, J. 1999, p. 30.

<sup>80</sup>CARVALHO, José Murilo. República e Cidades. In: \_\_\_\_\_, *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia da Letras. 2004, p. 42 - 65.

Como podemos observar, entende-se que essas matrizes ideológicas, embora diferentes, não foram descartadas, mas moldadas às necessidades e interesses daqueles que obtinham o poder. A matriz ideológica jacobina foi a que ganhou mais espaço durante o governo de Floriano Peixoto e teve seu climax durante a tentativa de assassinato do Presidente Prudente de Moraes. A partir do Governo Campos Sales, a corrente de pensamento dominante passou a ser a ser Liberal-Federalista, e assim São Paulo passou a ter influência predominante na política nacional, trazendo cada vez mais o federalismo e sendo cada vez menos liberal.<sup>81</sup>

### Considerações finais:

Desta forma, entendemos que o começo republicano foi muito turbulento no espaço político em que a violência estava presente e ainda, que não há uma conclusão clara dos motivos que teriam resultado na intalação do Novo Regime e a queda do Império. Percebe-se também que não havia uma compreensão uniforme do que viria a ser este regime ao observarmos três modelos de república existentes. Além disso a República claramente não tinha chegado para todos, pois a população pouco teve direitos essenciais atendidos. Ou seja, o povo foi excluído. Em meio a esta situação o povo reagiu como pode, e o exemplo disto é a própria Guerra de Canudos ocorrida ainda dentro da primeira década republicana, no interior da Bahia, que lutou contra o Exército.

### REFRÊNCIAS:

BACKES, Ana Luiza, Pactos e as interpretações. In: \_\_\_\_\_ *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília. Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações. 2006. P.

CARVALHO, José Murilo. Primeiro passo (1822-1930). In: \_\_\_\_\_, *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007, p.

CARVALHO, José Murilo. O pecado orgininal da República: como a exclusão do povo marcou a vida política no país até os dias de hoje. In: \_\_\_\_\_. *O pecado orgininal da República: Debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Jnairo, Editora Novo Tempo. 2016, p. 13-18

CARVALHO, José Murilo. República e Cidanias. In: \_\_\_\_\_, *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia da Letras. 2004, p. 42 - 65.

---

<sup>81</sup> Id. 2016, p. 14

CARVALHO, José Murilo. Utopias republicanas. In: \_\_\_\_\_, *A Formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990, p. 17- 33.

COSTA, Emília Viotti da. A Proclamação da República. In: \_\_\_\_\_, *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 450-492

MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In: \_\_\_\_\_. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras. 2007, p. 27 – 101,

SILVA, Camila de Freitas. O 15 de Novembro na imprensa carioca. *AEDOS: Revista do corpo discente do PPG - História da UFRGS*, n. 8. Vol. 3, Rio de Janeiro.2011

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS TRABALHADORAS BANCÁRIAS PIAUIENSES****HISTORY AND MEMORY OF PIAUIAN BANKING WORKERS****HISTORIA Y MEMORIA DE LAS TRABAJADORAS BANCARIAS PIAUIENSES**Kamila Albuquerque de Araújo (UFPI)<sup>82</sup>

**Resumo:** Principalmente no que diz respeito ao trabalho feminino, através do aumento de sua participação em diversas atividades econômicas e profissionais. No Brasil, esse processo vem ocorrendo desde a metade dos anos 1970, e representa uma nítida mudança não só de natureza demográfica, mas também nos padrões culturais da sociedade. O trabalho bancário é um exemplo claro dessas modificações, pois caracterizou-se como uma atividade de notável presença masculina. Contudo, a profissionalização das mulheres nos bancos permitiu uma reconfiguração do setor. O presente artigo, objetiva analisar essas experiências femininas no mercado de trabalho bancário piauiense, nas décadas de setenta e oitenta. Assim, a partir das narrativas das trabalhadoras bancárias, buscamos compreender suas trajetórias de ingresso nos bancos públicos e privados do Estado do Piauí, destacando aspectos relacionados a profissionalização, a escolarização e ao cotidiano de trabalho. Isso possibilita visibilidade as mulheres, ao destacarmos essa atuação no espaço público, sob a perspectiva do trabalho contemporâneo. Para tanto, utilizamos a metodologia da história oral, ou seja, entrevistas orais temáticas, articuladas com as fontes documentais disponibilizadas no arquivo do Sindicato dos Bancários do Piauí. Além disso, o diálogo teórico com outros pesquisadores como Maria Rosa Lombardi, Heleieth Saffioti, Maria Izilda Matos, Andrea Borelli, Jean-Pierre Rioux, Janaína Amado, Verena Alberti, entre outros, foi fundamental para compreensão dessa temática.

**Palavras-chave:** História. Memória. Bancárias.

**Abstract:** Denominated as "century of women", the twentieth century, allowed a series of transformations, mainly in regard to women's work, by increasing their participation in various economic and professional activities. In Brazil, this process has been taking place since the mid-1970s, and represents a clear change not only in the demographic nature, but also in the cultural patterns of society. Bank work is a clear example of these modifications, as it has been characterized as an activity of remarkable masculine presence. However, the professionalization of women in the banks has allowed a reconfiguration of the sector. This article aims to analyze these female experiences in the Piauían banking labor market in the seventies and eighties. Thus, from the narratives of bank workers, we seek to understand their paths of entry into the public and private banks of the State of Piauí, highlighting aspects related to professionalization, schooling and daily work. This makes women visible by highlighting this performance in the public space, from the perspective of contemporary work. For that, we used the oral history methodology, that is, thematic oral interviews, articulated with the documentary sources made available in the archive of the Banking Union of Piauí. In addition, the theoretical dialogue with other researchers such as Maria Rosa Lombardi, Heleieth Saffioti, Maria Izilda Matos, Andrea Borelli, Jean-Pierre Rioux, Janaína Amado, Verena Alberti, among others, was fundamental for understanding this theme.

**Keywords:** History. Memory. Banking.

**Resumen:** Principalmente en lo que se refiere al trabajo femenino, a través del aumento de su participación en diversas actividades económicas y profesionales. En Brasil, ese proceso viene ocurriendo desde la mitad de los años 1970, y representa un nítido cambio no sólo de naturaleza demográfica, sino también en los patrones culturales de la sociedad. El trabajo bancario es un ejemplo claro de esas modificaciones, pues se caracterizó como una actividad de notable presencia masculina. Sin embargo, la profesionalización de las mujeres en los bancos permitió una reconfiguración del sector. El presente artículo, objetiva analizar esas experiencias femininas en el mercado de trabajo bancario piauiense, en las décadas de los setenta y ochenta. Así, a partir de las narrativas de las trabajadoras bancarias, buscamos comprender sus trayectorias de ingreso en los bancos públicos y privados del Estado de Piauí, destacando aspectos relacionados a la profesionalización, la escolarización y el cotidiano de trabajo. Esto posibilita visibilidad a las mujeres, al destacar esta actuación en el espacio público, bajo la perspectiva del trabajo contemporáneo. Para ello, utilizamos la metodología de la historia oral, es decir, entrevistas orales temáticas, articuladas con las fuentes documentales disponibles en el archivo del Sindicato de los Bancos de Piauí. En este sentido, el diálogo teórico con otros investigadores como

<sup>82</sup> Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí-UESPI. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Maurício de Nassau – FAP Teresina. Mestranda em História do Brasil, na Universidade Federal do Piauí-UFPI. E-mail: kaara20@hotmail.com.

Maria Rosa Lombardi, Heleieth Saffioti, María Izilda Matos, Andrea Borelli, Jean-Pierre Rioux, Janaína Amado, Verena Alberti, entre otros, fue fundamental para la comprensión de esta temática.

**Palabras claves:** Historia. La memoria. Bancaria.

## Introdução

O século XX, o denominado “século das mulheres”<sup>83</sup> possibilitou uma série de transformações, principalmente no que diz respeito ao trabalho feminino, houve um aumento de sua participação em diversas atividades econômicas e profissões. No Brasil, esse processo vem ocorrendo desde a metade dos anos de 1970, e representava uma nítida mudança não só de natureza demográfica, mas também nos padrões culturais da sociedade.

Todo esse cenário possibilitou a alteração da identidade feminina, tendo como suporte o movimento feminista e a sua luta pelos os direitos das mulheres em diversos espaços sociais. Dessa maneira, ele contribuiu para que elas tivessem um maior acesso a escolarização e inserção no ensino superior, por conseguinte, novas oportunidades no mercado de trabalho. Nestes sentido, Lipovetsky nos ajuda a compreender que,

[...] A atividade profissional feminina adquiriu direito à cidadania, é agora um valor e uma aspiração legítima, a condição normal da existência feminina. É a recusa de uma identidade constituída exclusivamente pelas funções de mãe, esposa que caracteriza a condição feminina pós-moderna.<sup>84</sup>

A socióloga Heleieth Saffioti, em sua obra o Poder do Macho, enfatiza que essa identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição dos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. Ela determina em que campo pode operar cada sexo, e nesta lógica vai delimitando as funções a serem exercidas tanto pelas mulheres quanto pelos homens.<sup>85</sup> Nesta perspectiva, o trabalho bancário destacou-se como uma dessas atividades, caracterizando-se como um ambiente eminentemente masculino até década de 1960.<sup>86</sup> Nesse período, as mulheres mesmo que em número ainda reduzido começaram a ser contratadas para trabalhar em atividades específicas e com salários ainda inferiores aos dos homens.

---

<sup>83</sup> LOMBARDI, Maria Rosa. A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. COSTA. Albertina (org.) et al. Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p. ?

<sup>84</sup> Para compreender melhor a expressão pós-mulher do lar: LIPOVETSKY, 2000. p.218

<sup>85</sup> SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. p. 8

<sup>86</sup> JINKINGS, Nise. *Trabalho e subjetividade sob o mister de fazer mais dinheiro: o trabalho bancário*. Campinas, SP: IFCH- UNICAMP, 1994, p.128

A presença feminina na atividade bancária sinalizava uma abertura significativa para as mulheres nos espaços públicos, destacando um novo momento da história denominado “pós-mulher do lar.” Contudo, disparidades de gênero nesse mercado de trabalho manifestam-se no que se refere ao exercício de determinadas funções. A esse respeito, é possível dialogar com o trabalho de Maria Izilda Matos e Andrea Borelli, ao analisarem o espaço feminino no mercado produtivo, bem como as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos bancários e de seguros destacam que “[...] as mulheres foram incorporadas em postos na telegrafia, telefonia, contabilidade e como escriturárias, secretárias, guarda-livros entre outros cargos burocráticos de menor status”.<sup>87</sup>

Nesse sentido, Áurea Petersen, analisando a trajetória inserção das mulheres nos bancos do Rio de Grande do Sul, ainda na década de 1960, aponta que as bancárias gaúchas começaram a fazer parte do quadro efetivo dos funcionários nas atividades referentes aos registros de movimentos bancários. O que exigia dos profissionais bancários o treinamento e a habilidade em datilografia para sua execução. Os homens apresentavam resistência ao exercício dessa atividade, considerando-a repetitiva e monótona.<sup>88</sup> Abrindo-se então precedentes para que as mulheres fossem contratadas.

Assim, o objetivo desse artigo é analisar as experiências femininas no mercado de trabalho bancário piauiense, nas décadas de setenta e oitenta, a partir das narrativas das trabalhadoras bancárias, buscamos compreender suas trajetórias de ingresso nos bancos públicos e privados, destacando aspectos relacionados a profissionalização, a escolarização e o cotidiano de trabalho. Isso possibilita visibilidade as mulheres, destacando sua atuação no espaço público, sob a perspectiva do trabalho contemporâneo. Para Jean- Pierre Rioux, os historiadores do século XX sentem ambição por uma história do tempo presente<sup>89</sup>, demonstrando um desejo de identificação daqueles sujeitos que esperaram por longo período um espaço nessa historiografia. Logo,

“[...] atores e testemunhas, humildes ou não esperaram mais muito tempo e dizem alto e claro, como mostra a proliferação de depoimentos em livros, que não pretendem deixar sumir suas forças e tornar insípidas suas lembranças aceitando privar de sentido sua experiência”.<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. *Espaço feminino no mercado produtivo*. In PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 154.

<sup>88</sup> PETERSEN, Aurea Tomatis. *Trabalhando no banco: trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920*. Porto Alegre, 1999. Tese. (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>89</sup> RIOUX, Jean-Pierre. *Pode-se fazer uma história do presente?* In: CHAUVEAU, Agnes; TETART, Philippe. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

<sup>90</sup> Idem, 9. p. 42-43

Além desse desejo recorrente desses sujeitos de falar sobre si e perpetuar sua história, é importante destacar o interesse da pesquisadora em compreender e escrever sobre as trajetórias femininas de profissionalização bancária. Conforme, Janaína Amado ao discorrer sobre essa relação entre o historiador e o informante, é possível afirmar que

“[...] o que em verdade acontece é uma relação *desde o início* negociada, caracterizada pelas trocas entre os objetivos do historiador (escrever a pesquisa acadêmica e, se possível, transformá-la em livro) e os do informante (levar sua experiência até outros círculos sociais, via produto final do trabalho do historiador).”<sup>91</sup>

Notou-se então no primeiro contato com as entrevistadas escolhidas, uma satisfação em compartilhar não só as experiências de suas atividades profissionais bancárias, mas também as pessoais, como as relações com familiares, amigos, cônjuges e os filhos. Algumas de uma forma mais tímida, outras de uma forma mais eloquente. Assim, de acordo Paul Thompson esse ato de “[...] recordar a própria vida é fundamental para o nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essa lembrança pode fortalecer, ou recapturar, a autoconfiança.”<sup>92</sup>

Assim, ao ouvir sobre essas trajetórias femininas de inserção nos bancos piauienses, no ajuda a compreender o lugar das mulheres no exercício dessa atividade. Além disso, nos permite perceber as características estruturais desse grupo de profissionais e como determinadas questões de gênero agem nos diferentes contextos sociais e histórico.

### **A profissionalização bancária feminina.**

O processo de inserção das mulheres nos serviços bancários piauienses acontece nos anos finais da década 1960, em bancos existentes tanto na capital quanto nas cidades do interior. Notava-se que as mulheres integravam o quadro de funcionários, em conformidade com as leis trabalhistas do período. Dessa maneira, as oportunidades para ingresso nessa carreira aconteciam em bancos públicos, privados e nacionais existentes no Estado do Piauí. Algumas já apresentavam experiência em atividades próximas daquelas exercidas em cargos bancários como: caixas em supermercados, auxiliar de escritório em empresas de transportes, vendedoras no comércio e em operadoras de telefonia.

---

<sup>91</sup>AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.15, abr. 1997. p. 154

<sup>92</sup> THOMPSON, Paul. A memória e o eu. In: \_\_\_\_\_. *A voz do passado: história oral*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 209

A partir dos dados presentes nas fichas de qualificação dos funcionários sindicalizados disponibilizadas pelo Sindicato dos Bancários do Piauí, conseguimos esboçar o perfil de algumas das bancárias piauienses. Podemos observar, na sequência, a carteira de identificação de Teresinha de Jesus Melo Cordeiro funcionária do Banco do Brasil admitida na instituição no ano de 1977 na cidade de Canto do Buriti do Piauí:

Figura 1- Carteira de identificação do funcionária do Banco do Brasil



FONTE: Sindicato dos Bancários do Piauí

É importante destacar que as possibilidades de inserção feminina nas atividades bancárias, não ficaram restritas somente para a capital Teresina, demonstrando que as unidades bancárias acompanhando o processo de modernização do Estado expandiam seus serviços para as cidades do interior. No Banco do Estado do Piauí S/A<sup>93</sup> existia um número expressivo de funcionários, de forma que algumas funcionárias já exerciam cargos bancários no início dos anos 1970. Como é o caso, da bancária Francisca Soares da Costa, solteira, admitida no Banco do Estado do Piauí S.A, em 2 de fevereiro de 1970. Sua instrução a nível médio, permitiu seu ingresso no banco como auxiliar de escritório, e sua aposentadoria como telefonista da referida instituição.

Outro exemplo, é o da bancária Cecília Maria de Albuquerque Rodrigues, casada, funcionária do Banco do Estado do Piauí- BEP, ingressou na carreira em 16 de março de 1972, para o cargo de economista. No ano de 1989, ela já tinha 17 anos de profissão, exercendo nessa

<sup>93</sup> O Banco do Estado do Piauí S.A. - BEP, constituído pela Lei Estadual nº 1.678, de 15 de dezembro de 1957, é uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade anônima aberta de economia mista. As décadas de 60 e 70 representaram uma época da consolidação e expansão do Banco, com ampliação da rede de agências, exploração de crédito rural e comercial, expansão do quadro de pessoal e implementação de programas de treinamento.

época o cargo de Técnico em Banco de Desenvolvimento (TDB). Enquanto, Dagmar Leal de Barros, residente na cidade de Picos, começou a trabalhar no BEP<sup>94</sup> na Agência de Picos- PI, em 1977, com o cargo denominado Escriturário “A” e chegou a exercer a função de gerente de contas. Sua contratação destaca que as a mulheres das cidades do interior também estavam inseridas nesse setor, e em cargos elevados da hierarquia bancária.

Além das oportunidades no banco supracitado, verifica-se também a presença de mulheres em bancos públicos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Nessa perspectiva, as bancárias piauienses apresentavam uma aproximação com o perfil de outras mulheres inseridas nos bancos brasileiros desse período. Contudo, é partir da década de 1980 que aumenta significativamente a participação das mulheres no setor bancário brasileiro. As transformações decorrentes da Reforma Bancária<sup>95</sup> possibilitaram as inovações tecnológicas e o processo de automação dos serviços bancários, exigindo um novo perfil de trabalhadores.

Os bancos privados piauienses, também incorporam essa força de trabalho feminina e assim como nos outros, elas fizeram parte dos funcionários contratados. Em 1986, na instituição financeira denominada Banco Mercantil S/A, Carmem Lúcia de Sousa Lima, começava a trabalhar e recebia o cargo de auxiliar de escritório, ao longo de sua carreira chegou a exercer o cargo de chefe de seção. Os cargos assumidos pelas bancárias variavam de acordo com as definições de cada banco. No Banco do Brasil, eram admitidas na carreira administrativa “nível B1” e no Banco do Estado do Piauí, exerciam a função de escriturária “A. Na Caixa Econômica Federal, a função inicial era de escriturária ou auxiliar de escritório enquanto em bancos particulares como o Banco Real, era de escriturária “E”. Vejamos, a seguir, um desses contratos de trabalho das funcionárias realizado pelo BEP:

Figura 3- Contrato de trabalho Banco Estado do Piauí S.A

---

<sup>94</sup> Sigla do Banco do Estado do Piauí- BEP

<sup>95</sup> Sobre Reforma bancária ver: JINKINGS, 1994, p.128

FONTE: Sindicato dos Bancários do Piauí

### **Escolarização e a independência financeira feminina.**

Nascida no interior da cidade União, Francisca de Assis Araújo Silva, funcionária aposentada da Caixa Econômica Federal, apresentava uma trajetória singular quanto as suas experiências profissionais. Por ser a primeira filha de uma numerosa família, era responsável pela administração da casa e dela dependiam os outros irmãos. Conforme nos relatou:

[...] Eu trabalhava e estudava a noite, era curso seriado e trabalhava durante o dia no comércio para sobreviver e sustentar meus irmãos, porque eu também sou a primeira filha e os meus irmãos dependeram de mim para vir para cá estudar comigo, então éramos só os filhos dentro de uma casa e eu era responsável pela administração, era considerado os arrimos de família.<sup>96</sup>

Sua entrada no mercado de trabalho bancário piauiense, aconteceu no ano 1976, através de concurso público promovido pela Caixa Econômica Federal, instituição a qual ela passou grande parte da sua vida profissional: [...] fiz um concurso e passei para Caixa em setenta e seis, então são trinta e dois anos só de Caixa [...] nós éramos chamados economiários. E ai uns eram chamados bancários e outros de economiários.

<sup>96</sup> SILVA, Francisca de Assis Araújo. Depoimento concedido a Kamila Albuquerque de Araújo. Teresina, fev. 2009.

Analisando as trajetórias profissionais dessas trabalhadoras observamos um aspecto relevante que muitas tinham uma formação a nível superior. Francisca de Assis, ao falar do seu processo de escolarização, destaca também o ingresso no ensino superior piauiense:

[...] eu nasci em União no interior de União num povoado chamado Salobro até os dez anos eu estava lá, o primeiro grau era lá mesmo no interior. A partir da quarta série do primeiro grau, eu vim de União. [...] Consegui conhecer e me aproximar de religiosas freiras que moram lá em União, fiz o segundo grau num colégio delas no Ceará em Russas, fiz a formação de professora né, pedagógico, por elas eu fui até a esse colégio. [...] Cheguei em Teresina em setenta e um, fiz o vestibular no último ano que criaram a Universidade Federal do Piauí e fiz o vestibular para Letras, do jeito que eu vim daquela escola, eu fiz o vestibular e passei em décimo terceiro lugar.<sup>97</sup>

Seguindo um caminho parecido, Maria Regina Sousa, funcionária aposentada do Banco do Brasil, era admitida em março de 1983, para a carreira administrativa nível B-1. Ela também obteve sua formação no ensino superior na Universidade Federal do Piauí na cidade de Teresina. No seu depoimento, relatou a importância dos estudos em sua vida, pois era filha de trabalhadores rurais que viam na formação de seus filhos a oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

[...] Olha eu nasci em União- Piauí, na zona rural, meu pai era trabalhador rural sem-terra né, trabalhava terra alheia e felizmente conseguiu botar a gente para estudar, então me formei pela Universidade Federal do Piauí, Letras...Duas habilitações Francês e Inglês.<sup>98</sup>

A sua formação em Letras permitiu que ele exercesse anteriormente a carreira de professora no ensino público da capital, deixando a função do magistério somente quando entra para o mercado de trabalho bancário. Todo esse quadro ia de encontro com as oportunidades que a maioria das jovens piauienses vivenciavam nesse período. Os cursos de licenciatura ou a formação em cursos pedagógicos para inicialmente seguirem a carreira no magistério. De acordo com Elizângela Cardoso, no interior a maioria dos municípios oferecia apenas o ensino primário. Logo, a população feminina e masculina que buscasse dar continuidade aos estudos, precisava vir a cidade de Teresina para terem as maiores possibilidades de acesso à escola em todos os níveis.<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> SILVA, fev. 2009.

<sup>98</sup> SOUSA, Maria Regina. Depoimento concedido a Kamila Albuquerque de Araújo. Teresina, maio. 2009.

<sup>99</sup> CARDOSO, 2003. p.71

Além da busca por essa escolarização, no perfil das bancárias, destacava-se a diversificação, havia tanto mulheres jovens quanto mulheres mais velhas com a faixa etária entre 20 e 45 anos. Algumas quando admitidas nos bancos eram solteiras, isso demonstrava que a busca pela profissionalização e realização pessoal já figurava entre os desejos femininos dessas piauienses. Uma exemplo dessas experiências em busca de independência financeira, é o de Norma Soely, funcionária também aposentada do banco Caixa Econômica Federal, nasceu em Codó no Maranhão e por conta da migração do pai devido ao trabalho em empresa privada, acabou fixando residência na cidade de Teresina. Nesse sentido, ela recorda:

[...] Eu me lembro que desde criança eu sonhava em trabalhar, em um dia ter o meu trabalho, meu dinheiro e aí quando eu completei 19 anos. Como meu, a minha certidão de nascimento eu sou registrada um ano, como se eu tivesse nascido um ano depois, eu só pude começar a trabalhar com 19 anos né?! Aí eu fui para empresa privada e o dinheiro não dava, dava mal para comprar shampoo e umas roupinhas e eu digo: Não quero isso para mim, não! Eu vou fazer concurso, eu vou, eu quero ter meu carro, eu quero ter minha casa. Eu quero! Eu sempre sonhei mais alto do que a minha condição estava. É que meu pai não tinha dinheiro nem para dar para o lanche, livro nunca foi comprado um livro para eu estudar. Eu sempre estudei em escola pública e sem livro. Sempre copiando, eu ainda hoje eu tenho mania de copiar tudo (risos). Então eu fiz o concurso da Caixa para minha independência financeira.<sup>100</sup>

A entrevistada enfatiza ainda as dificuldades de escolarização no período, pois seus pais não tinha boas condições financeiras. Porém, isso não representou impedimento para que ela buscasse sua formação no ensino superior e por conseguinte a conquista de sua independência financeira através da aprovação em concursos:

Eu me lembro que eu fiz do Banco do Brasil, não sei se um ou dois, não um do Banco do Brasil e aí não passei, aí no da Caixa eu passei para a segunda turma né?! Que eles chamaram, que eles fizeram uma segunda chamada e na época eu passei no vestibular para letras e eu me lembro que eu passei em vários concursos assim. Eu passei no concurso da Fundação Bradesco trabalhei lá também, um ano, que é uma escola e foi assim concorridíssimo. Passei num concurso da Emater, mas diz que a lista lá era política que indicava para trabalhar [...] <sup>101</sup>

Da mesma forma, a bancária Solimar Silva<sup>102</sup>, aprovada no concurso da Caixa Econômica em 1982, destacou suas experiências de aprovações em outros concursos.

<sup>100</sup> GUIMARÃES, Norma Soely. Depoimento concedido a Kamila Albuquerque de Araújo. Teresina, fevereiro, 2018

<sup>101</sup> Idem, 21.

<sup>102</sup> SILVA, Solimar. Depoimento concedido a Kamila Albuquerque de Araújo. Teresina, 31 de Maio 2018.

Entretanto, seu interesse em trabalhar nos bancos foi marcante pela questão salarial. Através do trabalho ela pretendia ajudar a família, que não tinha uma situação financeira tão confortável, conforme ela nos relatou:

[...] quando eu, atingi dezoito anos eu fiz um concurso para, na época era IAPEP [...] e eu passei em primeiro lugar, o cargo de recepcionista [...] trabalhei lá por três anos e fiquei insatisfeita com o salário, porque para ajudar a família, né? Então fiz vários, Banco do Nordeste, e dentre eles eu passei no concurso da Caixa, não tive dúvidas torci pela convocação que foi em 1984.<sup>103</sup>

Para ela a aprovação no concurso da Caixa representou uma “vitória muito grande”, e desde que assumiu o trabalho bancário em junho de 1984 proporcionou a ela e sua família uma melhor condição vida, além da possibilidade de conciliá-lo com sua formação a nível superior:

[...] eu assumi em junho de 1984, daí para cá eu tenho ajudado muito a minha família, foi uma grande, é, vitória assim, que eu considero né?! Continuei fazendo concurso, mas na Caixa eu tive condição de fazer aquilo que eu tanto almejava. Ajudar não foi da melhor maneira possível, mas ajudar minha família e também conciliar com o curso superior.<sup>104</sup>

Traçando o perfil dessas mulheres bancárias demonstramos que elas apresentavam um crescimento relativo no que se refere a nível de escolarização, isso ficou evidente nas entrevistas realizadas com as funcionárias aposentadas e sindicalizadas Francisca De Assis, Maria Regina Sousa, Norma Soely e Solimar Silva quando falavam sobre seu processo de formação escolar a nível de segundo e terceiro grau. Dessa maneira, o fator escolarização coloca-se como um grande aliado no contexto de qualificação profissional dessas trabalhadoras piauienses.

### **Cotidiano de trabalho e o “lugar” das bancárias**

Na década de 1980, o aumento da presença feminina no setor bancário acompanhou os processos de mudança tecnológica e organizacional dos bancos. Segundo, a entrevistada Regina Sousa, o universo bancário piauiense foi um espaço masculino até esse período, quando então é iniciada uma reconfiguração desse setor com a entrada das mulheres:

---

<sup>103</sup> SILVA, Maio, 2018.

<sup>104</sup> SILVA, Maio, 2018.

[...] nos bancários era...foi uma profissão essencialmente masculina...teve até um certo tempo eu não me lembro bem, mas que não era permitido bancária mulher, no Banco do Brasil por exemplo só tinha homem. Então foi uma coisa muito mais, que permitiu que as mulheres fizessem o concurso do Banco do Brasil. Então era uma categoria até os anos oitenta quando nós chegamos no banco...era uma categoria essencialmente masculina.<sup>105</sup>

Diante dessa multiplicidade de experiências femininas no mercado de trabalho bancário, é possível observar como as práticas sociais, familiares e culturais interferem na dinâmica das relações de trabalho. Conforme nos explica Norma Soely, sobre a sua escolha em trabalhar na Caixa Econômica Federal:

Tinham muitas mulheres, inclusive a Caixa é considerada feminina, e teve uma colega Rita Rios, que ela está em Parnaíba. Ela participou do sindicato comigo na época, [...] ela já trabalhava no Banco do Brasil, e aí ela foi chamada para Caixa e disse: A Caixa é muito feminina e eu me identifiquei com a Caixa, né?! Muitas mulheres realmente [...], se eu não me engano quase a metade [...].<sup>106</sup>

Neste sentido, é possível apreender nesses relatos referentes as trajetórias pessoais e profissionais que existiam assimetrias nessas relações de trabalho, e que elas eram determinantes na definição dos cargos que as bancárias deveriam ocupar. Norma Soely, discorrendo sobre seu cotidiano de trabalho afirma de forma enfática que:

No prédio da Areolino de Abreu que é a sede da Superintendência Regional. Muitas mulheres trabalhando e assim que a gente sempre teve... percebeu que no nível intermediário a maioria mulheres e no nível de chefia, gerência de unidade, a maioria homens. Ainda hoje tem muito isso né?! Já melhorou a participação das mulheres em cargos de chefia maior, mas geralmente cargos administrativos intermediários.<sup>107</sup>

Um outro aspecto relevante quanto ao “lugar” das bancárias, é que mesmo verificando-se um crescimento gradual da presença feminina em postos de direção, gerência e supervisão de bancos, ainda persistiam as práticas discriminatórias que limitavam a vida profissional dessas mulheres. Apesar do incremento do nível de escolaridade entre a população feminina, sua crescente participação e envolvimento no trabalho extra doméstico evidenciava-se uma

---

<sup>105</sup> Idem, 16

<sup>106</sup> GUIMARÃES, Norma Soely. Depoimento concedido a Kamila Albuquerque de Araújo. Teresina, fevereiro, 2018.

<sup>107</sup> Idem, 24

permanência histórica da segregação ocupacional por gênero<sup>108</sup>. Essa situação bem foi analisada pela entrevistada Norma Soely quando diz que:

Olha, o ser mulher eu comecei a perceber com um tempo. [...] estudando o movimento feminista, que a gente tem que estudar a mulher e estudar toda essa situação para compreender. O ser mulher ele impede demais, não é por eu ser mulher que impede, é o preconceito que está embutido na mente de quem vai escolher. Por exemplo, se tiver um homem e uma mulher para ganhar uma função. Eles escolhem um homem. Aí eles já dizem que função, se for uma função de chefe de agência, por exemplo, mas, ela não vai poder ir para o interior. Ah! Ela tem filho e ela tem que ficar saindo para levar o médico. [...] Sempre tem a condição de ser mulher como um empecilho e a gente compreende isso com o tempo. Mas no início não fica e nem hoje não fica evidente que é por isso. Sempre tem outros motivos.<sup>109</sup>

É importante evidenciar como a participação no movimento feminista permite que ela tenha uma melhor compreensão das disparidades de gênero no trabalho bancário. Contudo, essa percepção foi sendo construída ao longo tempo, a partir de suas diferentes experiências no cotidiano de trabalho no banco. Quando perguntada se sofria discriminação ou piadinhas de seus pares quanto ao exercício de sua função ela lembrou que:

É eu me lembro que disseram assim, porque como eu já vendi os imóveis da caixa e tinha uma comissão. Mas a comissão, eu fazia um trabalho tão bem feito que não precisava eles supervisionarem. [...] Mas assim, tinham uma confiança no meu trabalho. Então eu fazia o trabalho todinho e eles iam só conferir. E perceber que estava tudo ok. Então foi por isso que eu ganhei a função de supervisão, de chefia de setor. Mas no início, eu dizia: eu sou chefe de mim mesma, eu sou líder de mim mesma (risos). Aí não tem problema. (risos). O problema é quando você começa a liderar outras pessoas. Mas eu me lembro que quando o meu chefe, meu chefe imediato foi defender para que eu receber essa chefia. Disseram não, mas não ela não tem nem subordinado para que ela vai ser chefe de alguma coisa. Deixa ela fazendo o serviço mesmo sem nenhuma remuneração a mais. Porque tinha uma remuneração a mais. Então acontece esse tipo de coisa. Subestimam o trabalho da gente. Achem que porque a gente faz o trabalho sozinha, é fácil. Mas a gente sabe que a gente faz o trabalho de mais de três pessoas. Eu sei sempre me lembro de fazer o trabalho de mais de três pessoas dentro da Caixa, normal. Você principalmente na falta de pessoal, você está ali no seu serviço, mas você não dá conta só daquela coisinha ali, mas você dá conta de todo um à sua volta.

---

<sup>108</sup> JINKINGS, 2000, p.184

<sup>109</sup> GUIMARÃES, Norma Soely. Depoimento concedido a Kamila Albuquerque de Araújo. Teresina, fevereiro, 2018.

Uma outra experiência no exercício do trabalho nos bancos relaciona-se ao atendimento dos clientes. Na fala da entrevistada, é possível compreender como as questões de gênero se manifestam nesse ambiente bancário:

Mas acontece e acontece mais com as mulheres até os próprios clientes. [...] Aí o gerente da agência, da última agência que trabalhei ele gosta muito de mim. Ele me admira muito mesmo e elogios é rasgado para todo mundo. A Norma é demais, a Norma faz tudo bem feito. A Norma tal. Aí que a gente foi trabalhar nessa agência. Ele foi chamado e ele perguntou se eu topava ir também, e eu fui para ajeitar a agência [...] Era um mundo de gente, era agência pequena e terminava ficando assim, muito sem controle. [...] eu fui e nós conseguimos arrumar a agência. Aí uma vez um cliente gritando e eu explicando porque que ele não podia ter o que ele queria. Aí explicava e ele mas...não o sei o que, não sei o que. E eu, senhor, com maior calma explicando. Aí eu digo, vou chamar bem aqui o gerente para lhe dizer. Aí quando o gerente chegou esse homem falou tão baixinho que eu quase não ouvi a voz dele (risos). [...] Aí ele disse assim, o gerente disse assim: Norma tem que saber conversar com o cliente. Eu digo, mas do mesmo jeito que você falou, eu falei, é porque você é homem que ele lhe respeitou.<sup>110</sup>

Portanto, além das dificuldades de ascensão na carreira, as bancárias tinham que lidar com as diferentes formas de resistência a sua participação mais ativa na força de trabalho, presentes nessas situações vivenciadas no cotidiano de trabalho dos bancos.

### **Considerações finais**

As trajetórias das trabalhadoras bancárias são marcadas por inúmeros conflitos, que marcam a sua busca por visibilidade dentro desse espaço marcadamente masculino. Assim, a história oral aparece como uma importante aliada dos historiadores orais que tinham interesse em dar voz aqueles que não tinham espaço na historiografia, por exemplo, as mulheres. Conforme, destaca Silvia Salvatici:

Recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres estão criando uma nova história usando nossas próprias vozes e experiências. Estamos contestando o conceito tradicional de história, aquilo

---

<sup>110</sup> GUIMARÃES, Norma Soely. Depoimento concedido a Kamila Albuquerque de Araújo. Teresina, fevereiro, 2018.

que é historicamente importante, e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história.<sup>111</sup>

A intenção da pesquisa aqui apresentada segue aquilo que Paul Thompson deixou em evidência em seu estudo sobre a memória e o eu. Portanto, a utilização dos relatos orais tinham como principal objetivo não a busca de informações ou evidências que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma das partes. Ouvindo os relatos de nossas entrevistadas conseguimos compreender o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista.<sup>112</sup>

Outro aspecto a ser considerado quanto ao uso de entrevistas orais, é apontando por Verena Alberti, para ela a entrevista em si, deve ser tida e analisada como um todo, importando tanto o conteúdo do que se deixa gravado quanto a forma com que é enunciado<sup>113</sup>. Assim, através dessas narrativas das bancárias piauienses assimilamos como a desigualdade entre as condições de trabalho masculino e feminino manifestavam-se claramente na atividade bancária. Demonstrando que apesar da conquista feminina de mais um espaço no mercado produtivo, elas ainda precisavam romper com as tais permanências impostas às mulheres.

## Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

AMADO, Janaína. *A culpa nossa de cada dia: ética e história oral*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.15, abr. 1997.

BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. *Espaço feminino no mercado produtivo*. In PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 154.

JINKINGS, Nise. *Trabalho e subjetividade sob o mister de fazer mais dinheiro: o trabalho bancário*. Campinas, SP: IFCH- UNICAMP, 1994, p.128

LOMBARDI, Maria Rosa. *A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho*. COSTA, Albertina (org.) et al. *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

<sup>111</sup> SALVATICI, Silvia. *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. História Oral, v. 8, p.29-42, jan-jun, 2005.

<sup>112</sup> THOMPSON, Paul. A entrevista. In: \_\_\_\_\_. *A voz do passado: história oral*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 258

<sup>113</sup> ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 104

PETERSEN, Aurea Tomatis. *Trabalhando no banco: trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920*. Porto Alegre, 1999. Tese. (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

RIOUX, Jean-Pierre. *Pode-se fazer uma história do presente?* In: CHAUVEAU, Agnes; TETART, Philippe. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. p. 8

SALVATICI, Silvia. *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. *História Oral*, v. 8, p.29-42, jan-jun, 2005.

THOMPSON, Paul. A entrevista. In: \_\_\_\_\_. *A voz do passado: história oral*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

## A MEMÓRIA COMO OBJETO DE (RE) CONSTRUÇÃO DO PASSADO: UM DEBATE TEÓRICO

### THE MEMORY AS AN OBJECT OF (RE) CONSTRUCTION OF THE PAST: A THEORETICAL DEBATE

Viviane Pedrazani<sup>114</sup>

**Resumo:** A memória se configura como um campo dentro das ciências humanas marcado por intensas discussões. O presente artigo tem como objetivo compreender a memória em seu percurso como fenômeno histórico particular e eixo de organização social compartilhado pelas sociedades ocidentais modernas, buscando subsídio enquanto ferramenta conceitual e teórica. Aborda-se, num primeiro momento, como a memória passou a ser investigada pela ciência histórica, sobretudo na relação dialética, embora distinta, entre memória e história, com destaque para grandes historiadores na linha de frente, tais como Jacques Le Goff e Pierre Nora, dentre outros. Segue-se a exposição de como diversos pensadores têm partilhado de uma expressão comum quando tratam de memória, a saber, referimo-nos à expressão memória coletiva, cunhada pelo sociólogo Maurice Halbwachs na clássica obra *A Memória Coletiva*. Com base nesse eixo norteador, amplia-se a discussão de como o Estado Nacional se apropriou do campo da memória com o objetivo de formação/consolidação de nações e nacionalidades, em diferentes continentes, com naturezas históricas distintas, desempenhando papel fundamental na formação e coesão de uma identidade própria desses novos estados. E, por fim, traz-se à tona o papel da memória na reafirmação das minorias, dos marginalizados e dos excluídos, bem como de grupos localizados em esferas “diminutas”, cuja importância dar-se em contextos local ou regional.

**Palavras-chave:** Memória, História, Teoria

**Abstract:** The memory is a field within the human sciences marked by intense discussions. The purpose of this article is to understand memory in its course as a peculiar historical phenomenon and axis of social organization shared by modern Western societies, seeking subsidy as a conceptual and theoretical tool. Firstly, it is addressed how memory has been investigated by historical science, in particular the dialectical relation, though distinct, between memory and history, especially great historians on the front lines, such as Jacques Le Goff and Pierre Nora, among others. Then it is exposed how different thinkers have shared a common expression when dealing with memory, that is, we refer to the expression collective memory, coined by the sociologist Maurice Halbwachs in the classic work *The Collective Memory*. Based on this guiding axis, we amplify the discussion of how the National State took possession of the memory field with the objective of formation/consolidation of nations and nationalities, in different continents, with distinct historical natures, playing a fundamental role in the formation and cohesion of an individual identity of these new states. And finally, the role of memory in the

---

<sup>114</sup> Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí.

reassertion of minorities, the marginalized and the excluded, as well as groups located in "small" spheres, whose importance is given in local or regional contexts, is brought to the scene.

Keywords: Memory, History, Theory

Em 1944, foi publicado pela primeira vez o conto *Funes, o Memorioso* (Funes, El Memorioso), de Jorge Luís Borges. O conto narra a história de Ireneo Funes, sujeito dotado de uma memória fantástica capaz de descrever com detalhes todos os brotos, cachos e frutas que se encontravam em uma parreira ou as nuvens austrais de trinta de abril de 1882, comparando-as às dobras de um livro em pasta espanhola que só havia olhado uma vez e às linhas da espuma que um remo levantou no Rio Negro (BORGES, 1979). O exemplo de Funes nos remete ao fato da memória ser um dos elementos mais instigantes inerentes à capacidade humana.

A faísca que desencadeia o rememorar pode acontecer pelo contato com um aroma/odor, um sabor, uma imagem, um cenário, um lugar, um som, um acontecimento - que às vezes, como um fecho de luz, rapidamente perpassa os olhos e, sem sabermos o porquê, nos faz voltar a um momento que não nos é claro de maneira imediata, mas que nossa memória nutre e reconstrói. Na obra *Em busca do tempo perdido*, o francês Marcel Proust escreve poeticamente sobre a memória, destacando que, quando nada subsistir de um passado antigo, após a morte dos seres, depois da destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis, porém mais vivazes, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, o aroma e o sabor conservar-se ainda por muito tempo, como almas, chamando-se, ouvindo, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, levando sem se submeterem, sobre suas gotículas quase impalpáveis, o colossal edifício das recordações (PROUST, 2006). Em cada um de nós vive uma memória cheia de meandros e emaranhados, repleta de significado próprio. A memória tem, sem dúvida, muitas feições.

Cada sujeito porta uma memória que o acompanha ao longo de sua vida, ou seja, possui uma dada consciência do seu passado. A memória, entretanto, não pode preservar todo o passado. Seria humanamente impossível existir em estado permanente de rememoração, caso contrário, viveríamos as mesmas angústias de Funes, o Memorioso, que guardava tudo em sua memória - experiência que, não raro, consumia-lhe dias completos para lembrar dias de outrora.

No curso normal de uma vida, nossa mente seleciona as lembranças e jaz grande parte de nossas vivências. As lacunas de esquecimentos e silêncios são tão significativas quanto as lembranças latentes. De acordo com Lowenthal, “para que a memória faça sentido devemos esquecer quase tudo que vimos. [...] As lembranças precisam ser continuamente descartadas e combinadas; somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer ordem ao caos”

(1998, págs. 94 e 95). Na narrativa do texto de Jorge Luís Borges, afirma-se que pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. Eis a lição que Borges passa ao leitor de seu conto e que serve como reflexão ao historiador. A memória fantástica de Ireneo Funes, diferente do que se imagina à primeira vista, não fazia dele um historiador genial; suas memórias não eram reelaboradas e sim duplicadas incessantemente, conectadas permanentemente ao passado, não permitindo assim que ele ganhasse a devida distância para produzir reflexões, análises e problematizações acerca do tempo pretérito. De fato, isso o debilitava enquanto historiador, uma vez que não há reflexão sem amnésia. Borges, nesse momento, impulsiona o leitor mais atento a perceber de maneira muito sutil a controversa relação memória/história.

Para a (re) construção de processos sociais atinentes à interpretação do passado, história e memória são pensadas como ferramentas analíticas. Essa emaranhada relação e função tem gerado amplo debate teórico que atravessa várias gerações de historiadores, pois abarca os objetivos e embasamentos do trabalho histórico.

Há um consenso entre aqueles que têm a memória por objeto de análise que a dinâmica que a envolve é complexa e, portanto, ela não deve ser vista meramente como uma capacidade mnemônica, de valor dúbio para as ciências humanas. A memória é produto do social e do cultural, ancorada em referenciais do passado e do presente simultaneamente. Em Cícero, citado por Coelho (1999), memória remete tanto ao sentido de antiguidade (na expressão *omnis memória*) quanto ao tempo atual (*nostra memoria*). No limite, não há um tempo presente que não se relacione com (ou integre) um tempo passado e vice e versa. A memória participa da natureza do imaginário como conjunto das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital inconsciente e pensado do ser humano. Assim, a memória não é uma faculdade passiva, mas um princípio de organização – e de organização do todo, frequentemente a partir de um pequeno fragmento do vivido (COELHO, 1999).

Ao longo do tempo, o tema memória vem sendo transformado em um campo tenso de discussões – literalmente um campo de batalha. *Primeiro*, a partir do momento em que passou a ser investigado pela ciência histórica; nesse caso, o cerne do debate compreende justamente a relação dialética, embora distinta, entre memória e história, com destaque para grandes historiadores na linha de frente, tais como Jacques Le Goff e Pierre Nora. *Segundo*, quando utilizado pelo Estado Nacional em (re) construção, apoiado na ideia de modernidade, posto a prática executada por elites que historicamente se sustentam em elementos como progresso, civilização e nação com o intuito de assistirem seus interesses de classe ganharem dimensão nacional a partir do consórcio com os Estados (desempenhando papel fundamental na formação e coesão de uma identidade própria desses novos estados). *Terceiro*, quanto para formação e

reafirmação das minorias, marginalizados e excluídos, bem como de grupos localizados em esferas “diminutas”, cuja importância dar-se em contextos local ou regional.

*A priori*, diligenciamos compreender a memória em seu percurso como fenômeno histórico particular e eixo de organização social compartilhado pelas sociedades ocidentais modernas, buscando subsídio enquanto ferramenta conceitual e teórica.

Na clássica obra *História e Memória*, Jacques Le Goff (1994) demonstra que a memória passou por processos de mudanças no curso do tempo, resultando na sua distinção em relação à história. Para ele, primeiramente é necessário observar as diferenças entre as sociedades de memória fundamentalmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, assim como as fases de transição da oralidade à escrita, em uma “domesticação” do pensamento selvagem.

Le Goff (1994) retrata cinco fases desse processo transitório: a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”; o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-História à Antiguidade; a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; e os desenvolvimentos atuais da memória. Não nos interessa aqui esmiuçar cada uma dessas fases, mas sim a indicação do autor quanto à diferenciação entre memória e história, que para ele tem marco fundante nas mudanças ocorridas na instituição do poder monárquico na antiguidade.

A memória, segundo Le Goff (1994), passou a ter um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e no mundo escolástico e, bem entendido, nas formas rudimentares da historiografia. Com a Renascença, dilata-se enormemente a memória coletiva. Fato relacionado à “revolução” da imprensa. Até então, boa parte dos conhecimentos acumulados de um número expressivo de gerações estava imersa nas práticas orais. Com o impresso, o leitor não é apenas posto em presença de uma memória coletiva abissal, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas também é frequentemente colocado em situação de explorar novos textos. Com a transmissão escrita em escala ampliada, palavra por palavra, assiste-se a uma exteriorização progressiva da memória individual. Exemplo disso são os dicionários, considerados por Le Goff (1994) como uma forma muito evoluída de memória exterior. A externalização do conhecimento através do arcabouço de um conjunto de memórias de caráter técnico, científico e intelectual cada vez mais rico, que definitivamente se sobrepõe à transmissão oral, principalmente nos séculos XVIII e XIX, servirá aos processos legitimadores de cientificidade das ciências humanas nascentes.

A memória escrita incorpora a cientificidade e se afasta de maneira contundente, de acordo com os princípios racionais do Iluminismo, de todo e qualquer conhecimento fundamentado na superstição e em credíes. Das ciências emana a única e verdadeira forma

de conhecimento, assentada em métodos e técnicas precisas. A memória transmitida através da oralidade e carregada de subjetividade passa a ser vista com desconfiança, pois produz verdades de caráter duvidoso para a produção do conhecimento científico. Esse processo persistiu no século XIX, momento da institucionalização da História como ciência, e implicou na determinação daquilo que obrigatoriamente seria modelo de fonte: os documentos escritos. As fontes escritas são eleitas como confiáveis e objetivas, capazes de explicar mais precisamente os fenômenos históricos.

O arquétipo de História metódica, factual e glorificante de determinados eventos e vultos perseverou até o início do século XX, mais precisamente a partir da década de 1920, quando eclodem transformações na historiografia mundial, notadamente a francesa, com a criação da Escola dos *Annales*, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Os novos modelos explicativos buscavam soluções intermediárias para a abordagem das demandas mais urgentes da sociedade humana, suscitando que setores até então marginalizados, como mulheres, negros, indígenas, sujeitos sociais do universo rural e urbano periférico, por exemplo, pudessem ser isonomicamente valorizados dentro da historiografia com paradigmas explicativos alternativos. Tais mudanças na historiografia mundial – principiadas desde os *Annales* - conduziram, segundo Chartier (2004), a novas contiguidades que forçam os historiadores a ler de modo menos diretamente documental os textos ou as imagens, de modo a compreender nos seus significados simbólicos os comportamentos individuais ou os ritos coletivos.

Em *Memória e identidade: perspectiva para a história*, Astor Antônio Diehl (2002) discute como a memória converteu-se em fonte para os historiadores. Ele ressalva que isso se deu, sobretudo, pela relação presente-passado-presente que caracteriza a memória. Essa capacidade tridimensional é apropriada pelo historiador como fonte imprescindível para a ciência histórica.

Nas novas perspectivas historiográficas, ligadas a novas formas de entendimento temporal, os fatos históricos não são mais estabelecidos em uma linha de tempo de lógica cronológica e passam a ser problematizados a cargo de uma conjuntura mais dilatada de rupturas e alterações socioculturais. A partir dessa cisão, a memória se tornou objeto de apreciação dos historiadores, uma vez que seu entendimento só é pleno na longa duração, ou seja, quando conectada a processos históricos mais amplos.

Basicamente, podemos dizer, olhando para os argumentos de Le Goff postos anteriormente, mas destacando também Pierre Nora, Michael Pollak e tantos outros, que a memória é um conceito, um fenômeno social construído, enquanto a história é uma disciplina com métodos, técnicas e arcabouço teórico. Muito se tem ventilado a propósito das linhas

divisórias que separam uma da outra. Para Pierre Nora (1993), a dessemelhança entre um campo e outro está, pois, no fato de que a memória é vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome ela está em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, sofrendo sucessivas deformações, à mercê de usos e manipulações, susceptível de longas latências e de súbitas revitalizações. A história é reconstrução incerta e imperfeita daquilo que já não é mais. A memória é um fenômeno atual, ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado. Porque ela é extremosa e mágica, a memória se ajusta às minúcias que a moldam; ela se sustenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a toda transferência, censura ou projeção, a memória se aprofunda no real, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A história não se relaciona a não ser nas continuidades temporais, nas evoluções e relação de coisas. A memória é um irrestrito, a história não conhece mais do que o relativo. A história centra-se em recriminar a memória espontânea. A memória é sempre suspeita à história, tendo esta por mote aniquilá-la e repulsá-la. Na perspectiva das sociedades de história, nos contornos de um mundo inteiramente historicizado, haveria a derradeira e categórica dessacralização da memória. O movimento e a ambição da história não seria a consagração daquilo que já passou, mas, indubitavelmente, o de sua nulificação (NORA, 1993).

Se Nora vê como problemática a relação entre memória e história, outros teóricos pensam diferente acerca da questão. Alistair Thonson, Michael Frisch e Paula Hamilton (2001), em artigo conjunto intitulado *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*, explicitam que os historiadores, ao instituírem a memória ao mesmo tempo como fonte de alternativas e resistências vernaculares ao poder constituído e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas do poder cultural e político, fizeram muito mais do que meramente congregar a memória ao seu conjunto de ferramentas, fontes, métodos e abordagens. A própria memória coletiva vem se convertendo cada vez mais em objeto de estudo: ela tem sido compreendida, em todos os seus contornos e dimensões, como uma dimensão da história com uma história própria que pode ser estudada e explorada.

Para Henri Rousso (2001), a dicotomia entre história e memória está um tanto quanto ultrapassada. Primeiro porque é consenso atualmente (ou se espera que seja) que contrapor de um lado a reconstrução historiográfica do passado, com seus métodos, sua distância, sua pretensa cientificidade, e de outro as reconstruções múltiplas perpetradas pelos indivíduos ou grupos, faz tão pouco sentido quanto opor o “mito” à “realidade”.

Os pensadores até aqui citados, assim como outros nomes, têm partilhado de uma expressão comum quando tratam de memória. Referimo-nos à expressão memória coletiva. De

acordo com Lowenthal (1998), o passado lembrado é tanto individual quanto coletivo. As experiências recordadas são primeiramente as de cunho pessoal, pois são próprias de cada sujeito; entretanto, nossas lembranças não se encerram em si mesmas, elas são continuamente contempladas pelas reminiscências dos outros, em uma conexão com o passado mais abrangente, associando passado pessoal à memória coletiva e à história pública.

Jean Duvignaud, em prefácio à *A memória coletiva*, clássica obra do sociólogo Maurice Halbwachs (1990), dizia, dialogando com as ideias do autor, que a memória individual existe, mas que a rememoração pessoal encontra-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. As formulações teóricas de Halbwachs, evidenciadas por Duvignaud, destacam ser a memória um fenômeno essencialmente social, construída por um sujeito dotado de uma memória que interage com outros sujeitos. Daí a célebre expressão “memória coletiva”, cunhada por Halbwachs. De acordo com o sociólogo e pensador Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva é aquela que envolve as memórias individuais. Entretanto, não se confunde com elas, permanece amparada em uma história vivida por indivíduos no grupo ou nos grupos sociais em que se encontre. As memórias individuais, ao embrenharem nas memórias coletivas, passam por transformações, pois são recolocadas em um conjunto mais amplo. Assim, a memória coletiva, para continuar a viver, precisaria ser reconstruída em um fundamento comum e concordar inflexivelmente com a memória dos demais indivíduos, com apoio nos pontos de contato entre uma e outras. A abdução ou o desacordo entre esses pontos comuns ocasionam, por sua vez, os esquecimentos. A memória coletiva, desse modo, seguiria um fluxo de pensamento que armazenaria do passado apenas aquilo que continua latente na consciência do grupo, ou seja, na memória coletiva.

Completando esse sentido, para Henry Rousso,

A memória [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de um fato, uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional. Portanto toda memória é por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs. (2001, p.94-95).

Michael Pollak, nos artigos *Memória, esquecimento e silêncio*, de 1989, e em *Memória e identidade social*, datado de 1992, evidencia que Maurice Halbwachs, em sua análise da memória coletiva, enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade. Entre eles, figurariam os monumentos, o patrimônio arquitetônico, as paisagens, as datas, as personagens históricas, as tradições, os

costumes, as regras de interação, o folclore, a música, as tradições culinárias. Na tradição metodológica durkheimiana<sup>115</sup>, que versa abordar fatos sociais como coisas, torna-se crível adotar esses diversos pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória que, além disso, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais (POLLAK, 1989).

Maurice Halbwachs e Émile Durkheim são referenciados por Pollak porque assinalaram para a força de coesão social que a memória de um grupo cumpre sobre ele. Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Do mesmo modo, Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma característica de dominação ou violência simbólica, exacerba as funções positivas exercidas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo – de onde provém o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”. Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais acabada de uma memória coletiva (POLLAK, 1989).

Ainda que as considerações de Durkheim e Halbwachs tenham sido fundamentais, Pollak (1989), sob uma perspectiva construtivista, acredita que não é mais questão de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são concretizados e dotados de duração e estabilidade. Justaposta à memória coletiva, essa abordagem terá por mote os processos e atores que interferem no trabalho de composição e de formalização das memórias coletivas. O juízo da nação como forma mais completa da memória coletiva é substituído pela função destruidora e opressora que a memória coletiva nacional possui. Pollak observa que reside aí a problemática da “memória coletiva” construída por Halbwachs, ressaltando que este sociólogo não “enxerga” a imposição, violência e dominação simbólica que existe nesse tipo de memória (1989).

---

<sup>115</sup> Émile Durkheim, sociólogo francês, em *As Regras do Método Sociológico* define que os **fatos sociais** devem ser tratados como **coisas**, atribuindo-lhes três características: a primeira seria a coerção social, sendo a força que os fatos exercem sobre os indivíduos, obrigando-os a conformarem-se às regras impostas pela sociedade em que vivem, não havendo, contudo, a vontade ou escolha dos indivíduos; a segunda característica dos fatos sociais é que eles existem e atuam sobre os indivíduos, cuja vontade própria independe da vontade ou adesão consciente, sendo denominada como exterior aos indivíduos; a terceira característica é a generalidade. Os fatos sociais se manifestam através da natureza coletiva ou um estado comum ao grupo (DURKHEIM, 1966).

Para Pollak, os fatores de disputa e negociação da memória devem ser ressaltados em detrimento dos de continuidade, fazendo aflorar as *memórias subterrâneas*, aquelas que foram reprimidas e subjogadas no enquadramento da memória nacional. Em contraposição, Pollak observa que a perspectiva que baliza os trabalhos recentes sobre memória acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva (1989).

A memória, não há como negar, compõe-se em um instrumento valioso de disputa ideológica. Le Goff esclarece que a memória coletiva foi posta em jogo de maneira contundente na batalha das forças sociais pelo poder. Ser senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (1994). Sentido completado por Diehl (2002), quando expõe que a memória, por suas características coletivas, assume funções de controle político ideológico. As escolhas e rearranjos para a fixação da memória não são aleatórios, tampouco desprovidos de objetivos, e estão relacionados diretamente com o momento histórico e, principalmente, pela força daqueles que estão no poder ou adquiriram trânsito entre as instituições determinantes de memória.

Como objeto de reconstrução do passado nacional, a memória vem sendo valorizada e utilizada desde os fins do século XVIII na formação/consolidação de nações e nacionalidades, em diferentes continentes, com naturezas históricas distintas. Por isso, Halbwachs (1877-1945), relativamente “contemporâneo” a esses projetos nacionalistas, sobretudo aos que correspondem ao século XIX, entende a nação como a forma mais acabada de um grupo e, portanto, da memória coletiva.

A sistematização da memória nacional será amparada pelos diferentes campos do conhecimento no momento em que as ciências sociais, dentre elas a História, insurgem como verdades competentes de explicação da condição e da diversidade humana, e, com a mesma significância, ampararam previsões e projetos que apontavam o futuro. O movimento científico é destinado a fornecer à memória coletiva das nações os “monumentos de lembrança”.

Pierre Nora (1993), no artigo *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, verifica que o advento de uma história elaborada para o incremento da consciência nacional foi próprio dos historiadores franceses novecentistas. O presente, permeado pelos argumentos nacionalistas, só poderia fazer sentido à luz dos acontecimentos passados. A memória era apresentada como uma espécie de heroína, pois ela congregava o espírito nacional, aglutinando o disperso, promovendo, através de alguns símbolos, a amenização das contestações e estabilizando o tecido social. Preocupação corrente entre aqueles à frente dos Estados-Nações.

A utilização da memória coletiva para fins legitimadores se presta como a derradeira representante de uma história-memória. Para o historiador francês, tal fato ocorre porque a sociedade se sobrepôs ao lugar e espaço ocupados anteriormente pela nação, onde a legitimação pelo passado, ou seja, pela história, deu parte à legitimação pelo futuro. Se antes a nação travava batalhas pela sua sobrevivência, agora ela é um fato. Paralelo, a história conquistou *status* de ciência, enquanto a memória transformou-se em elemento da esfera privada. A nação-memória terá sido, segundo Nora, a última encarnação da história-memória (1993).

A partir desses argumentos, entende-se que a memória perdeu por várias frentes sua condição de cimento aglutinador, fragmentando-se naquilo que Pierre Nora chamou de *lugares de memória*. A paulatina deterioração da memória seria reflexo direto da complexidade da própria história enquanto ciência, ou seja, do desenvolvimento historiográfico. Nesse aspecto, é parte importante desse processo a aceleração da história, como identifica Nora, uma vez que o passado se torna cada vez mais escoado frente ao juízo do eterno presente. Para ele, nos distanciamos cada vez mais da memória verdadeira, social, intocada, aquelas cujas sociedades consideradas primitivas, ou arcaicas, conceberam o arquétipo e conservaram consigo o segredo - e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque seduzidas pela transformação. Entre uma memória agregada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente à herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das raízes e do mito – e nossa, que só é história, resquício, vereda. Distância que se aprofundou a partir dos tempos modernos e que hoje atinge um ponto convulsivo. Se a memória se desmancha em crescida velocidade, na mesma proporção os vestígios do passado (*lugares de memória*) são resguardados na imperiosa tarefa de conter o efeito arrasador e desintegrador de nosso tempo atual (NORA, 1993).

Os *lugares de memória* sintetizariam o anseio de retorno aos ritos que definem os grupos, pois há um sentimento de que não existe mais memória espontânea, que é necessário criar museus, arquivos, coleções, cemitérios, monumentos, santuários, associações, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas. Operações não naturais, testemunhas de outrora, ilusões de eternidade, nostalgia desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais, rituais de uma sociedade sem ritual (NORA, 1993). Ressalta ainda Nora que é por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados e que leva a incandescência à verdade de todos os *lugares de memória* (1993).

No discurso nacionalista de outrora e em voga, o passado é o elemento de integração. Este recurso ao passado para a elaboração de algo que determinamos como uma memória para uma coletividade, como é o caso da memória da nação, sofreu escolhas, apresentadas através de narrativas, rituais de comemoração, eleição de objetos, monumentos, folclore, etc., que constituem a presença viva do passado no presente. Mas, como nos lembra Le Goff (1994), o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha de fragmentos feita pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade e pelos profissionais científicos da memória: historiadores, antropólogos, sociólogos, jornalistas, entre outros. Estes atores profissionalizados - os mediadores ou “empresários da memória” - são responsáveis pelo que Pollak (1989) chama de enquadramento da memória. Os enquadreadores procuram firmemente reiterar as certezas contraídas, fixar, cristalizar ou ajustar a tradição contra o efeito perturbador e desafiador do acaso e do inesperado. Pelo seu trabalho, os mediadores da memória procuram minar o pensar de alternativas, laquear o campo celebratório. Na concretização das memórias, é fundamental a possibilidade de simbolização e da reprodução ritualística.

Os que exercem poder sobre as sociedades e disputam o passado e os domínios da memória fazem dela um instrumento político, um artifício amalgamador de relações sociais e identidades. Para isso, necessitam de um intenso e constante trabalho de reinterpretação do passado que, segundo Pollak (1989), é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos, pois o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade<sup>116</sup> individual e do grupo. De acordo ainda com o autor,

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso dos Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (1989).

Para Diehl (2002), o processo de conscientização da experiência presente, por meio da rememoração, configura-se como fator principal da contemporaneidade daquilo que podemos

---

<sup>116</sup> Posta desde o século XVIII em discussão, o tema identidade se tornou corrente na literatura mundial. Atualmente, devido ao processo de globalização e no que ele implica na construção das identidades, os debates acerca da questão só aumentaram. Sobre as implicações da identidade no presente, destacamos a obra de Stuart Hall intitulada *A identidade cultural na pós-modernidade* (2000).

chamar de “identidade”. Lowenthal (1998) diz que lembrar o passado é essencial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa perenidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais desiguais que tenhamos nos tornado. Sintetizamos a identidade não apenas ao evocar um conjunto de reminiscências, mas sim ao sermos envolvidos em uma teia de retrospectiva unificadora. Os grupos também mobilizam lembranças coletivas para amparar identidades associativas duradouras.

Pollak (1989) argumenta que, quando vemos esses pontos de referência de um tempo longínquo, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de maneira que certos elementos são aos poucos integrados em um fundo cultural comum a toda a humanidade.

O ato de recordar produz sentido e significação pela ressubjetivação do sujeito e pela re-poetização do passado, produzindo uma nova estética. Esta será a forma compensadora daqueles elementos culturais do passado que não são possíveis de reconstituição pela memorização, pois a ação do tempo é forte demais. Segundo Diehl, isso explica que a identidade e os processos de identificação e identitários conseguem somente ressubjetivar e re-poetizar elementos e sentidos culturais para grupos e, de maneira nenhuma, para toda a sociedade. Se isto ocorre, diz Diehl, a identidade passa a ser ideologia, facilmente vinculada à concepção de cultura nacional (2002).

Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2000) observou como a cultura nacional atua como fonte de significados culturais – por meio de instituições culturais –, um foco de identificação e um sistema de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* - um modo de construir sentidos que influencia e prepara tanto nossas ações quanto a compreensão que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao lançar sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas.

Em oposição ao pensamento de que as culturas nacionais são coletivos unificados sem sentido, Hall nos fala que deveríamos refleti-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são abarcadas por densas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” somente por meio do exercício de distintas formas de poder cultural. Uma dessas formas tem sido a de representá-las como a expressão da cultura subjacente de “um único povo”. A etnia é o termo do qual nos valem para referirmos às características culturais - língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” - que são

partilhadas por um povo. É tentador, portanto, arriscar utilizar a etnia dessa forma "fundacional". Mas essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito, pois as nações modernas são, todas, híbridos culturais (HALL, 2000).

Ao findar seus argumentos, Stuart Hall defende que as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão libertas do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. De tal modo, deve-se compreender bem a maneira pela qual as culturas nacionais colaboram para "costurar" as diferenças em uma única identidade (2000).

Se, como apresenta Bourdieu (1998), as unidades sociais primárias, as localidades, as regiões e as nações não são entidades fixas e homogêneas, mas sujeitas à história, à heterogeneidade cultural, às lutas sociais, econômicas, políticas e simbólicas entre as classes e frações de classe e ao papel da hegemonia na construção de uniformidades, temos hoje, por uma série de fatores, um novo ponto de vista para a memória e a identidade. A perspectiva nacionalista não foi posta de lado, entretanto, fenômenos como o da globalização, da democratização, levando em conta a área cultural, e os apontamentos da produção historiográfica mundial vêm possibilitando a emergência de novos sujeitos, antes excluídos dos processos de constituição de memórias e identidades. Como resultado desses fatores, é possível elencar: o ressurgimento dos grupos étnicos; o aparecimento e consolidação de movimentos sociais de diversas ordens; o aparelhamento e luta das minorias oprimidas; o fortalecimento dos fundamentalismos de diferentes vertentes; a dissolução das fronteiras; a reconfiguração e reativação dos sentimentos de identidade; e a reinvenção e reorganização do passado.

Nesse sentido, Michael Pollak (1989) observa que, a transmissão das memórias - antes reprimidas no enquadramento da memória nacional, chamadas por ele de subterrâneas, clandestinas e inaudíveis - permanece intacta até o momento em que as memórias possam invadir o espaço público e passar do "não dito" à contestação e à reivindicação. O empecilho para a legitimidade de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de um intenso trabalho de organização do passado.

As *memórias subterrâneas, clandestinas e inaudíveis* são reveladoras da cultura, do cotidiano ou mesmo do passado das diversas sociedades. Quando buscadas e descortinadas, descobrimos o quão essas memórias estiveram ocultas em face da produção seletiva da "memória nacional" em diferentes espaços e tempos. Entretanto, é certo que ao longo do século XX elas foram aparecendo na cena das políticas culturais, nas academias, revalorizadas e reapropriadas por distintos grupos. Enfim, rompeu-se o invólucro, emergindo, retomando Pollak (1989), as memórias subterrâneas dos excluídos, dos marginalizados e das minorias. O

passado, por meio dessas memórias emergentes, “clandestinas”, é ressignificado. Muito do que antes estava no esquecimento, ou seja, que não foi enquadrado na memória oficial, vem recebendo novo tratamento em razão das novas perspectivas historiográficas, sendo valorizado e incorporado aos cenários locais, regionais e nacionais.

### **Referências Bibliográficas**

- BORGES, Jorge Luís. *Prosa Completa*. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Berthrand Brasil, 1998.
- CHARTIER, Roger. A 'nova' história cultural existe? Cultura. *Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. XVIII, II Série, 2004, p. 9-22.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. 2 ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- DIEHL, Astor Antônio. Memória e Identidade: perspectiva para a história. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Usos e Memórias* (política, educação e identidade). Passo Fundo: UPF, 2002.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 4.ed. São Paulo: Nacional, 1966.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 98, 1998, 63-201.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, Puc/Sp Projeto História, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dezembro de 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. Fundação Getúlio Vargas, p. 204.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann*. São Paulo: Globo, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Na segunda metade dos anos cinquenta. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 93-104.

THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Na segunda metade dos anos cinquenta. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, 65-92.

## HISTORICAMENTE IRREVERENTE: O FILME XICA DA SILVA COMO RESISTÊNCIA AO REGIME MILITAR

HISTORICALLY IRREVERENT: THE XICA FILM AS A RESISTANCE TO THE MILITARY REGIME

HISTORICAMENTE IRREVERENTE: LA PELÍCULA XICA DE LA SILVA COMO RESISTENCIA AL RÉGIMEN MILITAR

*Maria Fernanda Fernandes (UFPI) \**

**Resumo:** O filme *Xica da Silva* (1976) foi dirigido pelo cineasta Carlos Diegues mais conhecido no meio cinematográfico como Cacá Diegues. A produção tem como protagonista uma escrava de mesmo nome habitante do Arraial do Tijuco, (hoje Diamantina), localizado na então província de Minas Gerais. Xica obteve liberdade, riqueza e poder graças à paixão de João Fernandes de Oliveira, o comendador a quem a Coroa portuguesa havia dado o direito da extração de diamantes na região. O filme se passa quando a mineração era a atividade econômica preponderante no Brasil. Em meados do século XVIII, ao passo que a metrópole aumentava seus impostos e sua fiscalização sobre as minas do Arraial do Tijuco, os filósofos, artistas e os revolucionários ansiavam cada vez mais pela libertação. Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar como *Xica da Silva* pode ter sido utilizado como uma alegoria de resistência à opressão durante o regime militar vigente no Brasil desde 1964. Em relação a protagonista este trabalho visa discutir a respeito das tentativas de transformá-la em um ponto de reflexão sobre os problemas e contradições do Brasil colonial e contemporâneo, inclusive utilizando o humor e a irreverência como instrumentos de críticas. Para alcançar tais resultados foi analisado o filme propriamente dito e algumas entrevistas, críticas de jornais e revistas especializadas em cinema da época, que fornecessem informações sobre a construção técnica e principalmente a respeito da construção de sentido da película frente a relação do tempo que foi representada, (século XVIII) e o tempo no qual foi produzida (durante o regime militar). Constatou-se que houve por parte do diretor uma intencionalidade de fazer de *Xica da Silva* uma alegoria de resistência e de sobrevivência ainda que individual a repressão colonial, sinalizando para a contestação ao regime militar, por intermédio da irreverência e críticas à coroa feitas por parte dos habitantes do arraial, percebe-se o descontentamento frente ao poder absoluto da coroa sobre os mesmos, numa comparação ao caráter controlador da ditadura brasileira. A constante conspiração contra João Fernandes e Xica também retoma a enfática vigilância tanto do período setecentista quanto da década de 1970. Percebeu-se também que sendo Cacá Diegues um dos fundadores e principais membros do Cinema Novo, movimento que se tornou conhecido por afirmar defender uma problematização direta dos problemas sociais brasileiros, o filme foi alvo de críticas constantes por ser considerado alegórico demais, não fazendo ressalvas diretas ao regime militar, no entanto, embora as referências à ditadura estejam diluídas, a escolha do tema já é um indicativo da postura do autor: retratar a história de uma negra escrava que quer se tornar livre. (ROSSINI, 1997).

**Palavras-chave:** *Xica da Silva*. Resistência. Cacá Diegues.

**Abstract:** The film *Xica da Silva* (1976) was directed by the filmmaker Carlos Diegues best known in the cinematographic medium as Cacá Diegues. The production has as protagonist a slave of the same name inhabitant of the Array of Tijuco, (today Diamantina), located in the then province of Minas Gerais. Xica obtained freedom, wealth and power thanks to the passion of João Fernandes de Oliveira, the commander to whom the Portuguese Crown had given the right to diamond extraction in the region. The film takes place when mining was the preponderant economic activity in Brazil. In the middle of the eighteenth century, while the metropolis increased its taxes and its control over the mines of Arraial do Tijuco, philosophers, artists and revolutionaries were increasingly anxious for liberation. This research has as main objective to analyze how *Xica da Silva* may have been used as an allegory of resistance to oppression during the military regime in Brazil since 1964. In relation to the protagonist this work aims to discuss about the attempts to transform it into a point of reflection on the problems and contradictions of colonial and contemporary Brazil, including using humor and irreverence as instruments of criticism. In order to achieve these results, we analyzed the film itself and some interviews, critics of newspapers and magazines specialized in cinema of the time, that provided information about the technical construction and mainly about the construction of sense of the film versus the relation of the time that was represented, (18th century) and the time in which it was produced (during the military regime). It was found that the director had an intentionality to make *Xica da Silva* an allegory of resistance and survival, even though individual colonial repression, signaling to the challenge to the military regime, through the irreverence and criticism of the crown made by the inhabitants of the camp, one can see the discontent before the absolute power of the crown over them,

---

\*Mestranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: [ffnandafernandes6@gmail.com](mailto:ffnandafernandes6@gmail.com)

in a comparison with the controlling character of the Brazilian dictatorship. The constant conspiracy against Joao Fernandes and Xica also resumes the emphatic vigilance of both the eighteenth and seventies. It was also noticed that Cacá Diegues was one of the founders and main members of Cinema Novo, a movement that became known for claiming to defend a direct problematization of Brazilian social problems, the film was constantly criticized for being considered too allegorical, not making direct reservations to the military regime, a However, the references to the dictatorship are diluted, the choice of the theme is already indicative of the position of the Brazilian dictatorship. author: portraying the story of a black slave who wants to become free. (ROSSINI, 1997).  
**Keywords:** Xica da Silva. Resistance. Cacá Diegues.

**Resumen:** La película Xica da Silva (1976) fue dirigida por el cineasta Carlos Diegues más conocido en el medio cinematográfico como Cacá Diegues. La producción tiene como protagonista a una esclava del mismo nombre habitante del Arraial do Tijuco, (hoy Diamantina), ubicado en la entonces provincia de Minas Gerais. Xica consiguió la libertad, la riqueza y el poder gracias a la pasión de John Fernandes de Oliveira, el comandante a quien se le dio la corona portuguesa del derecho de extracción de diamantes en la región. La película se pasa cuando la minería era la actividad económica preponderante en Brasil. A mediados del siglo XVIII, mientras que la metrópoli aumentaba sus impuestos y su fiscalización sobre las minas del Arraial do Tijuco, los filósofos, artistas y los revolucionarios anhelan cada vez más por la liberación. Esta investigación tiene como objetivo principal analizar cómo Xica da Silva puede haber sido utilizado como una alegoría de resistencia a la opresión durante el régimen militar vigente en Brasil desde 1964. En relación a la protagonista este trabajo busca discutir acerca de los intentos de transformarla en un " punto de reflexión sobre los problemas y contradicciones del Brasil colonial y contemporáneo, incluso utilizando el humor y la irreverencia como instrumentos de crítica. Para alcanzar tales resultados se analizó la película propiamente dicho y algunas entrevistas, críticas de periódicos y revistas especializadas en cine de la época, que suministrar informaciones sobre la construcción técnica y principalmente respecto a la construcción de sentido de la película frente a la relación del tiempo que fue representada (siglo XVIII) y el tiempo en que fue producida (durante el régimen militar). Se constató que hubo por parte del director una intencionalidad de hacer de Xica da Silva una alegoría de resistencia y de supervivencia aunque individual la represión colonial, señalando para la contestación al régimen militar, por intermedio de la irreverencia y críticas a la corona hechas por parte de los habitantes del campamento, se percibe el descontento frente al poder absoluto de la corona sobre los mismos, en una comparación al carácter controlador de la dictadura brasileña. La constante conspiración contra João Fernandes y Xica también retoma la enfática vigilancia tanto del período setecentista como de la década de 1970. Se percibió también que siendo Cacá Diegues uno de los fundadores y principales miembros del Cinema Novo, movimiento que se hizo conocido por afirmar defender una y en el caso de que se trate de un problema de salud pública, la película fue objeto de críticas constantes por ser considerado demasiado alegórico, no haciendo resalvas directas al régimen militar, sin embargo, aunque las referencias a la dictadura están diluidas, la elección del tema ya es un indicativo de la postura del tema, autor: retratar la historia de una negra esclava que quiere ser libre. (ROSSINI, 1997).

**Palabras clave:** Xica da Silva. Resistencia. Cacá Diegues.

## É a Xica da Silva e a Xica que manda

O filme *Xica da Silva*<sup>117</sup> conta a história de uma escrava negra que habitava o Arraial do Tijuco, na província de Minas Gerais. A história da protagonista se passa na segunda metade do século XVIII, retratando, portanto o Brasil colônia e sua crescente atividade mineradora.

Xica da Silva (Zezé Motta) seduz o contratador João Fernandes (Walmon Chagas), fazendo com que o mesmo se apaixone por ela logo ao chegar ao Arraial do Tijuco, comprando-a contra vontade do sargento-mor do Arraial, seu primeiro dono. João Fernandes tinha como objetivos principais extrair ouro e diamantes a mando da coroa.

A partir do momento em que deixa de ser propriedade do sargento-mor e passa a residir com o contratador Xica vive um processo de ascensão. A escrava é alforriada e vai conseguindo

<sup>117</sup> *Xica da Silva*. Direção: Carlos Diegues, Produção: Jarbas Barbosa, Terra Filme e Embrafilme, 1976.

riquezas e poder rapidamente, recebendo inúmeros presentes e tendo todos os seus desejos atendidos graças a João Fernandes.

As figuras políticas e religiosas do próprio tijuco são outro núcleo de personagens que se destacam. O Intendente (Altair Lima) junto a sua esposa dona Hortência (Elke Maravilha), o sargento-mor (Rodolfo Arena) e o pároco (João Felício dos Santos). Tais personagens passam a tramar contra o casal, pelo fato de João Fernandes estar extraindo diamantes em locais proibidos para suprir os altos gastos com Xica. Havia também grande incomodo com o destaque que Xica e sua comitiva de escravos vinham recebendo no Arraial.

Tal projeção havia passado da esfera simbólica para atos mais concretos de subjugação e tentativas forçadas de aceitação de Xica e de sua relação com o contratador, um exemplo desta aprovação forçada a protagonista pode ser observado com a construção de um grande barco para que pudesse realizar seu sonho de navegar.

A cena foi filmada do ângulo de quem estava dentro do barco e de quem o observava nas margens do lago. A bordo da embarcação encontram-se Xica e alguns de seus escravos fazendo um verdadeira festa sob os olhares de ódio e inveja do povo do Arraial.

O contratador inicia uma salva de palmas. Mesmo com toda a aversão a Xica ninguém nem mesmo o sargento-mor ou o intendente ousam se manifestar publicamente, visto que a ex-escrava é a protegida do homem mais poderoso política e financeiramente do lugar. Todos os brancos que contemplavam o passeio do barco de Xica são obrigados a aplaudir e acenar para ela, ainda que a contragosto.

José (Stepan Nercessian) que fora amante de Xica e era filho do sargento-mor e o negro livre Teodoro (Marcus Vinícius) diferencia-se dos outros personagens do arraial. A figura de Teodoro (Marcus Vinícius) assemelha-se a de Xica em busca de liberdade.

Assim como a ex-escrava o ladrão de diamantes não age por meio de ações pré-programadas fazendo acordo com contrabandistas de ouro e pedras preciosas inclusive os holandeses e o próprio João Fernandes, que pede sua ajuda para localização de uma nova mina não autorizada. Deste modo cada um dos personagens a sua maneira busca resistir a exploração da sociedade em que vivem.

Finalizando a apresentação dos personagens principais da película há o conde de Valadares (José Wilker). Contratado pelo rei para averiguar os altos gastos feitos pelo contratador, seu romance com Xica da Silva e a discrepância entre o que o arraial produzia e o que estava sendo arrecadado de impostos, o inspetor português aproveita-se da situação prolongando sua estadia para reunir objetos da casa de João Fernandes e obter riquezas.

Depois de ficar satisfeito com que já havia conseguido com o amado de Xica o conde de Valadares entrega a carta do rei ao contratador e o obriga a voltar a metrópole deixando Xica para trás, numa posição provavelmente pior do que a que há havia encontrado, pois agora além de oprimida novamente Xica também passa a ser culpabilizada e humilhada pelo desfecho de sua história com João Fernandes.

A produção foi dirigida pelo cineasta Carlos Diegues que também escreveu o roteiro em parceria com o escritor e especialista em História Brasileira João Felício dos Santos<sup>118</sup>, que também atuou no filme. O também professor de História Alexandre Eulálio ofereceu suporte para as informações necessárias para a construção de época.<sup>119</sup>

A ideia do filme teria surgido muitos anos antes do início das filmagens, em 1963, quando o diretor assistiu um desfile da escola de samba Salgueiro que tinha Chica da Silva como tema.<sup>120</sup> Sendo um dos maiores sucessos populares de Cacá Xica da Silva foi escrito com X assim como era feito na época em que a verdadeira Xica teria vivido.<sup>121</sup>

Diferentemente de outros filmes já produzidos por Diegues *Xica da Silva* buscava ser mais leve. Nas palavras do diretor: “Um filme sobre o mito Xica da Silva e, através dele, o amor pela liberdade, a imaginação criadora e a sensualidade de nosso povo”.<sup>122</sup>

No entanto, a película traz muitas cenas irreverentes, quase carnavalescas relacionadas à rebeldia de Xica, abordando ainda cenas de sexo e nudez. Deste modo embora possua uma linguagem menos hermética na qual o público teve maior identificação, a película recebeu muitas críticas como a referente aos perfis psicológicos dos personagens.

Na crítica de Roberto Peres a escolha atribuída ao diretor os personagens não foram considerados profundos suficiente o mesmo havia optado por um viés mais interpretativo para contar a história de Xica: “não se deteve a analisar a situação da atual Diamantina ante a exploração da Corte, o trabalho da extração dos diamantes, a situação do negro escravo, a própria Inconfidência Mineira que já germinava em Vila Rica”.<sup>123</sup>

<sup>118</sup>DIEGUES Carlos. *Xica da Silva*. Disponível em <http://www.carlosdiegues.com.br/osfilmes.asp?idF=7> acesso em 15 de nov. de 2018.

<sup>119</sup> CAMARGO, Maria Sílvia. *O que é ser diretor de cinema*. São Paulo: Record, 2004, p. 12.

<sup>120</sup> DIEGUES, Carlos. *Vida de cinema: Antes, durante e depois do Cinema Novo*. São Paulo: Objetiva, 2014, p.375.

<sup>121</sup> CAMARGO, Maria Sílvia. *O que é ser diretor de cinema*. São Paulo: Record, 2004, p. 121-122.

<sup>122</sup> **UM BOM COMEÇO: XICA DA SILVA Rubens Edwald Filho. 02 09 76. A TRIBUNA SANTOS-SP**

<sup>123</sup> **XICA DA SILVA: UMA FESTA VIBRANTE E COLORIDA Roberto Peres 14 09 76 Cidade de santos, Santos SP**

Sendo um filme que visa analisar a nação trazendo como temática uma história que se passou durante o período do Brasil colonial uma das dificuldades apontadas pelo diretor, foi de que não havia muitas referências sobre a personagem, muito de sua memória foi apagado pelos brancos.<sup>124</sup>

Dos poucos vestígios encontrados destaca-se uma menção da escrava que conquistara o tijuco em *O Romanceiro da Inconfidência* de Cecília Meirelles,<sup>125</sup> uma coletânea de poemas que abordam a história da então capitania de Minas Gerais desde o início de sua colonização ainda no século XVII até o movimento da Inconfidência Mineira no século XVIII, na qual a riqueza e poder de Chica através de sua influência sob o contratador João Fernandes são evidenciados dos romances XIII ao XIX. Há também o livro datado do século XIX do historiador Joaquim Felício dos Santos intitulado *Memórias do distrito diamantino*.<sup>126</sup>

Mesmo com as tentativas de silenciar os vestígios da história da escrava que obteve, ainda que temporariamente, liberdade, riqueza e poder através de sua sedução e irreverência, a figura de Xica da Silva e de sua ascensão social, sem precedentes, sobrevive e tem sido utilizada para os mais diversos fins.

Em relação a protagonista este trabalho visa discutir a respeito das tentativas de transformá-la em um ponto de reflexão sobre os problemas e contradições do Brasil colonial e contemporâneo, inclusive utilizando o humor e a irreverência como instrumentos de críticas. Perante uma sociedade repressora (a dos brancos) a personagem de Xica da Silva antes, mas principalmente após sua alforria, representa uma postura intuitiva de rebeldia ainda que individual.

### **Xica da Silva: Uma alegoria de resistência a repressão**

O filme Xica da Silva foi lançado em 1976 sob o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Foi no governo de Geisel que se deu o início da abertura política, a chamada transição “lenta, gradual e segura à democracia”.

Com a expiração de validade de algumas medidas dos Atos Institucionais, como a cassação aos direitos políticos como a proibição à propaganda política pelo AI-5 no rádio e na

---

<sup>124</sup> OROZ, Silvia. *Os filmes que não filmei*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p.118.

<sup>125</sup> MEIRELLES, Cecília. *O romanceiro da inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

<sup>126</sup> SANTOS, Joaquim Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1956.

televisão. Amplas eram as esperanças, portanto, do fim do regime militar vigente no Brasil desde 1964.<sup>127</sup>

Partindo de tal pressuposto faremos uma análise de alguns trechos e personagens do longa metragem Xica da Silva como representação imagética do ponto de vista de seu próprio tempo e sua singular perspectiva sobre a história do Brasil.

No início da película quando ainda estava sob os domínios do sargento-mor temos a primeira indicativa do poder de sedução de Xica. A cena se inicia enquanto a escrava alimentava as galinhas quando José, a interrompe entonando seu nome como um cacarejo.

A partir da investida do rapaz Xica deduz que ele deseja que os dois tenham relações sexuais. Inicialmente Xica da Silva parecia querer resistir as investidas do jovem se dirigindo a ele com as mãos na cintura e a cabeça erguida com expressão de desagrado dizendo: “Ah, hoje não!”

Não satisfeito com a negativa José se aproxima e rasga a blusa da escrava. Xica que primeiramente o olha com raiva logo sorri, demonstrando que sua resistência fora vencida, e que já havia um envolvimento entre eles. Em seguida os dois seguem por uma portinhola para um quarto abaixo da casa.

Neste momento temos a primeira indicativa do poder de sedução de Xica. Com sem qualquer trilha sonora a câmera é direcionada para portinhola ouve-se o protesto de José devido a alguma coisa que Xica deseja fazer: “Não, Xica! Xica! Isso, não Xica, Xica!” em sequência ouve-se um grito de José onde o prazer e a dor parecem se misturar. O próximo corte trás Xica com os seios a mostra ao lado de José que satisfeito promete dar a Xica o que ela quisesse de presente.

Esse artifício sexual é usado por Xica em outros momentos durante o filme, sempre para conseguir seduzir ou conquistar algo que deseja. Deste modo a personagem usa seu corpo como instrumento de persuasão.

Somada a sensualidade, a construção de Xica da Silva também é marcada pela irreverência, principalmente quando obtém a tão sonhada carta de alforria por João Fernandes de Oliveira e é dotada de uma espécie de influência política gradativa.

Na cena em que a protagonista se gaba de suas ações em relação aos brancos que lhe desagradavam ou faziam mal aos seus escravos temos uma exemplificação da tentativa do diretor de demonstrar como Xica colocada a parte anteriormente havia conseguido se impor e exercer poderes políticos no arraial.

---

<sup>127</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de; & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente: 1964-1980*. São Paulo: editora Ática, 2001, p. 92.

A princípio Xica esta sentada rodeada por escravas, tendo um pintor a sua esquerda e um violoncelista ao seu lado direito tocando uma melodia suave. Ao fundo ouve-se música africana se misturando ao som do violino. Realçando o fato de que Xica estava ouvindo a música europeia para se colocar como uma sinhá, mas não havia abandonado e nem deixado que seus escravos se distanciassem do batuque, marca de sua cultura.

Xica pergunta a um de seus músicos: “O que mais dizem de mim na corte?” ao que ele responde: “o povo diz que a senhora mandou castrar um branco que fez mal a uma de suas mucamas e mandou as coisas dele de presente para sua esposa”. Xica responde ironicamente “é para ela não sentir falta uai” e ri junto a suas mucamas. “Dizem também que a senhora mandou arrancar os dentes de uma branca que andou sorrindo para o contratador” continua o flautista, ao que Xica responde em tom irritado “e mandei de presente para o marido para ele fazer um colar para a amante dele”, em seguida o rapaz: “e falam que a senhora protege os pretos fugidos, mas que os portugueses sem o fis que aparecem, a senhora manda trabalhar com os escravos no serviços de mineração” ao que a protagonista já sem prestar muita atenção a conversa se limita a responder: “o cabeça (funcionário de João Fernandes) trata desses marotinhos”.

Através deste breve diálogo vê-se a proporção do poder de Xica frente a sociedade branca do Arraial e a atenção negativa que seu romance com o contratador estava gerando na corte. Deste modo sua condição preponderante na sociedade já estava fadada ao fracasso, representando assim uma ascensão individual e temporária.

Outro personagem que destacamos foi José, o jovem simboliza a figura do intelectual que se rebela contra os abusos da coroa, postura essa demonstrada em diversos momentos da produção.

Na passagem em que Xica pergunta o que seria um contratador em tom de desafio apoiado de costas a uma das portas da casa José responde calmamente: “um homem nomeado pelo rei de Portugal para levar da gente o que não pertence a eles.”

No corte seguinte, envergonhado pela fala do filho o sargento-mor pede desculpas para o intendente sua esposa dizendo que em sua casa todos sempre foram leais a coroa portuguesa. O personagem se coloca em posição de marcha e diz com a voz empostada “viva o rei Dom José I”. Em seguida a câmera mostra José com uma cara constrangida fazendo sinal para que o pai parasse de falar. Passado alguns segundos quando ninguém responde o grito em prol da coroa, a câmera volta para o sargento que após mais um período de silêncio constrangido, fala em tom desanimado “viva” e sai do recinto.

Outra sátira feita é a da suposta ordem imposta pelos portugueses. As autoridades do Tijuco não são leais a coroa como afirmam ser. No Arraial costumavam sonegar impostos antes

mesmo da chegada do contratador, forjando assaltos aos cofres ou não declarando os tributos como o determinado. João Fernandes também passou a gastar recursos em demasia com Xica e o conde de Valadares que deveria trazer o contratador de volta imediatamente a Portugal, postergou sua estadia para também se apropriar de riquezas, não priorizando portanto os interesses do rei.

Quando o conde finalmente obriga João Fernandes a regressar a Lisboa a protagonista volta a seu estado inicial, sendo humilhada e perseguida pelos habitantes do Arraial. Os caprichos e extravagâncias de Xica são apontados como as razões do desperdício de recursos e do escândalo que culminou com o regresso forçado do contratador. Diante dos maus tratos Xica foge e vai ao encontro de José no convento dos negros, onde o jovem havia se escondido há alguns meses por ter se envolvido em grupos que conspiravam contra a coroa em Vila Rica.

Sentado sobre uma mesa com os braços em volta dos joelhos José revela que não sabia dizer se ainda sairia do convento. Desanimada com os últimos acontecimentos Xica é enfática dizendo que do jeito que as coisas iam ele não poderia ir embora dali tão cedo. Eis que José assume novamente seu papel de depositar esperanças em um futuro onde Brasil fosse um país livre de Portugal. Levantando-se e chegando bem próximo de Xica José diz energicamente: “que isso? Você está louca Xica? O país não é feito só de gente frouxa que nem o teu contratador não. (...) vamos mijar na cabeça do conde, do rei, do intendente, da mulher do intendente. Xiii”. José sobe na mesa e continua a falar imitando o ato de fazer xixi “e não demora nada, Xiiii”.

Xica não parece se convencer das expectativas de futuro que José lhe apresenta. Olhando tristemente quase diretamente para câmera a protagonista segue desanimada: “Não adianta José, minha vida se acabou sem João Fernandes Xica da Silva não existe. Só na lembrança”.

José protesta afirmando que Xica não se acabaria nunca, que sua figura representava a alegria do povo é que sem ela não haveria festa. Então Xica agora mais confiante o persegue dentro do convento, depois de seus inúteis protestos e uma verdadeira corrida pelas escadas, ambos se retiram para fazer sexo novamente, concluindo sua história igual ao começo. Em seguida temos a imagem do Arraial do Tijucu com os sinos tocando fortemente enquanto ao fundo a música tema do filme<sup>128</sup> vai crescendo finalizando a produção.

---

<sup>128</sup> As músicas do filme foram feitas por Jorge Ben (tema principal), Roberto Menescal (para a sociedade branca, inspirada no barroco) além de músicas folclóricas de época escolhidas por Fernando Lebéis e músicas de percussão feitas por Élcio Milito. Para mais informações consultar OROZ, Silvia. *Os filmes que não filmei*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 126.

O filme *Xica da Silva* traz muitas cenas relacionadas à rebeldia de sua protagonista, sendo considerado por muitos críticos da época como “carnavalesco e irreverente” demais. No ano de 1976, em plena ditadura militar, uma parte da sociedade que é reprimida e marginalizada, representada principalmente pela figura de Xica, continua a ser derrotada politicamente, porém se sobressai culturalmente, resistindo por diversos meios, incluindo a sátira e a irreverência.

### Considerações finais

Na película percebemos a tentativa de Cacá Diegues de evidenciar o caráter transgressor, sobretudo através da representação da protagonista. Segundo o diretor “a medida que há transgressão, há um papel revolucionário, agora no caso de Xica, não dá resultado porque é uma tentativa de libertação individual”.<sup>129</sup>

Em contraponto a Xica, o personagem de José representa a figura do intelectual que anseia pela independência do Brasil e busca estruturas que propiciem a realização deste objetivo.

A cena final é emblemática Xica com toda sua alegria e potencial para resistência junta-se com José o revolucionário propriamente dito. Neste sentido segundo a perspectiva do diretor somente com a união das massas aos intelectuais mudanças efetivas poderiam ocorrer na sociedade.

O filme possui muitos personagens ambíguos que assim como a nação brasileira buscavam obter liberdade por caminhos distintos, demonstrando sua insatisfação frente a opressão. Em *Xica da Silva* tem-se uma ex-escrava que possuía escravos, funcionários portugueses e jovens que conspiram contra a coroa. Todas essas matizes que não reduzem os personagens a uma única representação imperando debates em torno dos mesmos talvez seja a maior contribuição do filme.

Ao representar de diversas maneiras a resistência da protagonista e da própria elite do arraial ao colonialismo, Diegues visou criar para os muitos espectadores do Brasil de 1976, um modelo de resistência e crítica a outro sistema de opressão: a ditadura militar brasileira.

### Referências

AUMONT, Jacques. *O cinema e a encenação*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Texto e grafia, 2006.

---

<sup>129</sup> OROZ, Silvia. *Os filmes que não filmei*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 129.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 81 - 90. ISSN:

BORDWELL, David. *Figuras traçadas na luz: a encenação no cinema*. São Paulo: Papiros, 2009.

CAMARGO, Maria Sílvia. *O que é ser diretor de cinema*. São Paulo: Record, 2004, p. 121-122.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1998.

DIEGUES Carlos. *Xica da Silva*. Disponível em: <http://www.carlosdiegues.com.br/osfilmes.asp?idF=7> > Último acesso em 15 de nov. de 2018.

MENDONÇA, Sônia Regina de; & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente: 1964-1980*. São Paulo: editora Ática, 2001.

MEIRELLES, Cecília. *O romanceiro da inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

METZ, Christian. *A significação do cinema*. Tradução Jean Claude Bernardet. São Paulo. Perspectiva, 2012.

OROZ, Silvia. *Os filmes que não filmei*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

RICHARD A. Gordon. *Alegorias de Resistência e Recepção em Xica da Silva*. Tradução Lázaro Barbosa e Mateus da Silva Cardoso. Disponível em: [file:///C:/Users/Fernanda/Downloads/Alegorias%20de%20Resist%C3%Aancia%20e%20Recep%C3%A7%C3%A3o%20em%20Xica%20da%20Silva%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Fernanda/Downloads/Alegorias%20de%20Resist%C3%Aancia%20e%20Recep%C3%A7%C3%A3o%20em%20Xica%20da%20Silva%20(1).pdf) > Último acesso em 22 de nov. de 2018.

ROSSINI, Miriam de Souza. —Xica da Silva e a luta simbólica contra a ditadura. Olho da História N°. 4, 1997. Disponível em <http://www.ufba.br/~revistao/04rossin.html> acesso em 15 nov. 2018.

SANTOS, Joaquim Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1956.

**A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA- PI: ENTRE EXPECTATIVAS  
E DESENCANTOS (1954 E 1955)<sup>130</sup>**

THE CREATION OF THE MUNICIPALITY ÁGUA BRANCA –PI : BETWEEN  
EXPECTATIONS AND DISENGANT (1954 AND 1955)

LA CREACIÓN DEL MUNICIPIO DE AGUA BLANCA- PI: ENTRE EXPECTATIVAS  
Y DESENCANTOS (1954 Y 1955)

*Ábdon Eres da Silva Neto (UFPI)<sup>131</sup>  
Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)<sup>132</sup>*

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de entender de que forma os habitantes de Água Branca pensaram a cidade que seria instalada com a criação do município. Como baliza temporal, utilizamos o período que vai de 1954 a 1955, definido pelas fontes escolhidas: entrevistas com os moradores que vivenciaram o processo de criação do município e o código de posturas municipais relatado nas atas da Câmara Municipal de Água Branca. Para análise das fontes, estivemos atentos às intencionalidades que permearam a sua construção, estendendo o método crítico da metodologia da história oral dos depoimentos orais aos materiais escritos que utilizamos. Como trabalhar com oralidade implica trabalhar com memórias, ponderamos os estudos de Michael Pollak (1992) e Alessandro Portelli (1993). Entendemos a cidade como resultado das ações das pessoas em seu espaço. Assim levamos em conta os estudos de Francisco Alcides do Nascimento (2015) e Antônio Paulo Rezende (1997). Com isso, pudemos perceber que a criação do município envolveu também a criação de expectativas nos habitantes que nem sempre foram concretizadas.

**Palavras-chave:** Expectativas. Desencantos. Município. Água Branca - PI.

**Abstract:** This article aims to understand how the inhabitants of Água Branca thought the city would be installed with the creation of the municipality. As a temporal beacon, we use the period from 1954 to 1955, defined by the sources chosen: interviews with the residents who experienced the process of creation of the municipality and the code of municipal positions reported in the minutes of the Municipal Council of Água Branca. For the analysis of the sources, we were attentive to the intentions that permeated its construction, extending the critical methodology of oral history methodology of oral testimonials to the written materials we use. Working with orality implies working with memories, we consider the studies of Michael Pollak (1992) and Alessandro Portelli (1993). We understand the city as a result of the actions of people in your space. Thus, we take into account the studies of Francisco Alcides do Nascimento (2015) and Antônio Paulo Rezende (1997). With this, we could perceive that the creation of the municipality also involved the creation of expectations in the inhabitants that were not always fulfilled.

**Keywords:** Expectations. Disenchants. County. Água Branca - PI.

**Resumen:** El presente artículo tiene el objetivo de entender de qué forma los habitantes de Agua Blanca pensaron la ciudad que sería instalada con la creación del municipio. Como baliza temporal, utilizamos el período que va de 1954 a 1955, definido por las fuentes escogidas: entrevistas con los habitantes que vivenciaron el proceso de creación del municipio y el código de posturas municipales relatado en las actas del Ayuntamiento de Agua Blanca. Para el análisis de las fuentes, estuvimos atentos a las intencionalidades que impregnaron su construcción, extendiendo el método crítico de la metodología de la historia oral de los testimonios orales a los materiales escritos que utilizamos. Como trabajar con oralidad implica trabajar con memorias, ponderamos los estudios de Michael Pollak (1992) y Alessandro Portelli (1993). Entendemos la ciudad como resultado de las acciones de las personas en su espacio. Así tomamos en cuenta los estudios de Francisco Alcides del Nacimiento (2015) y Antônio Paulo Rezende (1997). Con eso, pudimos percibir que la

<sup>130</sup> Este artigo é uma versão resumida das discussões realizadas em um dos capítulos da dissertação de mestrado no qual apresento alguns dos resultados obtidos com a pesquisa que ainda encontra-se em andamento.

<sup>131</sup> Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Email: abdon\_eres@hotmail.com

<sup>132</sup> Francisco Alcides do Nascimento - Professor Titular da Universidade Federal do Piauí -UFPI. Email: falcidesufpi@gmail.com

creación del municipio involucró también la creación de expectativas en los habitantes que no siempre se concretaron.

**Palabras clave:** Expectativas. El desencanto. Municipio. Agua Blanca - PI.

## **Introdução**

O município de Água Branca do Piauí foi instalado em primeiro de julho de 1954. Localizado na região do médio Parnaíba Piauiense, possui uma população de 16.451 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010. Destaca-se pelo comércio e possui o maior Produto Interno Bruto das cidades que se localizam em suas proximidades. Antes de ser elevado à categoria de cidade, para sediar o município de mesmo nome, Água Branca era um povoado pertencente ao município de São Pedro do Piauí, sendo subordinado administrativa e politicamente a este último.

Para a presente pesquisa entrevistamos três moradores da localidade. O primeiro foi Francisco Alves Catarino. Este não vivenciou o momento de criação do município, mas passou vários anos pesquisando e entrevistando os moradores mais antigos da cidade, escrevendo em 2013 um livro sobre o município<sup>133</sup>. O segundo foi Pedro Alves dos Reis. Pessoa bastante conhecida na localidade, Pedro Alves dos Reis, nascido em Castelo do Piauí, veio morar em Água Branca em 1950, buscando melhores condições de vida. Esteve envolvido nos assuntos políticos de 1954 e foi vereador de 1967 a 1970. O terceiro entrevistado foi Milton Floriano Siqueira. Nascido na localidade que se emanciparia anos mais tarde, tinha 10 anos quando o município foi criado.

As narrativas estão cheias de significados, silêncios e de intenções, sendo necessário estarmos atentos para questioná-las constantemente, tendo em mente que elas constituem-se do presente falando sobre o passado, dando sentido a este último com base no que é vivido no presente. Não nos esqueçamos, como ressalta Michael Pollak, que o presente colore o passado, ou seja, o trabalho de enquadramento da memória “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p. 9). A forma como os moradores nos relataram o processo de criação do município de Água Branca tem a ver com as demandas do momento em que vivem, na medida em que algo considerado tão importante na história local não poderia ser contato de qualquer maneira. Assim, ressaltaram

---

<sup>133</sup> O livro a que nos referimos é: CATARINO, Francisco. *A História de Água Branca*. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

os aspectos positivos que acreditavam que o processo traria, evidenciando uma série de expectativas com o recebimento do título de cidade.

Tais expectativas fazem parte da face sensível da cidade, uma vez que essa, como afirma Sandra Jatahy Pesavento (2007), além de materialidade é também sociabilidade e sensibilidade. Assim, consideramos que para entendermos como o processo de criação do município de Água Branca impactou sobre a vida dos moradores tornou-se crucial analisarmos a cidade com base nesses três elementos, percebendo-a pelas significações que os moradores produziram e ainda produzem sobre ela. Nesse sentido, por meio do Código de Posturas, discutido nas atas da Câmara Municipal de Água Branca em 1955, percebemos como os gestores pensavam a organização da recém-instalada cidade, servindo de contra ponto para o que os entrevistados narravam. A partir daí percebemos a cidade enquanto elemento que evolui sonhos e idealizações que podem ser ou não realizados.

Foi nesse fluxo de cidade idealizada, onde sonhos e decepções se cruzam constantemente, que se construiu a presente pesquisa, cujo objetivo é entender de que forma os habitantes de Água Branca pensaram a cidade que foi instalada com a criação do município, “cidade pensada” enquanto planejamento e organização, mas também como idealização, relacionando-a com desejos e intervenções no espaço.

### **A cidade, o encanto**

A criação de um município implica a elevação de uma parte do território à categoria de cidade, passando esta a sediá-lo. Na fala dos entrevistados é perceptível a ideia de que a instalação da cidade traria benefícios, como por exemplo, o direito de escolher os próprios representantes políticos, melhores alternativas de moradia, ruas calçadas, empregos, iluminação pública.

Pedro dos Reis, que tinha 26 anos quando o município foi criado, diz o seguinte: “Nós queríamos emancipar Água Branca, porque nós queríamos ter o nosso próprio prefeito, nós queríamos ter os próprios vereadores, nós precisávamos ter juiz como nós temos hoje aqui, nós precisávamos ter um hospital um pouco mais forte [...]” (REIS, 2018). A emancipação envolvia, no seu modo de ver, diretamente a autonomia, ter equipamentos e estrutura urbana próprias, pois, até então, o prefeito, os vereadores e o juiz, pertenciam ao município de São Pedro do Piauí, ao qual Água Branca era vinculada administrativamente.

Vejamos ainda que o desejo de Pedro Reis é, especialmente, a autonomia política, o direito de poder escolher os próprios representantes. Reparemos que o uso do “nós” pelo

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

entrevistado longe de referir-se apenas aos moradores de Água Branca<sup>134</sup> de forma geral, parece referir-se ao grupo político que Pedro Reis participava. Isso fica evidente em outro momento da sua fala quando ele comenta sobre a escolha do candidato que concorreria às primeiras eleições municipais: “E aí *nós* botemos justamente Raimundo Rodrigues Matos<sup>135</sup> e foi ele justamente o prefeito que foi eleito com trinta e poucos votos de maioria” (REIS, 2018). Em toda a entrevista Pedro Reis usa a primeira pessoa do plural, “*nós*”, exceto quando está tratando da sua vida pessoal, ou seja, ele não está falando por ele, mas em nome de um grupo que não disse por quem era constituído, mas que está presente em suas falas.

A forma como Pedro Reis usa a linguagem remete a coisas que estão presentes, mas que não estão sendo ditas. Lembremo-nos dos ensinamentos de Paul Thompson: “[...] o que podemos esperar ganhar pela influência da psicanálise é ouvido mais perspicaz para as sutilezas da memória e da comunicação, mais do que a chave de um quarto secreto”(THOMPSON, 1992, p. 205). A sua narrativa é dotada de um jargão político, uma aglutinação de palavras e expressões que parecem o recorte de várias partes de outros discursos. Isso pode ser resquício dos anos em que foi vereador do município de Água Branca.

Francisco Catarino, que teve contato com narrativas de diversos sujeitos, moradores de Água Branca (na época povoado), quando fazia as pesquisas para o livro que publicou, ao ser indagado sobre os motivos da emancipação ressalta que:

Era a cidade querendo ter vida própria, ser independente de São Pedro, porque tudo aqui era São Pedro: os colégios, a parte jurídica, tudo dependia de São Pedro, os cartórios, tudo era São Pedro. Já era uma cidade, já era um povoado bem desenvolvido e tinha necessidade de ter vida própria. E tinha necessidade de não depender de São Pedro para nada. Então, foi assim que eles criaram. A razão deles lutarem por essa emancipação (CATARINO, 2018).

O entrevistado realça como motivador das “lutas” pela emancipação o desejo da localidade de ter vida própria. Pelo visto, todo o aparato administrativo que Água Branca possuía pertencia a São Pedro, sendo a criação do município o meio de adquirir a liberdade. Para Francisco Catarino, Água Branca já era uma cidade pelo desenvolvimento que tinha, faltando apenas modificar o seu status político. Essa sua afirmação remete à sua ideia de que

---

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

a localidade já possuía o que era necessário para emancipar-se, restando apenas oficializar o processo.

Desse modo, a narrativa de Francisco Catarino, como a dos demais entrevistados, nos serve não apenas como fonte de informação sobre a criação do município de Água Branca, mas também como meio de estudarmos as subjetividades em torno deste processo, indo em consonância com Alessandro Portelli para quem o testemunho oral “pode se encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história” (PORTELLI, 1993, p. 41).

Nesse sentido, o que morar num ambiente citadino implicaria? Certamente, mudanças. Novidades. Liberdade. Crescimento. Facilidades. Status, talvez. Floriano Siqueira afirma que “todos sonhavam em Água Branca ser cidade” (SIQUEIRA, 2018). Essa transformação de povoado a cidade, na visão dos entrevistados, provavelmente, traria melhoramentos nas escolas, no sistema de saúde, no comércio, traria, enfim, desenvolvimento.

Quando aconteceu a emancipação política, Milton Floriano tinha dez anos de idade. Ao ser perguntado sobre quando eram as iniciativas em torno da criação do município, ele diz:

Rapaz quando eu vi falar, dez anos a minha lembrança para cá, aos seis anos já se falava, que ia passar a cidade. Eu lembro até que quando foi aprovada a lei que mandaram lá para a Assembleia, que foi aprovada. Houve um grande foguetório aqui. Que foi aprovado a lei da emancipação, houve muito foguete. Até eu mesmo me alegrei. Eu disse: Eta, agora mesmo eu vou morar numa cidade! (SIQUEIRA, 2018).

A possibilidade de morar numa cidade era sinônimo de melhorias. Talvez por isso a “fogueta”, realizada para comemorar a criação do município e que marcou a memória de Floriano Siqueira. Estamos diante do desejo que o ambiente citadino suscitou. Isso nos faz lembrar Zenóbia, uma das cidades de Ítalo Calvino. O que ela tem de extraordinário é o fato de se localizar em um terreno seco e, mesmo assim, erguer-se sobre altíssimas palafitas.

[...] é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados. (CALVINO, 1990, p. 36).

Ela nos interessa por representar, dentre outras coisas, a cidade como o lugar dos desejos, a cidade como sendo construída a partir do desejo dos moradores e que eles acreditam ser o melhor para eles. Situar-se em um local seco não é limitação para ter uma arquitetura no sentido dos ensejos de quem nela residem. A cidade pode ser, assim, moldada constantemente pelos habitantes, mas continua dando forma aos desejos ao longo dos anos, sendo a base da qual partem para criar em sua mente expectativas melhores de vida.

No entanto, a cidade também traz em si a suas contradições. “A construção de uma utopia urbana nunca implicou, automática e necessariamente, transformação social e cultural” (RISÉRIO, 2012, p.293). Brasília, por exemplo, foi projetada visando sanar os problemas sociais que existiam no Brasil. Seus idealizadores propunham uma construção urbanística que servisse de modelo, igualitária, que não desse espaço para a segregação. No entanto, Brasília também teve seus percalços: se por um lado devia passar exemplos de ideais democráticos, por outro acabou gerando segregação, representada pelo surgimento das cidades satélite. Da mesma forma, Água Branca, quando foi instalada, também teve seus percalços, evidenciando desencontros, entre o que se tornou e o que os habitantes esperavam.

Quando indagamos Milton Floriano Siqueira sobre quais as vantagens da emancipação de Água Branca, ele respondeu:

Rapaz, isso para mim eu achava que era melhor que povoado, passando a cidade já tinha tudo, é porque fazia... tinha pouca de experiência, mas me alegrou, alegrou todo mundo, que ia ter mais desenvolvimento, que as escolas iam melhorar, se orgulhava mais de morar na cidade. (SIQUEIRA, 2018).

A fala de Floriano Siqueira nos aponta para três caminhos. No primeiro deles, o da expectativa, as pessoas se alegraram por acreditar que a emancipação traria avanços. O segundo, que não destoa do primeiro, refere-se ao orgulho gerado pelo sentimento de pertencer, de dizer que mora numa cidade. O povoado é, desse modo, um elemento menor em relação à cidade. Ser um próspero povoado não denotava o orgulho que o título de cidade traria. O terceiro caminho é o da decepção. Floriano Siqueira se lembra de um fato, ainda era criança e considera que possuía pouca experiência para entender o que estava acontecendo. Nesse momento ele lança sobre si uma avaliação do que havia pensado, deixando implícito que, com a experiência de hoje, não teria se encantado tanto pelos discursos em torno da criação do município de Água Branca.

Mas isso não tem nada de incomum. Antônio Paulo Rezende, ao tratar sobre os encantos e desencantos da cidade de Recife com a modernidade na década de 1920,

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

evidencia as contradições que perpassam a sociedade, onde o discurso de progresso e desejo de mudança que a fascinante modernidade, anunciada nos jornais e nos discursos políticos, não foram capazes de superar as desigualdades sociais ou de atender a todos os moradores da cidade.

No discurso dos sujeitos históricos, a ideia de modernidade esteve associada a capacidade crescente do homem de emancipar-se do obscurantismo, do preconceito e construir o reino da liberdade. A efetivação de uma sociedade mais justa, envolvida pela fantasia promissora do progresso. É claro que o conteúdo radical dessa modernidade apresenta concepções de mundo conflitantes e leituras diferentes quanto à maneira como o homem deve administrar as contradições sociais. Todos apostam, porém, no progresso, em um incessante desenvolvimento da capacidade humana em gerir e superar seus problemas (REZENDE, 1997, p. 18).

Por que não aplicar essa leitura da modernidade, suas idealizações e desencantos às imaginações e desapontamentos com a criação do município de Água Branca? O discurso que lançava convicções sobre progresso e desenvolvimento no município foi usado como meio para defender a sua criação e acabou gerando expectativas que, nem sempre, foram correspondidas.

### **A cidade, o desencanto**

Antônio Paulo Rezende afirma que “as cidades foram os grandes cenários da modernidade” (REZENDE, 1997, p. 21), mas também são o cenário das contradições e, acrescentamos, das questões urbanas que envolvem a criação de um município. O povoado Água Branca, sede do novo município criado, deveria ser o polo irradiador do progresso, da concretização das promessas feitas pelos discursos de emancipação.

Dentre as divisões administrativas que podem ser estabelecidas nos municípios está a divisão em Zona urbana e Zona rural. Se a zona rural é o que excede a zona urbana, segundo Hely Meirelles o Código Tributário Nacional define que área urbana tenha, pelo menos, dois dos cinco melhoramentos urbanos seguintes: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, rede de iluminação domiciliar – com ou sem posteamento para distribuição domiciliar e, por último, escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 km do imóvel considerado (MEIRELLES, 2000, p. 68). Essas definições são usadas para fins de cobranças de impostos e servem para termos uma noção sobre o que o perímetro urbano de um município deveria

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

ter. E é partindo dessa noção que poderemos perceber que os projetos dos primeiros gestores buscavam dotar o perímetro urbano da cidade dos “melhoramentos” essenciais.

O primeiro projeto da Câmara foi do Vereador João Elói de Sousa e estava relacionado aos códigos de postura e tributário. O código de posturas define uma série de comportamentos e formas de organização que devem orientar as pessoas que moram na sede do município. A prioridade dada a esse projeto pode indicar o quanto era importante impor regras às vivências no município, especialmente em sua sede. Dessa forma, durante o ano de 1955, a maioria das leis será promulgada pelo prefeito municipal no sentido de promover a organização do espaço.

A preocupação com a cidade e, principalmente, com o seu centro é algo constante na história. Francisco Alcides do Nascimento ao tratar das transformações urbanas em Teresina entre o final da década de 1930 e o início de 1945, ressalta que o governo tinha uma proposta de intervenção modernizante à cidade construída em 1852. A cidade precisava se adequar a um dos símbolos da modernidade que era o automóvel. O Plano Saraiva, com seus problemas técnicos, como ruas estreitas e muitos cruzamentos, não era compatível com os ideais de modernidade (NASCIMENTO, 2015, p. 141). É nesse sentido que o projeto para a cidade dos sonhos foi ganhando concretude e foi nesse mesmo rumo que as intervenções em Água Branca prosseguiram, guardando as óbvias diferenças estruturais.

Em junho de 1955, o poder municipal de Água Branca aprova o Código de Posturas e traz no primeiro título a divisão administrativa do município em três zonas: zona urbana, zona suburbana e zona rural. Logo em seguida as especificações acerca da localização dos terrenos:

Os terrenos urbanos ou de primeira classe, ficam compreendidos no perímetro da Cidade propriamente dita, conforme determinação do Prefeito para cobrança dos impostos respectivos. Parágrafo segundo, os termos suburbanos, ou de segunda classe, são os que excedente limites do perímetro urbano, sejam continuação das ruas e praças da cidade ou esteja a margem das estradas reais. Parágrafo terceiro, os terrenos rurais ou de terceira classe, são os terrenos do patrimônio, não compreendidos nos parágrafos anteriores. (CÂMARA Municipal de Água Branca, 13 de agosto, 1955).

Reparemos que os terrenos são hierarquizados em três classes: primeira, segunda e terceira. Os terrenos da sede municipal representam a primeira ordem. É claramente, este, escolhido como o lugar privilegiado do município, deixando os outros dois em condições inferiores. Enquanto mais se distancia da zona urbana, menos valorizados tornam-se os

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

terrenos. O que deixa evidente quem terá acesso a esses terrenos, pessoas com poder aquisitivo maior.

Francisco Alcides do Nascimento, ao estudar os incêndios em Teresina no final da década de 1940, cita Maria Mafalda Baldoíno, para quem a elite piauiense das últimas décadas do século XIX relacionava a existência de ordenação da sociedade para que houvesse progresso. Com os ideais de avanços propostos pela criação da cidade, o espaço de Água Branca também precisava ser ordenado, processo evidentemente excludente e que “está relacionado com o afastamento dos pobres da zona urbana” (NASCIMENTO, 2015, p. 220).

A Lei nº 34 trinta e quatro, de dez de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco determina a urbanização de Água Branca por meio do loteamento das áreas devolutas.

Artigo primeiro. O Executivo Municipal de Água Branca fará urbanização da cidade aplicando as modificações indicadas na planta do levantamento, dentro do prazo de vinte (20) anos, a contar da vigência desta lei: Artigo segundo. As desapropriações de terreno aplicadas no plano de urbanização serão indenizadas por áreas devolutas a critério do Prefeito Municipal (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

A medida promete a urbanização da cidade, porém, garante que haverá desapropriação. Os melhoramentos urbanos que a cidade tem a oferecer têm os seus sacrifícios. Dessa forma, pela Lei nº 35 trinta e cinco, promulgada em dez de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco, é concedido o direito da Prefeitura incorporar as áreas de domínio privado encravadas na sede do Patrimônio Municipal:

Artigo primeiro: Ficam desapropriados sem ônus para a Prefeitura Municipal de Água Branca todos os terrenos contidos dentro do perímetro constante da aquisição feita em 22 de Agosto de 1955, ao senhor Jesuíno Barbosa Monteiro com a área aproximadamente de 127 (cento e vinte e sete hectares). Artigo segundo: Fica assegurado o direito de posse dos proprietários mediante a substituição dos títulos de propriedade pelas respectivas cartas de aforamento sem ônus por parte dos mesmos. Parágrafo primeiro: No ato da substituição do título de propriedade pela Carta de Aforamento, serão demarcados os respectivos terrenos, cabendo ao proprietário pagar as taxas de demarcação e urbanização (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

Das determinações desta lei destacamos o poder dado à prefeitura de se apropriar das terras já ocupadas por moradores, sem receber nenhum prejuízo por isso. Caso o proprietário queira ficar com a propriedade, ele deverá se submeter às medidas de aforamento e apesar

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

de dizer que ele não terá que pagar nada por isso, logo em seguida, é destacado que ele deverá arcar com os gastos com taxas de demarcação e urbanização.

Mas que cidade era essa que tanto prometeu mudanças e agora excluiu boa parte da população dos espaços mais privilegiados com melhoramentos urbanos como calçamento, iluminação e abastecimento de água? Por decisão municipal ficou decidido que as terras devolutas da sede municipal seriam concedida por aforamento para quem se interessasse. Assim são definidos os detalhes que as construções deveriam ter: “com frente mínima de (10) dez metros para a via pública e áreas de (150) cento e cinquenta a (400) quatrocentos metros quadrados, pagáveis em (20) vinte prestações mensais de igual valor a ser fixada em tabela especial baixada pela Câmara Municipal” (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955). A questão que se coloca novamente é: todos que se interessassem teriam condições de arcar com os valores estabelecidos?

O poder público também estabelece o valor das taxas a serem pagas.

I) Zona Norte (ao norte da Avenida José Miguel) Conversões de terreno foreiro a Cr\$ 1.50 um cruzeiro cinquenta centavos, o metro quadrado. II: Zona Sul, ao Sul da Avenida) na Zona suburbana. Cr\$ 1.50 um cruzeiro e cinquenta centavos, o metro quadrado. III – Zona sul, ao sul da Avenida José Miguel, zona Suburbana ao sul da avenida Getúlio Vargas, Cr\$ 1.20 um cruzeiro e vinte centavos, o metro quadrado. IV – Taxa de demarcação Cr\$ 1. 00, um cruzeiro por metro linear de perímetro pago por cada confrontante a Prefeitura Municipal. V- Taxa de urbanização Cr\$ 0,20 vinte centavos por metro quadrado para a taxa norte-sul, e zona sul urbana, e, Cr\$ 0.10 dez centavos por metros quadrado para zona suburbana. VI – Taxa de foro anual para a zona norte e zona urbana sul, Cr\$ 0,02 dois centavos por metros quadrado, e, para a zona suburbana, Cr\$ 0,01 um centavo por metro quadrado. (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

O ponto de referência é a Avenida José Miguel. De Norte a Sul dessa avenida o preço do aforamento era de 1,50 cruzeiros. Na medida em que se distancia dessa avenida, indo no rumo da Avenida Getúlio Vargas o preço cai para 1,20 cruzeiros, denotando claramente a segregação espacial e reforçando que seria mais difícil para a população adquirir terrenos na sede municipal. Dessa maneira, o objetivo era usar o valor das taxas para melhorar a sede do município, loteando terras devolutas para aforamento de modo desenvolver a cidade. O poder público estabelece medidas que devem ser seguidas para a realização das obras. Estipula um valor e taxas a serem pagas e prazos a serem seguidos. Mas não é evidenciada nenhuma medida que garanta à população condições para se enquadrar nessas regras sancionadas.

Artigo sete: todas as pessoas que aforarem terrenos para construção de casas na zona urbana, serão obrigadas a começar o serviço dentro do prazo de seis meses, a contar da data de concessão, devendo concluir o serviço no prazo de dezoito meses, a contar da mesma data. Parágrafo primeiro: entende-se por começo de edificação levantamento de alicerces e por conclusão o revestimento do prédio respectivo, calçadas. Parágrafo segundo: os infratores incorrerão a multa de cento e cinquenta a oitenta cruzeiros e dobrados em reincidência. Parágrafo terceiro: Todas as construções novas ou reconstruções não poderão ter menos de quatro metros de altura na frente (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

É proposto, assim, um ordenamento do espaço de forma autoritária, a população não tinha garantias caso se recusasse a ceder um terreno. E caso desobedecesse alguma das restrições havia penalidades a serem pagas. Francisco Alcides do Nascimento trata disso ao afirmar que a prefeitura de Teresina obrigou os proprietários de imóveis a recuarem seus edifícios “para que as ruas ganhassem dimensões mais largas, e permitindo, também, criar mais espaço para a arborização” (NASCIMENTO, 2015, p. 144).

Como era ao prefeito permitido a desapropriação de estabelecimentos, “por utilidade pública ou necessidade do município”, sempre que achasse necessário, o poder público poderia tirar casas para alargar ou abrir ruas, praças e construir estabelecimentos, com a justificativa de estar fazendo isso para o bem geral do município. As ruas não poderiam ser feitas de qualquer jeito. Parte do Código de Posturas que trata dos logradouros públicos define a largura para as ruas de 10 metros. A disposição das ruas foi pensada levando em conta o embelezamento, a ventilação, a salubridade e a higiene, para o conforto e bem estar dos cidadãos. Era com base nesses argumentos que o poder público justificava suas ações dentro do espaço da cidade. Foi em nome do embelezamento, por exemplo, que as pessoas podiam ser removidas das suas casas para dar lugar às ruas ou à construção de um estabelecimento. Uma clara expressão da existência, na cidade, de “uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada” (ROLNIK, 2004, p. 20), reforçando a necessidade de um poder gerenciador da cidade, representando, teoricamente, os desejos de todos os habitantes.

Além disso, a “todo proprietário é obrigatório a reconstruir e conservar o seu passeio de modo a não prejudicar a estética e o asseio da cidade e não dificultar o trânsito público.” As calçadas eram assim de responsabilidade dos moradores das casas. Morar na cidade exigia responsabilidades. A arborização ficou por conta da prefeitura, porém, “ninguém poderá cortar ou danificar as árvores plantadas pela Prefeitura, nas ruas e praças desta cidade. E o prefeito poderá mandar cortar as árvores que não esteja dentro do alinhamento ou então que sua conservação se torne inconveniente por qualquer motivo” (CÂMARA Municipal de

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

Água Branca, 04 de junho, 1955). A cada responsabilidade, uma obrigação e a legitimação do poder municipal.

Da mesma forma que a “nova Teresina de linhas retas e ruas arborizadas não comportava atividades que pudessem se contrapor à cidade desejada” (NASCIMENTO, 2015, p. 159) a nova Água Branca, emancipada, não poderia admitir práticas que fossem opostas à ideia de urbano. Algumas práticas foram ordenadas: a matança de gado, caprinos e suínos só poderá ser feita no matadouro público, a não ser que o prefeito autorizasse o contrário. E outras foram proibidas:

Fica expressamente proibido a criação de gado, caprino, suíno [...] na zona urbana e suburbana da cidade, bem como cães na parte urbana. Artigo 52: Sem licença do Prefeito, ninguém poderá armar barracas, quiosques, pavilhões ou qualquer outra construção deste gênero, nas ruas ou praças desta cidade (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto de 1955).

Isto posto, vemos no município o poder público agindo, definindo normas de comportamento, as leis e regras a serem seguidas para organizar o espaço urbano. Raquel Rolnik ressalta que, se hoje a presença do Estado na cidade é tão grande isso é em decorrência das transformações sociais, políticas e econômicas advindas com o surgimento do capitalismo. Dentro dessa lógica capitalista as propostas de organização do espaço urbano visam a máxima rentabilidade.

Desde logo, assim se define a forma de ocupação da terra urbana: dividida em lotes geométricos, facilmente mensuráveis para que a eles se possa atribuir o preço. A lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado (ROLNIK, 2004, p. 55).

À vista disso, a organização do espaço urbano proposta pelo Código de Posturas de Água Branca e pela legislação de aforamento, segue, evidentemente, a lógica capitalista, estabelecendo preços às terras, comercializando, investindo e, principalmente, excluindo, pois, o retorno dos investimentos, longe de agregar a todos, restringe-se a pequenos grupos.

Em a Cidade do Sol, Tommaso Campanella, a partir de uma descrição detalhada, constrói uma cidade utópica e o que mais chama nossa atenção é a forma como é organizada: dividida em sete enormes círculos, dispostos de forma que no topo da montanha e bem ao centro de todos os círculos há um templo, de estupenda arquitetura. De certa forma, esse templo representa a centralidade do “chefe de todos” chamado de Sol, para o qual convergem

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

todos os tipos de questões da cidade. A cidade foi imaginada aplicando ideais de igualdade e justiça. Seu espaço é bem definido e estruturado. Politicamente seus habitantes possuem oportunidades iguais (CAMPANELLA, 2008, p. 19). Cidades como essas não viraram realidade, mas como aponta Raquel Rolnik, elas expressam aspectos da intervenção do Estado que ainda estão presentes na atualidade.

O primeiro é a leitura mecânica de cidade – a cidade como circulação de fluxos -, de pedestres, de veículos, de tropas, de cargas ou de ventos. O segundo é a ideia de ordenação matemática – a regularidade e a repetição - como base da racionalidade na produção do espaço. Ainda um terceiro pressuposto é ideia de que uma cidade planejada é uma cidade sem males, utopia que até hoje seduz os defensores no planejamento urbano. E, finalmente, nas utopias está esboçada a possibilidade de o Estado poder controlar a cidade, através do esquadramento e domínio de seus espaços (ROLNIK, 2004, p. 59).

Esses ideais de cidade, tão explicitados pelos utopistas, que permearam a mente dos homens desde a Antiguidade tem ainda sua correspondência nos dias de hoje e puderam ser notados na forma como os primeiros gestores de Água Branca planejaram organizar a cidade, mostrando sua concretização no corpo de leis que visavam organizar o município. As ruas largas consideraram o fluxo de pessoas e veículos, as medidas específicas que deviam seguir as construções, o desejo de tornar tudo mais bonito e sem males. É possível perceber isso em, praticamente, todas as cidades do mundo, de Paris a Teresina.

Sendo assim, a cidade é um elemento que está em constante modificação. Neste ponto, em especial, estamos em concordância com Antônio Paulo Rezende, quando este afirma que

[...] as mesmas cidades, nos mesmos momentos, têm esconderijos que só serão descobertos, quando as mesmas perguntas forem exaustivamente repetidas. Nem elas, as cidades, nem eles, os esconderijos, permanecem estáticos, não importam em que tempo estejam (REZENDE, 1997, p. 23).

Nesta passagem, Antônio Paulo Rezende chama a atenção para o fato de as cidades serem temas inesgotáveis para o trabalho do historiador e para o fato delas estarem sempre se metamorfoseando, o que não é algo novo. Os estudos historiográficos sobre cidades brasileiras retratam muito bem as constantes transformações pelas quais elas passam. Ao estudar São Paulo no que ele chama de frementes anos 20, Nicolau Sevcenko, por exemplo, narra as intensas alterações sofridas por esta cidade no período e como elas alteraram os

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

tradicionais costumes da sociedade paulista. Estas mudanças puderam ser notadas, principalmente, na escrita dos cronistas, que deixavam claro que “havia algo de novo no ar, algo especial, algo de diferente” (SEVCENKO, 1992, p. 25) naquela metrópole brasileira. Do mesmo modo, Antônio Paulo Rezende em sua obra publicada em 1997, *Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX* trata das transformações que as invenções modernas trouxeram para essa cidade, na referida década, acarretando mudanças nas mentalidades da população e no espaço físico da cidade.

Em Fortaleza, Sebastião Rogério Ponte dá conta de que as exportações de algodão na segunda metade do século XIX propiciaram um momento favorável para alterações na malha urbana dessa cidade e que estas se intensificariam mais ainda nas primeiras décadas do século XX. O autor mencionado relata, inclusive, uma “onda remodeladora [que] acabou por conferir à zona central da cidade um harmonioso conjunto urbano, complementada com a edificação de mansões, prédios públicos e dois grandes cinemas [...]” (PONTE, 1993, p. 19). Nesta mesma temática, ao tratar sobre a modernização de Teresina, também em meados do século XX, Francisco Alcides do Nascimento (2015) discorre sobre as transformações pelas quais a capital do Piauí passou para atender ao desejo de criar a cidade dos sonhos e de como a população pobre foi excluída dos benefícios trazidos por esta modernização.

A cidade de Água Branca ia assim adquirindo o melhoramento urbano que tanto almejava. Os projetos mencionados anteriormente nos dão uma noção de que, mesmo sendo um “próspero povoado”, na visão dos seus moradores, carecia de serviços básicos, como água canalizada, iluminação e atendimento de saúde. Quando possuía era precário e não se destinava a todos os moradores do município.

## **Conclusão**

Então, podemos perceber que os moradores associaram a criação do município com o progresso, com o melhoramento, com a liberdade. Pensaram a cidade de Água Branca baseados na esperança de uma vida melhor, porém, se por um lado melhorou, por outro, muitos dos problemas pelos quais os habitantes passavam, permaneceram. A emancipação política representou mudanças, mas não rupturas. Mudanças que não ocorreram de imediato, mas foram pouco a pouco acontecendo, ora concretizando expectativas ora dando lugar a decepções.

Voltando à discussão que Ítalo Calvino faz sobre os dois tipos de cidade, umas que podem anular os desejos e outras que alimentam constantemente os desejos de seus

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

habitantes, Antônio Paulo Rezende considera que Recife é atualmente, uma cidade “em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados” (CALVINO, 1990, p. 36), pois, “os desejos conseguem cancelar a cidade, porque eles não sentem, nela, o espaço para se concretizar e são por ela cancelados pela violência da sua miséria” (REZENDE, 1997, p. 26). Dessa forma, as mazelas do Recife seriam um atrofiador ou ainda um elemento destruidor dos sonhos dos moradores acerca da cidade.

Entretanto, acreditamos que todas as cidades carregam dentro de si elementos dessas duas categorias propostas por Calvino. Pois, se como afirma Rezende, “a cidade está sempre em movimento” (REZENDE, 1997, p. 24), então, as mudanças pelas quais ela passa, sejam boas ou ruins, servem de matéria prima para a construção de novos sonhos e novos desejos.

### Fontes

CÂMARA Municipal de Água Branca, ata da sessão de 04 de junho de 1955.

CÂMARA Municipal de Água Branca, ata da sessão de 10 de agosto de 1955.

CÂMARA Municipal de Água Branca, ata da sessão de 13 de agosto de 1955.

CATARINO, Francisco. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Abril, 2018.

REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Abril, 2018.

SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Maio, 2018.

### Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. São Paulo: Editora Escala, 2008.

CATARINO, Francisco. *A História de Água Branca*. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 1990.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: Modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

PORTELLI, Alessandro. *Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores*. *Projeto História*, São Paulo, 1993.

REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

RISÉRIO, Antônio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

**EM SANTA QUITÉRIA A BANDA SELVAGEM E OS TITÃS NO BRASIL:  
CARACTERÍSTICAS E CULTURA MUSICAL DO BAIXO PARNAÍBA**

**IN SANTA QUITÉRIA THE WILD BAND AND THE TITANS IN BRAZIL:  
FEATURES AND MUSICAL CULTURE OF THE LOW PARNAÍBA**

**EN SANTA QUITÉRIA LA BANDA SALVAJE Y LOS TITANES EN EL BRASIL:  
CARACTERÍSTICAS Y CULTURA MUSICAL EM EL BAJO PARNAÍBA**

*Ulisses Araújo Pereira (UFPI)<sup>136</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objeto de estudo a Banda Selvagem da cidade de Santa Quitéria/MA, com a finalidade de compreender as características musicais da Banda Selvagem. Discutir historicamente sobre a música erudita e popular, seu surgimento na Inglaterra, falar sobre as características populares como banda de baile, e por último, observar qual a relação da Banda Selvagem com os Titãs. Para fundamentação teórica, estudamos autores canônicos como: DOURADO (2008); MORAES (2000); NAPOLITANO (2002); POLLAK(1992); TINHORÃO(2013), bem como sites de música e artigos de revistas eletrônicas. A pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo, tendo a fonte oral como a principal sobre o objeto de estudo, confrontando as entrevistas com a literatura. Portanto, temos um trabalho importante para a vida acadêmica, para a historiografia e cultura musical da região, pois a Banda Selvagem é uma banda que toca músicas populares, considerada a “melhor” banda da região, característica configurada nos anos de 1980.

**Palavras-chave:** Banda Selvagem. Cultura. Música.

**Abstract:** The present work has as object of study the Wild Band of the city of Santa Quitéria / MA, in order to understand the musical characteristics of Banda Selvagem. Discuss historically popular and erudite music, its emergence in England, talk about the popular features as a dance band, and lastly, observe the relationship of the Wild Band with the Titans. For theoretical foundation, we study canonical authors such as: DOURADO (2008); MORAES (2000); NAPOLITANO (2002); POLLAK (1992); TINHORÃO (2013), as well as music sites and electronic magazine articles. The research is descriptive with a qualitative approach, bibliographical and field, having the oral source as the main one on the object of study, confronting the interviews with the literature. Therefore, we have an important work for the academic life, for the historiography and musical culture of the region, because Banda Selvagem is a band that plays popular songs, considered the "best" band of the region, characteristic configured in the years of 1980.

**Keywords:** Wild Band. Culture. Music.

**Resumen:** El presente trabajo tiene como objeto de estudio la Banda Salvaje de la ciudad de Santa Quitéria / MA, con la finalidad de comprender las características musicales de la Banda Salvaje. Discutir históricamente sobre la música erudita y popular, su surgimiento en Inglaterra, hablar sobre las características populares como banda de baile, y por último, observar cuál es la relación de la Banda Salvaje con los Titanes. Para fundamentación teórica, estudiamos autores canónicos como: DOURADO (2008); MORAES (2000); NAPOLITANO (2002); Pollak (1992); TINMANÓN (2013), así como sitios de música y artículos de revistas electrónicas. La investigación es descriptiva con abordaje cualitativo, bibliográfico y de campo, teniendo la fuente oral como la principal sobre el objeto de estudio, confrontando las entrevistas con la literatura. Por lo tanto, tenemos un trabajo importante para la vida académica, para la historiografía y cultura musical de la región, pues la Banda Salvaje es una banda que toca canciones populares, considerada la "mejor" banda de la región, característica configurada en los años 1980.

**Palabras clave:** Banda Salvaje. Cultura. Música.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>136</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí – PI no ano de 2018. E-mail: liloguitar@gmail.com

O presente trabalho é oriundo da monografia do curso de Licenciatura em História, cujo o título original é: SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO APRESENTA – A "Banda Selvagem aqui e os Titãs Lá": História e cultura musical no Meio-Norte do Brasil (1980 - 1990), com orientação do Me. Valério Rosa de Negreiros, sendo o texto adaptado do primeiro capítulo e de uma parte do terceiro capítulo.

O município de Santa Quitéria do Maranhão/MA, fica na região do Baixo Parnaíba, localizado ao leste do Estado a 365 km da capital, com uma área de 1.917,6 km<sup>2</sup>. Limita-se ao norte com São Bernardo, ao sul e Brejo e Milagres do Maranhão, a leste com o Estado do Piauí as margens do Rio Parnaíba, vizinho da cidade piauiense de Madeiro, região norte do Piauí.<sup>137</sup>

A Banda Selvagem foi um conjunto idealizada nas eleições municipais e fundada no final do ano de 1988, embrionária de promessa política, pelo então candidato a prefeito Sebastião Moreira, médico renomado daquela urbe. Tinha características populares e tocava as canções que estavam em evidência nas mídias, de forma que o público confundia a sua execução com a reprodução original.

Com as devidas adaptações realizadas para esse trabalho, acordo com a explanação apontada, a pergunta que embasa esse artigo é: Qual a característica musical da Banda Selvagem e sua relação com os Titãs? E ainda, temos como objetivo geral: Compreender as características musicais da Banda Selvagem.

A relevância desse trabalho no âmbito cultural, e acadêmico, aprimorando e valorizando o estudo sobre a música na região em sua pluralidade de cunho artístico e cultural, e contribuindo com a historiografia musical do Baixo Parnaíba. A bibliográfica pesquisada teve como autores: DOURADO (2008); MORAES (200); NAPOLITANO (2002); POLLAK(1992); TINHORÃO(2013).

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

A pesquisa teve abordagem bibliográfica, de campo e descritiva, sendo que os principais caminhos para obtenção de dados foram às fontes orais. Realizaram-se quatorze entrevistas com dezesseis entrevistados, que foram realizadas em duas etapas, e os entrevistados atualmente moram nas cidades da Região do Baixo Parnaíba piauiense e maranhense, sendo visitadas no mês de novembro de 2017, para realização das primeiras dez

---

<sup>137</sup> FILHO, C.; FONSECA, M. da C. C. (Orgs.) Guia do Maranhão. Santa Quitéria. Leia a história de Santa Quitéria nos municípios maranhenses. São Luiz. Mídia e Marketing Editora, 2017, pp. 469-475.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 107 - 119. ISSN:

entrevistas, e no mês de abril de 2018 para a realização de mais quatro entrevistas, agora apenas com fãs da Banda Selvagem.

A história não pode deixar de ser feita por falta de fontes escritas, bem como o historiador pode evitar que ela se perca, no sentido de não se registrar por falta de outros documentos que não foram produzidos de forma escrita ao momento em que estavam acontecendo. Assim, a observação não nos cabe mais, pois os eventos passaram sem registros escritos, e desse modo sim às fontes orais são imprescindíveis para o trabalho.

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.<sup>138</sup>

Assim, observamos o quão é importante a fonte oral para a construção de conhecimento, e a história nos conta, que assim como a cultura não há melhor ou pior, e sim diferente. Para este trabalho foram analisados 05 artigos, 01 dissertação, 01 monografia, 04 livros, bem como das entrevistas, utilizamos aqui apenas 04.

### 3 DISCUSSÃO E RESULTADO

O Norte deste trabalho é Banda Selvagem, da cidade de Santa Quitéria do Maranhão/MA, urbe situada na região leste do Estado, região do Baixo Parnaíba, divisa com o Estado do Piauí, nordeste brasileiro. No entanto, antes de conhecermos sua história e características, se faz necessário a assimilação de alguns conceitos e termos ligados a música, bem com um pouco de sua história.

#### 3.1 Música Erudita e Popular

O século XIX, de acordo com Rebello Alvarenga é o momento onde começa-se a buscar a arte nas manifestações intrínsecas a música, de modo que as classificações serão feitas entre o popular e o erudito, no entanto os gostos musicais eram vividos nos mesmos eventos, sem distinção uma da outra. Esse processo fez com que houvesse uma separação, causando uma ruptura entre essas duas modalidades de música. Aqui a música popular passou a ser chamada de “música ligeira” e a música erudita de “música séria”<sup>139</sup>. E ainda,

---

<sup>138</sup> POLLAK, M. Memória e Identidade Cultural. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212, p. 207.

<sup>139</sup> Cf. ALVARENGA, R. A distinção dos gostos musicais e o surgimento da música popular na visão de William Weber. <sup>Disp.</sup> em <<https://musicaesociedade.com.br/a-distincao-dos-gostos-musicais-e-o-surgimento-da-musica-popular-na-visao-de-william-weber/>>. Public. 21 de dez/ 2015. Acesso:07 de mar/ 2018.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 107 - 119. ISSN:

acontece um: “[...]período de crise e experimentação de repertório dentro dos concertos. No longo processo de hierarquização dos gostos, as casas de espetáculos e concertos passam a atuar cada vez mais especificamente para um nicho do gosto musical.”<sup>140</sup>

É um período de transformações, onde os conceitos de música, “boa” e “ruim” são desenvolvidos a partir de sua disseminação. A música popular é percebida como inferior, entendida como aquela para as massas, sendo a música erudita, aquela com apreço para poucos, e ainda, subentendendo-se a sinfonia e o quarteto de cordas<sup>141</sup> como as músicas eruditas, “o bom gosto musical”, e o popular será interpretado com o *Music Hall* e o Concerto promenade.<sup>142</sup>

O autor fala ainda que esses dois últimos gêneros, juntamente com a ópera<sup>143</sup> “[...]foram os grandes estilos do universo da música para as massas estabelecendo as bases para a profissionalização da música popular”<sup>144</sup>. Continua sua explicação falando que esse gênero tem origem, mas especificamente nas *árias* de ópera, que se popularizou na Inglaterra, onde obteve seus maiores admiradores, por seu estilo “leve, atrativo e com letras sentimentais”, onde acostumaram a cantar esses gêneros em pousadas, chamados de “concertos de baladas”, onde foi se transformando em “*music hall*”, e complementa, “o amplo conhecimento da ópera teve um papel fundamental neste tipo de entretenimento (o *music-hall*), vinculando uma instituição deliberadamente ‘popular’ com tradições musicais de longa data”.<sup>145</sup>

O público desse gênero era excessivamente masculino da classe trabalhadora, o que não fazia que alguns das classes “mais altas” se sentissem atraídos, ainda que moderadamente.<sup>146</sup> Percebemos que a música popular, advém da música erudita, mas propriamente da ópera, por sua vertente que alcançava uma classe que existia em maior quantidade, e em lugares onde não se escutava a ópera.

[...]o que se chama de “música popular” emergiu do sistema musical ocidental tal como foi consagrado pela burguesia no início do século XIX, e a dicotomia “popular” e “erudito” nasceu mais em função das próprias tensões sociais e lutas culturais da sociedade burguesa do que por um

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 268. “Conjunto formado por dois violinos, viola e violoncelo[...]”

<sup>142</sup> Cf. ALVARENGA, R. Uma introdução à história do music hall. Disp.em <<https://musicaesociedade.com.br/uma-introducao-a-historia-do-music-hall/>>. Public. 01 jan/2016. Acesso em 28 mar/2018.

<sup>143</sup> Cf. DOURADO, 2008, p. 233. É uma obra que combina, música, teatro, poesia e artes visuais, cuja a origem provável finca raízes no intermede e no balé dos anos de 1500.

<sup>144</sup> ALVARENGA, Rebello, 2016.

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> Idem.

desenvolvimento “natural” do gosto coletivo, em tomo de formas musicais fixas.<sup>147</sup>

Marcos Napolitano vai ao encontro de Rebello Alvarenga, falando que sua origem está “ligada à urbanização e ao surgimento das classes populares e médias urbanas”. Essa era uma estrutura que se tornou produto do capitalismo, trazendo interesse a esse tipo de música, de vida cultural urbana, fala ainda que sua consolidação se deu como “parte de espetáculo de apelo popular, como a opereta e o *music-hall*[...]”.<sup>148</sup> Vimos também, o conceito de música popular começar uma transformação de significado, passando aos poucos ser ligada mais a questão da urbanidade do que popularidade, no sentido que de era uma música muito conhecida. Porém, um significado não substituiu o outro, e sim caminharam juntos.

No entanto, antes do *music hall*, dos encontros que realizados em ambientes fechados, já existiam eventos que eram realizados em ambientes abertos, e eram nesses encontros onde as pessoas buscavam se divertir e escutar música considerada mais animada, um local mais informal, um lugar mais descontraído e divertido, o autor nos diz que são os concertos de promenade tornaram-se “febre” na Europa, promovendo o surgimento novo caminho para concertos de caráter popular.<sup>149</sup>

O concerto de promenade teve papel fundamental para o desenvolvimento da construção do que ficou conhecido e entendido como música popular, foi um movimento em que os concertos eram realizados em de lugares abertos, as pessoas assistiam ao concerto em pé ou sentados de modo bem informal, anterior ao *music-hall* e que o serviu de base, no sentido de que esse último também teve papel importante na construção dos termos popular e erudito.

Apesar da popularidade relativa à música, aqui, ser ligada ao alcance que ela chegava, sem falar propriamente em qualidade, fica claro que ela agradava mais ao gosto da classe trabalhadora, socialmente menos favorecida monetariamente, além do que, as músicas não eram executadas em teatros, ou casas próprias para óperas, onde o acesso a essas pessoas era mais restrito.

### 3.2 Características Popular da Banda Selvagem

<sup>147</sup> NAPOLITANO, M. História & Música–história cultural da Música popular. B. Horizonte: Autêntica. 2002, p. 14.

<sup>148</sup> Cf. NAPOLITANO, 2002, p. 12.

<sup>149</sup> ALVARENGA, R. Concertos ao ar livre: o concerto promenade no século XIX. Disp. em <<https://musicaesociedade.com.br/concertos-ao-ar-livre-o-concerto-promenade-no-seculo-xix/>>. Public. 18 jan/2016. Acesso 28 mar/2018.

Agora que já vimos uma grande discussão acerca dos conceitos de música popular e erudita, saberemos nós responder, o que é música? A música é uma arte, que envolve sentimentos, estética, informações, é algo que nos toca, um fator importante na vida das pessoas, todos ouvem, apreciam, no entanto não são todos os que sabem a sua importância. “A música é a linguagem que se traduz em forma sonora capaz de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento entre som e o silêncio”.<sup>150</sup>

A música é maneira de manifestar seus sentimentos através do som, e é muito importante para a cultura brasileira, um lugar privilegiado que faz a junção de classes sociais, mistura raças, demonstrações de diversidades de pensamentos, de crenças, opiniões e opções que uma pessoa pode ter, e conseqüentemente uma sociedade, como explica Napolitano:

A música, sobretudo a chamada “música popular”, ocupa no Brasil um lugar privilegiado na história sociocultural, lugar de mediações, fusões, encontros de diversas etnias, classes e regiões que formam o nosso grande mosaico nacional. Além disso, a música tem sido, ao menos em boa parte do século XX, a tradutora dos nossos dilemas nacionais e veículo de nossas utopias sociais.<sup>151</sup>

A Banda Selvagem, como já mencionado anteriormente, foi um conjunto que trabalhava suas apresentações com músicas de características populares, assim como explicou Tinhorão, que a música popular tem em sua composição “autores conhecidos e divulgada por meios gráficos, como partituras, ou através da gravação de discos, fitas, filmes ou vídeos”<sup>152</sup>, e essa fala do autor, é algo relativamente novo, divulgado principalmente em grandes cidades onde a população se apresenta de modos não uniforme.

Em nossas entrevistas os músicos da Corporação Musical, quando se perguntava sobre os critérios utilizados pela Banda para que uma música integrar o repertório, a resposta sempre foi a de que as músicas tocadas em rádios e televisões, que faziam sucesso, sem ter assim um gênero e ritmo específico. Assim, podemos perceber a característica em tocar músicas populares, pois naquele tempo, as bandas faziam a gravação dos discos que era distribuído, do modo que os meios de comunicação e reprodução executavam as músicas.

---

<sup>150</sup> KRZESINSKI e CAMPOS, 2006, p.115. Apud, SILVA, D. G. da. A importância da música no processo de aprendizagem da criança na educação infantil: uma análise da literatura. 2010. Universidade Estadual de Londrina, 2010, p. 11.

<sup>151</sup> NAPOLITANO. 2002, p. 7.

<sup>152</sup> TINHORAIO. J. R. Pequena história da música popular: segundo seus gêneros. São Paulo: Ed. 34, 2013, p. 9.

Com isso, a Banda Selvagem com características de música popular, executando as canções que tocavam nos meios de comunicação, rádios locais e aparelhos de televisão, no entanto isso caracterizava o conjunto como sendo uma banda de baile?

Banda de Baile [...] são especializadas em eventos sociais em geral como casamentos, cerimônias, bodas e confraternizações. O músico serve de apoio ao intérprete e tem uma postura mais discreta. Geralmente os donos das bandas exigem que a música seja tirada e executada como na original, sem muito espaço para a criação.<sup>153</sup>

Observamos que a Banda Selvagem se encaixa exatamente no conceito que Anderson Ferreira fala, pois a Banda não era autoral, não tinha um disco gravado, se apresentava em todos os tipos de bailes, inclusive de meio de rua, no entanto a principal característica observada aqui é, e exigência que a música seja copiada do modo igual à gravação original, ou seja, não criando arranjos novos a música.

### 3.3 Relação Banda Selvagem e Titãs

“[...]os Titãs era lá, mas a Banda Selvagem era como se fosse os Titãs lá[...]”,<sup>154</sup> assim declarou Raimunda Oliveira, de forma bem espontânea, ao se referir a Banda Selvagem e o sucesso que fazia “aqui” na região do Baixo Parnaíba, comparável ao mesmo sucesso em que a banda nacional fazia “lá”, principalmente na região sul e sudeste, pois seu sucesso era em todo o país, e os Titãs era a banda de *rock* que estava em muita evidência naquele momento, e a Banda Selvagem viveu isso intensamente. Dourado vai nos explicar sobre *rock*.

“Designação genérica para a música popular de origem norte americana consolidada na metade do século XX, difundiu-se em todos os países do mundo e permanece com variantes ou mesmo em sua forma clássica até os dias de hoje[...]no Brasil, teve no *iê, iê, iê*, da Jovem Guarda sua representação, [...]chegando aos pós-tropicalistas Raul Seixas, Legião Urbana, Ultraje a Rigor, Os Titãs, Barão Vermelho[...]”.<sup>155</sup>

O Brasil no final da década de 1980 vivia um momento de reabertura política, saindo do regime militar e partindo para um regime democrático, embora com instabilidade econômica. Então, o país vivia uma efervescência, e o *rock* foi o gênero musical símbolo do momento vivido no país, com a liberdade expressão traduzida em crítica social em suas letras, renovando o cenário musical e o público, influenciando muitas bandas no Brasil e bem como o comportamento das pessoas.

<sup>153</sup> FERREIRA, A. S. A Influência do Rock no Comportamento e na Concepção Musical de Bandas de Baile do Norte do Paraná. I Congresso Internacional de Estudos do *Rock*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel, 2013, p. 8.

<sup>154</sup> OLIVEIRA, Raimunda Cristóvão de. Entrevista concedida a Ulisses Araujo Pereira, no dia 16 de novembro de 2017, p. 06. Essa entrevista foi realizada de forma simultânea com Anderson.

<sup>155</sup> DOURADO, H. A. 2008, p. 283.

[...]o país vivia a explosão do chamado “Rock Brasil”, com jovens bandas alcançando o estrelato a bordo de sucessos massivos nas *FMs* e de um bem-azeitado circuito de shows (nas danceterias). Pela primeira vez, se falava em “público jovem” no Brasil, cultura abafada por 20 anos de ditadura militar”.<sup>156</sup>

O grande marco musical era o *rock* nacional, que teve suas portas abertas pela banda carioca *Blitz*, e outras bandas continuaram o sucesso musical, junto com essas, aconteceu também o sucesso daquela que foi importante na história da Banda Selvagem, o grupo paulista Titãs. A banda surgiu com esse nome em seu álbum de 1984, trazendo o *rock* como seu gênero musical básico, tendo uma de suas canções a música “Marvin”<sup>157</sup>. Essa música se tornou um dos “hinos”, daquele momento e marcou ao servir como referência e apropriada pela Banda Selvagem.

A banda nacional fez muito sucesso se consagrando no cenário musical em 1986 com o lançamento do disco “Cabeça Dinossauro”, produzido por Liminha, repaginando seu som e sua imagem, com um som mais “pesado” e uniforme, e sendo apontada pela crítica musical, pela revista *Bizz*, revista *Veja* e a *Folha de São Paulo*, como uma banda madura, uma das mais influentes do país, e também: “Com isso a imagem deles se fortalece cada vez mais, ao ponto de, no final dos anos 80, serem considerados a melhor banda de rock do país”.<sup>158</sup>

Em 1988, os titãs tinham grande cobertura da mídia, sempre estavam nos noticiários de rádio e televisão, com suas músicas dotadas com teor de insatisfação e crítica social. No final do ano gravam o disco “*Go Back*”, no *Festival de Jazz de Montreux*, amplamente divulgado pela *Folha de São Paulo*, onde a banda regrava a música “Marvin”, adaptada ao novo som “pesado” dos Titãs, fazendo que a canção retorne ao sucesso.

Marvin marcou história dos Titãs, do mesmo modo como marcou a história da Banda Selvagem. Rakel vai nos dizer em entrevista sobre as músicas que a Banda Selvagem tocava, que *Take on me*, do grupo americano *A-ha*, e “Marvin, dos Titãs, é a cara da Banda Selvagem”.<sup>159</sup> A música marcou, pois, sua letra retrava muito do que se vivenciava no cotidiano das cidades interioranas, pois conta a história de um rapaz que perdeu seu pai na adolescência e teve que trabalhar com muito esforço para sustentar a sua família com muitas dificuldades financeiras. Como podemos perceber em uma parte da música, a seguir.

### Marvin (1984)

<sup>156</sup> SOUZA, M. H. S. de. Eu não sei fazer música, mas eu faço: a banda de rock paulista Titãs. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2013, p. 75.

<sup>157</sup> SOUZA, 2013.

<sup>158</sup> SOUZA, 2013, p. 68.

<sup>159</sup> ARAUJO, Maria Helena Teixeira de. (Rakel). Entrevista concedida a Ulisses Araujo Pereira. São Bernardo do Maranhão-MA. 14 de nov. 2017, p. 07.

“Meu pai não tinha educação/Ainda me lembro era um grande coração[...]  
Trabalhava feito um burro nos campos/ Só via carne se roubasse um frango/  
Meu pai cuidava de toda a família/ Sem perceber segui a mesma trilha  
Toda noite minha mãe orava Deus, era em nome da fome que eu roubava  
Dez anos passaram, cresceram meus irmãos/ E os anjos levaram minha mãe pelas mãos  
Chorei, meu pai disse: Boa sorte/ Com a mão no meu ombro/ Em seu leito de morte  
Marvin, agora é só você/ E não vai adiantar/ Chorar vai me fazer sofrer.  
Marvin, a vida é pra valer/ Eu fiz o meu melhor o seu destino eu sei de cor”<sup>160</sup>

A letra nos mostra uma sociedade patriarcal, onde o pai, era responsável por trazer a comida para alimentar a sua família, bem como a cultura de agricultura de subsistência, de pessoas que trabalhavam arduamente na roça (campo) e sem escolarização, e que passavam tais circunstâncias para os seus dependentes. Também percebemos a religiosidade, em evidência na figura feminina, a mãe, que clamava ao ser sobrenatural que os ajudasse nos momentos de dificuldades. Os filhos perdem os pais, e se tornam responsáveis pelo sustento dos irmãos mais novos.

Todo esse contexto influenciou na cultura popular, comportamento musical, social e, os Titãs eram considerados o “melhor” conjunto musical do cenário nacional naquele momento, e a Banda Selvagem, buscava tocar da mesma maneira que a gravação, executando cada detalhe de forma idêntica, fato que fez a Banda ser considerada a “melhor” banda região, seguindo a questão de americanização, da imitação, e da cultura popular. E sobre cultura popular, José Geraldo da Vinci de Moraes vai nos dizer que:

[...]cultura popular como pluralidade, isto é, deve-se falar em culturas populares que ao mesmo tempo se transformam e/ou permanecem em espaços e tempos definidos, e não em uma cultura popular pura e secularizada. Na realidade, essas culturas populares se relacionam de diversas maneiras entre elas mesmas e com as culturas formais ou de elite, interagindo, resistindo, influenciando, submetendo-se etc.[...] formas de relação não se restringem, como tradicionalmente se interpretava, somente no sentido da cultura de elite se impondo à cultura popular, que resistia ou não.<sup>161</sup>

A cultura popular é ampla e sempre se transforma de acordo com as práticas, com os modos que se vivem, as influências internas e externas, fazendo resistência ou não “[...]há sempre algo além da cultura que não se apresenta completamente nos textos ou nos discursos, mas se realiza na práxis social.”<sup>162</sup> Nesse momento, a cultura era copiar, fazer interpretações que se aproximassem ao máximo da gravação original, e essa cultura

<sup>160</sup> Cf. SOUZA, 2013, p. 82. Disposição dos versos da música adaptada.

<sup>161</sup> MORAES, J. G. V. de. História e Música: canção popular e conhecimento histórico. Revista Brasileira de História. v. 20, nº 39, p. 203-221. São Paulo, 2000, p. 214.

<sup>162</sup> TRINDADE, L. N.; RANGEK, C. R. da R. Rock: Cultura Política E Movimentos Sociais. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 95-111, 2012, p. 97.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 107 - 119. ISSN:

vivenciada na década de 1980, como a Banda Selvagem fazia ao interpretar as músicas do rock nacional, no entanto havia outro gênero musical marcante para a Banda, o *Dance Music*<sup>163</sup>.

A Banda Selvagem se enquadra bem em um conceito de performance que diz: “performance é tomada como ato de interpretar, através do aparato vocal ou instrumental, uma peça musical, numa execução de palco/show”.<sup>164</sup> No objeto de estudo em questão e seu devido contexto, o termo “*show*” pode ser substituído por “festa”, pois naqueles meados, na linguagem regional era assim denominado, e ainda hoje é, porém menos usual. No entanto, apesar de ser simples, a qualidade da execução das músicas era muito significativa, tanto que foi capaz de mobilizar a população, no sentido de cativar um sentimento de orgulho em ter aquela Banda em sua terra.

A Corporação Musical era eclética, e suas apresentações provocavam uma “excitação corporal”<sup>165</sup> com as músicas populares que interpretavam. Tocavam muitos gêneros musicais, como o axé music, que eles chamavam de “*Swing*”, lambada, *dance music*, românticas lentas, *rock* nacional e internacional, o reggae e outros. As apresentações da Banda Selvagem, continham em seu repertório músicas populares, e nesse estilo agradavam o público, criando assim uma “estandardização”, é uma “característica fundamental de toda música popular” uma padronização que é “socialmente imposta através de uma relação baseada[...]a busca de estímulos (emocionais e corpóreos)”<sup>166</sup>.

A Banda Selvagem tocava as músicas que faziam sucesso, ou seja, as canções que eram muito executadas em rádios, principalmente as regionais, televisões e demais meios de comunicação e também havia outro critério para que a música fosse incorporada ao repertório da banda, as telenovelas. Anderson e Lobão vão nos dizer: “Primeiramente ela tinha que ser sucesso. Sucesso na rádio, sucesso na televisão, sucesso nas discotecas[...]”<sup>167</sup>, “[...]esses temas de novelas[...]a gente estava tocando o que estava se escutando no Rádio e na televisão, como era que eles não gostavam?”<sup>168</sup> “Deste modo, o rádio, o disco e os locais

<sup>163</sup> DOURADO, 2008, p. 104. “Gênero musical de ritmo marcado que teve origem na DISCO MUSIC e surgiu nos anos de 1980 com os grupos Bomb the Bass e S’express.”

<sup>164</sup> NAPOLITANO, 2002, p. 86

<sup>165</sup> NAPOLITANO, 2002, pág. 11. Expressão utilizada em sua obra.

<sup>166</sup> NAPOLITANO, 2002, pág. 26-27, Apud: Adorno 1994, p. 125, que entre outras coisas criticava a música popular comercial, no entanto defendia que quem escutava música erudita também pode ser alienado.

<sup>167</sup> OLIVEIRA FILHO, Epaminondas Cristóvão de. (Anderson) Entrevista concedida a Ulisses Araujo Pereira. Milagres do Maranhão-MA. 16 de nov. 2017, p. 15.

<sup>168</sup> LIMA, Lucimar Leite. (Lobão). Entrevista concedida a Ulisses Araujo Pereira. Santa Quitéria do Maranhão-MA. 15 de nov. 2017, p. 24.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 107 - 119. ISSN:

de entretenimento foram, na realidade, ambientes em que o músico popular pôde desenvolver, difundir e sobreviver, ainda que precariamente, de suas atividades musicais”.<sup>169</sup>

O repertório e a sua forma de executar as canções atraíam o público, criando uma relação de admiração pela Corporação Musical, tonando-se símbolo de boa música, performance agradável e bom visual. “A Banda Selvagem nessa redondeza aqui era como se fosse hoje uma “Ivete Sangalo”, que onde é chamada está todo mundo[...]”<sup>170</sup>, mais uma vez a fala de Raimunda nos mostra uma referência de como a Banda fez sucesso, e em suas apresentações que contemplavam em seu repertório, músicas atuais, e com a capacidade de representação e interpretação das canções que agradavam muito ao público, a Corporação Musical foi ganhando admiradores a cada apresentação. Rakel também fala do sucesso que a Banda Selvagem “era o Safadão naquela época”.<sup>171</sup> Então vimos aqui duas comparações das dimensões do sucesso e popularidade que a Corporação Musical tinha região.

Assim, percebemos a importância sobre o rádio, e dos demais meios de divulgação musical. Rene Lopez, et al, fala que a televisão é protagonista nesse trabalho, tinha como lógica própria em fazer música para vender, e ainda menciona que posteriormente aos festivais da canção dos anos 60 e 70, as músicas ocupariam exposições com as telenovelas, de modo que as gravadoras conquistaram mais força, passando a decidir forma mais concreta as direções musicais.<sup>172</sup>

Desse modo compreendemos a força que o mercado fonográfico detinha, e que a cultura de imitação musical e americanização nasceu a partir de seus interesses, tornando-se algo tradicional nas pequenas bandas brasileiras, começando por usar a bateria compacta, e assim esse formato nas bandas passou a vigorar, e na região do Baixo Parnaíba as bandas utilizavam também esse modelo, sendo a Banda Selvagem o grande destaque nessa cultura de americanização.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, vimos ao longo dessa explanação, o histórico sobre música e sua dicotomia popular e erudita, conceito de música e banda, desse modo, mister se faz importante frisar aqui, que não há a pretensão de definir ou debater se existe um gênero e/ou música “melhor”

<sup>169</sup> MORAES, J. G. V. de. 2000, p. 217.

<sup>170</sup> OLIVEIRA, Raimunda Cristóvão de. 2017, p. 06

<sup>171</sup> ARAUJO, Maria Helena Teixeira de. A Rakel. 2017, p. 02.

<sup>172</sup> LOPEZ, R.; PAIXÃO, C.; SEVERINO, J. Música, televisão e cultura regional: a valorização da pluralidade musical dentro da TV Unesp. Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã UNESP. FAAC. Bauru-SP, 22-24 de abril de 2015. Disp. em <<https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidada/dt5>>. Acesso 31 mai/2018.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 107 - 119. ISSN:

que a outra, mas sim, contextualizar historicamente como se deu essa condição de eleger canções que se caracterizavam como música popular e erudita.

Vimos aqui à construção de um símbolo para a cidade de Santa Quitéria, em meio a todo movimento do *rock* nacional, com suas performances “titãs” que agradavam ao público, e toda a sua efervescência no palco, e concluímos que a Selvagem era uma Banda que tocava música de outras bandas, não era autoral, sua característica era a qualidade em executar músicas, repertório atualizado e copiar as músicas, intrínsecas para um Banda de Baile.

Então, a Banda Selvagem, era uma Corporação Musical que se apresentava executando canções que se enquadram como músicas populares, ou seja, aquelas músicas que agradavam a grande maioria das pessoas que seguiam seu som, músicas que eram cantadas em rádios, televisões e demais meios de comunicação.

## 5 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rebelló. *A distinção dos gostos musicais e o surgimento da música popular na visão de William Weber*. Disponível em <<https://musicaesociedade.com.br/a-distincao-dos-gostos-musicais-e-o-surgimento-da-musica-popular-na-visao-de-william-weber/>>. Publicado em 21 de dezembro de 2015. Acesso em 07 de março de 2018.

ALVARENGA, Rebelló. *Concertos ao ar livre: o concerto promenade no século XIX*. Disponível em <<https://musicaesociedade.com.br/concertos-ao-ar-livre-o-concerto-promenade-no-seculo-xix/>>. Publicado em 18 de janeiro de 2016. Acesso em 28 de março de 2018.

ALVARENGA, Rebelló. *Uma introdução à história do music hall*. Disponível em <<https://musicaesociedade.com.br/uma-introducao-a-historia-do-music-hall/>>. Publicado em 01 de janeiro de 2016. Acesso em 28 de março de 2018.

DOURADO, Henrique Autran. *Dicionário de termos e expressões da música*. São Paulo: Ed. 34. 2ª edição, 2008.

FERREIRA, Anderson Sávio. *A Influência do Rock no Comportamento e na Concepção Musical de Bandas de Baile do Norte do Paraná*. In: I Congresso Internacional de Estudos do *Rock*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel, 2013.

FILHO, Cordeiro; FONSECA, Maria da Conceição Correa. (Orgs.) *Guia do Maranhão. Santa Quitéria. Leia a história de Santa Quitéria nos municípios maranhenses*. São Luiz. Mídia e Marketing Editora, 2017.

LOPEZ, Rene; PAIXÃO, Cláudia; SEVERINO, Juliana. *Música, televisão e cultura regional: a valorização da pluralidade musical dentro da TV Unesp*. Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã UNESP. FAAC. Bauru-SP, 22-24 de abril de 2015. Disponível em <<https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidadada/dt5>>. Acesso em 31 de maio de 2018.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História e Música: canção popular e conhecimento histórico*. *Revista Brasileira de História*. v. 20, nº 39, p. 203-221. São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música – história cultural da Música popular*. Belo Horizonte: Autêntica. 2002.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 107 - 119. ISSN:

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Cultural. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

SOUZA, Marcos Humberto Stefanini de. *Eu não sei fazer música, mas eu faço: a banda de rock paulista Titãs*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2013.

SILVA, Denise Gomes da. *A importância da música no processo de aprendizagem da criança na educação infantil: uma análise da literatura*. 2010. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

TINHORAO. José Ramos. *Pequena história da música popular: segundo seus gêneros*. São Paulo: Ed. 34, 2013(7ª edição).

TRINDADE, Luane Nunes; RANGEK, Carlos Roberto da Rosa. *Rock: Cultura Política E Movimentos Sociais*. *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 95-111, 2012.

#### Entrevistas

ARAÚJO, Maria Helena Teixeira de. (Rakel). Entrevista concedida a Ulisses Araujo Pereira. São Bernardo do Maranhão-MA. 14 de nov. 2017.

LIMA, Lucimar Leite. (Lobão). Entrevista concedida a Ulisses Araujo Pereira. Santa Quitéria do Maranhão-MA. 15 de nov. 2017.

OLIVEIRA FILHO, Epaminondas Cristóvão de. (Anderson) Entrevista concedida a Ulisses Araujo Pereira. Milagres do Maranhão-MA. 16 de nov. 2017.

OLIVEIRA. Raimunda Silva Cristóvão de. Entrevista concedida a Ulisses Araujo Pereira. Milagres do Maranhão-MA. 16 de nov. 2017.

**(RE) PENSANDO A "OVELHA NEGRA":  
HISTÓRIA, MÚSICA E GÊNERO NA OBRA DE RITA LEE DE 1972 A 1990**

**(RE) THINKING THE "BLACK EWE":  
HISTORY, MUSIC AND GENDER IN RITA LEE'S WORK FROM 1972 TO 1990**

**(RE) PENSANDO LA "OVEJA NEGRA":  
HISTORIA, MÚSICA Y GÉNERO EN LA OBRA DE RITA LEE DE 1972 A 1990**

*Sabrina Thays Bezerra Santos (UESPI)<sup>173</sup>*

*Pedro Pio Fontineles Filho (UFPI)<sup>174</sup>*

**Resumo:** Rita Lee enfrentou as limitações no mundo musical relacionadas à questão do gênero e assumiu o papel de mulher forte no seio de uma sociedade machista, tornando-se ícone do rock brasileiro em 1970. Assim, o presente artigo teve como objetivo principal compreender as representações sociais e relações de gênero na trajetória musical de Rita Lee. Além disso, buscou analisar as configurações históricas, sociais, políticas e culturais que engendram as fases da carreira da cantora; discutir as dimensões dos discursos sobre gênero, corpo e sexualidade nas letras de suas músicas; refletir sobre os traços biográficos e autobiográficos da cantora, na constituição de sua obra musical; pensar acerca das representações e alcances da música produzida pela cantora no cenário musical e cultural do país. Para compreender as relações de gênero, foram utilizados autores como Rachel Sohiet e Joan Scott. No tocante às discussões sobre História e Música foram utilizados os autores, Marcos Napolitano e Paulo Chacon. Além da revisão bibliográfica citada, foram levantadas análises de sua autobiografia. Assim, foi possível chegar à conclusão que as músicas de Rita Lee apresentam uma grande relevância na compreensão dos fenômenos relacionados à representação social de corpo, gênero e sexualidade.  
**Palavras-chave:** História. Rock feminino. Gênero.

**Abstract:** Rita Lee faced the limitations in the musical world related to the gender issue and assumed the role of strong woman in a macho society, becoming the icon of Brazilian rock in 1970. Thus, the main objective of this article was to understand the social representations and gender relations in the musical trajectory of Rita Lee. In addition, she sought to analyze the historical, social, political and cultural configurations that engender the phases of the singer's career; discuss the dimensions of discourses on gender, body and sexuality in the lyrics of their songs; reflect on the biographical and autobiographical features of the singer, in the constitution of her musical work; to think about the representations and reaches of the music produced by the singer in the musical and cultural scene of the country. To understand the gender relations, authors such as Rachel Sohiet and Joan Scott were used. Regarding the discussions on History and Music, the authors, Marcos Napolitano and Paulo Chacon were used. In addition to the bibliographic review cited, analyzes of his autobiography were collected. Thus, it was possible to reach the conclusion that the songs of Rita Lee present a great relevance in the understanding of the phenomena related to the social representation of body, gender and sexuality.  
**Keywords:** History. Female rock. Genre.

**Resumen:** Rita Lee enfrentó las limitaciones en el mundo musical relacionadas con la cuestión del género y asumió el papel de mujer fuerte en el seno de una sociedad machista, convirtiéndose en el icono del rock brasileño en 1970. Así, el presente artículo tuvo como objetivo principal comprender las " que se ha convertido en una de las más importantes de la historia de la música. discutir las dimensiones de los discursos sobre género, cuerpo y sexualidad en las letras de sus canciones; reflexionar sobre los rasgos biográficos y autobiográficos de la cantante, en la constitución de su obra musical; pensar sobre las representaciones y alcances de la música producida por la cantante en el escenario musical y cultural del país. Para comprender las relaciones de género, se utilizaron autores como Rachel Sohiet y Joan Scott. En cuanto a las discusiones sobre Historia y Música se utilizaron los autores, Marcos Napolitano y Paulo Chacon. Además de la revisión bibliográfica citada, se levantaron análisis de su autobiografía. Así, fue posible llegar a la conclusión que las canciones de Rita Lee

<sup>173</sup> Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: [sabrinathays@hotmail.com](mailto:sabrinathays@hotmail.com).

<sup>174</sup> Doutor em História Social (UFC). Mestre e Especialista em História do Brasil (UFPI). Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI (PPGHB/UFPI). Professor do Mestrado Profissional em História da UESPI (PROF/HISTORIA).

presentan una gran relevancia en la comprensión de los fenómenos relacionados a la representación social de cuerpo, género y sexualidad.

**Palabras claves:** Historia. Rock femenino. Género.

## INTRODUÇÃO

A partir do século XX, a figura feminina fará parte do cenário da música popular, sendo o número de mulheres inferior ao número de homens. Nos últimos anos discussões a cerca da mulher ganharam maior visibilidade com o uso das redes sociais, mas juntamente a isso observa-se também um revigoramento conservador resultado da falta de informação sobre gênero. Assim, a discussão desse tema se destaca devido à necessidade de discutir questões relacionadas ao gênero desmistificando a presença de diferenças nos espaços femininos masculinos, fortalecendo também a lutas das causas da minorias.

Desta forma, é como “ovelha negra”, em seu estilo musical e visual, bem como em seus posicionamentos sociais e culturais, que Rita Lee se constituiu como figura emblemática e conflitante no cenário musical brasileiro, sobretudo no rock, com alargamentos do que se compreende como música popular.

Neste cenário, a cantora e compositora, Rita Lee enfrentou as limitações no mundo musical, relacionadas à questão do gênero e assume o papel de mulher forte e destacada no seio de uma sociedade essencialmente machista, tornando-se um grande ícone do rock brasileiro nos anos de 1970, imagem esta que se perpetua até os dias atuais, como foi relatado em sua autobiografia lançada no ano de 2016.

Neste sentido, objetiva-se compreender as representações sociais e relações de gênero na trajetória musical de Rita Lee, além de analisar as configurações históricas, sociais e culturais que engendram as fases da carreira da cantora, discutir as dimensões dos discursos sobre gênero e sexualidade nas letras de suas músicas, refletir sobre os seus traços biográficos e autobiográficos e pensar acerca das representações e alcances da música produzida por Rita Lee no cenário musical e cultural do país.

Neste sentido, o presente artigo analisará os acontecimentos que esclarecem os motivos que levaram a cantora Rita Lee a sair da banda *Os mutantes* e ter dado início, posteriormente, à carreira solo. Constata-se, desta forma, com as fontes levantadas, que um dos motivos que ocasionaram sua saída do grupo musical estava relacionado com o machismo dos integrantes da banda em relação à cantora.

Diante disso, tal sistema das relações de gênero está ligado às atribuições sociais de papéis, poder e prestígio, sendo sustentado por ampla rede de metáforas e práticas culturais associadas ao masculino ou ao feminino, sendo necessário discutir e estudar essas questões

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 120 - 131. ISSN:

a partir de diversas perspectivas, visando um melhor entendimento do assunto e sua aplicação em um meio social suscetível a transformações.

Com base nisso, espera-se aprofundar e relacionar as temáticas tratadas nas canções da compositora e cantora carioca Rita Lee destacando a importância das discussões acerca da participação e atuação feminina no meio musical, além das relações com o corpo e a sexualidade, através da análise do discurso das letras de músicas compostas e cantadas por Rita Lee, que enfrentou preconceitos por ser uma mulher em um ambiente essencialmente machista, mostrando assim a importância do levantamento da discussão de gênero na sociedade.

### **1. QUANDO A OVELHA VIROU NEGRA: as múltiplas faces de Rita Lee**

Dentre a crescente do movimento tropicalista, Rita Lee se destacou com suas músicas que variavam entre o rock, bossa nova e balada romântica. Juntamente à banda Os Mutantes, Rita Lee ocupou dentro da música brasileira um espaço na qual o público masculino era predominante. Porém, neste cenário, Rita Lee assumiu um papel de mulher forte que fez sucesso com suas letras impactantes e provocadoras dentre vários aspectos, discutindo sobre o papel dos indivíduos na sociedade e sobre suas diferentes formas de se relacionar entre si.

Desde cedo, Rita Lee mostrou sua afinidade com a música e na sua adolescência, Rita montou uma banda só de meninas, as Teenage Singers, grupo vocal formado por ela, Suely Chagas, e as colegas de colégio, Jean e Beatrice. Em 1964, participou do Tulio Trio onde tocava banjo, Túlio teclado e Suely Chagas violão. Logo em seguida, participou do grupo Six Sided Rockers, formado por Rita e os irmãos Dias Baptista: Cláudio na bateria, Arnaldo no baixo e Serginho na guitarra, além de Raphael e Tobé nas outras duas guitarras, que no ano seguinte mudou o nome para O'Seis e lançaram um compacto com as músicas "Suicida" e "Apocalipse". Logo depois, devido à briga entre os membros só sobraram Rita Lee, Arnaldo e Sérgio, formando então o grupo Os Mutantes, grupo do qual Rita Lee fez parte de 1966 a 1972.

Os Mutantes já conquistavam os palcos e fizeram sua primeira apresentação no III Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, em 1967, acompanhando Gilberto Gil na música Domingo no Parque. Junto com os Mutantes, Rita marcou presença nos famosos festivais de música da época, como o Festival da Record em 1967 e o Festival Internacional da Canção em 1968 onde seu talento, sua ousadia com os figurinos, sua beleza e carisma sempre foram centro das atenções.

Os Mutantes gravaram juntos 6 discos e a última apresentação de Rita com Os Mutantes aconteceu no FIC (Festival Internacional da Canção), em 1972, no Rio de Janeiro. Em sua autobiografia, Rita Lee revela que a decisão da sua saída da banda Os Mutantes foi tomada sem a sua presença, sendo justificada por Arnaldo: “A gente resolveu que a partir de agora você está fora dos Mutantes, porque nós resolvemos seguir a linha progressiva-virtuose e você não tem calibre como instrumentista” (LEE, 2016, p. 113).

Dessa forma, Rita Lee estava então oficialmente fora da banda e declara “Uma escarrada na cara seria menos humilhante. Em vez de me atirar de joelhos e pedindo perdão por ter nascido mulher, fiz a silenciosa elegante” (LEE, 2016, pág. 113). Dessa forma, entende-se que a sua retirada da banda Os Mutantes ocorreu principalmente por ser mulher dentro de um meio masculinizado – o rock, e por ter ganhado destaque dentre os demais membros da banda Os Mutantes.

Após a saída da banda, Rita Lee seguiu então com sua carreira passando por alguns grupos musicais. Rita Lee decidiu então montar um grupo para que participasse de um festival, dando início então as Cilibrinhas do Éden. Em sua autobiografia, ela descreve:

Me veio a cabeça a única groupie talentosa dos tempos mutantescos, uma guitarrista com “munheca de macho”, simpática e engraçada, perfeita para dividir o palco comigo, Lúcia Turnbull. Antes mesmo do primeiro ensaio batíamos a dupla de Cilibrinhas do Éden, na eterna mania de dar nome à criança antes de nascer. (LEE, 2016, p. 123)

A carreira das *Cilibrinhas do Éden* teve seu início e fim no ano de 1973, porém ainda no mesmo ano, juntando-se a Lee Marcucci no baixo, Emilson na bateria, Luís Sérgio na guitarra e Ruffino (todos membros da banda Lisergia conhecida por Lúcia), as *Cilibrinhas do Éden* deram início a uma nova fase, montando a banda *Tutti Frutti* que destacou a personalidade forte feminina de Rita Lee, gravando discos como *Fruto Proibido* (1975), que foi considerado pelo grande público um de seus melhores discos como cantora do rock nacional.

De 1974 a 1978, junto com o *Tutti Frutti*, Rita gravou 4 discos<sup>175</sup>, sendo pelo menos três (*Fruto Proibido*, *Entradas e Bandeiras*, *Babilônia*) um grande marco para o rock brasileiro, discos esses que marcaram sua carreira, percorrendo todo o Brasil com enorme aparato de produção, som, luz e cenografia. Assim, a imagem da Rita Lee como uma cantora de grande força e representatividade do público feminino vem à tona, tornando-se uma Superstar que fazia sucesso entre os adolescentes, principalmente com seu grande sucesso

---

<sup>175</sup> Atrás do porto de uma cidade (1974), *Fruto Proibido* (1975), Rita Lee & Tutti Frutti (compacto, 1976), *Entradas e Bandeiras* (1976).

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 120 - 131. ISSN:

*Ovelha Negra*. Dentre outras músicas, *Esse tal Roquenrou*, *Fruto proibido*, *Coisas da vida*, *Agora só falta você*, *Com a boca no mundo* também se destacaram e conquistaram o público.

No ano de 1978, Rita Lee resolveu sair da banda Tutti Frutti e decidiu seguir com sua carreira solo. Neste meio musical, no final do mesmo ano, acabou conhecendo Roberto de Carvalho, guitarrista talentoso de Ney Matogrosso que influenciaria bastante os novos rumos da carreira de Rita Lee, envolvendo-se com ela romanticamente e profissionalmente.

Juntamente a Roberto de Carvalho, Rita Lee “virou rockarnaval, virou tango, virou bossa, virou pop, virou bolero, virou metal, virou tudo ao mesmo tempo” chegando inclusive a lembrar “Nada mais “mutante” do que desfilas por quaisquer avenidas musicais” (LEE, 2016, pág.177). As letras de suas músicas traziam uma mensagem, discutiu assuntos importantes que antes eram falados somente por homens. Rita Lee falou de corpo, de romance, de sexo e de prazer e nos seus mais variados estilos abriu caminhos para uma nova visão do ser mulher.

Dando continuidade a seus shows e a sua fama de rebelde, mãe de três filhos e casada com Roberto Carvalho, em 1991 Rita Lee separa-se musicalmente do marido e segue em carreira solo, isso devido o envolvimento do seu marido com a Banda Tutti Frutti e com a mudança de estilo musical.

Nesse mesmo ano, Rita Lee lançou um disco acústico Bossa'n'roll, na qual ela fazia releitura de vários sucessos de sua carreira e de outros cantores. Rita, apenas na voz e violão, lançou este álbum que inicialmente não agradou tanto o público, mas que logo depois alcançaria o sucesso. Dando continuidade a sua carreira solo, Rita lança em 1993 o álbum *Todas as mulheres do mundo*, que trazia músicas que discutiam várias questões femininas como a menopausa (*Menopower*), masturbação (*Deprê*), maternidade (*Filho meu*) e a força feminina (*Benzadeusa*).

Assim, Rita Lee, desde o começo de sua carreira se destacou por ser um grande ícone feminino. Ousada, forte e rebelde, enfrentou muitas críticas ao longo de sua carreira principalmente por ser uma mulher que quebrou muitas regras. Nesse contexto, Rita revolucionou a música brasileira sendo uma das primeiras mulheres a encarar o palco sozinha, tomando para si o papel principal. Com suas músicas cheias de ritmo e figurinos atrevidos, conquistou todos os tipos de público (jovem, adulto e até idoso), conquistando também um público internacional, apresentando-se por vezes em Nova York e Portugal.

Rita Lee Jones, a eterna ovelha negra é considerada um ícone do rock brasileiro, com sua personalidade singular e transgressora bateu recordes de vendas de discos. Rita, foi uma das únicas cantoras que apesar de seus altos e baixos, nunca saiu das paradas musicais desde

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 120 - 131. ISSN:

os anos de 1960. Como uma mulher empoderada, debochada, irônica e autêntica fez o seu nome pela história da música e afirma ter vivido os seus anos com excelência.

Aposentou-se dos palcos, mas nunca da música, com isso, muito mais do que cantora e compositora Rita Lee tornou-se um símbolo feminino e ao deixar os palcos se descobriu escritora lançando sua Autobiografia no ano de 2016 e seu livro de contos Dropz lançado em 2017. Deixando a vida agitada de lado, hoje, aos 70 anos de idade, Rita Lee leva uma vida sossegada, dedicando grande parte do seu tempo ao cuidado de animais e a horta que cultivava em sua casa.

## **2. Nas trilhas do Rock: história, sociedade e cultura no Brasil, nas décadas de 1950 a 1970.**

A partir dos anos 1950, a música passou a ser uma forma de identidade, sendo dividida em seus grupos de acordo com as aproximações estéticas musicais. Dessa forma, era possível diferenciar uns dos outros através do som, do ritmo e das letras. Sendo o samba uns dos destaques nacionais, cada um possuía o seu estilo próprio e fazia toda a diferença saber se o samba era de morro, de carnaval, de breque ou samba-canção, pois dependendo do samba era possível identificar também o seus representantes.

Já no ano de 1958, quem ganhou destaque e conquistou o público foi a Bossa Nova sendo um estilo musical que não se limitava apenas aos seus discos como também viraram referência no corte de cabelo e nas gírias que utilizavam. Dessa forma, essa característica também se estendeu aos demais movimentos que se seguiram, com a Jovem Guarda inspirada no rock estrangeiro, o MPB com suas canções de protesto e o Tropicalismo com as mistura dos dois movimentos.

Nesse sentido, sendo a década de 1960 um período de turbulências e revoluções no Brasil e no mundo, ocorreram grandes mudanças tanto no campo político como no campo cultural e social. Um desses marcos foi no ano de 1964, quando foi instaurado um golpe militar no país, marcado pela violência e repressão popular.

Nesse contexto, no final dos anos 60 surgiram nos Estados Unidos diversos movimentos contrários aos governos autoritários, resultando no crescimento de movimentos a favor da causa das minorias como movimentos pelos negros (black power), o movimento pelos gays (gay power) e pela igualdade de gênero (women's lib). Dessa forma, a revolução social dos anos 60 teve seu ápice em 1968 com os movimentos estudantis que ocupavam as ruas lutando por seus direitos e contestando a sociedade vigente.

Nesse sentido, no campo artístico, tínhamos de um lado o surgimento da Música Popular Brasileira (MPB) inaugurada por Elis Regina que interpretou *Arrastão* de Vinícius de Moraes e Edu Lobo, sendo consolidada pelo Festival de Música Popular Brasileira da TV

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 120 - 131. ISSN:

Record e do rock que ganhou destaque no Brasil nos anos 60 com a Jovem Guarda de Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa.

O movimento MPB composto por artistas como Elis Regina, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Raul Seixas e Geraldo Vandré tinha como principal característica suas músicas de protesto que tinham o objetivo de chamar a atenção das pessoas para os problemas sociais, políticos e econômicos provocados pela ditadura militar.

Enquanto a MPB se destaca com suas músicas de protesto, por outro lado surgia o movimento da Jovem Guarda que foi influenciado pelo rock britânico e americano. Diferente das músicas de MPB, suas composições se distanciavam das causas políticas e abordavam temas como a juventude, o amor e suas decepções. Esse movimento também conhecido como Iê, iê, iê, influenciou a maneira de vestir e de se comportar daquela geração.

Mesmo com todo o sucesso da Jovem Guarda entre os jovens, logo depois, um espaço se abriu para o surgimento de um movimento baseado tanto nos protestos políticos como no experimentalismo e na poesia – o tropicalismo. Artistas como Torquato Neto, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Tom Zé e Os Mutantes fizeram parte desse movimento que fugia da crítica direta a política (característica marcante da MPB) e apostava em um som mais elétrico sendo influenciado pelo rock psicodélico, que dominava a década de 1970. Dessa forma, é possível destacar que,

O rock em particular, tem como característica suas letras de protesto, e é vivido como uma filosofia de vida pelos seus adeptos, não tem compromisso com as verdades moralizantes e os comportamentos conformadores sociais. No caso brasileiro, o movimento musical como protesto traz letras que reverberam as condições sociais, os sentimentos subjetivos humanos frente aos comportamentos sociais tidos como aceitos, entre outras temáticas. Dentre estas, encontramos as indagações sobre os efeitos televisivos e das ideologias, das quais a mídia está impregnada, nos sujeitos e nas suas maneiras de ser e pensar (GONÇALVES, 2013, p. 1).

Nesse sentido, o movimento tropicalista revolucionou a música nacional, sendo composto tanto pelas tradições da Bossa Nova como pela inovação de suas letras carregadas da força do movimento do rock no Brasil e no mundo. Assim, as canções tropicalistas, enfrentavam o governo militar autoritário atuante no momento de seu surgimento usando de suas influências no comportamento transgressor, na maneira de pensar e se vestir, também inovou com suas composições cheias de poesia, destacando-se dessa forma, grandes poetas como Torquato Neto e Oswald de Andrade.

O Tropicalismo, além de seus arranjos estéticos, renovou também a letra de suas músicas aumentando sua complexidade e qualidade ao longo dos anos. As canções retratavam de maneira crítica a situação do país, sem perder a desenvoltura e o ritmo

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 120 - 131. ISSN:

eletrizante do rock. Uma das músicas que marcaram a carreira dos Mutantes foi a “*Panis et Circenses*” que em seus versos “Eu quis cantar/ Minha canção iluminada de sol/ Soltei os panos sobre os mastros no ar/ Soltei os tigres e os leões nos quintais/ Mas as pessoas na sala de jantar/ São ocupadas em nascer e morrer” traz à tona provocações sobre o comportamento da sociedade (proposta do movimento).

Nesse contexto, a ironia e sarcasmo faziam parte das letras dos Mutantes e de suas apresentações, assim ao contrário do movimento MPB, os tropicalistas não apenas criticavam o governo autoritário no período de ditadura militar através de suas letras, como representavam a resistência à censura com suas vestimentas ousadas e seus comportamentos no palco que iam contra a manutenção da moral imposta pelos militares.

Nesse sentido, os primeiros anos de ditadura militar foram marcados também pelo surgimento de festivais de música, sendo considerada a “Era dos Festivais” pelos pesquisadores das linhas de pesquisa de História e Música, sendo um período que vai de 1965 a 1972 estreados pela TV Record e pela TV Globo e que tinham como objetivo divulgar a música brasileira.

Esses festivais marcaram a história da música brasileira devido à grande repercussão que causou, lançando os sucessos dos Tropicalistas. Porém, os festivais acabaram se transformando um bom espaço para discutir política e com o Tropicalismo no seu auge com suas canções que criticavam o governo militar de forma irônica e sarcástica, os artistas acabaram sendo censurados e os festivais proibidos a fazerem essas exhibições.

Essa censura aos festivais ocorreu no contexto da dura repreensão na ditadura militar a qualquer posicionamento que fosse contrário ao governo e no final do ano de 1968 foi implantado pelo governo o Ato Institucional 5, sendo este considerado o mais violento e censorador de todos. Foi nesse contexto que os artistas Gilberto Gil e Caetano Veloso foram presos e exilados devido essa censura.

Sendo a Ditadura militar repressiva, com o AI 5 todos os veículos de livre circulação foram censurados, desde o jornalismo até as artes. Naquele momento só seria permitida a divulgação de ideias que fossem a favor do governo militar. Assim, nesse período, foi criada Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) que seria responsável pela fiscalização das letras de músicas, sendo que a maioria era censurada não somente por suas letras, mas pela dificuldade de entender as composições devido sua complexidade. A música foi uma das áreas da comunicação que mais sofreu com a censura desse período.

Dessa forma, mesmo diante as repressões sofridas durante o governo militar, Rita Lee juntamente aos Mutantes mostrou-se uma mulher forte e com seus comportamentos

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 120 - 131. ISSN:

enfrentou a censura com críticas à política autoritária, à sociedade conservadora e à cultura obsoleta. Irônica e debochada contestava o papel feminino em sociedade através de suas canções. Nesse contexto, o próximo capítulo dará continuidade a esta pesquisa dando ênfase para a representatividade de Rita Lee nas discussões de gênero através de suas músicas, focando na força feminina e discutindo temas tabus com muito bom humor.

### **3. PARA ALÉM DO “AMOR E SEXO”: relações de gênero na música de Rita Lee**

No final do século XIX, a luta das mulheres pelo seu reconhecimento na história ganhou impulso, atingindo seu ápice na década de 1960 que foi marcada por uma grande revolução dos costumes com o surgimento das lutas das mulheres com os feminismos em alta neste período, conquistando assim, a possibilidade de falar de si mesma e favorecer a produção artística de sua história. Como aponta Rachel Sohiet,

Enquanto campo específico de estudo, há certa unanimidade em considerar a história das mulheres como tendo sido decorrente de um movimento recíproco: de um lado, da atuação das historiadoras preocupadas com esta questão, e de outro, do movimento feminista, ocorrido a partir dos anos 60 (SOHIET, 1997, p. 92).

Dessa forma, é possível perceber a importância do surgimento dos movimentos feministas para o empoderamento feminino que levará adiante as lutas das mulheres em busca do reconhecimento de sua posição social frente a uma perspectiva histórica e também na obtenção da conquista de direitos sociais e políticos que antes lhe foram negados.

A partir disso, com o avanço das ideias feministas, as mulheres irão conquistar seu espaço e ganhar voz dentro de uma sociedade machista. Dessa maneira, essas mulheres irão ocupar também lugares que antes eram considerados amplamente masculinizados, sendo possível, por exemplo, analisar a história das mulheres através de uma perspectiva musical, já que estas irão se destacar com suas músicas que não só vão ser compostas por elas como irão abordar também diversas formas do que é ser mulher. Nesse sentido, é importante destacar que,

as teóricas feministas propõem não apenas que o sujeito deixe de ser tomado como ponto de partida, mas que seja considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, essa não deveria ser pensada como uma essência biológica predeterminada, anterior à história, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes (TEXEIRA; PAWLOSKI, 2012, p. 3).

Sendo assim, com os avanços sociais conquistados na década de 1960 as mulheres começaram a exigir além de seus direitos sociais e políticos, adotando também a defesa de sua liberdade e autonomia em sociedade. Dessa forma, as mulheres assumem uma postura rebelde e contestatória da sociedade vigente predominantemente masculinizada, sendo essa atitude reafirmada com o surgimento do movimento do rock na mesma época, que se caracteriza também por ser um movimento social responsável pela crítica dos comportamentos, da moral e da sexualidade considerados padrão.

Nesse contexto, irão surgir diversas vozes femininas no meio musical, entre elas a da cantora e compositora Rita Lee que se destaca representando a força feminina através de seus comportamentos transgressores e de suas letras que exploram conteúdos como a diversidade do ser mulher, à maternidade, a liberdade sexual, entre outros assuntos que estimulam o empoderamento feminino. Como mencionado por Paulo Chacon,

O rock é muito mais do que um tipo de música: ele se tornou uma maneira de ser, uma ótica da realidade, uma forma de comportamento. O rock é e se define pelo seu público. Que, por não ser uniforme, por variar individual e coletivamente, exige do rock a mesma polimorfia, para que se adapte no tempo e no espaço em função do processo de fusão (ou choque) com a cultura local e com as mudanças que os anos provocam de geração a geração (1995, p.8).

Sendo o rock caracterizado desde o princípio como uma categoria contestatória das normas, este irá sofrer alterações de acordo com o tempo e espaço, sendo possível desta maneira analisar a importância do estudo do rock na identificação da sociedade e vice-versa, contribuindo para uma análise histórica e musical ao longo dos anos.

Nesse sentido, a música produzida por Rita Lee, considerada a rainha do rock brasileiro, torna-se relevante no estudo de gênero por apresentar em suas composições a força feminina ao assumir a frente do seu palco e transgredir as regras ditadas por uma sociedade machista. Dessa forma, percebe-se, portanto a influência da participação feminina no meio musical nas conquistas de direitos das mulheres na sociedade. Assim sendo, é possível perceber que,

Um dos temas predominantes na música de autoria feminina é a representação da busca de uma identidade autônoma, ou a representação do conflito de identidade, própria do sujeito pós-moderno. Diante disso, ao analisar as letras de canções compostas por mulheres, busca-se observar como ocorre a representação da identidade da mulher na música de autoria feminina e como as mudanças culturais influenciam nessa representação (TEXEIRA; PAWLOSKI, 2012, p. 3).

Nessa perspectiva, devido a uma concepção criada culturalmente de que as mulheres são seres frágeis, imagina-se que suas composições irão apenas falar de amor, mas ao contrário do que se esperam as letras de músicas compostas por mulheres discutem temas que vão além do clichê amoroso, abordando diversas temáticas, entre elas estão à liberdade sexual feminina, direito sobre o próprio corpo, desconstrução de estereótipos de gênero, entre outros.

Assim, ao longo de sua carreira, através da mistura de ritmos, Rita Lee venceu as barreiras do mundo do rock masculinizado, trazendo à tona a representatividade do universo feminino, caracterizando-se assim como a precursora do rock nacional, servindo de inspiração para muitas mulheres. Nesse sentido, nas letras de suas músicas, Rita Lee valorizou o ser mulher, por vezes abordando suas fragilidades e por outras mostrando sua força, inclusive a sexual.

Dessa forma, Rita Lee caracteriza-se por ser uma mulher rebelde que enfrenta as dificuldades de ser mulher de maneira bem humorada e debochada, sendo por muitas vezes vista como uma ameaça à ordem imposta pela ditadura militar atuante no período em que ela deu início a sua carreira.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como abordado por Marcos Napolitano (2005), é necessário atentar-se que tanto a letra como a melodia deve ser interpretada em seus contextos, sendo importante destacar além do conteúdo da canção, suas rimas, seus lugares de fala, a ocorrência de figuras e gêneros literários, visando uma análise musical mais completa sendo fazer juízo de valor.

Dessa forma, as músicas compostas por Rita Lee apresentavam um caráter inovador que através de suas canções discutiu temas considerados tabus como o sexo, a menopausa, a masturbação, além disso, a força feminina, sendo a mulher livre para ser o que quiser. Assim, Rita Lee sempre descreveu a mulher como um ser forte, independente e foi através de seus comportamentos transgressores que enfrentou os tabus sem se importar com as limitações da sociedade machista que limita os espaços femininos. Dessa forma, com suas letras tratando de assuntos polêmicos de uma maneira didática, Rita Lee conquistou muitos fãs e até os dias atuais é considerada um símbolo do empoderamento feminino.

O presente artigo buscou fazer questionamentos a cerca da representatividade da mulher na História da Música através da vida e obra da cantora e compositora Rita Lee, por ser considerada uma mulher forte que enfrentou o mundo machista com bom humor e ironia através de suas composições.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 120 - 131. ISSN:

Ao longo de sua carreira, Rita Lee ganhou visibilidade por cantar músicas que falavam sobre o sexo, as drogas, o orgasmo feminino, a menstruação e diversos outros temas ainda hoje considerados tabus. Com isso, conquistou um grande público sendo a representação da transgressão de regras ditadas por uma sociedade conservadora.

Nesse contexto, destaca-se que Rita Lee vivenciou juntamente aos Mutantes um período de censuras e de inovações musicais através do Tropicalismo, sendo que o movimento trouxe mudanças não somente no contexto musical como também nas questões relacionadas à política, a moral e ao comportamento.

Assim, sendo a música a tradutora dos dilemas nacionais, ela assume um lugar privilegiado ao abordar as questões sociais atuantes no período. Dessa forma, a música deixa de ser apenas um instrumento para ouvir e passa a ser também um meio de se pensar e refletir as representações sociais.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHACON, Paulo. **O que é rock**. São Paulo: Brasiliense/Nova Cultural, 1982.

GOHL, Jefferson William. **Meu trabalho é o roque enrow: a alteridade de Rita Lee nas**

GONÇALVES, Francielle Sthefane Bruschi Cordeiro. Uma análise das letras do rock nacional e seu potencial educativo. ASSIS, Ana Cláudia; et al. **Música e História: desafios da prática interdisciplinar**. In: BUDASZ, Rogério (Org.). **Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas**. Vol. 1. Goiânia: ANPPOM, 2009, p. 05-39.

LEE, Rita. **Rita Lee: uma Autobiografia**. São Paulo: Globo, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música: história cultural da música popular**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAWLOSKI, Cristiane. TEIXEIRA, Nírcia Cecília Ribas Borges. **O ser mulher na música de Rita Lee: do rosa ao choque**. Conexão – Comunicação e Cultura. UCS, Caxias do Sul – v. 11, n. 22, jul./dez. 2012.

SOHIET, Rachel. **História, mulheres, gênero: contribuições para um debate**. 1997.

**TROPICÁLIA**. Disponível em: <http://tropicalia.com.br/v1/site/internas/index.php>. Acesso em 09/05/2018.

## A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE NO PIAUÍ DURANTE O REGIME MILITAR

### THE RESISTANCE OF THE BASIC EDUCATION MOVEMENT IN PIAUÍ DURING THE MILITARY REGIME

### LA RESISTENCIA DEL MOVIMIENTO DE EDUCACIÓN DE BASE EN EL PIAUÍ DURANTE EL RÉGIMEN MILITAR

*Jéssika Maria Lima (UFPI) \**

**Resumo:** A década de 1960 foi um período de múltiplas faces, de utopias, lutas, sofrimentos, começos, fins. Foi um tempo eufórico de conquista de direitos políticos e também um dos mais desastrosos, pois com o Golpe Militar, houve a retirada desses direitos, mas a semente da mudança já havia sido plantada dentro dos mais diversos movimentos sociais. Eles foram calados, amordaçados, silenciados, porém, contudo não puderam mantê-los assim para sempre. O MEB e outros movimentos sociais tutelados pela Igreja Católica representaram uma nova postura da instituição frente aos problemas mais agudos da sociedade, motivadas por transformações internas que diziam respeito a sua abordagem de doutrina social e evangelização. Entusiasmados pelos ventos de transformação provocadas pelas Encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem In Terris* do Papa João XXIII. Outro evento crucial que influenciou a mudança na Igreja foi a realização do Concílio Vaticano II, realizado na Roma, que também tinha como responsável Papa João XXIII, um dos principais pontos desse evento é o envolvimento dos leigos nas atividades sacerdotais. O final da década de 1950 e 1960 se configurou em modificações nas dinâmicas da sociedade. Houve uma grande efervescência política, cultural que atingiu vários setores sociais, como também compreendeu grande parte do Brasil. Teresina, por mais que ficasse distante dos grandes centros urbanos viveu agitações sociais no âmbito cultural, educacional e no campesinato. O presente trabalho analisa a trajetória do Movimento de Educação de Base – MEB – no Piauí e sua reestruturação durante o período da Ditadura Militar, entre os anos de 1966 a 1974. O MEB foi criado em 1961 pela Igreja Católica a partir de um acordo entre a CNBB e o Governo Federal, na qual visavam desenvolver uma educação de base, por meio de escolas radiofônicas. O artigo tem como objetivo refletir como a nova Ordem vigente militar influenciou na reorganização do movimento e se o MEB conseguiu driblar a repressão para manter algumas diretrizes que motivavam a conscientização política e a transformação social, postura referente aos seus primeiros anos antes do Golpe Militar. Este artigo está centrado no empenho de compreender o papel das escolas radiofônicas do MEB na construção do saber escolar e na formação da concepção de cidadão. Para tanto, foram analisadas como fontes históricas: relatórios anuais do MEB; fontes orais das ex-professoras Maria do Carmo Alves do Bomfim e Palmira Luzia Soares. O artigo se embasa a luz de autores como: Scott Mainwaring, Osmar Fávero, Paulo Freire, José Murilo de Carvalho, Marc Bloch, entre outros.

**Palavras-chave:** MEB. Igreja Católica. Ditadura Militar.

**Abstract:** The decade of 1960 was a period of multiple faces, of utopias, struggles, sufferings, beginnings, ends. It was a euphoric time of conquest of political rights and also one of the most disastrous, because with the Military Coup, there was the withdrawal of these rights, but the seed of change had already been planted within the most diverse social movements. They were silent, muzzled, silenced, but they could not keep them like this forever. The MEB and other social movements under the tutelage of the Catholic Church represented a new posture of the institution facing the most acute problems of society, motivated by internal transformations that related to its approach to social doctrine and evangelization. Enthusiastic about the winds of transformation brought about by Pope John XXIII's Encyclical *Mater et Magistra* and *Pacem In Terris*. Another crucial event that influenced change in the Church was the realization of the Second Vatican Council in Rome, which also had Pope John XXIII, one of the main points of this event is the involvement of the laity in priestly activities. The late 1950s and 1960s were shaped by changes in the dynamics of society. There was a great political and cultural effervescence that affected several social sectors, as well as a great part of Brazil. Teresina, however far from the great urban centers lived social agitations in the cultural, educational and peasantry. The present work analyzes the trajectory of the Basic Education Movement - MEB - in Piauí and its restructuring during the period of the Military Dictatorship, from 1966 to 1974. The MEB was created in 1961 by the Catholic Church based on an agreement between the CNBB and the Federal Government, in which they aimed to

---

\* Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: jesshistoriadora@gmail.com

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

develop a basic education, through radio schools. The article aims to reflect how the new military order influenced the reorganization of the movement and if the MEB managed to overcome the repression to maintain some guidelines that motivated political awareness and social transformation, posture referring to its first years before the military coup. This article is centered in the effort to understand the role of the MEB radio schools in the construction of scholarly knowledge and in the formation of the concept of citizen. For that, historical sources were analyzed: annual reports of the MEB; oral sources of the former teachers Maria do Carmo Alves do Bomfim and Palmira Luzia Soares. The article is based on authors such as: Scott Mainwaring, Osmar Fávero, Paulo Freire, José Murilo de Carvalho, Marc Bloch, among others.

**Keywords:** history, MEB. Catholic church. Military dictatorship.

**Resumen:** La década de 1960 fue un período de múltiples caras, de utopías, luchas, sufrimientos, comienzos, fines. Fue un tiempo eufórico de conquista de derechos políticos y también uno de los más desastrosos, pues con el Golpe Militar, hubo la retirada de esos derechos, pero la semilla del cambio ya había sido plantada dentro de los más diversos movimientos sociales. Ellos fueron callados, amordazados, silenciados, sin embargo, sin embargo no pudieron mantenerlos así para siempre. El MEB y otros movimientos sociales tutelados por la Iglesia Católica representaron una nueva postura de la institución frente a los problemas más agudos de la sociedad, motivados por transformaciones internas que se referían a su enfoque de doctrina social y evangelización. Entusiasmados por los vientos de transformación provocados por las encíclicas *Mater et Magistra* y *Pacem In Terris* del Papa Juan XXIII. Otro acontecimiento crucial que influyó el cambio en la Iglesia fue la realización del Concilio Vaticano II, realizado en Roma, que también tenía como responsable al Papa Juan XXIII, uno de los principales puntos de este acontecimiento es la participación de los laicos en las actividades sacerdotales. El final de la década de 1950 y 1960 se configuró en modificaciones en las dinámicas de la sociedad. Hubo una gran efervescencia política, cultural que afectó a varios sectores sociales, como también comprendió gran parte de Brasil. Teresina, por más que quedara distante de los grandes centros urbanos vivió agitaciones sociales en el ámbito cultural, educativo y en el campesinado. El presente trabajo analiza la trayectoria del Movimiento de Educación de Base - MEB - en Piauí y su reestructuración durante el período de la Dictadura Militar, entre los años 1966 a 1974. El MEB fue creado en 1961 por la Iglesia Católica a partir de un acuerdo entre la CNBB y el Gobierno Federal, en la que pretendían desarrollar una educación básica, por medio de escuelas radiofónicas. El artículo tiene como objetivo reflejar cómo la nueva Orden vigente militar influyó en la reorganización del movimiento y si el MEB logró driblar la represión para mantener algunas directrices que motivaban la concientización política y la transformación social, postura referente a sus primeros años antes del Golpe Militar. Este artículo está centrado en el empeño de comprender el papel de las escuelas radiofónicas del MEB en la construcción del saber escolar y en la formación de la concepción de ciudadano. Para ello, fueron analizadas como fuentes históricas: informes anuales del MEB; de las oraciones de las ex profesoras Maria do Carmo Alves do Bomfim y Palmira Luzia Soares. El artículo se basa en la luz de autores como: Scott Mainwaring, Osmar Fávero, Paulo Freire, José Murilo de Carvalho, Marc Bloch, entre otros.

**Palabras clave:** MEB. Iglesia Católica. Dictadura militar.

## Introdução

O período da década de 1960 marcou profundamente a história nacional, ela se apresenta como um estilhaço de momentos que são inapreensíveis em sua completude. O trabalho do historiador não está em reconstituir fatos em sua plenitude, mas problematizá-los. Compreender o homem no tempo é uma tarefa complicada e delicada, homens são mutáveis. É um exercício que demanda sagacidade do historiador. O presente não está desconectado do passado porque este já não influi mais de forma direta, desconsiderá-lo significa prejuízo para compreensão da história. Bloch destaca que o conhecimento se legitima por meio da comparação passado e presente. Analisar as experiências humanas no tempo é algo bem mais enigmático do que parece, visto que, não é um passado dado e acabado, o historiador se baseia em vestígios, em documentos, é considerável deixar

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

evidenciar que o passado construído por meio de evidências é lacunar, não irá conseguir reconstruir em sua totalidade, “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”<sup>176</sup>, por isso, as pesquisas históricas que abordam o mesmo tema em uma mesma temporalidade sempre podem apresentar fatos inéditos, fontes novas, tudo depende da forma como o historiador irá problematizar e com isso trazer novas abordagens ou aperfeiçoar as já existentes; “o princípio de um diálogo sobre a história baseia-se no reconhecimento de seu caráter incompleto”<sup>177</sup>, incompleto porque lidamos apenas com vestígios, a completude da história é inalcançável.

A década de 1960 foi bastante intensa no meio social, político e cultural. Tiveram avanços e retrocessos, é possível dividi-la em duas partes, antes e depois da intervenção militar, a primeira se caracteriza como um período mais progressista, repleto de movimentos sociais protagonizados por sindicatos, estudantes, camponeses, foi nesta época, em 1961, que o Movimento de Educação de base fora criado por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB). Período que ficou também marcado pela organização das forças conservadoras por meio da elite empresarial, militares, políticos, uma parte da Igreja Católica, entre outros. As principais instituições de coordenação foram: a Escola Superior de Guerra (militares), Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (empresários – elite civil), estes órgãos fomentaram e legitimaram o Golpe Civil Militar e a deposição do presidente João Goulart que ameaçava as entidades conservadoras por meio das reformas de base e o perigo crescente do comunismo. A segunda parte da década de 1960 que se inicia com a instalação da Ditadura Civil Militar tem como principal característica o cerceamento dos movimentos populares, a introdução de um regime mais duro que suprimiu direitos civis, políticos e a liberdade de expressão.

### **Criação e desenvolvimento do MEB**

Diante da realidade de problemas sociais, miséria, analfabetismo, a Igreja Católica interviu através da criação do MEB, a iniciativa da CNBB reflete um caráter mais

---

<sup>176</sup> BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.75.

<sup>177</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 42.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

progressista de membros da Instituição que se espelhava nas posturas do novo papa. De acordo com Scott Mainwaring:

As encíclicas de João XXIII, tais como *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) modificaram o pensamento católico oficial. Ambas desenvolveram uma nova concepção da Igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social<sup>178</sup>.

A preocupação da Igreja excedeu a espiritualidade, procuravam através de ações mais efetivas no meio da sociedade contemplar o homem por inteiro, ou seja, oferecer dignidade ao sujeito. Em meados do século XX, parte da Igreja assume uma postura de movimentos progressista frente aos problemas sociais, na qual são gerados no âmbito da Ação Católica. Podemos evidenciar os movimentos religiosos católicos voltados à juventude, dentre eles: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), importantes e de elevado cunho social conscientizador, haja vista, que o principal objetivo era “organizá-los para participarem da vida política nacional, à luz dos ensinamentos do Evangelho ”<sup>179</sup>.

Antes que o MEB se efetivasse, dois projetos importantes promovidos também pela Igreja Católica serviram de base para a sua fundamentação e desenvolvimento, “as escolas radiofônicas do SAR<sup>180</sup>, da arquidiocese de Natal; e o SIRESE<sup>181</sup>, instalado pela arquidiocese de Aracaju”<sup>182</sup>, esses projetos se caracterizam por representarem experiências que tiveram êxito por meio da promoção da educação através do rádio na região Nordeste.

Movimento de educação de Base (MEB), criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi um projeto de alfabetização desenvolvido por meio de escolas radiofônicas de alcance nacional destinado a jovens e adultos de áreas rurais, desenvolvido prioritariamente nas zonas Norte, Nordeste e Centro Oeste, regiões consideradas em desenvolvimento, por isso mais frágeis para os menos favorecidos. O movimento possuía o intuito de desenvolver uma educação de base que contemplasse as necessidades do homem. Eram ensinados as noções básicas de alfabetização, como também

---

<sup>178</sup> MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985**. Tradução Heloíse Braz de oliveira Pietro. – São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 62.

<sup>179</sup> GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª ed – São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 96.

<sup>180</sup> Serviço de Assistência Rural;

<sup>181</sup> Rádio Educativo de Sergipe;

<sup>182</sup> FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006, p. 37.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

outras instruções voltados para o meio prático da vida cotidiana. A proposta foi elaborada por d. José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju, em acordo com todos os bispos e encaminhada para o então presidente Jânio Quadros, que foi aceita e oficializada através do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. Esse fato demonstra o prestígio que Igreja tinha perante ao Governo Federal e a simpatia de Jânio por projetos de movimento de base. “O primeiro convênio assinado entre a CNBB e o Ministério da Educação e Cultura (1961) teve duração de cinco anos. O acordo previa a instalação inicial de 15.000 escolas radiofônicas”<sup>183</sup>. Para isso, era necessário que a CNBB colocasse à disposição do governo federal a rede de emissoras filiadas a RENECA (Representação Nacional das Emissoras Católicas), comprometia-se a aplicar adequadamente a verba recebida do poder público e a instigar a participação de voluntários e a exercer funções junto às escolas como monitores<sup>184</sup>. Possuía como objetivo:

I - executar naquelas áreas um programa intensivo de alfabetização, educação cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola, promoção social; II - suscitar, em torno de cada escola radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do país; III - velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade<sup>185</sup>.

A alfabetização do MEB é pautada nas noções de educação de base defendidas pela UNESCO, na qual prezam o desenvolvimento integral do homem, não só voltadas para o aprendizado das letras, é prezado também a sua formação enquanto cidadão. Objetivava também que os alunos despertassem o espírito de iniciativa e de responsabilidade social. E não deixavam de lado, a importância do crescimento intelectual para acompanhar os avanços econômicos. No último item, é explícita a preocupação da Igreja com um ensino voltado também para a evangelização.

A década de 1960 foi caracterizada pela grande efervescência de ideologias voltadas para consciência nacional, cultura e educação. O envolvimento de intelectuais do momento fazendo frente a esses movimentos, foi bastante representativo. O envolvimento do MEB junto ao Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife, criado em 1962, e as concepções

---

<sup>183</sup> CADERNOS MEB, 1994.

<sup>184</sup> FÁVERO, 2006, p. 20.

<sup>185</sup> FÁVERO, 2006, p. 56.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

emancipadoras baseadas nos projetos de alfabetização de jovens e adultos de Paulo Freyre, provocaram certa redefinição nos objetivos do MEB, tornando o ensino conscientizador.

A cultura popular está ligada a forma como a educação era encarada, procurando deixar o ensino mais acessível e compreensível ao homem do campo, englobando no próprio material didático a sua realidade, fazendo-se uso da sua cultura, do seu folclore, e ao mesmo tempo provocando reflexões de conscientização. Sobre a pedagogia de Paulo Freire, se destaca o uso da palavra geradora, na qual consiste no levantamento vocabular que formam o cotidiano dos alunos. Uma cartilha que ganhou notoriedade foi *Viver é lutar* de outubro de 1963 e que engloba bem toda essa discussão.

Paulo Freire incentivou uma educação conscientizadora, que através desta, o homem consiga identificar que vive oprimido, pois conhecer o inimigo é primordial para travar uma luta constante, pois, ele adverte: “liberdade, que é uma conquista, e não um doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz”<sup>186</sup>. Escolher a liberdade requer compromisso contínuo para que depois de conquistada e ela se mantenha. Dessa forma, é interessante que desenvolvesse uma educação crítica capaz de:

Educação que tratasse de ajudar o homem brasileiro em sua emersão e o inserisse criticamente no seu processo histórico. Educação que por isso mesmo libertasse pela conscientização (desenvolvido da tomada de consciência). Não aquela educação que domestica e acomoda. Educação, afinal, que promovesse a “ingenuidade”, característica da emersão, em criticidade, com a qual o homem opta e decide<sup>187</sup>.

A educação crítica visa à emancipação do homem. Conhecer o meio em que se está inserido é importante para que se torne apto a lutar por mudança. O ensino do MEB pautado nas concepções de Paulo Freire objetivava desenvolver a concepção de cidadão do sujeito, para que se tornasse consciente e lutasse por seus direitos.

A educação é um dos direitos que a cidadania oferece, porém, mais que isso, ela é essencial no desenvolvimento social, político e crítico dos sujeitos, para que eles possam reivindicar direitos quando estes estiverem faltando, serem capazes de detectar de quais injustiças eles estão sendo vítimas para que possam lutar contra elas. De acordo com José

---

<sup>186</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005. P. 37.

<sup>187</sup> FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol. 1. p. 66.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

Murilo Carvalho “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”<sup>188</sup>.

Porém, com o Golpe Militar de 1964, o MEB como os outros movimentos, tiveram suas atividades impedidas de continuar em sua primazia. Muitos representantes foram perseguidos, apreensão do material didático e cortes de verba teve como consequência o fechamento de muitas unidades. Este novo período instalado no país impulsiona uma redefinição no MEB para que este ficasse de acordo com as novas dimensões do novo regime. A continuação do Movimento evidencia o prestígio que a Igreja Católica tinha perante ao poder federal.

### **Movimento de Educação de Base no Piauí**

Dom Avelar, Arcebispo empossado no Piauí em 1956, foi o responsável por fundar o MEB no estado em 1962, no período ele era diretor nacional do Movimento de Educação de Base. Foi através da instalação da Rádio Pioneira de Teresina em 1962, em que ele esteve à frente, que o movimento iniciou suas atividades na região. De acordo com Francisco Alcides do Nascimento:

O fato é que Dom Avelar conseguiu através desse encontro com o presidente João Goulart agilizar o processo de concessão. Ao voltar para Teresina, tratou de constituir uma diretoria mínima da emissora para efeito de registro na Junta Comercial. Essa primeira diretoria tinha como superintendente: Dom Avelar; presidente: Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves; como diretor técnico: Padre Antônio José do Rego<sup>189</sup>.

O Arcebispo possuía influência no cenário nacional, fato que facilitou a concessão de títulos para a regulamentação da Rádio Pioneira de Teresina. Dom Avelar também foi uma figura marcante no meio católico, em sua trajetória sacerdotal no período da década de 1960 ele foi “vice-presidente, por duas vezes, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vice-presidente e presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), quando organizou e presidiu a II Conferência realizada na cidade de Medellín em 1968”<sup>190</sup>,

<sup>188</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 11.

<sup>189</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2004, p. 66-67.

<sup>190</sup> SOUZA JÚNIOR, Edvaldo Vieira de. **Dom Avelar Brandão versus Dom Helder Camara: Apontamentos sobre Eclesialidade e política no discurso e prática das CEBs em Salvador e Recife (1964 a 1985)**, 2016. 315 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016. p. 38.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

ou seja, ele esteve presente na organização do principal evento da América Latina, como também, atuou no órgão mais da Instituição Católica. Ter um arcebispo de notoriedade nacional trazia benefícios para a sua ação no Piauí, visto que, ele estava em contato com as novidades do meio.

Dom Avelar foi um importante arcebispo progressista que desempenhou sua missão sacerdotal no período de 1956-1971. Conhecido pelo lema “Evangélizar e Humanizar” desenvolveu atividades de cunho social no estado, fomentou a sindicalização rural por meio do incentivo a associações e realizações de semanas ruralistas, fundou: o MEB em 1962; a Ação Social Arquidiocesana (ASA) em 1956; a FAFI (Faculdade de Filosofia Católica) em 1957; a Rádio Pioneira de Teresina em 1962, entre outras ações.

Foi um sujeito múltiplo e importante impulsionador de mudanças sociais no Piauí. A sua batina não restringia suas ações apenas no âmbito espiritual, abrangia também as necessidades básicas do homem em prol de possibilitá-lo dignidade. Dom Avelar, foi o mentor do Movimento de Educação de Base no Piauí.

Como era um projeto de alcance nacional, fazia-se necessário uma sistemática operacionalização para que se pudesse articular de forma eficiente as medidas educativas do MEB, então, ele se constituía da seguinte forma:

Um Conselho Diretor Nacional – CDN, com oito membros escolhidos pela CNBB (sete bispos e um representante do governo federal); um Conselho Diretor Regional – CDR, para cada estado; um presidente local (o bispo da diocese), que exercia autoridade sobre todas as atividades do sistema de base; os sistemas de educação de base – compostos por leigos e religiosos voluntários, que abraçavam a cauda as alfabetização; uma equipe regional para comandar os trabalhos desenvolvidos pelos sistemas locais em cada estado; uma equipe nacional que coordenava todo o trabalho, em nível nacional, garantindo a unidade da ação desenvolvida<sup>191</sup>.

A sistematização do MEB garantia um bom desenvolvimento para o movimento. Falando sobre aspectos mais locais, era de suma importância à existência dos monitores para a execução e auxílio das escolas radiofônicas, basicamente para cada escola era disponibilizado um rádio de ondas cativas que recebia as aulas radiofônicas transmitidas pela Rádio Pioneira de Teresina, logo após a emissão do conteúdo, os monitores dinamizavam as atividades e os assuntos ensinados pelos professores-locutores. É interessante destacar que

---

<sup>191</sup> CADERNOS MEB, 1994

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

os monitores realizavam serviço voluntário e era necessário que eles fossem da própria região.

De acordo com a professora Palmira que atuou no movimento durante os anos de 1962 a 1973<sup>192</sup>, relata sua experiência de como iniciou o MEB no Piauí:

Nós começamos fazendo um treinamento, veio uma moça da equipe nacional e fez um treinamento com a gente. Constou o treinamento de trabalhos em grupos, discussões em grupos, assuntos que eram colocados para serem discutidos e elaboração de script porque nós íamos trabalhar na Rádio Pioneira, como de fato elaboramos alguns programas, e a gente andou dando aulas<sup>193</sup>.

Consonante com a narração descrita anteriormente, a professora Palmira evidencia elementos importante da organização do movimento, como por exemplo, a assistência que a equipe nacional prestava para as equipes iniciantes, fica implícito que a elaboração dos conteúdos seriam pautados a realidade da região, então os responsáveis pela confecção do material seriam os próprios agentes locais, por isso era relevante a discussão dos problemas presentes no cotidiano dos alunos. Essas aulas visavam desenvolver o sujeito de acordo com suas necessidades básicas, além de, ensinar as noções básicas da alfabetização.

Para conhecer as necessidades dos educandos, era necessário o reconhecimento das áreas onde as aulas seriam transmitidas, Palmira destaca que:

Nós começamos conquistando, fazendo divulgações das escolas radiofônicas em determinados locais, onde nós começávamos; e nós começávamos lá em debate com a comunidade, uma discussão e nós partíamos da colocação do problema, falta de trabalho, dificuldade de trabalho deles, falta de assistência médica, falta de escolas e dentro dessas colocações eles colocavam os problemas deles também, e nós então discutíamos os problemas, e saindo dali nós escolhíamos uma pessoa pra ser monitor, pra receber as aulas radiofônicas. Essas pessoas que eram escolhidas elas eram submetidas a um treinamento<sup>194</sup>.

Como aponta Palmira, era por meio da divulgação das escolas radiofônicas pelas comunidades que se faziam as análises dos problemas que assolavam cada lugar, a partir dessas discussões com os moradores da localidade poderiam desenvolver melhor as aulas para atender os sujeitos de acordo com suas necessidades. A discussão dos problemas é importante que para que os sujeitos pudessem reconhecer a situação em que estavam

---

<sup>192</sup> Entrevista transcrita disponível nos anexos da dissertação: CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em História). Teresina: UFPI, 2006.

<sup>193</sup> SOARES, Palmira Luzia – **Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho**. Teresina, ago. 1997.

<sup>194</sup> SOARES, 1997.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

submetidos e lutarem por mudanças. Os monitores eram os tripés de sustentação das escolas radiofônicas, afinal, as aulas que seriam transmitidas pelo rádio não possibilitava o retorno imediato das dúvidas e questionamentos dos alunos, quem ficava encarregado dessa responsabilidade eram os monitores, então para que estes ocupassem o cargo era necessário que fossem alfabetizados.

Com a instalação do Golpe Civil Militar, o MEB começou a sofrer sufocamento e o principal mecanismo utilizado foi a redução da verba para o movimento que impossibilitou de pagar viagens para os supervisores e manter os materiais. De acordo com Osmar Fávero a situação ficou insustentável que foi necessário o MEB do Pernambuco encerrar as atividades, mesmo sofrendo bastante restrições, o movimento continuo resistindo no Piauí, Maria do Carmo Bomfim<sup>195</sup> que atuou no movimento durante os anos de 1968 a 1972 destaca: “Dificuldade recorrente sobretudo da falta de recurso limitado (...) pela ditadura militar, as relações entre Igreja e Estado foram dificultadas e portanto, os recursos financeiros eram muito restritos”<sup>196</sup>. Além de evidenciar problemas financeiro, Bomfim ainda pontua os conflitos entre Igreja e Estado, relação que deve ter tornado ainda mais complicado as realizações das atividades.

## **Conclusão**

Em 1968 o regime endureceu ainda mais, na qual ficou conhecido como os “anos de chumbo”, em que a repressão foi mais incisiva e as perseguições mais recorrentes. O MEB por está sob a tutela da Igreja Católica foi mantido na condição de ser podado. As atividades continuaram sendo executadas, porém, com certa dificuldade por conta da excasses de recursos financeiros.

O MEB foi reprimido, pois possuía em sua essência ideologias de Paulo Freire, na qual incentivava o indivíduo a lutar contra a situação de opressão em que estava submetido, Freire foi considerado um sujeito subversivo, pois encorajava a insurreição dos sujeitos contra os opressores do sistema. Ele ainda destaca que a conscientização do homem e luta por liberdade representa uma ameaça a forças conservadoras. A educação crítica não era interessante para os interesses do governo militar.

---

<sup>195</sup> Entrevista em CD disponível no Núcleo de História Oral – UFPI.

<sup>196</sup> BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 2003.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

O MEB, por meio de suas atividades fomentou o desenvolvimento da cidadania de jovens e adultos, promoveu a vinculação do saber por intermédio das transmissões das aulas através das ondas do rádio; incentivou ações comunitárias encabeçadas pelos próprios residentes do lugar.

### Referências

CADERNOS MEB, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006, p. 37.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol. 1.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª ed – São Paulo: Edições Loyola, 2001

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985**. Tradução Heloíse Braz de oliveira Pietro. – São Paulo: Brasiliense, 2004.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2004,

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

SOUZA JÚNIOR, Edvaldo Vieira de. **Dom Avelar Brandão versus Dom Helder Camara: Apontamentos sobre Eclesialidade e política no discurso e prática das CEBs em Salvador e Recife (1964 a 1985)**, 2016. 315 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

### Fontes orais

BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 2003.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132 - 143. ISSN:

SOARES, Palmira Luzia – **Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho**. Teresina, ago. 1997.

**A IDENTIDADE CULTURAL DO REISADO EM BOA-HORA PI**

## THE CULTURAL IDENTITY OF THE REISADO IN BOA-HORA PI

## LA IDENTIDAD CULTURAL DEL REISADO EN BOA-HORA PI

*Francielcio Silva da Costa (UESPI)*<sup>197</sup>  
*Naiara Ferreira da Silva (UESPI)*  
*Renata Maria da Silva Oliveira (UESPI)*  
*Andreia Rodrigues de Andrade (UESPI)*<sup>198</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa a identidade cultural do Reisado no município de Boa Hora (PI), destacando os aspectos culturais e identitários da festa de origem portuguesa. Realizada em várias regiões brasileiras, com características que variam de acordo com os costumes locais. Esta romaria é muito tradicional na região e ocorre anualmente entre os dias 31 de dezembro e seis de janeiro, com o propósito simbólico de rememorar a jornada dos três Reis Magos rumo ao encontro do menino Jesus. Além disso, essa festividade é representada pelos personagens que possuem significados místicos, como as cantadeiras, os caretas, o boi, o sanfoneiro e o mandador, que formam o grupo de Reis que percorrem as comunidades representando o caráter sacro e profano que está relacionado ao reisado e a sua tradição. Outro aspecto interessante das festas de reis são as promessas, realizadas mediante uma graça alcançada ou devido algumas circunstâncias que envolvem adversidades da vida, como problemas de saúde. Observa-se que o cotidiano local é alterado em razão do aspecto simbólico e cultural da romaria, que é responsável principalmente por atrair turistas para este município, movimentando a economia local. Os objetivos que nortearam a pesquisa analisaram a importância da identidade cultural do reisado neste município, demonstrando as sensibilidades que compõe a romaria. Já em relação aos objetivos específicos, ressalta-se compreender como a população se relaciona com a questão da representatividade do reisado e entender a manifestação cultural do reisado em Boa Hora. Metodologicamente este trabalho adotou as entrevistas orais com devotos dos Santos Reis como fontes primárias, relatando suas experiências através dos “milagres” concedidos, além de um levantamento bibliográfico em fontes escritas que abordam o reisado, identidade e cultura popular, visando dinamizar a pesquisa. Diante do que foi investigado, percebeu-se que a festa de reis vem sofrendo mudanças, em razão das alterações provocadas pela modernidade, que traz uma série de modificações nas práticas culturais, afetando também a romaria, por exemplo, como a introdução das novas tecnologias e mentalidades diferenciadas daquilo que era visto até então como tradicional. Gerando assim rupturas no que tange às características da simbologia por trás da romaria e descaracterizando o verdadeiro sentido desta manifestação popular. Isso resulta em um sentimento de preocupação por parte dos devotos que participam desta peregrinação, pois algumas características inerentes a esta festividade vem se perdendo com o tempo. Em virtude do que foi mencionado, compreende-se que o reisado é um movimento cultural que representa a construção de identidades de um povo.

**Palavras-chaves:** Reisado. Cultura. Identidade.

**Abstract:** This article analyzes the cultural identity of reissued in the municipality of Boa Hora (PI), highlighting the cultural and identity aspects of the party of Portuguese origin. Held in several Brazilian regions, with characteristics that vary according to local customs. This pilgrimage is very traditional in the region and occurs annually between December 31 and January 6, with the symbolic purpose of recalling the journey of the three Magi towards the encounter of the baby Jesus. In addition, this festivity is represented by the characters who have mystical meanings, such as the singers, the masks, the bull, the accordion and the mandatory, that form the group of Kings that cross the communities representing the sacred and profane character that is related to the reissued and its tradition. Another interesting aspect of kings' festivities is the promises, made through a grace achieved or due to some circumstances that involve adversity of life, such as health problems. It is observed that the local daily life is changed due to the symbolic and cultural aspect of the pilgrimage, which is mainly responsible for attracting tourists to this municipality, moving the local economy. The objectives that guided the research analyzed the

<sup>197</sup> Alunos graduandos do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (Rio Marataoan) Barras PI.

<sup>198</sup> Professora substituta do curso de História Núcleo Rio Marataoan. Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Email: andreiaandrade525@gmail.com.

importance of the cultural identity of the raised in this municipality, demonstrating the sensitivities that compose the pilgrimage. In relation to the specific objectives, it is important to understand how the population is related to the question of the representativeness of the reissued and to understand the cultural manifestation of the reissued in Boa Hora. Methodologically, this work adopted oral interviews with devotees of the Holy Kings as primary sources, reporting their experiences through the "miracles" granted, as well as a bibliographical survey of written sources that address reissued, identity and popular culture, aiming to stimulate research. In the face of what has been investigated, it has been noticed that the festival of kings has undergone changes, due to the changes brought about by modernity, which brings a series of changes in cultural practices, affecting also the pilgrimage, for example, as the introduction of new technologies and mentalities differentiated from what was hitherto seen as traditional. Generating ruptures in what refers to the characteristics of the symbolism behind the pilgrimage and demarcating the true meaning of this popular manifestation. This results in a feeling of concern on the part of the devotees who participate in this pilgrimage, since some characteristics inherent to this festivity have been lost over time. By virtue of what has been mentioned, it is understood that raised is a cultural movement that represents the construction of identities of a person.

**Keywords:** Reissued. Culture. Identity.

**Resumen:** En este artículo se analiza la identidad cultural de la Epifanía en Boa Hora (PI), destacando los aspectos culturales y de identidad de las partes origen portugués. Realizada en varias regiones brasileñas, con características que varían de acuerdo con las costumbres locales. Esta romería es muy tradicional en la región y ocurre anualmente entre los días 31 de diciembre y seis de enero, con el propósito simbólico de rememorar la jornada de los tres Reyes Magos hacia el encuentro del niño Jesús. Además, esta festividad está representada por los personajes que poseen significados místicos, como las cantadoras, los caretas, el buey, el sanfonel y el mandador, que forman el grupo de Reyes que recorren las comunidades representando el carácter sacro y profano que está relacionado reyes y su tradición. Otro aspecto interesante de las fiestas de reyes son las promesas, realizadas mediante una gracia alcanzada o debido a algunas circunstancias que involucra adversidades de la vida, como problemas de salud. Se observa que el cotidiano local es alterado en razón del aspecto simbólico y cultural de la romería, que es responsable principalmente por atraer turistas a este municipio, moviendo la economía local. Los objetivos que guiaron la investigación analizaron la importancia de la identidad cultural del reisado en este municipio, demostrando las sensibilidades que componen la romería. En cuanto a los objetivos específicos, se resalta comprender cómo la población se relaciona con la cuestión de la representatividad del reisado y entender la manifestación cultural del reisado en Boa Hora. Metodológicamente este trabajo adoptó las entrevistas orales con devotos de los Santos Reyes como fuentes primarias, relatando sus experiencias a través de los "milagros" concedidos, además de un levantamiento bibliográfico en fuentes escritas que abordan el reisado, identidad y cultura popular, buscando dinamizar la investigación. En cuanto a lo que fue investigado, se percibió que la fiesta de reyes viene sufriendo cambios, en razón de las alteraciones provocadas por la modernidad, que trae una serie de modificaciones en las prácticas culturales, afectando también a la romería, por ejemplo, como la introducción de las nuevas tecnologías y mentalidades diferenciadas de lo que era visto hasta entonces como tradicional. Generando así rupturas en lo que se refiere a las características de la simbología detrás de la romería y descaracterizando el verdadero sentido de esta manifestación popular. Esto resulta en un sentimiento de preocupación por parte de los devotos que participan en esta peregrinación, pues algunas características inherentes a esta festividad se están perdiendo con el tiempo. En virtud de lo que se ha mencionado, se comprende que el reisado es un movimiento cultural que representa la construcción de identidades de un povo.

**Palabras claves:** Reisado. Cultura. Identidad.

## INTRODUÇÃO

O reisado é uma manifestação cultural e religiosa levada pelos portugueses para o Brasil em meados do século XVI. É realizado em diferentes regiões brasileiras possuindo particularidades que variam de acordo com os costumes de cada região. As festas de reis são praticadas por pessoas comuns que vão passando a tradição de geração a geração.

Em relação à pesquisa o presente artigo tem por finalidade abordar a festa de reis em um novo olhar, dando ênfase a identidade e a representatividade cultural desta manifestação

popular no município de Boa-Hora PI<sup>199</sup>. Além disso, há uma necessidade de manter preservada a memória e a tradição que fazem parte do Reisado. Diante do legado cultural do Reisado para o município de Boa-Hora (PI), a presente pesquisa tem como relevância o seguinte questionamento: Quais as mudanças que vem ocasionando a perda dos valores simbólicos na festa de reis e interferindo na questão da identidade e resgate da preservação da memória?

É imprescindível analisar a importância da identidade cultural do reisado em Boa Hora-PI, em uma nova perspectiva demonstrando as sensibilidades que compõe a manifestação popular desta romaria. Ressaltando com isso um novo olhar sobre essa temática. Com relação aos objetivos específicos ressaltar-se compreender como a população se relaciona com a questão da representatividade do reisado e entender a manifestação cultural do reisado em Boa Hora PI.

Além disso, a festividade de reis é um marco cultural do povo de Boa Hora PI, há propósito surgiu o interesse de abordarmos “A identidade cultural do reisado” tendo em vista a folia como manifestação popular, todavia, a romaria está sofrendo modificações ao longo do tempo em decorrência de diversos fatores que estão relacionados ao advento da modernidade e com isso vêm ocasionando perdas simbólicas, pois há uma escassez de registros escritos para relatar o que antes existia. Para entendermos a importância de realizar este estudo com o intuito de preservar a memória da tradição adquirindo uma visão holística<sup>200</sup> da festa de reis e servir como fonte para trabalhos que sejam essenciais para a construção de uma identidade cultural.

Metodologicamente realizamos entrevistas com os devotos de santos reis relatando as suas experiências através dos “milagres” concedidos. Executamos um levantamento bibliográfico com as fontes escritas que aborda o reisado, identidade e cultura dinamizando a pesquisa, e com isso analisamos os dados colhidos e as mudanças que ocorreram na festa de santos reis procurando manter aquilo que ainda não se perdeu para que a tradição não perca seu real valor.

### **A trajetória histórica do reisado**

---

<sup>199</sup>Boa Hora localiza-se na microrregião do Baixo Parnaíba no Estado do Piauí, compreendendo uma área de 338,65 km<sup>2</sup> e dista da capital Teresina 137 km. O município foi criado pela Lei nº 4.680 de 26/01/1994, sendo desmembrado do município de Barras.

<sup>200</sup>Holística refere-se a uma Tendência ou corrente que analisa os fenômenos do ponto de vista das múltiplas interações que os caracterizam.

Sobre o surgimento do reisado existem diversas hipóteses, pois há poucos registros escritos que abordam a origem desta manifestação cultural ao longo da história. Para isso, Amaral (1976, p. 15) afirma:

Essas dificuldades (...) não se solucionam com o simples recurso da lógica, menos com os da imaginação adivinhadora; é indispensável antes de tudo procurar, coligir, cotejar materiais, muitos materiais, acompanhados de informações exatas quanto à procedência; só do exame crítico desses materiais e dessas informações é que poderão ir surgindo os elos ocultos que restabeleçam o encadeamento procurado das etimologias, no qual a simples consideração da forma nada esclarece, tornando-se absolutamente insubstituível o elemento histórico e circunstancial.

Com isso percebe-se a necessidade de recorrer às fontes orais com o intuito de reconstituir a memória social herdada de um povo. Preenchendo assim as lacunas existentes no campo da historiografia cultural e ampliando um leque de conhecimentos acerca desta pesquisa.

A folia de reis originou-se com a festa do Sol Invencível, festejada pelos politeístas egípcios e romanos. A solenidade romana era comemorada em vinte cinco de dezembro (calendário gregoriano) e a egípcia em seis de janeiro. No século III, com o crescimento do cristianismo, ficou estabelecido que dia vinte e cinco de dezembro se festejaria o nascimento de Cristo e seis de janeiro dia de reis.

Bem como a religião cristã, a folia de reis se tornou conhecida na Europa medieval, como uma festividade de caráter religioso celebrada nas igrejas cristãs como um todo, do mesmo modo que no tempo cristão e anglicano. Conforme afirma Brandão (2004, p.24) o ritual da festa de reis costuma ser entendido como um fato folclórico:

Ela é persistência cultural popular, é uma tradição muito antiga do catolicismo. É anônimo o ritual, não tem autor ou dono, embora cada companhia tenha seu mestre, embaixador ou chefe. A festa é um complexo rito coletivizado.

Desse modo, percebe-se que a festa de reis é um fato folclórico em virtude de suas características abordarem a tradicionalidade, oralidade, funcionalidade, aceitação coletiva e o anonimato. Ocorrendo principalmente baseado em uma grande coletividade, que envolve as classes populares, isto é, um grande número de pessoas. Além disso, as promessas e os “milagres” concedidos serão o elo fundamental que motiva a espontaneidade desse ritual.

De acordo com Dias (2017, p.29) “Pesquisas indicam que iniciou em Portugal no século XII”. Apresentando características com a prática de danças, sendo ritmizados através do som de gaitas, pandeiros, guizos e tambores condecorando o ritual de Santos Reis na época de Natal. Foi no século XVIII que a festividade de reis se adentrou no Brasil apresentando danças de cunho mais religioso do que profano.

A festa de Reis também pode ser definida como um conjunto de manifestações culturais, que no Brasil ganhou bastante relevância ao transmitir para os nativos indígenas suas simbologias de caráter religioso, sagrado e profano. Ocasionalmente uma aproximação dos catequistas europeus com os povos que habitavam o Brasil no contexto Social de vigência na colônia. De acordo com Ferreira (1994. p. 16).

Essas tradições, como também a dança das pastorinhas vem do início da colonização brasileira, em que os catequistas ensinavam aos índios como festejar os Reis Magos. Anchieta os instruiu na arte de armar presépios, defronte dos quais os indígenas cantavam e dançavam, animando os folguedos natalinos e a comemoração de reis, época de maior afluência nas aldeias.

Logo, se pode afirmar que o reisado funcionou como um processo de aculturação<sup>201</sup> nas terras Tupiniquins, ao provocar uma modificação cultural que acarretou uma enorme perda identitária para a população que residia nos trópicos, que possuía suas próprias manifestações culturais, religiosas e sociais.

No que se refere às peculiaridades da manifestação popular da festa de reis destaca-se a presença de enfeites, trajes que embelezam os personagens dentre eles: fitas coloridas e chapéus ricamente ilustrados. Os brincantes são constituídos por três a quatro caretas, um mandador, o boi, duas cantadeiras, sanfoneiro, burrinha rei, mestre-sala, a burrinha, o boi, o Jaraguá, a arara, o caipora e a ema que dá existência, alegria e reboiço a folia.

Versando sobre as particularidades da festa de reis, entende-se que elas vão variar de uma região para região, pois existem os aspectos culturais que são próprios e exclusivos de cada cultura regional. Que influencia na manifestação espontânea do ritual festivo da festa de reis.

O reisado no Piauí é uma folia inerente à cultura local, realizando-se a partir de apresentações de grupos que possuem suas próprias características. Afirma Lima (2018, p. 21)

---

<sup>201</sup> Aculturação é o resultado dos contatos, de natureza constante, que implicam geralmente na transmissão de certos elementos da cultura de uma sociedade para a outra.

Cada grupo que se apresenta tem suas próprias características, seja modificando ou mandando como interprete. Geralmente é composto por três caretas, mais esse número pode variar de lugar para lugar, podendo ser composto de dois a cinco. Eles sempre usam máscaras e usam vestidos de palha.

Dessa forma compreende-se a manifestação cultural da festividade de Reis, possui uma originalidade que está associada aos elementos que fazem parte da organização desse ritual folclórico de procedência popular e caráter social.

### **A representatividade simbólica dentro do reisado**

É de grande importância destacar os elementos simbólicos na folia de reis, ressaltando assim o contexto abordado nesta pesquisa dando ênfase aos aspectos que caracterizam esta manifestação da cultura popular local.

O simbolismo religioso é a linguagem que expressa e interpreta a dimensão transcendente da experiência. Nos símbolos, o homem traduz com elementos emprestados do seu mundo a relação com um incondicionado que atravessa o ânimo: através do símbolo manifesta-se a profundidade da existência. O próprio do símbolo concerne em remeter para além de si mesmo. (HIGUET 1984, p. 22)

Procura-se neste momento abordar estritamente alguns símbolos que fazem parte da festa de reis retratando o valor da tradição na qual posteriormente se torna sagrado. Em virtude de esses aspectos fazerem referências e dar ênfase as citações bíblicas, na qual exprimem ricos conceitos, os mesmos agregam as novas interpretações da tradição oral.

Uns dos elementos de grande significado são os caretas na qual representam os três reis magos<sup>202</sup>, também conhecidos como palhaço, sendo composto por três ou quatro componentes. De acordo com Dias (2017, p.41).

Da descrição dos magos nasceu a descrição dos três caretas. O careta velho representa o rei Melquior, que devido sua idade e experiência de vida era tido como chefe e conselheiro. Tal qual o careta velho é o líder do grupo e encaminha as brincadeiras e cantigas. O careta do meio representa o rei Baltasar. E o careta caçulinha representa o rei Gaspar .

Os três caretas expressam uma narrativa bíblica, que está ligada a história da vinda do Messias no período Natalino, que é considerado o rei dos reis. Resignificando narrações

---

<sup>202</sup>Os três reis magos: Melquior, Baltazar e Gaspar; são personagens da narrativa cristã que visitaram Jesus após seu nascimento. (Evangelho de São Mateus Capítulo 02).

bíblicas que fazem parte dos ensinamentos cristãos, que revelam a jornada divina até ao encontro de Cristo.

Com relação, a simbologia do boi e do mandador na romaria percebe-se que a sua figura, simboliza um dos aspectos mais marcantes na folia, pois, seu significado é associado ao menino Jesus no qual ele foi enviado a Terra para fazer a vontade do pai. Para os admiradores da folia a chegada do boi em suas residências é um momento de honra aos donos da casa, pois possui grande significação. O mandador representa a imagem do pai com espírito de liderança dando orientações para o boi prosseguir seus comandos.

Cada mandador improvisa, recria, “deixa sua marca”, introduz novos padrões de cantos, coreografia e vestimentas. Há inúmeras razões para isso, a primeira é a mais pessoal. O ser humano criativo e recriado e os artistas populares que lidam com o canto, a dança, o artesanato modificam-se. Continuamente aquilo que um dia aprenderam a fazer. Essas são as regras humanas da criação e do amor: fazer de novo, inovar, incorporar o velho e o novo e transformar um com o poder do outro. (BRANDÃO, 2004, p. 39).

Fazendo uma análise a respeito desse aspecto simbólico do Reisado, podemos analisar que o ritmo dançante da festa de Reis é guiado pelo mandador. Por meio, das músicas que são cantadas no decorrer da Romaria, atribuindo esse fato folclórico uma dimensão de espetáculo.

Lima (2018) enfatiza que o sanfoneiro é um personagem presente na maior parte da Romaria, em virtude do ritual dos cânticos terem início com sanfoneiro, em companhia das cantadeiras, a partir da chegada às residências populares. Verifica-se que o boi levanta, quando a sanfona é tocada. Além disso, o sanfoneiro é o único componente que participa ativamente da folia desde o seu início até o término.

As máscaras são utilizadas pelos caretas. “Simbolizam mais um apetrecho de gozação a figura real”. É também, um elemento que representa proteção, ou até mesmo expressa a noção de identidade. Afastando os espíritos malignos e atraindo energias positivas.

As cantadeiras tem a finalidade de iniciar o ritual com a chegada do boi nas casas, por meio de canções que remetem a passagens bíblicas (o evangelho segundo Mateus Cap. 02). Segundo DIAS (2018) “as músicas iniciatórias da dança do boi, as quais o levam do final do terreiro até os pés dos patrões, são as mais lindas e as mais tradicionais”. Pois, percebe-se que essas cantigas exprimem uma mensagem que denotam diversos sentimentos dentre eles: melancolia, saudade, alegria entre outros.

As promessas são feitas geralmente por devotos que se encontram em situação de “desespero” recorrendo assim a Santo Reis, que tendo uma benção concedida ficam com a obrigação de pagar a mesma, que são cumpridas com enorme devoção. São pagas em três anos, simbolizando cada ano a um rei mago. Várias pessoas auxiliam os pagadores de promessas, celebrando na comunidade suas graças alcançadas, pois é através desse momento que ocorre uma comunhão entre os lados físico e espiritual. Como explica PEREIRA (2007, p.55).

A relação que os sujeitos têm com o mundo dos santos pode exercer influência sobre o curso da vida, é uma espécie simbólica de sobrevivência que contribui para a reprodução do sentido da vida. Dessa forma o povo descobre na prática a capacidade de recriar o seu sentido religioso, a partir de suas experiências, dores e alegrias.

A importância da promessa se revela pela relação de fé e confiança que as pessoas demonstram por santos reis, visto que, na medida em que, a graça vai sendo conquistado o devoto vai pagando a sua promessa e assim ocorre uma troca recíproca, em razão das conquistas alcançadas.

### **Resultado ediscursões**

O reisado em Boa-hora é uma tradição popular que é transmitida de geração para geração, onde os mais novos aprendem com os mais velhos. Destaca-se, principalmente pela simplicidade, devido o seu caráter rústico que está relacionado às pessoas que compõem a festa de Reis e a sabedoria popular de sua gente.

Em Boa-Hora, o Reisado é um evento tradicional se diferenciando das demais festas de Reis existentes em outros territórios, as danças e as poesias são exclusivas do Reisado local. Além disso, a folia de Reis da cidade de Boa-hora se destaca pela presença do boi, elemento este que não se encontra em nenhuma outra festividade de Reis.

Em relação ao Festival de Reisado, ele já é conhecido Brasil afora, tornando a cidade mais conhecida, denominando-a como a capital do Reisado. E a festividade de Reis ocorre no período de 01 a 06 de janeiro, movimentando a economia local e atraindo turistas que vem prestigiar o espetáculo.

Sobre a introdução do reisado em Boa-hora os registros não são muito precisos, devido ao fato das datas não serem definidas. Logo, têm-se conhecimento apenas dos nomes mais antigos que pagavam promessa. No entanto, o que problematiza a questão é que os filhos dessas pessoas afirmam que antes já havia Reisado. Dias(2017,p.113) certifica:

O avô do senhor Jé Loló, por exemplo, da era de 1854 contava para seus filhos e netos que antes dele já havia Reisado, mas não foi possível chegar aos nomes dos trabalhadores daquela época e nem dos pagadores de promessa. Esses são os pagadores mais antigos constatados através de pesquisas, do mais velho para o mais novo. O mais velho não foi possível ter a data de nascimento aproximada. Família Henrique-da beira do rio, Avô do Jé Loló-Pau Pombo-nascido em 1854, Manoel Prudêncio Carvalho-Boa Hora- nascido em 1880, João Salú-Boa Hora-nascido em 1899, Cândido Gomes- genipapeiro- nascido em 1905, Raimundo dos Santos-Poços-nascido em 1910, Zeca dos Santos-Poços-nascido em 1911.

Com isso, pode-se afirmar que a família dos santos não pode ser considerada a pioneira na arte do reisado no município de Boa-hora. Devido o Zeca dos Santos ter sido trabalhador de Reisado como careta de Cândido Gomes, ou seja, só posteriormente que passou a tirar reis. Logo compreende-se a grandeza histórica que pode ser observada mediante as pesquisas realizadas com enfoque na questão que envolve os primeiros grupos praticantes da cultura local do reisado.

Dando ênfase as mudanças que vêm ocorrendo nas festividades de santos reis, percebe-se que a simbologia e os rituais tradicionais estão sofrendo alterações, causando preocupações a comunidade amante do reisado. Isso fica evidente quando a senhora DIAS<sup>203</sup>2018 enfatiza que:

Mudanças que vão acontecendo são as mudanças que também vão ocorrendo no comportamento da sociedade é, por exemplo, no transporte, antigamente tinha o burrinho que era o que fazia o transporte do butiquim, das esmolos recebidas, hoje em dia não, as pessoas já tão no carro, cada um quando vai tirar a promessa já o dono da promessa já tem geralmente um dono de caminhão já contratado para ajudar carregar os trabalhadores, as casas antigamente eram mais longes as pessoas caminhavam muito mais tempo e hoje em dia não. As casas são mais próximas e o reisado chega brinca ali nas casas tudo próximas depois quando vai sair de uma localidade pra outra eles já num tem mais essa aquela caminhada longa como faziam antigamente, já cada um sobe no seu carro no seu caminhão, na sua moto e segue em frente.

Discorrendo sobre essa questão nota-se que o conceito de modernidade vem modificando a tradicionalidade que faz parte desta manifestação de caráter popular que possui uma significativa importância na identidade do povo boahorense no que concernem as singularidades desta romaria. Caracterizando o reisado de boa hora como exclusivo indagamos

---

<sup>203</sup>Teresinha Dias da Silva Rocha. Entrevista concedida aos acadêmicos em 06 de Setembro de 2018.

que ele denota uma relação íntima com a sociedade e o cotidiano local do município. Para isso, a devota Sr.<sup>a</sup> Maria <sup>204</sup>ênfatiza.

É animação né, é porque corre muita coisa na cidade de Boa Hora né, os comércios os vendedores de sorvete, tudo, ele deixa lucro dentro da cidade de Boa Hora, o dinheiro deixa lá porque os turistas vêm tudim, vêm de todas as cidades ver o festejo, que o festejo é animado, o festejo todo mundo vêm viu de São Paulo, de Brasília, de todo lugar de toda região vêm para assistir o festejo e o mais principal é do dia 5 dia 6 até o final.

Narrando sobre o caráter festivo do reisado em Boa Hora deve se pontuar que ele possui uma grande representatividade econômica no município, pois a festa de reis com a sua religiosidade e originalidade atraem um público diversificado que além de prestigiarem a romaria ainda aplicam capital na economia mediante o aquecimento do comércio local, através do aumento do fluxo de compra e venda de produtos.

Em relação às circunstâncias que levam as pessoas a recorrerem à fé em santos reis, o mais interessante é que o fator primordial está relacionado a uma enfermidade. Dados esses confirmados pelo tirador de Reisado o Sr. Manoel <sup>205</sup>que afirma:

Fizeram pra mim uma promessa quando estava internado em Campo Maior, eu saí daqui e eu mesmo dizia que não voltava mais vivo, aí eu tava internado lá e os meninos fizeram essa promessa. Se tivesse um jeito de eu ficar bom eu ia festejar de novo três anos santo Reis, e eu andava nos braços que nem um bebê, eu fui despachado no hospital. Aí um dia eu falei que queria ficar sozinho debaixo de um cajueiro, fiquei lá quase meia hora e me apeguei com Santo Reis, falei que com fé em Deus eu vou voltar a fazer meus serviços. Aí um dia sentir minhas pernas, deu aquele rompante e derrepente me levantei, numa marcha feia mais o importante que me levantei, fiz minha promessa e vou pagar, Nesse dia foi eu e os meninos tudo chorando, foi mesmo um milagre de me tirar de cima daquela cama. Graças a Deus voltei a andar de novo e hoje faço tudo que gosto de fazer.

Mediante o que foi afirmado, percebe-se que a promessa é pautada a partir de uma enfermidade, que está relacionada a um problema de saúde grave que leva as pessoas a recorrerem a uma solução atrelada a religiosidade popular presente no convívio social dos habitantes do município de Boa-Hora.

### **Considerações Finais**

---

<sup>204</sup>Maria Rosário Gomes Silva. Lavradora, devota e pagadora de promessa. Residente na localidade Mato seco, Boa Hora – PI. Entrevista concedida aos acadêmicos em 07 de Setembro de 2018

<sup>205</sup>Manuel Alves da Silva. Lavrador, devoto e pagador de promessa. Residente nobairro Pantanal, Boa Hora – PI. Entrevista concedida aos acadêmicos em 16 de Setembro de 2018.

Em virtude do que foi mencionado compreende-se que o reisado de Boa-hora é um elemento essencial da identidade cultural do povo boahorense, em razão de sua representatividade está extremamente enraizada no cotidiano local, pois a manifestação de reis ocorre tradicionalmente no município, levando a um grande movimento social, revelando aspectos simbólicos que envolvem a vida das pessoas que habitam este território.

Contribuindo para a pesquisa, foi aplicado um questionário que visou ampliar a investigação. Onde foram entrevistadas pessoas que participam anualmente da Romaria e possuem um conhecimento vasto deste fato folclórico, pautando principalmente nas questões que envolvem as mudanças que vem ocorrendo dentro da festa de reis.

Entre as mudanças constadas podemos citar que elas estão voltadas principalmente ao advento da modernidade, que vem transformando a mentalidade das pessoas. Como exemplo a ser citado o caso dos jovens, que antigamente participavam por devoção e atualmente somente por uma questão de diversão e folia, desconstruindo com isso o verdadeiro sentido da romaria. Analisando os dados obtidos, entende-se que os objetivos foram atingidos, devido ao fato de ter havido a compreensão das mudanças e permanências, que ainda estão vigentes nesta manifestação cultural popular, grandiosa pela sua originalidade e singularidade.

No que tange a problematização deste artigo, ela foi respondida ao longo do trabalho, confirmando que essas mudanças são motivadas primariamente pelos aspectos que direcionam atualmente a modernidade social. Para concluir deve-se enfatizar que a festa de reis é grandiosa devido as suas características serem exclusivas e particulares ao povo boahorense. Além disso, a própria romaria expressa muito sobre as vivências locais ao refletir a respeito das práticas sociais, religiosas e culturais desta cidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES. M. Da. S. **Entrevista concedida por um pagador de promessa de Boa-Hora-PI**. Localidade Pantanal, 2018.

AMARAL Amadeu. **Tradições Populares**, São Paulo 1976.

BRANDÃO, C.R. **A Educação como Cultura**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008.  
\_\_\_\_\_, C. R. **De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De longe eu venho vindo. Símbolos, Gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás**. Goiânia: Editora do UFG, 2004.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 144 - 155. ISSN:

DIAS.T. da. S. R. **Entrevista concedida por uma amante do reisado de Boa-Hora-PI.** Localidade Pantanal, 2018.

DIAS, Teresinha da Silva Rocha. **O Reisado de Boa Hora-Pi.** Gráfica Santa Edwirges, 2017.

GOMES. M.R.S. **Entrevista concedida por uma devota do reisado de Boa-Hora-PI.** Localidade Mato Seco, 2018.

HIGUET, Etienne Alfred. **A sociologia e a Teologia.** 1984. Site: [www.metodista.br/revistas/revistas-ims/indez.Php](http://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/indez.Php). (acesso: 24.06.2011).

LIMA, A.M. C, **Entre danças, cantos e memórias: As mudanças continuidades culturais do reisado nomunicípio de Boa-hora(PI).** 2018.p.51trabalho de conclusão de curso(Monografia)-Curso de História, Universidade Estadual do Piauí-UESPI,Barras,2018.1

PEREIRA, E.de A, **Malungos na Escola: Questões Sobre Cultura Afrodescendentes e Educação.** São Paulo: Paulinas, 2007. - (Coleção educação em foco. Série educação,história e cultura).

## HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS FESTAS CÍVICAS EM CAMPO MAIOR-PI NA DITADURA MILITAR

### HISTORY AND MEMORY OF CIVIC CELEBRATIONS IN CAMPO MAIOR-PI IN THE MILITARY DICTATORSHIP

### HISTORIA Y MEMORIA DE LAS FIESTAS CIVILES EN CAMPO MAYOR-PI EN LA DITADURA MILITAR

*Caio Vinicius Silva Teixeira (UESPI)<sup>206</sup>*

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar a percepção da população de Campo Maior-PI quanto às festividades cívicas realizadas nesta cidade durante o regime militar. Ao assumir o comando do Brasil em 1964, por meio de um golpe civil-militar, os militares propuseram a realização de grandes festividades cívicas nas quais eram celebradas as grandes datas cívicas da nação, mas também o regime em vigor. A metodologia utilizada neste trabalho foi a História Oral e, para tanto, foram realizadas entrevistas com pessoas que eram estudantes em Campo Maior durante a Ditadura Militar. Ao analisarmos as memórias dessas pessoas pudemos perceber como o regime militar se fez presente em Campo Maior.

**Palavras-chave:** Festas cívicas. Ditadura Militar. Campo Maior-PI. Memória

**Abstract:** This study aims to analyze the perception of the population of Campo Maior-PI regarding the civic festivities held in this city during the military regime. In assuming command of Brazil in 1964, by means of a civil-military coup, the military proposed to hold great civic festivities in which the great civic dates of the nation were celebrated, but also the regime in force. The methodology used in this work was the Oral History and, for that, interviews were conducted with people who were students in Campo Maior during the Military Dictatorship. In analyzing the memories of these people we could see how the military regime was present in Campo Maior.

**Keywords:** Civic parties. Military dictatorship. Campo Maior-PI. Memory

**Resumen:** Este trabajo objetiva analizar la percepción de la población de Campo Mayor-PI en cuanto a las festividades cívicas realizadas en esta ciudad durante el régimen militar. Al asumir el mando de Brasil en 1964, por medio de un golpe civil-militar, los militares propusieron la realización de grandes festividades cívicas en las que se celebraron las grandes fechas cívicas de la nación, pero también el régimen en vigor. La metodología utilizada en este trabajo fue la Historia Oral y, para ello, se realizaron entrevistas con personas que eran estudiantes en Campo Maior durante la Dictadura Militar. Al analizar las memorias de esas personas pudimos percibir cómo el régimen militar se hizo presente en Campo Maior.

**Palabras clave:** Fiestas cívicas. Dictadura militar. Campo Mayor-PI. memoria

Durante a Ditadura Militar o governo fez uso de várias ferramentas para alcançar a pretendida legitimidade perante a sociedade brasileira e demonstrar que os militares estavam representando e assegurando a democracia. Uma dessas ferramentas foram as festas cívicas, nas quais eram feitas grandes comemorações em homenagem aos grandes feitos e heróis da História do Brasil, como a Independência e D. Pedro I, e através destas festividades o Estado objetivava inculcar na população um sentimento de patriotismo e de civismo. Essas

<sup>206</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI (2018)

comemorações se espalharam por todo o país pretendendo cultuar a Pátria, mas também buscar um reconhecimento e valorização do regime militar em vigor.

Além de obter reconhecimento da população brasileira no momento em que estavam no poder, era também de interesse dos militares gravar seu governo na história do país e na memória dos brasileiros (REZENDE, 2013). A memória é um mecanismo através do qual se pode marcar um indivíduo na História. Durante a ditadura militar procurou-se exaltar, por meio das festas cívicas, aqueles tidos como heróis da nação e também colocar os militares – e seus feitos – na memória nacional. Nesse sentido, como nos lembra Michael Pollak, podemos entender a memória como uma luta política, pois:

Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992, p.205)

### **As comemorações à Batalha do Jenipapo (13 de março)**

As principais festas cívicas realizadas em Campo Maior no período em estudo foram a Batalha do Jenipapo (13 de março) e a Independência do Brasil (7 de setembro) – o aniversário da cidade, comemorado em 8 de agosto, não era uma festa celebrada grandemente na cidade. Dessa maneira, empreenderemos uma análise dos depoimentos das pessoas entrevistadas que participaram dessas duas comemorações cívicas.

O 13 de março constitui-se como uma data importantíssima para os campomaiorenses. A cidade se identifica com essa data e com o fato que se deu nesse dia no ano de 1823. Para exaltar os heróis daquela batalha o governo local anualmente realiza comemorações e no período militar isso não foi diferente, sendo que, como vimos, a inauguração do Monumento Heróis do Jenipapo se deu nesse período. Everaldo de Vasconcelos Teixeira<sup>207</sup> conta um pouco de como eram realizadas essas comemorações à Batalha do Jenipapo:

---

<sup>207</sup> Everaldo de Vasconcelos Teixeira nasceu em 1958, na localidade Natal, atualmente município de Sigefredo Pacheco. Em 1969 mudou-se com a família para Campo Maior onde estudou nas escolas Unidade Escolar Valdivino Tito, Unidade Escolar Briolanja Oliveira, Colégio Estadual Professor Raimundinho Andrade, Unidade Escolar Marion Saraiva e Ginásio Santo Antonio. Atualmente mora em Campo Maior e é trabalhador autônomo

As celebrações eram feitas assim, mais era o desfile militar, né? Os colégios iam, aqueles alunos, aí o Exército vinha, a gente... só que eu nunca participei. Naquele tempo era tudo dependioso, não tinha esse negócio de ônibus, a gente ia de pé de Campo Maior, a maioria, não todos, a maioria ia a pé, naquele tempo a gente não tinha cansaço mesmo ia correndo, ia e vinha. Era pela manhã, a gente chegava em casa 12h, 1h da tarde, sem comer, as vezes até sem beber, não tem essa água mineral que tem hoje. Era tudo dependioso, mas a gente fazia esforço pra ir, pra participar, pelo menos ver aquelas coisas que a gente não via. A gente ia mesmo, eu mesmo era um dos que ia, pra ver mais aqueles carros do Exército, aqueles desfiles, aquelas armas do Exército que era muito bonito (...). (TEIXEIRA, 2018.)

Apreendemos que apesar da distância da cidade – algo em torno de 6 km – era feito um esforço para assistir às comemorações. O percurso era feito a pé, sob sol forte, com pouca ou nenhuma alimentação e água. Podemos compreender que ir “correndo” como uma exacerbação na fala do entrevistado, causada pela lembrança do fato vivido. Mas, o que motivava tão grande empenho de um jovem estudante de uma pequena cidade do Piauí? Ver o equipamento do Exército e toda a sua grandiosidade. Mesmo não participando das comemorações, apenas assistir às apresentações do Exército satisfazia nosso entrevistado e fazia todo o esforço valer à pena.

Essa comemoração era um momento em que o Exército mostrava sua imponência à população. Seus carros, desfiles e armas mostravam o poder das Forças Armadas ao passo que procuravam demonstrar que o país estava seguro pelos militares. Para uma criança, como o Sr. Everaldo à época, não era nenhum sacrifício percorrer aquela distância sob as circunstâncias citadas, mas sim motivo de alegria e exaltação do Exército brasileiro. Todo esforço seria recompensado ao assistir à aquela comemoração.

O governo militar soube se apropriar dos homens que morreram naquela batalha, que posteriormente seriam transformados em “Heróis do Jenipapo”. A comemoração da Batalha do Jenipapo tornou-se, assim, um momento de festejar também o governo vigente, tendo construção do monumento o objetivo de fixar aquela data na história piauiense, demonstrando o (res)significado daquela batalha para independência do Brasil, ao passo que é um símbolo da ditadura militar em Campo Maior. Sobre a inauguração desse monumento Francisco de Paula Barroso Lima<sup>208</sup> nos relata que foi um momento que:

---

<sup>208</sup> Francisco de Paula Barroso Lima nasceu em Pedro II em 1955 e mudou-se para Campo Maior em 1962. Estudou nas escolas Unidade Escolar Valdivino Tito e na Unidade Escolar Treze de Março. É graduado em História e atualmente é servidor público na Prefeitura Municipal de Campo Maior.

“(…) envolveu muito a sociedade, envolveu muito os políticos, envolveu principalmente as Forças Armadas que fizeram uma festa muito grande para comemorar aquela grande obra e também pelo idealismo do governador Alberto Silva, que era a tentativa também de colocar o Piauí no meio do Brasil, no meio das comemorações do Brasil e isso o governador fazia e fez muito bem e o Exército aproveitava. Era um aproveitando o outro e, portanto, foi uma festa de repercussão nacional. (LIMA, 2018.)

Como podemos perceber esse fato envolveu a sociedade, de modo geral, os militares e também a classe política. O governador do Piauí, Alberto Silva, participou dessa inauguração, que foi mais uma grande realização de seu governo na tentativa de inserir o Estado no contexto nacional, bem como marcar sua administração na memória dos piauienses com a construção de grandes obras (FONTINELES, 2015). De acordo com a fala do entrevistado, a construção do monumento favoreceu tanto os militares como o governo de Alberto Silva, uma obra em que “todos saíram ganhando”. Em seu discurso:

(…) o Governador Alberto Silva disse que, com a inauguração do Monumento-Museu Heróis do Jenipapo, o Governo e o Povo do Piauí iniciavam o resgate de dívida histórica contraída no dia 13 de março de 1823 com os heróis que se empenharam na derrota das tropas portuguesas comandadas pelo brigadeiro Fidié.

Afirmou o Chefe do Executivo, ao fazer um breve histórico da batalha travada em terras piauienses, que não foi a ela atribuída, até hoje, a verdadeira importância que possui em relação à Independência do Brasil “que não assumiu, no Piauí, caráter de mera adesão, mas de proclamação como consequência lógica de um processo de conspiração, de organização e de luta visando à separação política do nosso País da Coroa Portuguesa. (...) (PIAUI resgatou dívida histórica. Jornal do Piauí, Teresina, ano XXIII, nº4.958, 07 nov. 1973, s/p)

Ao colocar a construção do Monumento como o resgate de uma dívida histórica, Alberto Silva tenta elevar aqueles homens ao patamar de heróis nacionais, ao passo que se coloca também como o responsável por quitar essa dívida. Temos, assim, aquela relação de troca que vimos anteriormente na fala do entrevistado, na qual o governador piauiense se apropria daquela batalha para inscrever seu nome na história de Campo Maior.

A construção desse monumento foi também um anseio de toda a população campomaiorenses e sua inauguração foi um acontecimento marcante para a cidade. Além da

---

presença do governador Alberto Silva o evento contou com outras atividades, dentre elas a encenação de uma peça, protagonizada pelos estudantes da cidade, na qual retratavam o desdobramento da batalha. Carlos Alberto Nonato Vieira<sup>209</sup> esteve nessa festividade, participando da peça e recorda o momento:

(...) ah essa inauguração hum foi bonita de mais. Nessa época houve apresentação da Batalha do Jenipapo, eu fui um caboclo dentro desta peça, que o diretor veio contratado, por nome Murilo se não me engano, ele era um caboco alto, tinha feito curso no Rio de Janeiro e tudo. E fizemos essa batalha a peça teatral completa desde a saída lá no rio Jenipapo ao encontro bem ali onde hoje é o cruzeiro (aponta em direção ao monumento) aí se confrontaram os caboclos, alguns soldados campomaiorenses, maranhenses e cearenses contra as tropas de Fidié, todas aquelas rouponas bem preparadas, foi muito bonito no dia da inauguração. (VIEIRA, 2018)

Essa peça teatral tinha o objetivo de mostrar aos presentes como aconteceu a batalha, exaltando feito dos combatentes da causa da independência brasileira. Para que o espetáculo fosse o mais belo e organizado possível foi contratado um diretor para dirigir a peça. Isso demonstra a preocupação do governo em tornar esse momento uma grande comemoração para a cidade.

A presença dos estudantes representando aqueles que lutaram na batalha é um aspecto interessante. A educação do período militar desejava inculcar nos estudantes um respeito às tradições e aos heróis nacionais. Naquele momento, os brasileiros que morreram defendendo a liberdade da nação foram transformados em heróis nacionais, passando a ser identificados como “Heróis do Jenipapo”. Então, fazer com que um estudante representasse um daqueles heróis – e se sentisse como um – era uma maneira de fazê-lo perceber a importância daquele feito para a nação e ver aqueles simples caboclos como heróis nacionais.

A celebração da Batalha do Jenipapo é uma forma de reforçar a identidade e o orgulho campomaiorenses bem como uma ferramenta de se colocar Campo Maior e o Piauí como fundamentais para a independência do Brasil, sendo reforçada anualmente, pois “(...) as festas cívicas, embora aconteçam no nosso tempo linear, trazem aspectos de um tempo cíclico do

---

<sup>209</sup> Carlos Alberto Nonato Vieira é natural de Campo Maior e nasceu em 1960. Estudou na Unidade Escolar Valdivino Tito, no Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT), no Colégio Estadual Professor Raimundinho Andrade e no Patronato Nossa Senhora de Lourdes. É graduado em Letras e foi professor em escolas públicas em Campo Maior e atualmente é professor aposentado.

eterno retorno” (MELO, 2010, p. 95). Exaltar esses heróis é uma maneira de tentar inseri-los na memória nacional, como também é uma maneira de inseri-los nas tradições oficiais (HOBSBAWM, 2002) do município.

### **As comemorações à Independência do Brasil (7 de setembro)**

Outra festa de destaque na cidade no período, como vimos anteriormente, era o dia da Independência do Brasil, comemorado com grandes festividades no dia 7 de setembro. É um momento de suntuosas celebrações nacionais visando comemorar a data em que o Brasil se tornou uma nação independente, mas também, no período militar, exaltar o governo em vigor. Analisar as memórias dos participantes destas comemorações em Campo Maior é fundamental para compreendermos como os campomaioreses as percebiam e como os estudantes viam suas participações nestas festividades, pois durante o regime militar:

As festas cívicas não se constituíam apenas em instrumento de controle social, mas também assumiam a forma de mecanismos de fabricação do consenso social. Mais ainda, as comemorações elaborariam interpretações sobre acontecimentos pretéritos, procurando restabelecer os vínculos entre passado e presente e futuro, ao mesmo tempo em que permitiriam a formação de identidades coletivas, através da transformação do poder em espetáculo, legitimando alguns discursos que expressariam as aspirações coletivas e, portanto, simbolizariam a própria nação. (ALMEIDA, 2009, p. 43)

As festas cívicas foram um instrumento utilizado pelo governo militar para conseguir sua legitimação. Suas realizações em pequenas cidades demonstram o interesse dos militares em se propagarem por todo o país, exaltando seus feitos e transmitindo uma mensagem de progresso da nação. Através dessas comemorações buscava-se fazer uma ligação daquele período com o passado brasileiro.

O Sete de Setembro é um momento marcante no calendário nacional, um dia em que se comemora a independência da Pátria e se cultua D. Pedro I como o grande herói nacional, é um ritual nacional que mobiliza a cidade exigindo um tempo sem trabalho, um feriado (DAMATTA, 1997). Tradicionalmente são feitas grandes celebrações dessa data em todo o país

e em Campo Maior não foi diferente. Everaldo de Vasconcelos Teixeira nos relembra uma de suas participações nas comemorações dessa data cívica:

(...) era muito bonito, não tinha esses carros alegóricos que têm hoje, hoje eles enfeitam muito carro, era mesmo só o desfile. Era, cada colégio participava, era aquela animação, se era cedo da manhã 5h da manhã já tava todo mundo, a gente tinha aquela vontade mesmo próprio de participar. Aí fiquei até emocionado porque eu nunca tinha participado, aí eu estudando já à noite, no Valdivino, aí a gente foi participar, mas tinha que comprar uns tênis, tênis não, naquele tempo era um Kichute ou umas Conga (risos) aí eu comprei os Kichute pra ir a esse desfile, eu fiquei muito satisfeito. (...) O mesmo uniforme do colégio, no caso, na época era de camiseta porque a gente ia representando o futebol lá da escola, então a camiseta. Aí exatamente foi porque eu comprei os Kichute, é como se fosse um atleta, um jogador. Mas era aquela animação muito grande das pessoas, pais iam assistir, levavam os outros filhos pra participar, era muito aconchegante a gente ir ao Sete de Setembro. (TEIXEIRA, 2018).

A fala do Sr. Everaldo possui algumas informações bem interessantes. Como vimos em sua fala anterior o sol impetuoso de Campo Maior não o impedia de participar das comemorações à Batalha do Jenipapo. Aqui, ainda de madrugada as escolas já estavam se preparando para o desfile e mesmo ainda sendo cedo isso não era um empecilho para a sua realização, pois, segundo ele, tinha uma vontade própria de participar.

Entretanto, o destaque nessa fala é o seu esforço para a participação nos desfiles. Era necessário adquirir um tênis para poder participar dessa festividade e isso fez com que ele comprasse um Kichute<sup>210</sup>, pois ele faria parte de uma ala que representaria o futebol, daí a necessidade desse calçado. Vemos que isso foi um motivo de emoção e satisfação para o nosso entrevistado que se sentiu feliz por participar dessa celebração. Fica claro que o seu sentimento de civismo, de patriotismo era espontâneo, como desejavam os militares, e não visto como uma imposição. É significativo observar ainda a obrigatoriedade do calçado como componente do uniforme dos estudantes para sua presença no desfile, pois:

(...) as fardas remetem a posições centrais da estrutura social, já que são símbolos de poder na ordem social. São vestes usadas nos rituais e também no cotidiano, onde ocorre apenas uma mudança de grau e não de qualidade entre

---

<sup>210</sup> Um tipo de tênis existente na época.

um tipo e outro. (...). As fardas simbolizam identidades sociais concretas que operam em todos os níveis da vida social. (DAMATTA, 1997, p. 61.)

O Dia da Pátria é um ritual oficial (DAMATTA, 1997) daí a necessidade – ou a obrigatoriedade – do uso do fardamento escolar, para se estabelecer uma distinção na ordem social. Mesmo compreendendo a importância daquela festividade e demonstrando um sentimento cívico os estudantes (assim como toda a sociedade) estavam subordinados aos militares e o fardamento era uma maneira de entender a hierarquia social da época. Ou seja, nas festividades cívicas deveria ficar explícita “os níveis da vida social.”

Os desfiles do Dia da Pátria deveriam ser vistos como a data mais importante do calendário cívico nacional, sendo um momento de sintonização da população com o regime militar. Ao fazerem uma analogia do seu governo com D. Pedro, os militares buscavam uma identificação com o passado, na tentativa de se legitimarem no poder.

A imagem de Dom Pedro foi usada ainda para representar a integração nacional proposta pela ditadura ao fazer uma viagem dos seus restos mortais por todo o país no ano do Sesquicentenário (1972)<sup>211</sup> (ALMEIDA, 2009). Para isso, as comemorações do Sete de Setembro eram instrumentos de fortalecimento do regime em vigor. Carlos Alberto Nonato Vieira recorda os desfiles realizados em Campo Maior nesse período:

“Bem, na época que eu estudava o ginásio existia os grandes desfile ave-maria, desfile com bateria certo, era assim uma farra, é comissão de frente que era as bandeira, carros-alegóricos, era uma coisa muito bonita que hoje não existe mais. O colégio ia todo, e o que era bonito não era a questão de amor à pátria, era aquela ordem unida, organização, fileira certo, marchando, os pés, a marcação de passo, pés, mão, rapaz eu achava bonito de mais isso aí, eu achava lindo, lindo, lindo, (...). (VIEIRA, 2018).

Observamos no depoimento do entrevistado sua admiração com a organização dos desfiles. Para ele, mais do que o amor à Pátria, expresso pelo próprio desfile, o que chamava a sua atenção era a forma como ele era organizado: os alunos marchando em filas, com passos bem marcados, mãos e pés em sincronia. É perceptível também um descontentamento em

---

<sup>211</sup> Os despojos de D. Pedro I ficaram no Piauí, mais especificamente em Teresina, no mês de julho, no entanto as pesquisas que tratam dos Festejos do Sesquicentário da Independência não detalham a passagem dos restos mortais do imperador no território piauiense (ALMEIDA, 2009; CORDEIRO, 2012; MORAIS, 2015).

relação aos desfiles realizados atualmente, o que mostra que toda a organização dos desfiles realizados nessa época com seus elementos belos – tidos como grandes espetáculos cívicos – ficaram em sua memória como um passado admirável.

O desfile cívico do Sete de Setembro acaba sendo a maior festividade em homenagem ao Dia da Independência. É um momento esperado, não só para os participantes, mas também para cidade de modo geral, que aguarda o espetáculo que é o desfile.

Era ensinada, nas escolas, a importância do Sete de Setembro para a história do Brasil. Os alunos deveriam entender a relevância dessa data para a construção da nação brasileira, exaltando o imperador D. Pedro I – bem como os militares no governo – e propagar civismo, o amor à Pátria. No entanto, isso não devia ser tido como uma obrigação. O patriotismo deveria ser espontâneo e cada brasileiro deveria exercê-lo livremente. Mas, compreendemos que essas festividades eram articuladas pelo regime militar, não somente para exaltar datas cívicas e heróis nacionais, mas também fazer uma propaganda do governo militar. O Sr. Francisco Lima, lembrando o desfile do Sete de Setembro, nos mostra a maneira como ele entende essas festas:

Era um momento esperado, era um momento em que toda a escola se preparava e, porque na época a gente não percebia que havia sempre um sistema que era o sistema do regime militar, que pra nós não chegava... não tinha essa abertura de você saber, mas o que a gente percebe hoje é que eles obedeciam sempre uma recomendação de cima pra baixo, como volto a dizer de novo, e já preparavam muito bem, colocavam a estrutura, cada colégio, tinha aquela disputa entre os colégios, isso aí era bem organizado. Nós tínhamos preparações suficientes pra fazer um bom desfile baseado na disciplina do Exército. (LIMA, 2018).

Vemos que hoje o Sr. Francisco percebe o “sistema” do regime militar que estabelecia os direcionamentos para a realização das festas, mas naquela época isso passava despercebido, como era objetivado pelos militares. As escolas deveriam preparar grandes festividades, que encantassem a população, conforme a “disciplina do Exército”, mas sem passar a imagem de que fosse uma imposição do governo militar. Baseado no pensamento de Pierre Bourdieu podemos entender isso a partir daquilo que ele chama de poder simbólico:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste

modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*<sup>212</sup>, quer dizer ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos (...) mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos (...). (BOURDIEU, 2005, p. 14)

Esse poder simbólico é usado como uma forma transfigurada do poder (BOURDIEU, 2005), por meio do qual o regime militar buscava impor suas ações. Era necessário fazer com que a população, de modo geral – especificamente, os participantes dos desfiles – não se percebessem sob o domínio de um poder, o poder militar. Nesse sentido, ignorando-se a arbitrariedade das festas cívicas, elas funcionam como exemplo do poder simbólico, para legitimação de regimes autoritários, como o regime militar.

### Considerações Finais

As memórias dos entrevistados foram fundamentais para entendermos sua participação nas festas cívicas comemoradas em Campo Maior, com detalhes e curiosidades que não encontraríamos em outras fontes. A partir disso, inferimos que a realização dessas festividades nessa cidade é vista positivamente para aqueles que participaram diretamente, no caso estudantes. Suas lembranças desses momentos nos permitem afirmar que a Ditadura Militar despertou nos campomaiorenses o sentimento de civismo e de patriotismo desejados. Assim, podemos compreender que as festas cívicas realizadas em Campo Maior no período militar foram fundamentais para que o civismo e o patriotismo pretendidos pelos militares aflorassem nos campomaiorenses.

As memórias dos participantes dessas festividades nos fazem entender a forma como elas marcaram sua infância/juventude, bem como observarmos importantes detalhes sobre suas presenças nessas comemorações que não veríamos em outras fontes. A moral, o civismo e o patriotismo desejados pelos militares, como forma de legitimar seu governo, estiveram presentes em Campo Maior.

---

<sup>212</sup> Grifo do autor

## Referências

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O Regime Militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência Brasileira (1972)**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico** (tradução de Fernando Tomaz) – 8º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, paradas e procissões. In: DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 43-84

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A Construção da Memória Cívica: espetáculos de civilidade no Piauí. (1930-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992, p. 200-212.

RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Eduel: Londrina, 2013.

**JOVENS, ATENDEI AO VOSSO DEVER DE PROTEGER A PÁTRIA...  
REPRESENTAÇÕES SOBRE A GUERRA EM REVISTAS ESTUDANTIS (1942-1945)**

YOUNG, ASSIST TO YOUR DUTY OF PROTECTING THE MOTHERLAND...  
REPRESENTATIONS ABOUT THE WAR IN STUDENT MAGAZINES (1942-1945)

JÓVENES, ATENDE A VUESTRO DEBER DE PROTEGER LA PÁRTICA ...  
REPRESENTACIONES SOBRE LA GUERRA EN REVISTAS ESTUDIANTE (1942-1945)

*Wanderson Ramonn Pimentel Dantas (UFPI)<sup>213</sup>*

**Resumo:** A pesquisa propõe abordar da representação da guerra por meio das revistas A voz do estudante e Zodíaco. No primeiro momento, analisamos a tessitura dos discursos. Desse modo, procuramos problematizar os discursos ao enfatizar a relevância da guerra para a construção do nacionalismo e de que formas os secundaristas orientados pelos intelectuais piauienses contribuíram para a mobilização ao ressaltar ideias como as de pátria, família, nação e símbolos marciais. Por outro lado, sintetizamos o problema da mobilização em relação direta o serviço militar, de modo que não refletiu diretamente aumento número de alistamentos. Afinal, eram esses jovens que tanto enfatizaram os valores do Estado Novo durante a Segunda Guerra Mundial.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Mundial. Juventude. Revistas.

**Abstract:** The research intends to approach of the representation of war through the magazines “A voz do Estudante” and “Zodíaco”. In the first moment, we analyzed the organization of the speeches. This way, we tried to problematize the speeches when emphasizing the relevance of the war for the construction of the nationalism and that form the secundaristas guided by the intellectuals piauienses contributed for the mobilization when emphasizing ideas as the one of homeland, family, nation and martial symbols. On the other hand, we synthesized the problem of the mobilization in direct relationship the military service, so that it didn't contemplate directly increase number of enlistments. After all, they were those young ones that so much emphasized the values of the New State during to Second World War.

**keywords:** Second World War. Youth. Magazine

**Resumen:** La investigación propone abordar la representación de la guerra a través de las revistas La voz del estudiante y Zodiaco. En el primer momento, analizamos la tesitura de los discursos. De este modo, intentamos problematizar los discursos al enfatizar la relevancia de la guerra para la construcción del nacionalismo y de qué formas los secundarios orientados por los intelectuales piauienses contribuyeron a la movilización al resaltar ideas como las de patria, familia, nación y símbolos marciales. Por otro lado, sintetizamos el problema de la movilización en relación directa al servicio militar, de modo que no reflejó directamente aumento número de alistamientos. Al final, eran esos jóvenes que tanto enfatizaron los valores del Estado Nuevo durante la Segunda Guerra Mundial.

**Palabras clave:** Segunda Guerra Mundial. La juventud. Revistas.

## INTRODUÇÃO

*A natureza arma a juventude para o conflito com todos  
os seus recursos sob seu comando.*

G. Stanley Hall

---

<sup>213</sup> Discente do curso de licenciatura em história pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Recentemente, exercia pesquisa para o Programa de Iniciação Científica – PIBIC, pesquisando a questão da formação dos Estados Nacionais, Memória e Conflitos Contemporâneos, orientado pelo Prof. Dr. Johny Santana de Araújo. E-mail: wandersonrpd@gmail.com

Em 1942, em meio aos afundamentos das embarcações da Marinha Mercante no litoral brasileiro, Getúlio Vargas declara Guerra ao Eixo. Após dezembro de 1941 a crescente pressão dos EUA decorrente de Pearl Harbor, confluíram numa rede de fatores conduziu o governo brasileiro ao inevitável. Questões sociais, econômicas e militares pesaram para que o fatídico 22 de agosto se concretizasse.

O envolvimento popular e estudantil da UNE – União Nacional dos Estudantes –, no Rio de Janeiro e em São Paulo apresentam-se como para alguns historiadores como fator pesado à medida de abandonar a neutralidade.<sup>214</sup> Gritou-se a plenos pulmões nas ruas pela guerra o grito de guerra bradado nas ruas. O Exército Brasileiro precisou de todos homens em idade militar para empunharem armas em defesa da Pátria. O clima de guerra no atlântico continuava. O território brasileiro, simultaneamente, sofreu com os taciturnos *raids* dos *U-boots* da *Kriegsmarine*. Mediante esse contexto, foi necessário ao Estado Novo utilizar estratégias para poder atingir o ideal de mobilização militar desses jovens.

O universo das revistas estudantis apresentou-se como uma ferramenta importante para mobilização dos jovens para a guerra. No entanto, vale ressaltar que não foi a única. Mas, de modo bem prático, a revista também se põe nesse arcabouço de meios, como distinguiu Clarice Helena Santiago Lira:

Grupos de estudantes promoviam passeatas e manifestações nas avenidas e praças. O coreto da Praça Rio Branco, após a missa dominical na Igreja Nossa Senhora do Amparo, era constantemente usado para tais proclamações e bravatas.<sup>215</sup>

Essa reflexão mostra que a manifestação dos estudantes não ficou reservada somente às revistas. O próprio exemplo do envolvimento da UNE no contexto da guerra confere

---

<sup>214</sup> Muitos autores apresentam essa versão do clamor social pela guerra, como Joaquim Xavier da Silveira, que aponta que foi preponderante. O fato de a turba de pessoas ter direcionando-se com palavras de ordem para o Catete, está entre o consenso de alguns autores como João Falcão e Ricardo Bonalume Neto. Boris Schnaiderman, por outro lado citará: “havia um grande desalento, não havia entusiasmo. Os jornais falavam e usavam aquele palavreado bonito, ‘vamos à luta’ ou ‘lutar pela democracia’, mas como o povo poderia ter algum entusiasmo? Lutar pela democracia saindo de um país dominado por uma ditadura feroz? Então iria-se lutar pela democracia para os outros enquanto que, no país, reinava aquela ditadura? E, mais ainda, o próprio governo de Getúlio, pouco antes de aderir aos aliados, na realidade, estava orientando-se no sentido dos países do Eixo [...] o povo não poderia mesmo ter nenhum entusiasmo, era impossível. Os estudantes indo à rua, o quebra-quebra das lojas de italianos, de alemães, de japoneses, tudo aquilo, era muito superficial”. SCHNAIDERMAN, Boris. *Minha guerra: lembranças de um soldado*. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã; USP; FFLCH, 1995. p. 285; cf. SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. São Paulo: Nova Fronteira, 1989; FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado**. Brasília: UNB, 1999; BONALUME NETO, Ricardo. **A Nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1995.

<sup>215</sup> LIRA, Clarice Helena Santiago. **O Piauí em tempos de guerra: mobilização local e as experiências dos contingentes da FEB**. Dissertação. 159p. Teresina. UFPI, 2008.

demonstrações do fato. No entanto, vale ressaltar que a forma como as revistas procuraram dinamizar tais ideias, tornou-se algo muito mais localizado na instituição de educação do que a uma livre iniciativa. Desse modo, ela não escapou às medidas coercitivas dos dirigentes do Estado Novo. Pelo contrário, ela procurou confluir suas ideias.

#### COMO DEVEMOS CONDUZIR A GUERRA? AS REVISTAS “VOZ DO ESTUDANTE” E “ZODÍACO” NO ESFORÇO DE MOBILIZAÇÃO

A revista *Voz do Estudante*<sup>216</sup> foi editada pelo Grêmio Literário “Da Costa e Silva” e vinculou-se ao Ginásio Leão XIII<sup>217</sup>. A revista foi dirigida por Amado Bucar. Ela, de certo modo, representou o âmago da cultura letrada do ginásio secundarista. O contato desses estudantes com a elite intelectual piauiense caracterizou-se como intrínseco. Desse modo, é bastante comum identificar a participação desses em pequenas crônicas e na publicação de discursos proferidos em dias chave para a memória piauiense ou brasileira. Contudo, havia uma grande quantidade de discursos e de crônicas dos estudantes e muitas delas confluíram com os interesses políticos do regime.

Em setembro de 1942, foi divulgada uma pequena crônica de Valdemar Sandes comemorando o 7 de setembro. O posicionamento político exposto ressalta questões que põe o Estado Novo na regularidade democrática. Basta lembrarmos que a representação da crônica está de acordo com a inclinação do Brasil na guerra, lutando do lado dos Aliados. Desse modo, ele esclarece que “governo de 1937 tem o aval popular”.<sup>218</sup> A partir dessa ideia, ele deixa claro que o brasileiro deve servir no exército para a defesa da pátria, porque estariam lutando do lado certo. Ele afirma a grandiosidade do Exército Brasileiro e sua tarefa hercúlea de salvaguardar a pátria da ameaça nazista ao lado das democracias e URSS<sup>219</sup>.

A representação dos valores de Pátria, Deus e Família constantemente estiveram engendradas no discurso. Tais ideias fazem parte das astúcias estratégicas que o DIP elaborava para pôr a cultura à serviço de reforçar valores do Estado. Corroboramos com Maria Helena Capelato quando, à guisa da representação, afirma que a “[...] cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram”.<sup>220</sup>

<sup>216</sup> A revista encontra-se disponível para leitura no Arquivo Público do Piauí.

<sup>217</sup> Inclusive, a título de curiosidade, o historiador Odilon Nunes foi docente dessa escola secundarista.

<sup>218</sup> SANDES, Valdemar. 7 de setembro. In: **A voz do estudante**, Teresina, 1942, p. 1. Arquivo Público do Piauí.

<sup>219</sup> Interessante ressaltar que o governo getulista não conferia apoio à URSS. No entanto, isso não impedia que não houvessem discursos de apoio aos soviéticos. Ver mais em: FALCÃO, João. Op. cit.

<sup>220</sup> CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge; et al. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 125.

Na leitura da revista, foi possível encontrar algumas palavras do Major José Figueiredo Lôbo, comandante do 25º Batalhão de Caçadores. Na íntegra, ele retrata:

O vosso comandante ao saber que a vossa presença em seu quartel é questão de horas, apressa-se em apelar para vossa consciência no sentido de vos pedir o maior respeito e acatamento ao regimen disciplinar que ides suportar em benefício da missão que vos cabe como soldado, de vos aconselhar a uma elevação de espirito e de pensamento concordes com o momento, congregando o melhor do vosso sentimento em benefício da colectividade que vae acolher-vos com o maior entusiasmo e carinho, de envidar vosso esforço na direção mais proveitosa que a orientação dos vossos chefes imprimir ao cumprimento exato do nosso dever cívico.<sup>221</sup>

O trecho anterior é circunstancial para a compreensão dos secundaristas nesse momento. O que chama atenção é que além de reforçar o dever cívico, ele também deixa claro que o estudante não fuja à sua missão como soldado. O que ele quis dizer com o reforço dessa condição? Queria dizer que eles não respondiam ao “tributo de sangue”? Geralmente, muitos deles utilizavam-se de táticas para fugir do destino estratégico definido pelo major. Ao longo do texto, ele também é enfático porque procurou construir uma imagem da caserna como extensão da família, procurando apelar a sentimentos mais afetivos. A ideia não é despretensiosa, justamente para responder as perguntas que endereçamos anteriormente e, que, procuramos responder com um provável por que de um sentimento antimarcial na esfera secundarista.

Essa construção não é fruto daquele momento, como Jon Savage explicitou. Para o autor, essa ideia vinha sendo semeada anteriormente a Primeira Guerra Mundial quando analisa o contexto da juventude europeia:

Com a aproximação do prazo final para o novo século, os decadentes nacionalistas travaram entre si uma luta para imprimir as suas visões do futuro na juventude europeia. A batalha poderia ter sido tão mortal quanto foi desigual, mas ambos os lados tinham em comum um romantismo que enaltecia a juventude, congelando-a no seu zênite.<sup>222</sup>

Desse modo, os discursos procuraram contribuir com a construção de uma juventude imolável, do sagrado dever do jovem de dar sua vida pela pátria. Essa construção não é algo que surgiu somente durante o período. Pelo contrário, é algo que se adapta às condições oferecidas pelo momento. Erich Maria Remarque no romance *Nada de novo no front*, apropinqua-se à prerrogativa da “juventude de ferro” defendida pelo personagem-professor

<sup>221</sup> LOBO, José Figueiredo. Reservista. In: **A voz do estudante**, Teresina, 1942, p. 3. Arquivo Público do Piauí.

<sup>222</sup> SAVAGE, Jon. **A criação da juventude**: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 39.

Kantorek à personagem Paul Baumer.<sup>223</sup> São dois momentos distintos, mas a ideia parte de uma mesma prerrogativa: os jovens piauienses seriam a nossa “juventude de ferro”, havida pela defesa da pátria em perigo.

Além do mais, podemos explicar o papel das publicações pelo viés político. Noutro momento, Johny Santana de Araújo analisou a Guerra do Paraguai por meio dos periódicos e constata pelo viés político a questão da guerra como momento utilizado para o fortalecimento e engajamento de uma ideia do sentimento nacional.

Nas guerras, a produção de discursos exultantes e magnificantes, a respeito dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada, é uma condição de possibilidade da própria ação das forças envolvidas e justificativa das decisões, sejam elas corretas ou equivocadas. Não é possível separar os agentes e seus atos dos discursos que eles têm de si próprios e dos inimigos.<sup>224</sup>

Desse modo, os discursos são dispostos à apropriação. Sem falar, que eles não se furtavam somente a representar os valores marciais. A confluência nas representações também foi identificada na revista *Voz do Estudante*, encontramos também uma publicação relacionada ao “Bônus de Guerra”<sup>225</sup> cuja propaganda almejava “engrandecer à indústria bélica brasileira”, em vista à necessidade de obter recursos financeiros para formar a Força Expedicionária Brasileira. Afinal, quem contribuiu com o Bônus, este atinado com o esforço de guerra brasileiro, com um objetivo por trás: a fabricação de armas para a guerra.

O Brasil àquela altura não detinha uma indústria bélica e, isso é um fator que torna nossos armamentos estrangeiros antiquados para àquela guerra. Dessa forma, isso gerava uma certa dependência de outros estados fornecedores. A guerra foi um fator complicador dessa questão. A grande maioria dos armamentos utilizados pelo Exército era de origem alemã. A declaração de guerra findava qualquer negócio. O mercado possível para os brasileiros seria os norte-americanos.<sup>226</sup>

Na *Voz do Estudante* comemorou-se o aniversário de guerra do Brasil com o eixo, em 22 de agosto de 1943. Em um trabalho apresentado por Bernardino Soares Viana da 4ª Série, representa o pacifismo dos brasileiros. Além disso, ele também registra uma atenção importante para os valores cristãos da sociedade brasileira.

---

<sup>223</sup> REMARQUE, Erich Maria. **Nada de novo no front**. Trad. Helen Rumjaneck. Porto Alegre: L&PM, 2004. p. 14.

<sup>224</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...** a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai, 1865-1866. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 21.

<sup>225</sup> PIAUÍ. Campanha do Bônus de Guerra. In: **A voz do estudante**, Teresina, 1943, p. 1. Arquivo Público do Piauí.

<sup>226</sup> MCCANN JR, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Trad. Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

Somos amigos da paz, como intransigentes em se tratando dos virtuosos preceitos de nossa honra e de nossa dignidade. E não admitimos, e não aceitamos, mesmo com o sacrifício da própria vida, uma paz que deixe no nosso íntimo uma mágoa de um sofrer, a mancha da covardia. O nosso espírito de entusiasta nos conduz a esse campo e o carinho da incentivadora voz feminina nos eleva e nos queima com a flâmula ardente do patriotismo.<sup>227</sup>

Afinal, quem seria essa voz feminina, senão a voz da Pátria? A representação do patriotismo ressalta tal simbolismo. Afinal, como já referimos antes, esses interlúdios entre os valores da família e pátria, eram bastante comuns, de modo que o assim conseguissem almejar o objetivo de fortalecer e defender os valores da família.

Em outro espaço, o *Zodiaco*<sup>228</sup>, semelhante à anterior publicou e exerceu também função na mobilização. Ela pertencia ao Centro Cultural “Lima Barreto”, ligada ao Ginásio “Demóstenes Avelino”. Houve um diferencial que percebemos nas informações sobre a revista: ela apresentou um militar no corpo docente, o sargento Adelino de Almeida Melo. Sua função não era despreziosa porque o ginásio incluía no corpo didático a instrução pré-militar.

No aniversário do Ginásio, o professor de história Waldir Gonçalves proferiu um discurso cujos vocábulos dispunham de palavras patrióticas, envolvidas de civismo sobre a forma de ensino da instituição. Provavelmente, ele ainda procura animar a mocidade brasileira – piauiense – a agir no momento difícil para atender ao chamado da pátria.<sup>229</sup>

Há algo a enfatizado: como ressaltou-se anteriormente, a elite intelectual principalmente ligada a Academia Piauiense de Letras esteve em contato com os secundaristas, Moura Rêgo foi um deles. No discurso publicado em comemoração à abertura de uma segunda frente na guerra<sup>230</sup>, exortava palavras de elogios às democracias pela iniciativa tomada para a derrota do nazismo. O discurso dele apresentou um aspecto maniqueísta de demonização do nazismo. Na íntegra, ele falou de forma que pôs as democracias ao lado – junto delas, o Brasil – do bem e o nazismo como a representação da maldade.

A luta, meus Senhores, deve ser tremenda! Mas é preciso que assim seja para que maior seja a vitória. É preciso que assim seja, porque, como sabeis, não haverá vitória sem luta, e quanto mais fôr esta, maior será aquela! O certo, indiscutível é que a vitória será nossa, porque a nossa luta é a luta do bem contra o mal, da ordem contra a anarquia, da civilização contra barbárie, de Deus contra o demônio!<sup>231</sup>

<sup>227</sup> VIANA, Bernardino Soares. Trabalho apresentado na sessão do dia 22 de agosto realizada pelo Grêmio Literário “da Costa e Silva” em comemoração à passagem do primeiro aniversário da entrada do Brasil na atual conflagração mundial. In: **A voz do estudante**, Teresina, 1943, p. 7. Arquivo Público do Piauí.

<sup>228</sup> Também se encontra disponível para leitura no Arquivo Público do Piauí.

<sup>229</sup> GONÇALVES, Waldir. Discurso de aniversário do Ginásio Demóstenes Avelino. In: **Zodiaco**, Teresina, 1943, p. 7. Arquivo Público do Piauí.

<sup>230</sup> Segunda frente aberta com a invasão da Itália pela Sicília em 1943. Afinal, a segunda frente aberta seria o destino da Força Expedicionária Brasileira um ano após.

<sup>231</sup> RÉGO, Moura. O começo do fim. In: **Zodiaco**, Teresina, 1944, p. 11. Arquivo Público do Piauí.

Não foi uma luta comum! A dicotomia delineada do bem *versus* mal, ordem *versus* anarquia, civilização *versus* barbárie, Deus *versus* Demônio reforça muito a ideia do americanismo como destaca Mônica Pimenta Velloso.<sup>232</sup> Não bastaria somente vencer, mas mostrar que no Brasil impera as leis e virtudes cristãs, e que toda luta contra a o “mal” era um luta válida nessa “cruzada cristã” contra barbárie.

Afinal, a revista também apresentou valores marciais em algumas publicações. A exaltação de personalidades do Exército Brasileiro foi citada nas publicações de ambas revistas. No entanto, no *Zodiaco*, no artigo intitulado “A Grandeza do Brasil” escrito por Fauzer Bucar, remontou às belezas do Brasil, principalmente às quais ele considerava ser algo perecível de atenção por sua grandeza. Ele iniciou citando as grandezas naturais e, logo após, fechou com a descrição de algumas belezas do Brasil. Dentre os símbolos, ele destacou a bandeira do Brasil. Para ele,

[...] nossa bandeira representa maravilhosamente as nossas riquezas, quais sejam: – o verde, as nossas matas; o amarelo o nosso ouro; o azul o nosso céu; aquela faixa branca, a paz que reina em todo território nacional; e ainda as palavras adotadas por todos bons brasileiros: – “Ordem e Progresso”.<sup>233</sup>

Ainda por cima, ele elencou os símbolos marciais da Guerra do Paraguai.

É de dever de todo brasileiro, amar sempre o Brasil, e defendê-lo principalmente em tempo de guerra, dando por ele o que mais prezamos: – a nossa vida. Assim procedendo, permaneceremos sempre como verdadeiros heróis, dignos de sua Pátria, como Caxias, como Osório, e muitos outros.<sup>234</sup>

Não foi despretensioso citá-los. Eric J. Hobsbawm falou a respeito dos “símbolos” e como seriam entremeados ao visar identifica-los com as pessoas aos quais são dedicados. Afinal, essa foi a grande marca das mídias da primeira metade do século XX.<sup>235</sup> Certamente, eles pretendiam vincular esses símbolos militares aos símbolos nacionais. Desse modo, não seria diferente com a evocação da figura de Caxias, o patrono do Exército e de Osório que representava o verdadeiro soldado.

## JUVENTUDE ÀS ARMAS: EFEITOS DA MOBILIZAÇÃO SOBRE AS FILEIRAS DO EXÉRCITO

<sup>232</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge; *et al.* **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 167

<sup>233</sup> BUCAR, Fauzer. A grandeza do Brasil. In: **Zodiaco**, Teresina, 1944, p. 57. Arquivo Público do Piauí.

<sup>234</sup> Idem.

<sup>235</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1870**: programa, mito e realidade. Trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 170.

Ao remetendo-nos novamente a Jon Savage, pretendemos remeter a um ponto importante na sua discussão sobre a recepção da guerra pela juventude *yankee*. Ele destaca que houve um aumento considerável de jovens apresentando-se para o serviço militar, justamente por causa do súbito ataque que os norte-americanos sofreram, e deu início à sua participação na guerra.

Depois de Pearl Harbor – e a declaração de guerra da Alemanha contra a América no dia 12 de dezembro –, as agências de recrutamento ficaram lotadas. Como uma máquina de cortar madeira, as forças armadas americanas demoraram para adquirir velocidade: aqueles convocados em 1942 só estariam totalmente treinados um ano depois. As tensões da adaptação à vida militar eram consideráveis: no verão de 1942, cerca de 14 mil homens enchiam os centros de recepção e campos de treinamento por dia. Muitos eram recém-saídos da escola secundária, depois que a idade para se alistar baixara para 18 anos.<sup>236</sup>

Convenientemente, esse fato nutre nossa análise para estabelecer um parâmetro ao analisar a realidade brasileira, ou melhor, particularizando à realidade piauiense, cujos cenários marcaram por alguns contrastes. Certamente, mediante a propaganda efetuada pelos periódicos e revistas, somado ao clamor da mocidade e dos intelectuais para sentar praça no exército não se reverteu no aumento de jovens às fileiras do Exército, principalmente quando falo dos secundaristas. O porquê será esclarecido em linhas póstumas.

Houve no Brasil uma ideia anti-marcial por parte dos jovens letrados. O quadro esclarece a afirmação quando nos remetemos à história da Lei do Serviço Militar. Para Celso Castro, a vitória prussiana na guerra de 1870-71 definiu a conscrição definida na obrigação do serviço militar, tornou-se exemplo a ser seguido, como foi ressaltado analisando a consolidação da conscrição na Europa, por Jon Savage. No entanto, a lei do Serviço Militar foi envolvida num grande alvoroço e combate de ideias, porque alguns setores da sociedade não eram a favor da lei. Mediante toda discussão, em 1908 foi efetivado a lei do Sorteio Militar, mas a ela apresentava muitas falhas.

A lei era falha em muitos pontos. Previa, por exemplo, a intimação dos sorteados. Estes eram notificados pelos funcionários dos correios, que deveriam trazer um documento assinado pelo sorteado. Não sendo encontrado o sorteado no endereço, ficava prejudicada a notificação. As juntas julgadoras dos insubmissos geralmente os absolviam, dada a precariedade desse sistema. Segundo o art. 18 do Código Penal, não se podia punir alguém que tivesse praticado um crime sem intenção.<sup>237</sup>

---

<sup>236</sup> SAVAGE, Jon. Op. cit., p.396

<sup>237</sup> CASTRO, Celso. **Exército e nação**: estudos sobre a história do exército brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 79-80

Legitimando o quadro, com a difusão da ideia de que as armas devem ser preenchidas pela juventude, ávida pela aventura e pelo desapego, a lei não obtinha igual vigência a todos. E a grande discussão enfatizava constantemente questionamentos sobre o porquê de os pobres servirem, ao contrário dos mais abastados. Robert Ames Hayes abordou o problema fundamental que maculou a imagem do Exército até um pouco antes da guerra:

Em 1908 foi aprovada uma nova lei do serviço militar; ela apresentava falhas e os convocados para o Exército continuavam sendo das classes menos favorecidas da sociedade. [...] em 1913, os recrutas do Exército eram oriundos principalmente do Nordeste, os retirantes das secas, os que eram inaptos para atividades comuns, os criminosos mandados pela polícia e os trabalhadores urbanos desempregados.<sup>238</sup>

Ou seja, o serviço das armas, era algo que historicamente se destinou aos párias da sociedade. Geralmente, quem desenvolvia carreira de militar como oficiais ou como bacharéis, seriam filhos dos militares. Fez até surgir, durante um tempo a popular referência como “Doutor Tenente”<sup>239</sup>. Alguns pontos dessa formação mudaram porque o Estado Novo após subir ao poder, procurou fortalecer o Exército, sem falar que desde a Missão Militar Francesa, as armas brasileiras já vinham modificando algo na sua formação, mais voltada para o veio militar. No entanto, houve um fosso entre o militar e o civil. A imagem, de certa forma passava pela descriminalização, mas era algo que refletia muito fortemente na sociedade piauiense. Algo mais preponderante na Lei do Serviço Militar mudou justamente com o regime, porque exigia que o civil apto para o serviço se apresentasse. Caso fosse declarado inapto, receberia o certificado de reservista. Ele era agora um importante componente na vida civil, mudança pensada pelo General Góis Monteiro.<sup>240</sup>

No entanto, resta a pergunta: mediante aos discursos que apresentamos, porque que as representações sobre o Exército ressaltam uma imagem positiva? Do ponto de vista estratégico, o objetivo pretendeu combater essa má representação. A propósito, houve um problema estrutural embaraçoso, porque os discursos abordaram algo que pouco aconteceu no âmbito da sociedade piauiense. Geralmente, os secundaristas quando chegaram à idade do serviço militar, preferiram ingressar em unidades como o Tiro de Guerra e a Escola de Instrução Militar, como alternativa que driblava o serviço militar e para receber a reservista de 2ª categoria. Vale ressaltar que o Tiro de Guerra representou a ideia de formação de reservas para o Exército,

---

<sup>238</sup> HAYES, Robert Ames. **Nação Armada**: a mística militar brasileira. Trad. de Delcy G. Doubrava. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991. p. 102.

<sup>239</sup> MCCANN JR., Frank D. **Soldados da pátria**: a história do Exército brasileiro, 1889-1937. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>240</sup> CASTRO, Celso. Op. cit., p. 81; MCCANN JR., Frank D. op. cit. p. 551-552.

certamente não se constituíram como opção de serviço. Consequentemente, pouquíssimos deles ingressaram ao Exército nessas condições, salvo o ano de 1943, quando o Tiro de Guerra n. 79, da cidade de Teresina converteu-se a 3ª Cia. do 25º Batalhão de Caçadores.<sup>241</sup>

Eventualmente, os que vestiram à farda eram pobres, e homens oriundos do interior do Piauí e do Maranhão, para Clarice Helena Santiago Lira

uma das possíveis razões para entender-se o interesse de esses homens quererem ingressar nos contingentes do Exército naquele momento de guerra podia ser encontrada na produção propagandista feita pelo Estado, tanto em nível federal quanto estadual, com forte apelo patriótico. Outro possível motivo, que também deve ser levado em consideração, pode estar relacionado às próprias deficiências socioeconômicas pelas quais passava o País; razão pela qual '[...] alguns dos recrutados viam na instituição militar a garantia de um emprego, refeição, abrigo, que não teriam certeza de obter em outro lugar [...]'.<sup>242</sup>

A vida de praça do 25º BC, por mais que fosse veiculada como extensão da família, indubitavelmente não se configurou como primeira opção dos estudantes secundaristas. O contato com a elite intelectual piauiense, o contato das ideias fomentava efeitos que se refletiam diretamente na formação de uma elite intelectual ascendente. Vale lembrar que não foram muitos jovens que estudavam nesses ginásios. Em suma, seria os filhos da elite de Teresina que seriam destinados logo após ao estudo nas faculdades de Direito e Medicina. Afinal, se almejassem seguir carreira militar, não seriam como praças, e sim como oficiais, já que a reputação e o gozo financeiro compatibilizariam com a preparação intelectual deles. No entanto, os efeitos do discurso não tiveram grandes efeitos em pôr a mocidade avante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto anteriormente, as revistas procuraram construir a representação com o intuito de repercutir os anseios do Estado Novo por mobilizar e preencher as fileiras das armas brasileiras. Dessa forma, os estudantes secundaristas por meio das revistas obtiveram uma participação ativa na divulgação de ideias de patriotismo, da família e valores cristãos, porque o tempo de guerra exigiu a mobilização e unificação dos brasileiros para enfrentar o inimigo externo.

---

<sup>241</sup> Vale ressaltar que esse quadro aparece no Diário Oficial e no Gazeta. Esses dois jornais estiveram presentes no quadro de fortalecimento das notícias relacionadas à guerra. Quando havia inscrições nas instituições, os dois periódicos eram os responsáveis por informar notificar os selecionados para o serviço.

<sup>242</sup> LIRA, Clarice Helena Santiago. Op. Cit., p. 96.

Reparamos que os estudantes assim como os intelectuais piauienses tiveram os seus discursos divulgados e com apoio do DIP foram disponibilizados para a juventude, visando fortalecer os valores marciais na juventude. Houve tentativas de desvincular-se da imagem atribuída ao Exército Brasileiro como lugar de párias da sociedade.

No entanto, os discursos construídos não conseguiram reverter em ampla mobilização para as fileiras do Exército, principalmente quando esses jovens preferiam outras formas de obter o certificado de reservista a servir no 25º BC. Afinal, durante o período de guerra, o discurso intensificava-se, mas na contramão do efeito que deveria obter, a mocidade de origem humilde eram os principais visados para ingressar no serviço militar. Ao contrário dos que emanavam discursos de encorajamento, que preferiram seguir a carreira acadêmica às armas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...** a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai, 1865-1866. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

BONALUME NETO, Ricardo. **A Nossa Segunda Guerra**: os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1995.

CASTRO, Celso. **Exército e nação**: estudos sobre a história do exército brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial**: um balanço histórico. São Paulo: Xamã; USP; FFLCH, 1995.

FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília: UNB, 1999.

FERREIRA, Jorge; *et al.* **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HAYES, Robert Ames. **Nação Armada**: a mística militar brasileira. Trad. de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1870**: programa, mito e realidade. Trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIRA, Clarice Helena Santiago. **O Piauí em tempos de guerra**: mobilização local e as experiências dos contingentes da FEB. Dissertação. 159p. Teresina. UFPI, 2008.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 167 - 178. ISSN:

MCCANN JR, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos**, 1937-1945. Trad. Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

\_\_\_\_\_. **Soldados da pátria**: a história do Exército brasileiro, 1889-1937. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REMARQUE, Erich Maria. **Nada de novo no front**. Trad. Helen Rumjaneck. Porto Alegre: L&PM, 2004.

PIAUI. **Revista a voz do estudante**, Teresina, 1942. Arquivo Público do Piauí.

\_\_\_\_\_. **Zodiaco**, Teresina, 1944. Arquivo Público do Piauí.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude**: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. São Paulo: Nova Fronteira, 1989.

## A ATUAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO CUIDADO AO DOENTE VENÉREO EM TERESINA DURANTE O ESTADO NOVO

THE PUBLIC HEALTH POLICY ACTION IN THE CARE OF THE VENEREAL PATIENT IN TERESINA DURING THE NEW STATE

LA ACTUACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALUD EN EL CUIDADO AL PACIENTE VENECIA EN TERESINA DURANTE EL ESTADO NUEVO

*Ana Karoline de Freitas Nery (UESPI/FAMEP)<sup>243</sup>*

**Resumo:** Foi a partir do final do século XIX, que as doenças venéreas passaram a se constituir como preocupação dos médicos, mas foi nas primeiras décadas do século XX, sobretudo durante o governo de Getúlio Vargas, que o enfrentamento dessas enfermidades ganhou estatuto de política pública, inclusive em estados como o Piauí. A atenção à saúde da população adquiriu relevância no contexto de criação de um novo país no período entre 1937 e 1945, pois era preciso que o Estado investisse na criação de trabalhadores saudáveis e fortes, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país. O trabalho tem como objetivos, analisar as políticas públicas de saúde no combate às doenças venéreas em Teresina no período do Estado Novo, evidenciar porque as doenças venéreas foram significadas, naquele período, como grave problema nacional e um empecilho à construção de uma nação moderna, e entender como se deu o interesse de realização de algumas práticas, com o objetivo de combater as doenças venéreas, a partir da parceria entre médicos e poderes públicos locais. Utiliza-se como referenciais teóricos Certeau (1994) e Foucault (1978; 2008). As fontes utilizadas são jornais, como O Diário oficial, Códices de Saúde e Relatórios do Governo. A pesquisa empenha-se em mostrar as práticas de cuidado com o corpo marcado pelas doenças venéreas e seu histórico em Teresina, além dos procedimentos de tratamento e prevenção das mesmas, revelando que durante os anos 30 e 40 foram intensificados os investimentos em saúde no Brasil, mas que no entanto eram limitados em relação a capital do PI.

**Palavras-Chave:** História. Saúde. Doenças Venéreas.

**Abstract:** It was at the end of the nineteenth century that venereal diseases became a concern of physicians, but it was in the first decades of the twentieth century, especially during Getúlio Vargas's government, that the confrontation of these diseases gained public policy status, including in states such as Piauí. Attention to the health of the population acquired relevance in the context of the creation of a new country in the period between 1937 and 1945, since it was necessary that the State invested in the creation of healthy and strong workers capable of contributing to the development of the country. The objective of this study is to analyze public health policies in the fight against venereal diseases in Teresina during the period of the Estado Novo, to show why venereal diseases were signified in that period as a serious national problem and a hindrance to the construction of a modern nation, and understand how the interest of some practices was made, with the objective of combating venereal diseases, based on the partnership between doctors and local public authorities. The theoretical references Certeau (1994) and Foucault (1978, 2008) are used as theoretical references. The sources used are newspapers, such as The Official Diary, Health Codices and Government Reports. The research endeavors to show the practices of care with the body marked by venereal diseases and its history in Teresina, in addition to the treatment and prevention procedures, revealing that during the 30s and 40s the investments in health in Brazil were intensified, but which were nevertheless limited in relation to the capital of the IP.

**Keywords:** História. Saúde. Venous Body.

**Resumen:** Fue a partir de finales del siglo XIX, que las enfermedades venéreas pasaron a constituirse como preocupación de los médicos, pero fue en las primeras décadas del siglo XX, sobre todo durante el gobierno de Getúlio Vargas, que el enfrentamiento de esas enfermedades ganó estatuto de política pública, incluso en estados como el Piauí. La atención a la salud de la población adquirió relevancia en el contexto de la creación de un nuevo país en el período entre 1937 y 1945, pues era necesario que el Estado invirtiera en la creación de trabajadores sanos y fuertes, capaces de contribuir al desarrollo del país. El trabajo tiene como objetivos, analizar las políticas públicas de salud en el combate a las enfermedades venéreas en Teresina en el período del Estado Nuevo, evidenciar por qué las enfermedades venéreas fueron significadas, en aquel período, como grave problema nacional y un obstáculo a la construcción de una nación moderna, y entender cómo se dio el interés de realizar

<sup>243</sup> Professora do Curso de Licenciatura Plena em História UESPI- NEAD /FAMEP.

algumas práticas, com o objetivo de combater as enfermidades venéreas, a partir de la asociación entre médicos y poderes públicos locales. Se utiliza como referenciales teóricos Certeau (1994) y Foucault (1978; 2008). Las fuentes utilizadas son periódicos, como El Diario oficial, Códices de Salud e Informes del Gobierno. La investigación se empeña en mostrar las prácticas de cuidado con el cuerpo marcado por las enfermedades venéreas y su histórico en Teresina, además de los procedimientos de tratamiento y prevención de las mismas, revelando que durante los años 30 y 40 se intensificaron las inversiones en salud en Brasil pero que, sin embargo, eran limitados en relación con la capital del PI.

**Palabras Clave:** Historia. Salud. Enfermedades Venéreas.

### **As primeiras instituições de tratamento dos doentes venéreos em Teresina**

Entre as várias doenças que assolaram a população piauiense no início do século do XX, as doenças venéreas assumiram posição de destaque, pois não haviam políticas voltadas para o seu tratamento antes desse período. Os atendimentos eram realizados na Santa Casa de Misericórdia e possuíam um caráter de pouca eficiência. Já na década de 1920, o Estado começou a esboçar uma estrutura que viria a se destacar nos anos de 1930 com a realização de conferências, registros de infectados, distribuição gratuita de medicamentos, além da criação de hospitais e centros de saúde que fizeram uma mudança no cenário do tratamento de doentes venéreos em Teresina. Foi então que medidas passaram a ser tomadas para o enfrentamento dessas enfermidades, sendo que no Piauí, só se efetivaram a partir das décadas de 1930 e 1940 com a criação de políticas públicas.

No início do século XX, as condições de saúde da população de Teresina ainda eram bastante suscetíveis. Em uma publicação do jornal *O Norte*, em 1909, o destaque era para o medo de doenças epidêmicas e para as condições, consideradas precárias, de higiene da população. A publicação convocava os indivíduos para iniciativas em prol da melhoria da saúde populacional a partir de hábitos de higiene:

[...] a cidade afigura-se de algum modo infeccionada e não parece a capital de um Estado que só almeja e sonha melhores dias de bonança e ventura, invejável adiantamento e uma imponente cultura; a culminância e o paralelo das cidades cultas.[...] Um povo sem higiene é um povo sem alma, diabético, clorótico. A higiene é, portanto, a força, a inteligência, o progresso, a ventura das raças<sup>244</sup>.

Percebe-se que a cidade de Teresina, apesar de ser a capital de um estado, não estava bem organizada. E isso se dava por seu povo sem higiene, sem hábitos, sem alma, portador de doenças. Considerava-se que a higiene poderia reverter esse quadro, pois com ela se adquiria força, inteligência, progresso e organização do povo. Para os médicos, uma das causas da recorrência de doenças em Teresina era a falta de hábitos de higiene. Havia iniciativas

<sup>244</sup>A HIGIENE DE TERESINA. *O Norte*. Teresina, ano 11, n. 417, 30 jun.1909, p. 1.

inexpressivas do governo, que justificava suas claras intenções em higienizar a cidade articulando o saber médico.

Na primeira década do século XX, as intervenções propostas para a cidade vão ganhando mais visibilidade e revelam que as condições sanitárias da capital eram muito precárias e propícias para a proliferação de doenças epidêmicas. A população de Teresina ainda estava vulnerável a uma série de epidemias que chegou a vitimar muitas pessoas, principalmente, as classes mais pobres, atingidas pelas condições sanitárias ruins e falta de higiene.

Assim como em qualquer outra enfermidade, quando as doenças venéreas atingiam um determinado indivíduo, debilitava-o e fazia com que ele deixasse de fazer suas funções normais do dia-a-dia. Por serem repassadas a partir de práticas sexuais, tinham um caráter de imoralidade muito grande na capital do Piauí, visto que Teresina ainda era uma cidade pacata, com uma pequena quantidade de moradores, em relação às outras capitais, e com uma sociedade de comportamento marcado por preconceitos. Dentre os espaços de entretenimento, não se pode excluir os territórios de prostituição, que eram consideradas zonas boêmias, onde a população masculina, jovem e adulta, buscava prazeres noturnos através da prática de relações ilícitas.

Segundo Sá Filho<sup>245</sup>, em Teresina, o forte combate às doenças venéreas se fazia já nos primeiros anos do século XX. Nesse período as prostitutas eram vistas como as que mais repassavam esse tipo de enfermidade para o restante da população. E o Estado não possuía ainda estrutura para o investimento em políticas de saúde. As medidas tomadas baseavam-se na repressão pela força policial para retirar das ruas, as prostitutas, os loucos, os mendigos ou qualquer indivíduo que representasse perigo à sociedade.

A partir da segunda década do século XX, a cidade de Teresina passou a exercer um maior controle sobre as doenças venéreas através de uma estrutura de serviços que trabalhava para a cura e prevenção através da profilaxia, saneamento, laboratórios e programas de educação. Com o passar do tempo, os tratamentos foram modificados. De acordo com Melo Filho<sup>246</sup>, “Anteriormente a 1920, os relatórios da Santa Casa de Misericórdia constavam no ano de 1902, 50% de intervenções cirúrgicas em venéreos e, em 1918, somente 23% das cirurgias”. Esses procedimentos consistiam, por exemplo, em amputações de órgãos sexuais, cauterizações, extração de cancro sifilítico e tumores venéreos.

---

<sup>245</sup>SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. Teresina: 2006.

<sup>246</sup>MELO FILHO, Antônio. *Saúde Pública no Piauí (1889-1930): entre o enfoque nacional e experiencial local*. Teresina, 2000, p. 68. (Dissertação). Mestrado em História.

Com a criação do Posto Sanitário, o combate passou a ocorrer por meio de conferências, registros dos doentes e distribuição de medicamentos. Esse serviço foi intensificado com a instalação do Dispensário de Doenças Venéreas e do Posto de Saúde Clementino Fraga, fundado em 1926. Em 1928, o Posto Sanitário de Teresina fixou 100 cartazes educativos sobre higienização pessoal e foram distribuídos 1.000 folhetos sobre como combater as doenças venéreas. Observa-se que a advertência e a precaução foram integradas em Teresina, assim como ocorreu nas outras partes do país, visando, dessa forma, uma assimilação da população aos cuidados consigo mesma.

Partindo da análise do relatório<sup>247</sup>a partir de 1930, a Diretoria de Saúde Pública e os serviços de saúde pública do estado do Piauí estavam compreendidos em Assistência Médica e Saúde Pública, com quatro inspetorias: Inspetoria de Demografia, Educação e Polícia Sanitária, Inspetoria de Saneamento Rural, Inspetorias de Doenças Venéreas e Lepra e Inspetoria de Higiene Escolar. Nos municípios onde existiam médicos, havia delegacias de saúde que eram responsáveis por coordenar e fiscalizar a execução dos serviços de saúde dos departamentos estaduais e pelo atendimento da população do interior. No mesmo ano, foram divididos os serviços em várias secções: a de saneamento rural, denominada Secção João Virgílio; do tracoma, chamada Ribeiro Gonçalves; e das moléstias venéreas e lepra, denominada Arêa Leão.

O governo estadual de Leônidas Mello, com o seu investimento em Políticas Públicas de Saúde, passou a sistematizar de forma mais efetiva não somente o tratamento, mas a prevenção das doenças. Foi justamente quando Teresina ganhou uma melhor estrutura de combate às doenças venéreas. De acordo com a DSP-PI, no ano de 1931, todos os inspetores escreveram em impressos sobre os assuntos de suas atribuições que eram distribuídos aos frequentadores dos postos, dispensários e nas visitas domiciliares. Possuíam assim impressos sobre cancro-mole, sífilis e gonorreia. Conforme o documento assinado pelo Dr. Jarbas de Sousa Martins, inspetor sanitário, tudo leva a crer que já havia por parte das autoridades o conhecimento da gravidade do problema, constituindo-se uma preocupação maior que exigia cuidados especiais a ponto de as doenças venéreas constituírem-se num grupo destacado.

Segundo a Diretoria de Saúde Pública do Piauí, o combate às doenças venéreas ocorreu sob a coordenação da Inspetoria de Moléstias Venéreas e Lepra. Existia o Dispensário Arêa Leão, situado na Santa Casa de Misericórdia, local que oferecia tratamento às pessoas em geral, sendo mantida principalmente por iniciativa filantrópica. Mostrando-se, dessa forma, a importância do dispensário ser na Santa Casa, já que as pessoas eram internadas nesse local e

---

<sup>247</sup>DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA, Piauí. *Movimento do Dispensário Arêa Leão*. Teresina-PI. (1938). Arquivo Público; Códice 1424, p 15.

recebiam gratuitamente a medicação.

De acordo com Marinho<sup>248</sup>“o ambulatório do Dispensário Arêa Leão funcionava na capital, o que dificultava o acesso aos serviços prestados, mesmo assim, vinham pessoas de todo o Piauí, e até do Maranhão e do Ceará, buscar atendimentos. Era atendida a clientela adulta e infantil com as doenças específicas, comumente a sífilis, endêmica no Piauí, os números de atendimentos infantis eram menores, pois nas moléstias venéreas, o contágio inicial era intrauterino, mas não havia serviço pré-natal para as gestantes”. Por funcionar na capital, o dispensário atuava de maneira propícia para outros estados próximos, percebe-se dessa forma a importância do local para os cuidados com os doentes venéreos não só do estado, mas das regiões próximas.

No ano de 1930, foram apresentados relatórios do Dispensário Arêa Leão com informações referentes à pacientes infectados por doenças venéreas, dentre elas: consultas, curativos, amputações, cirurgias e outras práticas médicas. Foram 12.128 consultas aos doentes venéreos. Diante dessas informações, pode-se entender que a cidade de Teresina, naquele momento, vivia uma grave infestação desse tipo de enfermidade. Ali encontravam-se matriculados pacientes infectados com sífilis, gonorreia e cancro venéreo simples, os quais exigiam cuidados maiores, conforme os dados a seguir:

**Quadro 01 - Doentes venéreos no ano de 1930 em Teresina**

Doentes matriculados	1.502
Sífilis- Homens	586
Sífilis- Mulheres	686
Sífilis- Crianças	01
Gonorreia- Homens	156
Gonorreia – Mulheres	60
Cancro mole – Homens	11
Cancro mole- Mulheres	02

Fonte: Secretaria de Saúde – Relatório da Santa Casa de Misericórdia, 1930.

Pela análise do Quadro 01, percebe-se que a sífilis era a doença sexualmente transmissível que mais infectava a população. De acordo com o relatório, o número de mulheres infectadas é superior ao de homens. Uma das explicações para esse fato seria a anatomia do

<sup>248</sup>MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter sadia a criança sã*”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Tese de Doutorado. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017, p. 160.

órgão genital feminino que dificultava à mulher perceber os primeiros sintomas, e só entendiam que estavam doentes e precisavam de tratamento quando o estado estava muito grave. Por esta razão, muitas mulheres passavam mais tempo que os homens para perceber que estavam infectadas. Porém, mesmo com a dificuldade de percepção do alastramento da doença, as mulheres tinham maior hábito de buscar ajuda médica do que os homens.

Verifica-se também que a gonorreia era a segunda doença que mais infectava a população, o número de pacientes do sexo masculino excedia ao do sexo feminino. Os sintomas para os homens eram rapidamente percebidos: dor ao urinar, gotas de pus no pênis, dificuldade em urinar e, às vezes, febre. No homem, o período de incubação varia de 2 a 5 dias ou mesmo 3 semanas após o contato sexual com a pessoa infectada, já na mulher, poderiam passar anos antes que aparecesse algum sinal, no entanto, durante esse período, era uma transmissora da doença.<sup>249</sup> O relatório ainda afirma que alguns pacientes eram, simultaneamente, portadores e transmissores dos dois tipos de infecção, o que complicava ainda mais seu tratamento. Já poucas pessoas se apresentavam infectadas pelo cancro-mole, o que permite afirmar que a manifestação maior era de sífilis, seguida de gonorreia. Já no ano de 1931 (9 de julho á 31 de dezembro), o dispensário tratou 1.169 pessoas, conforme os seguintes dados:

**Quadro 02 - Movimento do Dispensário Arêa Leão em 1931**

<b>Tipo de atendimento</b>	<b>Número de atendimento</b>
Pessoas com sífilis	945
Pessoas com gonorréia	219
Pessoas com cancros venéreos	5
Aplicação de injeções de mercúrio	5.796
Aplicação de injeções de neosavarzan (914)	286
Injeções diversas	930

Fonte: Diretoria de Saúde Pública. Relatórios Diversos. Teresina-PI, (1931). Arquivo Público; Códice 1424.

Na coleta das informações não foi realizada a distinção de sexo e idade. As informações mostram que uma enfermeira e um enfermeiro auxiliavam no tratamento dos doentes, fazendo as aplicações de injeções e curativos. Nota-se que em 1931 já se iniciavam os serviços de tratamento de venéreos com a introdução de medicamentos e assistência hospitalar. A população procurava o tratamento, sendo que o número de enfermos não era pequeno. Dessa

<sup>249</sup>WERNER, David. *Onde não há Médico*. São Paulo. Câmara Brasileira do Livro. 1984. p. 236.

forma, percebe-se que os serviços do dispensário possuíam eficiência e, pelo número de aplicações de injeções de mercúrio e Neo-salvarsan, medicamentos de maior eficiência no período, vê-se que os serviços prestavam uma melhor assistência aos convalescentes.

Em relatório do ano de 1932 acerca do movimento no Dispensário Arêa Leão, é possível perceber no Quadro 03 o controle exercido pelo Estado em relação aos doentes. O levantamento do quadro dos doentes tornou-se mais específico, indício de maior desenvolvimento dos serviços e diagnóstico para medidas mais eficazes:

**Quadro 03 - Movimento do Dispensário Arêa Leão no ano de 1932**

<b>Tipo de atendimento</b>	<b>Número de atendimento</b>
Homens com sífilis	586
Mulheres com sífilis	686
Crianças com sífilis	1
Homens com gonorréia	156
Mulheres com gonorréia	60
Homens com cancro simples	11
Mulheres com cancro simples	2
<b>Total de pessoas consultadas</b>	<b>1502</b>
Injeções de 914	371
Injeções de mercúrio	7328
Outras injeções	2927
<b>Injeções aplicadas</b>	<b>10.626</b>
Curativos	1797
Lavagens	509
Cancro mole	2100

Fonte: Diretoria de Saúde Pública. Relatórios Diversos. Teresina-PI, (1932). Arquivo Público; Códice 1424.

De acordo com o relatório da Diretoria de Saúde Pública do ano de 1932, foram registradas as matrículas de doentes com distinção de sexo e faixa etária, além de dados estatísticos, como a média de doentes atendidos por ano e as medicações aplicadas nos tratamentos. No Quadro 03, observa-se que o índice de sífilis nos pacientes adultos era elevado, prevalecendo o número de mulheres infectadas, podendo subentender-se que a procura pelo

tratamento era feita tanto por mulheres casadas quanto por prostitutas. No caso da gonorreia, o número de homens era maior.

Verifica-se a presença do Neo-salvarsan 914 nos tratamentos de venéreos nos Postos do Piauí, mesmo que as injeções aplicadas com essa substância se apresentem nos documentos em menor número que as injeções mercuriais. É possível perceber que os tratamentos contra as doenças venéreas, no Estado, acompanhavam as inovações da ciência médica e os avanços dos medicamentos que vigorava no Brasil e no mundo.

Dessa forma, ao analisar-se os relatórios da Diretoria de Saúde Pública do Piauí referentes aos anos de 1931 e 1932, percebe-se uma maior atuação sobre os doentes venéreos. Em relação à documentação e registro dos pacientes atendidos, nota-se um avanço numérico de um ano para o outro, mesmo que a assistência médica ficasse muito limitada à capital do Piauí. Pode-se notar que o estado passou a exercer um maior controle sobre as doenças, ou pelo menos tentou estruturar-se para isso.

### **O cuidado especializado dos doentes venéreo em Teresina, durante o governo do Estado Novo (1937-1945)**

Em Teresina, foi durante o período do Estado Novo que a saúde foi melhor estruturada e, com isso, o combate às doenças venéreas também passou por melhorias, entretanto o número de doentes continuava alto. Em 1938, o movimento do Dispensário Arêa Leão de Doenças Venéreas registrou os seguintes atendimentos, apresentados a seguir:

**Quadro 04 - Movimento do Dispensário Arêa Leão no ano de 1938**

<b>Tipo de atendimento</b>	<b>Número de atendimento</b>
Homens com sífilis	366
Mulheres com sífilis	481
Crianças com sífilis	33
Homens com gonorréia	61
Mulheres com gonorréia	65
Injeções de neosalvarsan	510
Injeções de mercúrio	1. 626
Injeções de tártaro	281

emético	
Intervenções cirúrgicas	57
Total de pessoas consultadas	1006

Fonte: Diretoria de Saúde Pública. Relatórios Diversos. Teresina-PI, (1938). Arquivo Público; Códice 1424.

A partir da comparação dos números de atendimentos dos dispensários já abordados, pode-se observar que houve uma diminuição do número de pessoas com doenças venéreas no ano de 1938 em relação aos anos anteriores. A presença da distinção de sexo continua, e o número de mulheres com sífilis e gonorreia é maior do que o de homens. As aplicações de injeções de mercúrio também diminuiram, mas a presença de outras injeções mostra o avanço no uso de novos medicamentos para o tratamento. Percebe-se também a presença de intervenção cirúrgica, sinal da modernização nos serviços sanitários.

Verifica-se também a presença de 33 crianças com sífilis, um aumento grande em relação ao ano de 1932, como foi mostrado antes. Esse aumento certamente deve-se às campanhas que o governo fazia em relação à saúde das crianças, pois durante o governo de Vargas e, principalmente, no Estado Novo, as crianças eram vistas como a perpetuação da pátria, e um país promissor era aquele que possuía bons cidadãos, sadios e operantes. Isso devia iniciar pelas crianças que eram o futuro, daí a sua distinção entre os adultos.

Em 1938, o Departamento Estadual de Saúde passou a atuar com maior intensidade com a extinção da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, que durante sua existência exerceu atividades no campo da educação sanitária na capital e nas cidades do interior. Além das iniciativas do governo, podem-se destacar os serviços da Liga de Combate à Sífilis, ligada à Santa Casa de Misericórdia, e também do Centro de Higiene Social, ambos formados por estudantes de medicina e dirigidos por sifilógrafos. No entanto, as documentações não trazem mais informações sobre esses locais. No ano de 1940 o movimento do Dispensário Arêa Leão estava organizado da maneira a seguir:

**Quadro 05- Movimento do Dispensário Arêa Leão no ano de 1940**

Tipo de atendimento	Número de atendimento
Homens com sífilis	329
Mulheres com sífilis	552

Crianças com sífilis	28
Homens com gonorréia	37
Mulheres com gonorréia	33
Injeções de Neosavarzan	355
Injeções de sais de Bismudo	7.215
Injeções de mercúrio	6.593
Outras Injeções	2.209
Intervenções cirúrgicas	37
<b>Número de consultas e avaliação do comparecimento</b>	
Número de consultas a venéreas	19.281
Faltaram ao tratamento de Gonorreia	17
Deixaram de comparecer ao tratamento de sífilis	50
Abandonaram o tratamento	37
Deixaram o tratamento em pausa	29
Voltaram ao tratamento de sífilis	24
Voltaram ao tratamento de Gonorreia	12

Fonte: ESTADO DO PIAUÍ. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República, pelo Sr. Dr. Leônidas de Castro Melo, interventor do Estado. Teresina: Imprensa oficial, 1943.

A diferença entre esse ano e os outros pode ser notada nas informações relacionadas ao término e desistência do tratamento, provavelmente em razão das propagandas de educação sanitária realizadas pelos médicos e visitadoras, fazendo com que ocorresse maior prevenção. Nota-se que os serviços no dispensário melhoraram com o passar dos anos, pois os tratamentos estavam se adequando cada vez mais com a presença de bons medicamentos. Um exemplo disso foi o uso das Injeções de Bismuto, que revela um avanço em relação aos anos anteriores, já que só eram utilizadas as injeções de mercúrio e neo-sarvazan.

O Quadro 05 também traz a relação dos pacientes que faltaram ao tratamento. As pessoas se utilizavam de táticas que, de acordo com Certeau ocorrem quando os consumidores traçam trajetórias indeterminadas e não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-

fabricado onde se movimentam<sup>250</sup>. As pessoas passavam a burlar o tratamento a partir do momento que se sentiam bem, faziam pausas, ou muitas vezes não o completavam e acabavam abandonando-o. Dessa forma percebe-se o que passavam a se utilizar de procedimentos ordinários e agir em contrapartida aos mecanismos de disciplina que orientavam o tratamento por completo. Os procedimentos ordinários eram as desistências que ocorriam, já que homens e mulheres burlavam a normatização em suas ações cotidianas através de seus artifícios de criar e inventar formas de resistir à intervenção médica expressa nas políticas públicas de saúde.

É notório que, durante o Estado Novo, as doenças venéreas continuaram a preocupar os médicos e o governo, assim como na década de 1920, quando se iniciaram os serviços de saúde do governo no Piauí. Os seus números ainda continuavam alarmantes mesmo com a modernização dos serviços sanitários do estado e do controle que este exercia. Além disso, a doença atacava não só homens e mulheres, mas também crianças, que provavelmente contraíam a doença de seus pais.

Segundo publicação no Diário Oficial do Piauí (1938) foi destacada a importância do exame de sangue para o diagnóstico como forma de combater a sífilis congênita. Na opinião do médico piauiense Oscar Clark, da 2ª Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, era impossível fazer o diagnóstico correto da sífilis sem o exame de sangue, o exame era o meio mais prático, mais constante e fiel para o diagnóstico da sífilis. A orientação dada ao indivíduo com suspeita da doença era de que se dirigisse ao médico, que realizaria os procedimentos adequados.

Ainda na mesma publicação, foi focado que a principal medida contra as doenças venéreas seria a realização do exame pré-nupcial, do exame em gestantes, para que houvesse tempo para o tratamento e fossem evitados abortos, natimortos e aleijões, e principalmente, além do exame nos recém-nascidos. Para notar-se a gravidade, no ano de 1932, foi constatada que morreu, em Teresina, uma média de 80 crianças a cada 1.000 nascimentos, sendo que a sífilis estava entre a causa desses dados tão alarmantes. A situação não poderia se repetir, sendo urgente a realização de medidas mais eficazes, pois a higiene da infância tinha considerável relevância na opinião do setor médico e do Estado: “[...] garantia da sobrevivência das raças [...] se temos à nossa disposição os meios de diagnosticar, com segurança e de tratar, com proveito, a Syphilis, cabe a cada um constituir-se soldado vigilante e valente no combate ao mal

---

<sup>250</sup> CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 113 [Tradução: Ephraim Ferreira Alves].

mais degradante de um povo por isso mesmo que mais evitável”<sup>251</sup>.

Percebe-se pelo discurso do Dr. F. Machado Lopes que a prevenção que já fazia parte do sistema adotado pelos médicos através da solicitação de exames em consultas, aparece agora como um alerta à população sobre as medidas que deveriam tomar em relação ao combate a sífilis, e que a garantia da sobrevivência das raças estaria no tratamento das crianças através do exame de sangue. Ele afirma ainda que a prevenção com o exame feito antes ou depois da gravidez, permitiria à criança uma infância feliz e livre de todos os perigos de uma sífilis herdada.

Até agora foi apresentado que até o início da década de 1930, o atendimento médico-hospitalar era realizado pela Santa Casa de Misericórdia de Teresina. Embora funcionasse em condições precárias de atendimento, cumpriu uma função importantíssima, graças à boa vontade de médicos, irmãs de caridade e enfermeiros, até 1938 e 1941, quando, simultaneamente, foi criado o Centro de saúde de Teresina e inaugurado o Hospital Getúlio Vargas. Diante de tal quadro, as autoridades sabiam que o problema da saúde pública, especialmente o relacionado à vida sexual, era obra desafiadora que requeria esforços múltiplos e concentrados não somente no âmbito de práticas curativas, mas, sobretudo, na conscientização da população em relação a seus hábitos e higiene, e isso se fortaleceu a partir do Estado Novo.

Segundo Nery<sup>252</sup>:

A cidade de Teresina, especialmente entre 1937 a 1945, viveu um processo de crescimento urbano impulsionado pelas ações do interventor Leônidas Melo, que contava com a parceria do prefeito Lindolfo Monteiro, instaurando uma modernização e fortalecendo a economia extrativista que possibilitou uma maior circulação monetária, aumentando o consumo e gerando receitas tributárias que permitiram ao governo a realização de algumas obras de infraestrutura urbana.

Em Teresina, as estruturas montadas nas décadas anteriores para o combate às doenças venéreas foram modernizadas, assim como os serviços de saúde como um todo.

A criação do Centro de Saúde, durante o Estado Novo, mostra a maior preocupação no tratamento de pessoas doentes, já que a Santa Casa da Misericórdia não conseguia atender a demanda de doentes, principalmente, por conta de sua estrutura física e escassez de auxílios financeiros. Sobre esse assunto, o interventor Leônidas Melo afirmou que os serviços sanitários

---

<sup>251</sup>DIÁRIO OFICIAL, Piauí. *Aprenda a defender seu filho*. Valor do exame de sangue na proteção á criança contra a syphilis. Teresina, 8 de janeiro de 1938. p. 1

<sup>252</sup>NERY, Ana Karoline de Freitas. *As políticas públicas de saúde para o tratamento de doenças venéreas em Teresina durante o Estado Novo*. Monografia Graduação. Universidade Estadual do Piauí, 2015. p76.

do Estado, no sentido de dar-lhes mais eficiência e serem enquadrados nas atuais exigências técnicas, foram reorganizados.<sup>253</sup> A partir de então, os serviços de doenças venéreas ficaram a cargo do Centro de Saúde.

O Hospital Getúlio Vargas também apresentava uma importância muito grande no tratamento de enfermidades em Teresina. Segundo Batista<sup>254</sup> “em termos de infraestrutura, foi o maior centro de medicina hospitalar do Piauí e foi considerado, um dos maiores de todo o norte do país”. A partir de 1941 era o local que possuía o melhor ambulatório do Estado. A demanda de pessoas atendidas era crescente, sendo um hospital criado para ser moderno, possuía características bastante específicas. Era dotado de enfermarias com leitos, nelas a agilidade de médicos e enfermeiras deveriam ser indispensáveis, pois o controle sobre os internados se faria de forma mais intensa. Havia a utilização do laboratório de análises clínicas, que ajudava em melhores diagnósticos. O ambulatório era o local onde se prestava o serviço de saúde aos pacientes no começo das doenças, ou seja, os doentes venéreos passavam a procurar o ambulatório do Hospital Getúlio Vargas, além do Centro de saúde. Até aqui foram dispostas em as principais instituições da saúde pública do Piauí. No cenário da saúde pública, o Hospital Getúlio Vargas permitiu que houvesse um amplo avanço no tratamento clínico e cirúrgico de diversas enfermidades.

### **Considerações finais**

Como se pode observar ao longo deste artigo, a profilaxia contra as doenças venéreas no Brasil, teve forte combate a partir do início do século XX com a atuação de médicos e instituições. Em Teresina concentrou-se na Santa Casa de Misericórdia, no Centro de Saúde e no Hospital Getúlio Vargas. Além disso, durante o Estado Novo que foi demonstrado um maior investimento em diagnósticos mais precisos a fim de tornar os tratamentos mais eficientes. Durante todas as décadas de 1930 e 1940, os números de doentes continuaram altos, porém com cuidados e prevenção, prova da boa recepção dos tratamentos nesses locais.

É possível concluir que as práticas de cuidado com o corpo do doente venéreo em Teresina, foram tão fortes como as ações no âmbito de saúde geral. Durante a primeira e segunda década do século XX, diversas discussões, teses e debates foram empreendidos no sentido de encontrar as melhores formas de combater as doenças venéreas. Dessa forma, foi

---

<sup>253</sup>PIAUY. Governo do Estado 1935-1945. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Melo*. Teresina: Imprensa Oficial, 1943, p.43.

<sup>254</sup>BATISTA, Sorailky Lopes. *Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí*. Dissertação de Mestrado em História do Piauí. Universidade Federal do Piauí, 2011, p. 76.

durante o governo estadual de Leônidas Mello, que apesar da limitação dos serviços à capital, houve avanços no combate às doenças venéreas no Piauí.

## Referências

A HIGIENE DE TERESINA. *O Norte*. Teresina, ano 11, n. 417, 30 jun.1909, p. 1.

BATISTA, Sorailky Lopes. *Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí*. Dissertação de Mestrado em História do Piauí. Universidade Federal do Piauí, 2011.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves].

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil/ São Paulo*: Planeta Brasil, 2011.

DIÁRIO OFICIAL, Piauí. *Aprenda a defender seu filho*. Valor do exame de sangue na proteção á criança contra a syphilis. Teresina, 8 de janeiro de 1938.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA, Piauí. *Movimento do Dispensário Arêa Leão*. Teresina-PI. (1938). Arquivo Público; Códice 1424.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA, Piauí. *Relatórios Diversos*. Teresina-PI. (1931). Arquivo Público; Códice 1424.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA, Piauí. *Relatórios Diversos*. Teresina-PI. (1932). Arquivo Público; Códice 1424.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo; Brasiliense, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 35.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter sadia a criança sã*”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Tese de Doutorado. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

MELO FILHO, Antônio. *Saúde Pública no Piauí (1889-1930): entre o enfoque nacional e experiencialocal*. Teresina, 2000. 172 p. (Dissertação). Mestrado em História.

NERY, Ana Karoline de Freitas. *As políticas públicas de saúde para o tratamento de doenças venéreas em Teresina durante o Estado Novo*. Monografia Graduação. Universidade Estadual do Piauí, 2015.

PIAUHY. Governo do Estado 1935-1945. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Melo*. Teresina: Imprensa Oficial, 1943.

PIAUHY. Governo do Estado. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia*. Secretaria de Saúde. Piauí. 1930.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. Teresina: 2006.

SOUZA, C. de. *Da Responsabilidade Civil e Criminal do Syphilitico, Hennies e Irmãos*, 1909.

WERNER, David. *Onde não há Médico*. São Paulo: Câmara Brasileira do livro. 1984.

**AS REPRESENTAÇÕES SOBRE FEMINICÍDIO NO JORNAL CIDADE VERDE  
(2015- 2018)**

THE REPRESENTATIONS ON FEMINICIDE IN THE GREEN CITY JOURNAL (2015-  
2018)

LAS REPRESENTACIONES SOBRE FEMINICIO EN EL PERIODO CIUDAD VERDE  
(2015- 2018)

Isadora Ribeiro Ibiapina (UESPI) <sup>255</sup>  
Carmina Rodrigues Bezerra (UESPI) <sup>256</sup>  
Débora Cristine Ferreira da Silva (UESPI) <sup>257</sup>  
Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI) <sup>258</sup>

**Resumo:** O objetivo do trabalho é analisar os crimes de feminicídio ocorridos no Piauí entre os anos de 2015 a 2018, utilizando notícias coletadas do portal CidadeVerde.com. A instauração do regime político republicano provocou um frenesi pelos ideais de modernidade, através de um modelo europeu a ser seguido. Juntamente com esse ideal de modernização, chegaram ao Brasil ideias sobre a emancipação feminina. Nas décadas de 1960 e 1970 muitas mulheres passaram a questionar sua participação na história e solicitar sua inserção na historiografia. Apesar dos diversos direitos conquistados ao longo dos anos, ainda vivemos em uma sociedade misógina. A Lei Maria da Penha nº 11.340/2006 é a principal legislação brasileira para enfrentar a violência contra a mulher, e em 2015 foi sancionada a Lei do feminicídio nº 13.104. Considerando o papel da imprensa na difusão de notícias e na formação de opinião das massas, o trabalho parte da necessidade de discutir o tema, uma vez que o crime apesar de cada vez mais recorrente ainda não possui tanto destaque na imprensa, se traduzindo em matérias pontuais que dão a falsa impressão de que os crimes de feminicídio são fatos isolados. Para o desenvolvimento do trabalho utilizamos autores como Joan Scott (1995), Ana Liési Thurler (2017) e Elizangela Cardoso (2010).

**Palavras-Chave:** História. Feminicídio. Representações jornalísticas.

**Abstract:** The work is analyzed on the crimes of femicide occurred in Piauí between the years 2015 to 2018, used by the news collected from the portal CidadeVerde.com. The establishment of the republican political regime provoked a frenzy for the ideals of modernity, through a European model to be followed. Along with the ideal of modernization, ideas about female emancipation came to Brazil. In the 1960s and 1970s, the book was published and published in historiography. Most of the children have conquered over the years, we still live in a misogynist society. The Maria da Penha Law 11,340 / 2006 is the main Brazilian legislation to confront violence against women, in 2015 it was sanctioned in the Law of feminism nº 13.104. The paper of the speech of the news and the formation of the opinion of the mass, the work of the part of the dictation the theme, an once that the criminality of the even to the public punctual that give a false impression that the crimes of femininity are isolated facts. Joan Scott (1995), Ana Liési Thurler (2017) and Elizangela Cardoso (2010).

**Keywords:** History. Femicide. Newspaper Representations.

1387/5000

**Resumen:** El objetivo del trabajo es analizar los crímenes de feminicidio ocurridos en Piauí entre los años de 2015 a 2018, utilizando noticias recogidas del portal CiudadVerde.com. La instauración del régimen político republicano provocó un frenesí por los ideales de modernidad, a través de un modelo europeo a seguir. Junto con

<sup>255</sup>Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História na UESPI, campus Poeta Torquato Neto. E-mail: isadoraibiapina@hotmail.com.

<sup>256</sup>Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História na UESPI, campus Poeta Torquato Neto. E-mail: carminarodrigues30@gmail.com.

<sup>257</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História na UESPI, campus Poeta Torquato Neto. E-mail: drubscristine@gmail.com.

<sup>258</sup> . Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. Membro do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero (UESPI), do Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política e do Núcleo Permanente Interdisciplinar em Direitos Humanos. E-mail: [joseannezsm@gmail.com](mailto:joseannezsm@gmail.com).

ese ideal de modernización, llegaron a Brasil ideas sobre la emancipación femenina. En las décadas de 1960 y 1970 muchas mujeres pasaron a cuestionar su participación en la historia y solicitar su inserción en la historiografía. A pesar de los diversos derechos conquistados a lo largo de los años, aún vivimos en una sociedad misógina. La Ley Maria da Penha nº 11.340 / 2006 es la principal legislación brasileña para enfrentar la violencia contra la mujer, y en 2015 fue sancionada la Ley del feminicidio n ° 13.104. Considerando el papel de la prensa en la difusión de noticias y en la formación de opinión de las masas, el trabajo parte de la necesidad de discutir el tema, ya que el crimen a pesar de cada vez más recurrente aún no tiene tanto destaque en la prensa, se traduce en materias puntuales que dan la falsa impresión de que los delitos de feminicidio son hechos aislados. Para el desarrollo del trabajo utilizamos autores como Joan Scott (1995), Ana Liési Thurler (2017) y Elizangela Cardoso (2010).

**Palabras Clave:** Historia. Femicidio. Representaciones periodísticas

## **Introdução**

O presente artigo pretende analisar os crimes de feminicídio ocorridos no Piauí durante os anos de 2015 a 2018 e para isso serão utilizadas notícias coletadas no portal CidadeVerde.com, com o intuito de perceber como são tratadas as notícias sobre o tema, destacando os pontos positivos e negativos da abordagem do jornal.

Com a instauração do regime político Republicano é possível perceber um anseio pela modernização do país, baseado no modelo europeu. Juntamente a esse ideal modernizador, chegaram ao país ideias relacionadas à emancipação feminina, que possibilitaram um processo de mudança na condição feminina.

Com isso, teve início a participação das mulheres em áreas além do espaço privado como: lazer, trabalho, educação e política. Além das reivindicações sociais, as mulheres passaram a questionar um espaço, que não era proporcionado à elas, na historiografia. Assim, se iniciou em meados das décadas de 1960 e 1970 os estudos sobre as mulheres, ou seja, além da luta por direitos, as mulheres buscaram espaço em uma área que antes as invisibilizavam. Com os estudos de gênero, foi possível rejeitar o determinismo biológico entre os sexos e identificar as relações de poder existentes, em que homem assume uma posição de dominação sobre a mulher.

Apesar de todas as conquistas femininas a sociedade continua com resquícios desses “antigos costumes” em que o machismo e a misoginia persistem. Dessa forma, a violência contra a mulher, nas suas mais variadas formas, é bem presente na sociedade brasileira. Assim, fez-se necessário medidas de proteção à mulher e punição dos agressores, sendo essas manifestadas através da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006 e da Lei do Feminicídio 13.104/15. Porém essas legislações atuam mais no sentido de penalizar os agressores após a violência já sofrida, e não atuam tanto na prevenção. Assim, é de fundamental importância que se discuta o tema para promover a conscientização social contra a dominação do homem sobre a mulher.

Para isso, é necessário analisar como a mídia trata a questão, tendo em vista seu papel na formação de opinião através da reprodução ou contestação desses discursos.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte tratamos sobre a condição social da mulher na República, a partir das mudanças sofridas com os ideais modernizadores advindos da instauração desse novo regime político. Na segunda parte tratamos sobre os estudos de gênero presentes na historiografia e como estes deram visibilidade para a mulher. Na terceira parte tratamos sobre o Portal Cidade Verde e a representação do feminicídio no mesmo, através da forma como as notícias acerca do tema são veiculadas, e suas implicações.

### **A condição da mulher na República**

A instauração do regime republicano traz o desejo de modernidade, que busca a adequação ao modelo europeu, para isso fez-se necessário romper com os antigos padrões que regiam a vida no Império. Um exemplo disso foi a chegada de novas ideias como a emancipação feminina, pelas quais as mulheres passaram a lutar, Como afirmam Maluf e Mott:

Não faltaram vozes nesse começo de século para entoar publicamente um brado feminino de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam e, sobretudo, angustiado com a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas. (2017, p. 369 -370)

De acordo com Rodrigues e Silva (2014), a Proclamação da República ampliou o engajamento das mulheres em favor da luta pela universalização dos direitos políticos. Tais tentativas não obtiveram sucesso já que a legislação foi interpretada de modo a marginalizá-las politicamente. Assim com a República nasce a luta destas por visibilidade política. Entretanto as mulheres ainda tinham muito o que lutar, devido à sua posição de submissão em relação aos homens. Segundo Maluf e Mott (2017, p. 375), “Vários preceitos do código civil de 1916 sacramentavam a inferioridade da mulher casada ao marido. [...] A esposa foi ainda declarada inabilitada para o exercício de determinados atos civis. [...]”. Desse modo a condição de esposa as colocava sob os comandos do marido, regulamentados pela legislação, sem autonomia.

Maluf e Mott (2017) afirmam ainda que os homens tinham diversos direitos sobre as mulheres, dentre eles o uso da violência “legítima”, de modo a garantir a sua obediência. Além disso, poderiam cometer “crimes de paixão”, ato em que o homem assassinava a mulher por ciúmes. Dessa forma, a condição feminina era constituída pela falta de direitos. Isso nos possibilita perceber o histórico de impunidade no Brasil com relação à violência sofrida pela mulher.

O Piauí também sofre transformações, em especial a capital Teresina, com a modernidade trazida pela República. As mulheres começam a participar mais da vida urbana, saindo aos poucos do espaço doméstico. Com isso surge a necessidade das mulheres de elite obterem maiores instruções, para se apresentarem bem nas festividades como moças cultas e bem preparadas para exercer o papel de mãe e esposa. Essas novas correntes de pensamento abriram as portas da educação feminina como afirma Pedro Vilarinho Castelo Branco:

As novas perspectivas sociais que surgiam com o crescimento econômico e a urbanização tornam-se campo fértil para ideias novas que iam de encontro às concepções tradicionais e conservadoras. Essas novas correntes de pensamento queriam, entre outras coisas, implantar uma nova postura perante a educação da mulher, visando não a emancipação feminina, mas dar as moças melhor preparo para que pudessem exercer com mais competência suas funções de esposa e mãe. (2013, p.76)

No início do século XX as opiniões femininas sobre a educação são, muitas vezes, de reivindicação de maior espaço na educação formal, buscando aprendizados que fossem além das atividades domésticas, assimilando ideais feministas. Com isso elas buscavam maior participação na vida pública.

De acordo com Elizangela Barbosa (2010), houve novas concepções, dentre elas a de casamento não mais por interesses econômicos e sociais, mas por amor. Isso trouxe ao imaginário das jovens o desejo de uma relação mais igualitária. “Com o enredamento do amor e do casamento, a expectativa de satisfação emocional, envolveu o matrimônio. Experimentar uma vida [...] ao lado de um marido compreensivo, era um sonho expresso pelas mulheres nos anos de 1920.” (BERENICE, 1926, CITADO POR, BARBOSA, 2010, p. 352.)

Porém, após o casamento, esses anseios não se concretizavam e as mulheres se frustravam com a realidade do casamento, sendo que muitas delas acabavam ficando restritas ao espaço doméstico, enquanto o marido tinha a liberdade de frequentar os diversos espaços:

Nos anos 1920, parte das mulheres dos segmentos sociais mais abastados frequentava os espaços de lazer e de sociabilidades. [...] Contudo, muitas mulheres, quando casavam, deixavam de fruir o lazer, uma vez que era comum o fato de os homens isolarem as esposas no lar e continuarem circulando, nos mesmos espaços, que frequentavam quando solteiros. (H. P. F., 1923, CITADO POR BARBOSA, 2010, p. 354)

O casamento, na verdade, se concretizava como uma relação hierárquica e violenta em que a mulher era subjugada ao marido, segundo Barbosa (2010), a hierarquia e a violência se tornaram características das relações conjugais. Essa relação de dominação leva o homem a

objetificar a mulher e fazer o que julga necessário para mantê-la sobre seu controle, inclusive chegando a extremos, como afirma Barbosa “Em situações-limite, os conflitos conjugais chegavam a um nível de violência cujo o desfecho era a morte” (2010, p 370).

### **A visibilização da mulher pela Historiografia**

Durante séculos as mulheres foram invisibilizadas historicamente, principalmente por uma História dominada por um padrão do homem europeu que era um ser público. Em contrapartida as mulheres eram consideradas como parte da vida privada, vivendo confinadas em casa e, portanto, impedidas<sup>259</sup> de atuar publicamente. Michelle Perrot<sup>260</sup> (2006), identifica que essa escassez de visibilidade ocorria principalmente devido à falta de fontes e de relatos, principalmente porque a atenção era dada para quem fizesse parte do espaço público.

Porém, por volta das décadas de 1960 e 1970 em países como Grã-Bretanha, Estados Unidos e França é dado o início da História das Mulheres, devido ao contexto dos fatores da época, que pediam uma renovação das questões a serem discutidas. Além disso, as mulheres estavam lutando por seu espaço no mercado de trabalho, nas universidades, na política, assim cada vez mais era necessária a discussão sobre todos esses aspectos modernos e que influenciavam diretamente a sociedade. Ou seja, além das preocupações sociais e políticas por parte das feministas, houve o início das discussões teóricas, que foram levadas para o âmbito acadêmico. (LOURO, 1997).

Segundo Joan Scott (1995) o termo gênero apareceu inicialmente entre as feministas americanas por volta da década de 1970, e seria uma forma de rejeitar o determinismo biológico entre os sexos, além de definir os homens e mulheres reciprocamente porque não era possível fazer estudos sobre os dois separadamente. A autora faz uma definição de gênero em duas partes: o gênero constitui as relações sociais baseando-se na diferença entre os sexos; e é uma forma primária de dar significado às relações de poder<sup>261</sup>.

A História das Mulheres pouco desenvolvida no Brasil começou a aparecer na década de 1970, se consolidando mais na década de 1980. Na historiografia do país em 1970 já existiam assuntos que discutiam história da família e da mulher, sendo que em 1990 suas histórias estavam mais difundidas pelo país. Com isso, os estudos de gênero se diversificaram nas

---

<sup>259</sup> O setor público estava restrito aos homens, e as mulheres que o frequentasse poderiam ser mal vistas socialmente.

<sup>260</sup> Buscar: PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>261</sup> Procurar: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2, jul./Dez. 1995.

temáticas e assim surgiram diversos trabalhos pelo país de forma rápida. Segundo Maria Izilda Matos:

A categoria gênero encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea, desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional. Talvez a história tenha sido uma das áreas, no campo interdisciplinar dos estudos de gênero, que mais intensamente tenha feito essa incorporação. [...] Incorporaram, mesmo que tardiamente a questão da violência numa perspectiva histórica [...]. (1998, p. 141)

Através do conceito de gênero feito pelas pesquisadoras é possível entender como funcionam as relações sociais entre o homem e a mulher, não sendo realizável os estudos separadamente. Como são construídas as relações de poder e desigualdade entre os dois socialmente, terminam sendo essenciais para entender como funciona qualquer tipo de violência de gênero. Dessa forma, o modo como são entendidos os papéis sociais, em que os homens assumem uma posição de superioridade, possibilitam compreender como ocorre a violência de gênero.

### **A Violência de gênero**

A violência contra a mulher faz parte de um conceito mais amplo que compreende a violência sofrida por ambos os sexos, mas principalmente pelas mulheres, uma vez que a sociedade segue uma lógica patriarcal que permite, de certa forma, que o homem se utilize da violência como forma de controle social, segundo Saffioti:

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (2001, p. 115)

A Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi a primeira regulamentação federal para defender as mulheres vítimas de violência. Esta cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher como dispõe o artigo 5º, esclarecendo os contextos aos quais se aplica a lei, sendo eles:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou

patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (BRASIL, 2006)

No Artigo 7º, da Lei 11.340/06, observamos uma explanação acerca das diferentes formas que essa violência pode assumir, sendo diversos tipos, e de importante distinção, uma vez que a violência não pode ser reduzida apenas à violência física:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

A lei Maria da Penha, hoje, se constitui como a principal forma de combate à violência contra a mulher. Porém ainda é grande a incidência de casos de violência de gênero no país. O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de feminicídio no mundo, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Assim é necessário buscar sempre combater os discursos que reproduzem a dominação do homem sobre a mulher, tendo em vista a frequência com que ocorrem crimes motivados por essa lógica.

Meneghel e Portela (2017) relatam que a primeira vez que se utilizou o um termo para designar o assassinato de mulheres, pela condição de ser mulher, foi em 1976, sendo este

“femicídio”, termo utilizado para definir uma forma de terrorismo sexual motivada por ódio e sentimento de propriedade do homem para com a mulher:

O conceito de femicídio foi utilizado pela primeira vez por Diana Russel em 1976, perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, definindo-o como uma forma de terrorismo sexual ou genocídio de mulheres. O conceito descreve o assassinato de mulheres por homens motivados pelo ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade. (2017, p. 3079)

Outra Lei que visa proteger as mulheres é a Lei 13.104 de 9 de março de 2015, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, sendo este o crime contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: “§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.” Havendo ainda os agravantes que aumentam a pena:

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Segundo Meneghel e Portela (2017), dentre os cenários de feminicídio, os mais conhecidos e estudados são os familiares e domésticos, “já que a família em sociedades patriarcais confere todo o poder ao homem, e nas relações entre parceiros íntimos as mulheres são consideradas propriedade dos maridos, companheiros, namorados e ex-companheiros.” (2017, p. 3081). Além disso, há fatores que aumentam a probabilidade de as mulheres serem mortas pelos parceiros, dentre elas a tentativa de separação e o histórico de violência na relação, de acordo com Meneghel e Portela:

Fatores que podem aumentar a vulnerabilidade das mulheres de serem mortas pelos parceiros íntimos incluem a disparidade de idade entre os cônjuges, a situação marital não formalizada, as tentativas prévias da mulher em obter a separação (especialmente nos três meses que antecederam o assassinato) e histórias repetidas de violência e agressões. (2017, p. 3081)

No Piauí entre março de 2015 e junho de 2018 foram registrados 90 casos de feminicídio, de acordo com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança do Piauí, o que é alarmante, e mais uma vez evidencia a necessidade de combater a

violência contra a mulher. Nesse processo de debate em relação à violência contra a mulher tem destaque o papel da mídia na difusão de notícias e formação de opinião. Ana Thurler (2017) afirma que a mídia seleciona falas, e interdita outras, que contribuem com as desigualdades de gênero, dando menor valor à voz feminina:

A mídia não paira isenta, acima da sociedade. Ao contrário. A realidade social, com suas relações de poder e suas interseccionalidades, contribui para reforçar as desiguais possibilidades de participação no debate público e de serem ouvidas. A mídia também seleciona, interdita ou inclui falas nesse debate. Assim, em uma sociedade marcada pelas estratificações e misoginias, a palavra da mulher tem menor valor do que a palavra masculina, diante de um Estado patriarcalizado e repatriarcalizado. (2017, p. 466)

Desse modo, a forma como a mídia retrata os casos de feminicídio mostra a hierarquia entre os sexos, e muitas vezes contribui para diminuir a condição da mulher:

O que ganha espaço no debate público e o que é condenado ao silêncio está condicionado — no caso da violência contra a mulher e os feminicídios — à hierarquia entre os sexos, à estratificação entre o público e o privado. A despolitização dos feminicídios ameniza o sentido radical de dominação masculina sobre a vida, tanto por meio dos espaços de liberdade de escolha, quanto pelos espaços a que as mulheres estão destinadas e têm sido também, histórica e socialmente, revestidos de menor valor. (2017, p. 467)

Assim, a representação que a violência contra a mulher e, por conseguinte, o feminicídio, assumem na mídia são de extrema importância para o sentido social que estes possuem, uma vez que não discutindo os reais motivos de tal violência, a mídia contribui para a naturalização da mesma.

### **O Portal CidadeVerde.com**

Segundo Mayara Silva (2017), em 1986, surge em Teresina a TV Pioneira, do empresário Jesus Elias Tajra. Em novembro de 1998 a TV Pioneira passa a então ser nomeada de TV Cidade Verde. Com a consolidação da TV Cidade Verde houve uma busca por novas tecnologias, “Os proprietários da emissora percebendo a necessidade de utilizar a tecnologia, decidem instituir um portal expondo os conteúdos transmitidos nos programas da TVCV. Assim, no dia 21 de junho de 2002, inaugura-se o Portal Cidade Verde.” (2017, p. 124)

A princípio o Portal manteve redação unificada com a TV Cidade Verde. Sendo que a atualização ficava sob a responsabilidade de dois jornalistas, que se limitam a transpor os conteúdos dos programas televisivos. Em 2007 o Portal foi lançado no mercado, a partir de

então, passou a ter equipe própria para a produção das notícias, ainda que permanecesse funcionando no mesmo prédio onde se situa a TV, inclusive até hoje.

O Portal CidadeVerde.com dedica-se ao gênero informativo e a matérias de caráter factual, possuindo 15 jornalistas, entre eles blogueiros e colunistas que ajudam na produção e na divulgação de informações. Além disso o Portal possui nove editorias, sendo estas: política; geral; entretenimento; esporte; economia; cidades; vídeos; viver bem; e destaques da TV.

Dessa forma a escolha do Portal Cidade Verde se deu pela sua importância na história do jornalismo piauiense e pela sua popularidade, como afirma Silva “o Portal CV [...] de ser ele um dos mais acessados de Teresina, de acordo com o registro do medidor do Google Analytics” (2017, p. 125). Com isso faz-se necessário a discussão acerca daquilo que é veiculado pelo Portal, já que sendo umas das principais fontes de informação no estado, possui responsabilidade social sobre aquilo que noticia e a forma como aborda essas notícias.

### **O Caso Aretha Dantas**

Aretha Dantas Claro, de 32 anos, foi encontrada morta na Avenida Maranhão com várias perfurações por arma branca, com sinais de atropelamento, e parte do couro cabeludo arrancado, em 15 de maio 2018.<sup>262</sup> O suspeito de cometer o crime é o ex-namorado Paulo Alves dos Santos Neto. Havia, segundo relato de vizinhos do acusado, um histórico de brigas entre o casal em que Aretha sofria agressões físicas.<sup>263</sup> A vítima, supostamente, tentou formalizar um boletim de ocorrência, porém a Delegacia da Mulher da Zona Sul estaria em greve e o registro não teria se concretizado.<sup>264</sup> Acredita-se que Paulo Neto não estava conformado com o fim do relacionamento. A prisão preventiva do acusado foi decretada em 17 de maio de 2018, permanecendo preso até hoje.<sup>265</sup>

O que mais choca nesse caso é o fato do acusado, além de ter esfaqueado e atropelado, ainda escalpelou a vítima<sup>266</sup> como símbolo de humilhação especialmente porque a mesma era cabelereira, assim fica claro o caráter de feminicídio em que o corpo é mutilado de forma que atinja aspetos próprios das mulheres. Como afirmam Meneghel e Portela:

<sup>262</sup><https://cidadeverde.com/noticias/272060/mulher-e-encontrada-morta-com-sinais-de-perfuracoes-e-atropelamento-na-av-maranhao>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>263</sup><https://cidadeverde.com/noticias/272227/ex-namorado-de-aretha-se-entrega-na-sede-da-delegacia-de-homicidios>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>264</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/272352/aretha-tentou-fazer-denuncia-mas-delegacia-estava-de-greve>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>265</sup><https://cidadeverde.com/noticias/272313/juiz-decreta-prisao-preventiva-do-suspeito-de-matar-cabelereira-aretha-dantas>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>266</sup><https://cidadeverde.com/noticias/272158/delegado-diz-que-criminoso-deixou-assinatura-visivel-na-morte-de-aretha-dantas>. Acesso em: 28/10/18.

Existe um cenário de misoginia e crueldade em que as mortes são acompanhadas de violações e os corpos são mutilados, desnudados e desqualificados. O feminicídio representa então uma mensagem enviada às mulheres (para aterrorizá-las e mantê-las submissas) e aos outros homens (para demarcar território e mostrar quem é que manda) (2017, p. 3081)

Com a denúncia do Ministério Público do Estado à Justiça, acusando Paulo Neto do feminicídio de Aretha Dantas<sup>267</sup>, o Portal Cidade Verde utiliza a expressão feminicídio, mas não há uma explicação ao uso do termo, o que dificulta a compreensão por parte dos leitores: “O Ministério Público do Piauí denunciou pelo crime de homicídio qualificado por feminicídio o suspeito de matar a cabeleireira Aretha Dantas, Paulo Alves dos Santos Neto. O crime que Paulo responderá na Justiça pode gerar pena mínima de 12 anos de prisão.” (06 de junho de 2018).

Em uma das manchetes acerca do caso o jornal utiliza o termo “crimes passionais”<sup>268</sup>, embora o entrevistado (irmão da vítima) não faça uso da expressão, e na verdade relata a relação abusiva vivida pela irmã, o jornal emprega o termo, que confere ao crime caráter de explosão emocional, dando a falsa impressão de que foi algo imprevisível, resultado de problema mental do agressor, quando na verdade não foi o que ocorreu no caso, pelas diversas violências sofridas pela vítima por parte do acusado, e contribui com a naturalização do crime, uma vez que não atribui ao crime às suas reais motivações. Como afirmam Meneghel e Portela:

Grande parte dos homens que assassinam as esposas não difere de seus pares na sociedade e são considerados “comuns e convencionais”, o que é ainda mais perigoso porque há uma tendência de atribuir o delito a uma explosão de cólera, ou um motivo “passional” impossível de ser previsto e prevenido. Por esse motivo, considerar o femicídio como uma explosão passional ou atribuí-lo à doença do agressor, significa retirar a conotação social e de gênero do crime, reduzindo-o à esfera individual. (2017, p. 3081)

Assim, o problema é reduzido de tal forma que aparenta ser um caso isolado, motivado por causas pessoais dos envolvidos, e não se discute sobre a lógica patriarcal a qual as mulheres estão inseridas, que, muitas vezes, as transformam em objeto de dominação de seus parceiros dentro das relações amorosas que vivenciam.

## O Caso Iarla Barbosa

<sup>267</sup><https://cidadeverde.com/noticias/273958/caso-aretha-promotor-denuncia-suspeito-por-crime-de-femicidio>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>268</sup><https://cidadeverde.com/noticias/272162/irmao-de-aretha-dantas-acredita-que-crime-teve-motivacao-passional>. Acesso em: 28/10/18.

Iarla Lima Barbosa, de 25 anos, foi morta na madrugada do dia 19 de junho de 2017 pelo namorado (réu confesso)<sup>269</sup>, o então tenente do Exército Brasileiro José Ricardo da Silva Neto, de 22 anos.<sup>270</sup> O casal estava em um bar em Teresina, com mais duas mulheres: a irmã da vítima, Ilana Lima, e uma amiga de infância, Joseane Mesquita. Dentro do carro, ainda próximo ao bar, José Neto sacou uma arma e atirou na namorada e nas duas moças que estavam dentro do veículo. Ambas conseguiram fugir, ainda que feridas. Ele, por sua vez, foi expulso do Exército e preso em 22 de junho de 2017, porém foi solto em 05 de fevereiro de 2018<sup>271</sup>.

Ao noticiar a confissão do acusado o Portal fez uso da expressão “matou namorada por ciúmes”<sup>272</sup> o que contribui para reforçar o machismo enraizado na nossa cultura, fornecendo uma justificativa – nada plausível – para o ato de violência cometido contra a mulher. Esse tipo de expressão não deve ser utilizado, uma vez que funciona como meio de culpabilizar a vítima, sendo esta responsabilizada pela própria morte, por supostamente provocar ciúmes no companheiro.

O Portal Cidade Verde, entretanto, deu destaque à motivação do crime expressa na denúncia do Ministério Público Estadual à Justiça<sup>273</sup>, enfatizando que o crime foi cometido por “discriminação à condição de mulher, haja vista a expressa manifestação de poder do acusado sobre a vítima, uma vez que estes mantinham uma relação amorosa (namorados), há apenas sete dias”. (18, de julho de 2017). Assim qualificando-o como feminicídio e dando a devida importância ao emprego do termo, uma vez que explica o que qualifica o crime.

Outra notícia publicada é a da campanha realizada pela família de Iarla Barbosa, denominada #NadaJustificaMatarUmaMulher<sup>274</sup>. A ideia do movimento é chamar a atenção da sociedade em geral para o combate aos crimes de feminicídio. A família quer que o caso de Iarla ganhe mais repercussão. A luta da família por justiça através de campanha e manifestações demonstra o perigo iminente de impunidade, o que se concretizou com a liberdade concedida

---

<sup>269</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/250110/tenente-do-pec-confessa-a-policia-que-matou-namorada-por-ciumes>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>270</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/250107/mae-de-jovem-morta-por-tenente-do-exercito-levaram-um-pedaco-de-mim>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>271</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/250352/juiz-decreta-prisao-preventiva-de-tenente-suspeito-de-matar-namorada>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>272</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/250110/tenente-do-pec-confessa-a-policia-que-matou-namorada-por-ciumes>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>273</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/252148/ministerio-publico-denuncia-tenente-por-morte-de-iarla-discriminacao-a-condicao-de-mulher>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>274</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/250938/mae-de-iarla-faz-desabafo-e-lanca-campanha-nadajustificamatarumamulher-assista-video>. Acesso em: 28/10/18.

ao acusado, em 05 de fevereiro de 2018<sup>275</sup>, também sendo noticiado pelo Portal, mostrando a revolta sofrida pela família devido à falta de justiça no caso.

### **As Medidas de combate à violência contra a mulher no Piauí**

O jornal divulgou que foi instituído no Piauí a data de 27 de maio, em 2018, como o Dia Estadual de Combate ao Femicídio<sup>276</sup>, o que mostra uma iniciativa do Piauí de conceder maior importância à questão:

A lei de enfrentamento ao feminicídio, de autoria do Governo do Piauí através da vice-governadora Margarete Coelho, que define o dia 27 de maio como o Dia Estadual de Combate ao Femicídio, foi sancionada em 2018. A ação visa unir esforços do poder público e da sociedade civil no combate a violência e assassinatos com motivação de gênero. (CidadeVerde.com, Teresina, 27 de maio de 2018.)

A data foi escolhida em alusão ao crime de estupro coletivo ocorrido em 2015 na cidade de Castelo do Piauí.<sup>277</sup> O Portal Ressaltou que há pouco o que se comemorar, porque as mulheres continuam sendo assassinadas por homens e objetificadas. Deixando claro em que se configura o feminicídio, o aumento do número de casos e a importância de combater a violência contra a mulher, o que mostra um posicionamento responsável, e necessário, por parte do Portal Cidade Verde.

Outra notícia publicada foi que, foram sancionadas, no dia 15 de maio de 2018, pelo governo do Estado as leis que criam o Departamento Estadual de Proteção à Mulher e também as Delegacias das Mulheres em todos os territórios de desenvolvimento do estado.<sup>278</sup>

Teresina possui hoje a Delegacia da Mulher na zona Norte, instalada em 2003, a Delegacia da Mulher na zona Leste, criada em 2006, e a Delegacia da Mulher na zona Sul, instalada em 2016. Além disso há o Plantão de Gênero na região Centro Sul que foi reestruturado em 2018. Destaca-se ainda o pioneirismo do Piauí no combate à violência contra a mulher, com o marco da criação do Núcleo de Femicídio em 2015, sendo o primeiro estado

<sup>275</sup><https://cidadeverde.com/noticias/265414/juiz-manda-soltar-ex-tenente-acusado-de-assassinar-a-tiros-iarla-barbosa>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>276</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/273006/dia-de-combate-ao-femicidio-reforca-luta-contra-mortes-crueis-de-mulheres>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>277</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/193723/quatro-adolescentes-sao-estupradas-e-encontradas-desacordadas-em-castelo>. Acesso em: 28/10/18. O crime de estupro coletivo foi o fato em que quatro adolescentes com idades entre 15 e 17 anos foram raptadas, estupradas e jogadas do alto de um barranco em Castelo do Piauí- PI.

<sup>278</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/273006/dia-de-combate-ao-femicidio-reforca-luta-contra-mortes-crueis-de-mulheres>. Acesso em: 28/10/18.

com uma delegacia especializada na investigação de casos de feminicídio. Totalizando cinco delegacias na capital voltadas ao atendimento de mulheres.

O Portal Cidade Verde deu destaque também para o lançamento do Aplicativo “Salve Maria”<sup>279</sup>, em 20 de março de 2017, desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública em conjunto com a Agência de Tecnologia da Informação, serviço destinado a denunciar a violência contra as mulheres de forma rápida e eficaz. O aplicativo possui ainda a função “Botão do Pânico”<sup>280</sup> que emite o ponto de localização da ocorrência para a viatura mais próxima, fazendo com que os policiais cheguem o mais rápido possível até a vítima. O aplicativo pode ser usado pela vítima e por terceiros. Essas medidas demonstram que o Governo Piauí investe em medidas de proteção à mulher.

### **Considerações finais**

A mulher, dentro da lógica patriarcal, está sujeita à dominação do homem, que possuía diversos direitos sobre a mesma, uma vez que amparado pelo Código Civil de 1916 – e pelo machismo – tinha direito ao uso da violência “legítima” para disciplinar sua companheira. Ainda assim com a instauração do regime político republicano muitas mulheres se motivaram com ideias de emancipação feminina vindas da Europa e lutaram por maiores direitos, como a universalização dos direitos políticos, e mais acesso ao espaço público. Mas esbarravam no machismo e muitas vezes não alcançavam seus objetivos. No Piauí as mulheres lutaram principalmente por mais acesso à educação, e por casamentos mais igualitários que na prática se traduziam em relações de subjugação ao marido, inclusive com o uso da violência.

Já por volta das décadas de 1960 e 1970 em países como Grã-Bretanha, Estados Unidos e França se inicia a História das Mulheres, que passa a dar espaço à voz feminina dentro da história. No Brasil, a História das Mulheres surgiu na década de 1970, e se consolidou apenas na década de 1980. Os estudos produzidos discutiam história da família e da mulher, se diversificando mais em 1990 com o gênero, e se difundindo por todo o país, contribuindo assim para retirar a mulher da invisibilidade.

Na década de 2000 foi promulgada a lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que foi a primeira regulamentação federal para defender as mulheres vítimas de violência, trazendo a definição dos diversos tipos de violência. E também a Lei 13.104/2015,

---

<sup>279</sup><https://cidadeverde.com/noticias/234791/aplicativo-salve-maria-vai-denunciar-violencia-contramulher-no-piaui>. Acesso em: 28/10/18.

<sup>280</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/272329/delegada-faz-apelo-para-usar-o-botao-do-panico-e-evitar-mortes-de-mulheres>. Acesso em: 28/10/18.

que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Ambas ajudam no combate a violência contra a mulher, dando amparo para a vítima e punindo o agressor. Assim se constituindo como um grande avanço para o país na luta contra a violência de gênero. Apesar disso é fundamental ainda combater o machismo enraizado na sociedade que leva à recorrência de crimes de feminicídio devido essa posição de dominação que o homem exerce sobre a mulher. Para isso precisamos desconstruir os discursos veiculados na mídia que reproduzem o machismo e acabam por culpabilizar as vítimas.

A pesquisa ainda está em desenvolvimento, assim podemos concluir parcialmente, que o Portal CidadeVerde.com utiliza o termo feminicídio de maneira recorrente, o que é positivo pois reconhece uma qualificação que o diferencia do homicídio, publicando diversas notícias sobre medidas de combate ao feminicídio realizadas no estado e tratando da impunidade existente. Em contrapartida, utiliza às vezes expressões que perpetuam o machismo enraizado na nossa cultura, e não problematizam a representação social da mulher como objeto, contribuindo de certa forma para a naturalização do crime. Como afirma Thurler, as notícias vinculadas na mídia utilizam falas que ora são inclusivas e ora são interditórias: “ [...] Essas falas — uma aprovatória, inclusiva e outra reprovatória, interditória — e os silêncios estão nas matérias sobre violência contra a mulher, em geral, e sobre os feminicídios, em particular. ” (2017, p. 468). Assim é preciso que o assunto seja debatido e questionado para que não haja mais notícias que corroborem com o machismo, e sim que o combata, de modo que isso esteja presente homogeneamente em todas as notícias, conferindo o devido respeito à memória das vítimas e à sua posição de mulher.

## Referências

ANTUNES, Rodrigo. Caso Aretha: promotor denuncia suspeito por crime de feminicídio. **CidadeVerde.com**, Teresina, 07 de junho de 2018. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/273958/caso-aretha-promotor-denuncia-suspeito-por-crime-de-feminicidio>>. Acesso em: 28/10/18.

BRASIL. Congresso. **Lei 11.340** de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Congresso. **Lei 13.104** de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 9 de março de 2015.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920- 1960)**. 2010. 535 f. Tese - (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

CARPASO, Carlienne. Delegado diz que criminoso deixou assinatura visível na morte de Aretha Dantas. **CidadeVerde.com**, Teresina, 16 de maio de 2018. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272158/delegado-diz-que-criminoso-deixou-assinatura-visivel-na-morte-de-aretha-dantas>> Acesso em: 28/10/18.

\_\_\_\_\_ Delegada faz apelo para usar o botão do pânico e evitar mortes de mulheres. **CidadeVerde.com**, Teresina, 18 de maio de 2018. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272329/delegada-faz-apelo-para-usar-o-botao-do-panico-e-evitar-mortes-de-mulheres>> Acesso em: 28/10/18.

\_\_\_\_\_ Irmão de Aretha Dantas acredita que crime teve motivação passional. **CidadeVerde.com**, Teresina, 16 de maio de 2018. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272162/irmao-de-aretha-dantas-acredita-que-crime-teve-motivacao-passional>> Acesso em: 28/10/18.

\_\_\_\_\_ PEREIRA, Erica. Mulher é encontrada morta com sinais de perfurações e atropelamento na avenida maranhão. **CidadeVerde.com**, Teresina, 15 de maio de 2018. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272060/mulher-e-encontrada-morta-com-sinais-de-perfuracoes-e-atropelamento-na-av-maranhao>> Acesso em: 28/10/18.

CIDADE VERDE. Aplicativo salve maria vai denunciar violência contra mulher no Piauí. **CidadeVerde.com**, Teresina, 18 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/234791/aplicativo-salve-maria-vai-denunciar-violencia-contramulher-no-piaui>> Acesso em: 28/10/18.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**. Teresina: Edufpi, 2013.

FREITAS, Lyza. Dia de combate ao feminicídio reforça luta contra mortes cruéis de mulheres. **CidadeVerde.com**, Teresina, 27 de maio de 2018. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/273006/dia-de-combate-ao-feminicidio-reforca-luta-contramortes-cruéis-de-mulheres>> Acesso em: 28/10/18.

\_\_\_\_\_ MORAES, Hérlon. Juiz decreta prisão preventiva do suspeito de matar cabelereira Aretha Dantas. **CidadeVerde.com**, Teresina, 18 de maio de 2018. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272313/juiz-decreta-prisao-preventiva-do-suspeito-de-matar-cabelereira-aretha-dantas>> Acesso em: 28/10/18.

MORAES, Hérlon. Ex-namorado de Aretha se entrega na sede da delegacia de homicídios. **CidadeVerde.com**, Teresina, 16 de maio de 2018. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272227/ex-namorado-de-aretha-se-entrega-na-sede-da-delegacia-de-homicidios>> Acesso em: 28/10/18.

OLIVEIRA, Caroline. Mãe de jovem morta por tenente do exército: “levaram um pedaço de mim”. **CidadeVerde.com**, Teresina, 19 de junho de 2017. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/250107/mae-de-jovem-morta-por-tenente-do-exercito-levaram-um-pedaco-de-mim>> Acesso em: 28/10/18.

\_\_\_\_\_. Tenente do bec confessa a polícia que matou namorada por ciúmes.

**CidadeVerde.com**, Teresina, 19 de junho de 2017. Disponível em:

<<https://cidadeverde.com/noticias/250110/tenente-do-bec-confessa-a-policia-que-matou-namorada-por-ciumes>> Acesso em: 28/10/18.

PEREIRA, Erica. Aretha tentou fazer denuncia mas delegacia estava de greve.

**CidadeVerde.com**, Teresina, 18 de maio de 2018. Disponível em:

<<https://cidadeverde.com/noticias/272352/aretha-tentou-fazer-denuncia-mas-delegacia-estava-de-greve>> Acesso em: 28/10/18.

PEREIRA, Rayldo. Juiz manda soltar ex-tenente acusado de assassinar a tiros Iarla Barbosa.

**CidadeVerde.com**, Teresina, 05 de fevereiro de 2018. Disponível em:

<<https://cidadeverde.com/noticias/265414/juiz-manda-soltar-ex-tenente-acusado-de-assassinar-a-tiros-iarla-barbosa>> Acesso em: 28/10/18.

\_\_\_\_\_. Quatro adolescentes são estupradas e encontradas desacordadas em Castelo.

**CidadeVerde.com**, Teresina, 27 de maio de 2015. Disponível em:

<<https://cidadeverde.com/noticias/193723/quatro-adolescentes-sao-estupradas-e-encontradas-desacordadas-em-castelo>> Acesso em: 28/10/18.

PIMENTEL, Izabella. Juiz decreta prisão preventiva de tenente suspeito de matar namorada.

**CidadeVerde.com**, Teresina, 22 de junho de 2017. Disponível em:

<<https://cidadeverde.com/noticias/250352/juiz-decreta-prisao-preventiva-de-tenente-suspeito-de-matar-namorada>> Acesso em: 28/10/18.

\_\_\_\_\_. Mãe de Iarla faz desabafo e lança campanha: #nadajustificamatarumamulher; assista vídeo. **CidadeVerde.com**, Teresina, 01 de julho de 2017. Disponível em:

<<https://cidadeverde.com/noticias/250938/mae-de-iarla-faz-desabafo-e-lanca-campanha-nadajustificamatarumamulher-assista-video>> Acesso em: 28/10/18.

\_\_\_\_\_. Ministério público denuncia tenente por morte de Iarla: discriminação a condição de mulher. **CidadeVerde.com**, Teresina, 18 de julho de 2017. Disponível em:

<<https://cidadeverde.com/noticias/252148/ministerio-publico-denuncia-tenente-por-morte-de-iarla-discriminacao-a-condicao-de-mulher>> Acesso em: 28/10/18.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.14-56.

MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Sevckenko, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil: República da Bela época a era do rádio**. São Paulo: companhia das letras, 2017.

MATOS, Maria Izilda. Estudos de Gênero: Percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, n.11, p.67-75, 1998.

MENEGHEL Stela Nazareth. PORTELLA, Ana Paula. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciências e saúde coletiva**. n. 22, p. 3077- 3086, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 194 - 211. ISSN:

RODRIGUES, Marta. SILVA, Artur. A emancipação da mulher na imprensa feminista nos primeiros anos da República no Brasil. **rev. HUM.** out. 2014. p. 209- 224.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu** n. 16, p.115-136. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2, jul. /Dez. 1995.

SILVA, Mayara da Costa. **Regionalização no webjornalismo piauiense**: estudo do Portal Cidade Verde. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação (CCE), Departamento de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Teresina, 2017.

THURLER, Ana Liési. Femicídios Na Mídia e Desumanização das Mulheres. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 6, p. 465-496, out. Dez. 2017.

## MÉDICOS E PARTEIRAS: DISPUTAS E ALIANÇAS NA MEDICALIZAÇÃO DOS PAROS EM TERESINA (1930-1950)

DOCTORS AND PARTNERS: DISPUTES AND ALLIANCES IN THE MEDICALIZATION OF THE PEOPLE IN TERESINA (1930-1950)

MÉDICOS Y PARTEIRAS: DISPUTAS Y ALIANZAS EN LA MEDICALIZACIÓN DE LOS PAROS EN TERESINA (1930-1950)

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses (UESPI)<sup>281</sup>

**Resumo:** Este trabalho aborda as relações entre mulheres e médicos, bem como o impacto das políticas e das instituições de saúde materno-infantil nas práticas femininas relativas ao parto, em Teresina, entre 1930 e 1950. Durante muito tempo, as práticas relacionadas ao parto e à maternagem pertenceram a uma cultura predominantemente feminina, fora do domínio médico/masculino. No Piauí, especialmente em Teresina, interferência médica mais efetiva na gestão da maternidade emerge nas décadas de 1930 e 1940 articulada à emergência de políticas e instituições voltadas à saúde materno-infantil. Contudo, sua interferência foi limitada. A resistência ao saber médico e aos serviços de saúde materno-infantil se manifestam na permanência de práticas tradicionais de cura, de parto e de cuidados infantis. A aproximação entre mulheres e médicos foi mediada inicialmente nos casos de partos complicados. A atuação dos médicos nos partos, em âmbito doméstico, favoreceu a construção e a popularização do nome do médico, bem como auxiliou na formação de uma clientela para o profissional. A elevada taxa de mortalidade infantil funcionou como a justificativa principal na tentativa de consolidação dos conhecimentos médicos modernos, adquiridos nas Faculdades de Medicina. Entre as causas dessa mortalidade eram apontadas tanto a má assistência das parteiras, a falta de conhecimentos necessários sobre os partos e a ignorância das próprias mães. Ainda que a maioria das mulheres continuasse a ser assistida por parteiras leigas, o processo de institucionalização da saúde-pública favoreceu acompanhamento médico durante a gestação e o aparecimento da medicalização dos partos, possibilitando a interferência médica no campo da reprodução. Percebemos ao longo do trabalho que a pesar do progresso no âmbito profissional e institucional, no período estudado, a medicalização do parto e a transferência para o ambiente hospitalar não ocorreram de forma rápida. As conquistas parciais alcançadas pela prática médica institucional foram embasadas no trabalho das mulheres e na incorporação de saberes tradicionais, como demonstra a incorporação das parteiras leigas em espaços institucionais. Além de alvo de políticas de saúde materno infantil, as mulheres ingressam enquanto agentes no campo da saúde pública. Desenvolvem-se alianças e conflitos entre mulheres e médicos no campo da saúde materno-infantil. Utilizam-se enquanto fonte documental produções médicas, dentre elas a *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, documentos oficiais, romances, contos, almanaques e jornais que circulavam em Teresina, biografias, memórias e depoimentos de mulheres nascidas nas décadas de 1920 e 1930.

**Palavras-chave:** Médicos. Parteiras. Parto.

**Abstract:** This paper discusses the relationships between women and physicians, as well as the impact of maternal and child health policies and institutions on women's practices in childbirth in Teresina between 1930 and 1950. For a long time, practices related to childbirth and motherhood belonged to a predominantly female culture outside the medical / male domain. In Piauí, especially in Teresina, more effective medical interference in maternity management emerged in the 1930s and 1940s, linked to the emergence of policies and institutions focused on maternal and child health. However, their interference was limited. Resistance to medical knowledge and maternal and child health services is manifested in the persistence of traditional practices of healing, childbirth and child care. The approach between women and doctors was initially mediated in cases of complicated deliveries. The performance of the doctors in the childbirth, in domestic scope, favored the construction and popularization of the doctor's name, as well as helped in the formation of a clientele for the professional. The high infant mortality rate served as the main justification for attempting to consolidate modern medical knowledge acquired in medical schools. Among the causes of this mortality were pointed out both the poor attendance of the midwives, the lack of necessary knowledge about the births and the ignorance of the own mothers. Although the majority of women

<sup>281</sup>Professora Substituta da UESPI, Campus Torquato Neto. Professora Formadora do Curso de Licenciatura Plena em História UFPI/EaD. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero (UFPI) e Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero (UESPI). E-mail: liviasuelen.m@gmail.com.

continued to be assisted by lay midwives, the process of institutionalizing public health favored medical follow-up during pregnancy and the appearance of medicalization of deliveries, allowing medical interference in the field of reproduction. We noticed throughout the study that despite the progress in the professional and institutional scope, during the studied period, the medicalization of childbirth and the transfer to the hospital environment did not happen quickly. The partial achievements of institutional medical practice were based on the work of women and the incorporation of traditional knowledge, as demonstrated by the incorporation of lay midwives into institutional spaces. In addition to targeting maternal and child health policies, women are entering as agents in the field of public health. Alliances and conflicts are developed between women and doctors in the field of maternal and child health. The documentary documentary includes medical productions, among them the Revista da Associação Piauiense de Medicina, official documents, novels, short stories, almanacs and newspapers circulating in Teresina, biographies, memoirs and testimonies of women born in the 1920s and 1930s.

**Key words:** Doctors. Midwives. Childbirth.

**Resumen:** Este trabajo aborda las relaciones entre mujeres y médicos, así como el impacto de las políticas y las instituciones de salud materno-infantil en las prácticas femeninas relativas al parto, en Teresina, entre 1930 y 1950. Durante mucho tiempo, las prácticas relacionadas con el parto, el parto y la maternidad pertenecieron a una cultura predominantemente femenina, fuera del dominio médico / masculino. En Piauí, especialmente en Teresina, interferencia médica más efectiva en la gestión de la maternidad emerge en las décadas de 1930 y 1940 articulada a la emergencia de políticas e instituciones volcadas a la salud materno-infantil. Sin embargo, su interferencia fue limitada. La resistencia al saber médico ya los servicios de salud materno-infantil se manifiestan en la permanencia de prácticas tradicionales de curación, de parto y de cuidados infantiles. El acercamiento entre mujeres y médicos fue mediado inicialmente en los casos de partos complicados. La actuación de los médicos en los partos, en el ámbito doméstico, favoreció la construcción y la popularización del nombre del médico, así como ayudó en la formación de una clientela para el profesional. La elevada tasa de mortalidad infantil funcionó como la justificación principal en el intento de consolidación de los conocimientos médicos modernos, adquiridos en las Facultades de Medicina. Entre las causas de esta mortalidad se señalaban tanto la mala asistencia de las parteras, la falta de conocimientos necesarios sobre los partos y la ignorancia de las propias madres. Aunque la mayoría de las mujeres seguía siendo asistida por parteras laicas, el proceso de institucionalización de la salud pública favoreció el seguimiento médico durante la gestación y la aparición de la medicalización de los partos, posibilitando la interferencia médica en el campo de la reproducción. Se percibe a lo largo del trabajo que a pesar del progreso en el ámbito profesional e institucional, en el período estudiado, la medicalización del parto y la transferencia al ambiente hospitalario no ocurrieron de forma rápida. Las conquistas parciales alcanzadas por la práctica médica institucional se basaron en el trabajo de las mujeres y en la incorporación de saberes tradicionales, como demuestra la incorporación de las parteras laicas en espacios institucionales. Además de blanco de políticas de salud materno infantil, las mujeres ingresan como agentes en el campo de la salud pública. Se desarrollan alianzas y conflictos entre mujeres y médicos en el campo de la salud materno-infantil. Se utilizaron como fuente documental producciones médicas, entre ellas la Revista de la Asociación Piauiense de Medicina, documentos oficiales, novelas, cuentos, almanaques y periódicos que circulaban en Teresina, biografías, memorias y testimonios de mujeres nacidas en las décadas de 1920 y 1930.

**Palabras clave:** Médicos. Parteras. Entrega

Atualmente o acesso aos serviços públicos de saúde materno-infantil, a prática de dar à luz nas maternidades e a frequência aos consultórios de obstetras e ginecologistas fazem parte do cotidiano de grande parte das mulheres, especialmente as que se tornam mães nas cidades brasileiras. Essas práticas, contudo, nem sempre foram habituais às mulheres, uma vez que são históricas. Durante muito tempo, as práticas relacionadas ao parto e à maternagem pertenceram a uma cultura predominantemente feminina, fora do domínio médico/masculino.

Este trabalho pretende historicizar a atuação médica/masculina nas práticas de parto, em âmbito domiciliar e hospitalar, bem como a aproximação entre médicos e parteiras. Para tanto, o texto organizou-se a partir destes três pontos. Consideramos estes lócus de análise como possibilidades de entender o processo de reconhecimento e legitimação do médico na esfera do parto e na gestão do corpo feminino bem como a medicalização dos partos no recorte temporal proposto.

### **Médicos e o parto domiciliar**

No Piauí, especialmente em Teresina, interferência médica mais efetiva na gestão da maternidade emerge nas décadas de 1930 e 1940 articulada à emergência de políticas e instituições voltadas à saúde materno-infantil<sup>282</sup>. Contudo, sua interferência foi limitada. A resistência feminina ao saber médico e aos serviços de saúde materno-infantil se manifestam na permanência de práticas tradicionais de cura, de parto e de cuidados infantis, espaços tradicionalmente femininos.

Uma das maiores causas das resistências centrava-se no pudor feminino.<sup>283</sup> Em decorrência deste traço, a entrada dos médicos no terreno do parto, ia ocorrendo mediante o atendimento de partos complicados, em que o medo da morte venciam o pudor e a vergonha. Dr. José Pires de Oliveira<sup>284</sup>, formado em 1935, na Faculdade de Medicina da Bahia, foi médico generalista por muito tempo em Barras e, posteriormente, obstetra na cidade de Teresina, lembra que

As dificuldades eram grandes, no início. Havia casos complicados para o médico, principalmente do interior do meu Estado. Eu tive oportunidade de ser chamado para assistir a uma parturiente e ouvi do chefe da família o seguinte: ‘Eu chamei o senhor para fazer uma ‘injeção de força’ na minha mulher. Lá dentro do quarto você não entra. Lá, fica apenas a parteira’. Dificuldades desta ordem enfrentávamos com frequência [...] Tal o pudor de algumas parturientes, ou dos seus maridos.(CARVALHO JUNIOR,1989,p.97).

---

<sup>282</sup> No período em estudo foram criados espaços institucionais voltados ao atendimento da saúde materna e infantil, surgindo centros de saúde, maternidades, lactários e postos de puericultura. Estas instituições visavam redefinir práticas relativas à gestação, ao parto, bem como as formas de cuidado infantis então em vigor. CARDOSO, 2010; MORAES, 2014; MARINHO, 2018

<sup>283</sup>Essa reserva com relação ao corpo evidencia impacto do processo civilizador, analisado por Norbert Elias. Segundo o autor, com interiorização da vergonha, dever-se-ia “evitar expor, sem necessidade, as partes às quais a natureza atribuiu pudor. Se a necessidade a compele, isto deveria ser feito com decência e reserva, mesmo que ninguém mais estivesse presente”. (ELIAS, 1994, p.136)

<sup>284</sup> Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1935. Iniciou sua atividade profissional pela cidade de Barras; foi clínico generalista e obstetra. Mudou-se para Teresina, trabalhou na Maternidade São Vicente de Ver: RAMOS, 2003. p.98.

A partir da memória do médico, é possível acentuar que recorrer ao médico constituía o último recurso. E, mesmo, diante da expectativa de morte da parturiente, seu acesso à cena do parto poderia ser parcial, como ocorreu na situação narrada.

Os médicos passaram a estabelecer a relação entre atendimento médico durante o parto e segurança. Esta associação permitiu que os médicos principiassem o processo de legitimação de sua atividade neste campo, no seio da família, especialmente nos segmentos mais elevados (CARDOSO, 2010. p.439). Na verdade, começava-se a estabelecer a importância do médico no momento do parto e no acompanhamento da gestação.

O sistema de compadrio também favorecia o reconhecimento e a legitimação médica na esfera do parto e na gestão do corpo feminino. Bugyja Brito, em suas memórias, relata que, entre as décadas de 1910 e 1940, o médico Manoel Sotero Vaz da Silveira<sup>285</sup> tornou-se conhecido por ter o maior número de afilhados em Teresina dentro do período em que clinicou (BRITO, 1977, p.191). Todos os afilhados decorriam do fato dele ter feito os partos respectivos e não ter recebido honorários.

Um dos caminhos no processo de legitimação, como vemos, era o exercício da benemerência. Atender cordialmente as famílias e auxiliá-las em momento de renovação das gerações possibilitava respaldo e legitimidade social.

Outra possibilidade era produzir a legitimação, na família de origem. Principiar a atuação no campo do parto, atendendo a parentes, como ocorreu com Leônidas Melo, no começo do século XX (MELO, 1976. p.180-184). Em 1921, o médico, retorna ao estado do Piauí, depois de formar-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. À época atendeu uma cunhada, às pressas, após uma intervenção da parteira. No trecho lê-se:

[...] Minha cunhada, por natural acanhamento, comum nas senhoras piauienses, sobretudo a esse tempo, opôs-se a que meu irmão me chamasse. A velha Margarida lhe assegurara que tudo ia bem e o menino nasceria em paz. Mas o tempo passava e o menino não nascia. Foi precisamente à hora em que se realizava o banquete que a velha parteira desanimou e disse ao meu irmão que o menino não podia nascer “porque estava morto”. Otávio correu à minha procura [...]. entrei examinei minha cunhada [...] pratiquei massagens externas. Rapidamente as contrações se tornaram fortes, a criança nasceu. Nasceu bem viva, chorando alto (MELO, 1976, p.180-181).

O sucesso do médico propiciou a assistência a mais duas parturientes. Segundo rememora, no atendimento das parturientes: “[...] Deus ajudou e em ambos também fui feliz” (MELO, 1976, p.181). O relato de Leônidas Melo indica que o sucesso do médico em casos

---

<sup>285</sup> Médico e político. Foi diretor do Departamento Estadual de Saúde Pública e da diretoria da Instrução Pública do Estado. Ver: GONÇALVES, 2003.

complicados favorecia a construção e a popularização do nome do médico, bem como auxiliava na formação de uma clientela para o profissional.

Os médicos generalistas, que eram a maioria, no período em estudo, como afirma o Dr. José Pires de Oliveira<sup>286</sup>, para constituir um campo de atuação tinham “que saber um pouco também de obstetrícia”. Tal saber era ainda mais imprescindível para clinicar no interior do Estado, de tal modo que o “o médico não orientado para a obstetrícia não podia pensar em interior” (CARVALHO JUNIOR, 1989, p.97). Vale ressaltar que os médicos que atuavam no Estado, mesmo generalistas, em geral, eram conhecedores da criação de campos específicos sobre o corpo feminino, a ginecologia e a obstetrícia, ainda no século XIX, nas Faculdades de Medicina (ROHDEN, 2000)

Uma vez que os médicos eram chamados, geralmente, nos casos complicados, era comum o uso do fórceps, quando da intervenção médica. Tratava-se de um recurso em caso de parto laborioso<sup>287</sup>. Segundo o médico José Pires de Oliveira, diante dessas ocasiões, era preciso agir com presteza para evitar o sofrimento que o momento do parto envolvia. Ao rememorar sua prática obstétrica, no final da década de 1930, relata:

Não contávamos com auxiliares, nem medicação adequada, a não ser a corriqueira, que se leva na maleta de urgência, nos chamados rurais [... ] Levava-se, também anticoagulantes. Não tínhamos nem sulfa, nem antibiótico, mas eu conduzia comigo, para emergências, um esterilizador, com fórceps, um baixo e um de alívio (CARVALHO JUNIOR, 1989, p.98)

Dentro do próprio campo da medicina, diante das possibilidades restritas da época, a utilização desse utensílio ajudou a salvar muitas vidas, tanto das mães quanto das crianças. Isto, por sua vez, favoreceu o reconhecimento da intervenção e do saber médico neste campo. Vale lembrar que a possibilidade do médico adentrar a cena do parto estava ligada à associação entre intervenção médica e afastamento do perigo de morte.

Se o uso do fórceps, os cuidados e as relações de compadrio favoreciam o reconhecimento e a legitimação médica, no âmbito do parto, no interior do Estado, a ação médica permanecia limitada, em virtude de condições estruturais. Além do pudor, as dificuldades de acesso às parturientes restringiam a ação médica no parto. Os médicos que se firmaram, a partir da atuação no interior do Estado, conviveram, por exemplo, com dificuldades de acesso às residências das parturientes. Francisco Ferreira Ramos, em *Memorial do Hospital Getúlio*

---

<sup>286</sup>Segundo o Dr. José Pires de Oliveira: “O médico tinha que ser generalista e atender a todos que o procurassem. [...] Tinha que ser clínico, parteiro, oftalmologista, otorrino, de acordo com o doente que apareceu no consultório.” Ver: CARVALHO JUNIOR, 1989, op. cit., p.99.

<sup>287</sup> O parto “laborioso” consistia em situação melindrosa para o médico parteiro, porque exigia manobras obstétricas e certa perícia.

Vargas, ao abordar a trajetória do Dr. João Fortes Siqueira<sup>288</sup> em Piracuruca, em meados dos anos 1930, relata:

Os partos eram feitos nas residências. Muitos no interior do município a alguns quilômetros da cidade. Fazia as viagens ora a pé, ora a cavalo, durante o dia ou à noite, com ou sem chuva. Algumas vezes, diante de partos complicados, ficava dois a três dias na casa da parturiente, dando assistência, e, de lá, já partia para outro caso, na cidade ou em localidades do interior do município [...] (RAMOS, 2003, p.100, p.102)

Os poucos médicos que poderiam oferecer auxílio tinham que vencer várias barreiras no momento da emergência no parto, como a condição financeira da população, a distância, a alta de equipamentos e o tempo que teria que dispor, na tentativa de resguardar a vida da parturiente e da criança. Para legitimar sua participação no ato de partejar, os médicos tinham que demonstrar doação e solidariedade, que, tradicionalmente, envolviam o parto.

José Pires de Oliveira, formado em 1935, relata que ser obstetra à sua época significava total entrega e disponibilidade à profissão. Segundo o médico:

As nossas mulheres tinham de compreender a vida do médico seu marido, porque ele, praticamente, não pertencia só a sua família. Ser mulher de médico era renunciar a muitas atividades sociais, principalmente o obstetra, sem hora para trabalhar. O parto de uma primípara não se faz com rapidez. Às vezes demora 12 a mais horas, sob observação constante (CARVALHO JUNIOR, 1989, p.101).

Assim, à medida que os médicos adentravam o espaço doméstico, mediante as ocorrências de parto, esses esculápios também tentavam legitimar-se no gerenciamento da saúde feminina e da reprodução. Segundo eles, detinham um conhecimento científico, que, por exemplo, as parteiras leigas não tinham.

O ingresso dos médicos nas casas das parturientes através dos casos complicados permitiu o contato entre parteiras e médicos, estabelecendo relações mediadas por parcerias e conflitos. Nesses casos, abriram-se espaços para a circulação de saberes e, evidentemente, para readaptações nos procedimentos de uns e outros. Parteiras e mulheres poderiam observar as técnicas utilizadas pelos médicos, a higiene e o uso dos remédios, bem como os médicos aprenderiam a lidar e se inserir nas redes de solidariedade tradicionalmente femininas.

## **Médicos e o parto hospitalar**

---

<sup>288</sup> Formou-se pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em 1934. Retornando a Piracuruca, foi um dos fundadores da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância que teve como objetivo angariar recursos para construção da Maternidade. Instalada a Maternidade na cidade, foi criado o Clube das Mães. RAMOS, 2003, p.102-103.

A partir de 1930, com a criação de políticas de saúde e instituições médico-hospitalares voltadas para a atenção materno-infantil, em Teresina, valorizou-se a intervenção médica no parto e a transformação deste em uma prática hospitalar. No contexto, se abriram oportunidades de atuações profissionais para os médicos piauienses, generalistas e especialistas, na operacionalização de políticas de saúde pública. Analisaremos a atuação médica em três instituições, a saber, a Santa Casa de Misericórdia<sup>289</sup>, o Hospital Getúlio Vargas<sup>290</sup> e a Maternidade São Vicente.

Apesar do progresso no âmbito profissional e institucional, no período estudado, a medicalização do parto e a transferência para o ambiente hospitalar não ocorreram de forma rápida. No final da década de 1950, atendimento obstétrico, na capital, ainda não acontecia de acordo com ideal almejado pelos médicos da área. Os médicos destacavam a permanência das práticas de parteiras, principalmente entre as mulheres de classes populares ou residentes no interior do Estado, que recorriam ao parto hospitalar apenas em situações agravadas. A assistência médica havia sido incorporada, principalmente nos segmentos mais elevados (CARDOSO, 2010, p. 439). A possibilidade de minimizar os riscos de mortalidade ocorreria, segundo os médicos, através de suas intervenções, mediante aplicação de conhecimento especializado e das inovações científicas no campo da obstetrícia.<sup>291</sup>

Os médicos piauienses posicionam-se a favor da intervenção médica sobre o processo do parto. À medida que tinham contato com as moléstias específicas do corpo feminino e com os partos, os médicos iam adquirindo experiência e produzindo um saber institucional, a partir dos casos que vivenciavam no ambiente hospitalar. Os casos de sucesso médico viabilizavam a confiança e a aceitação da intervenção médica no parto.

Conforme já referido, na década de 1930, a intervenção obstétrica mais comum era o uso do fórceps e as versões por manobras interna, sob anestesia geral ou com éter ou clorofórmio (MARTINS, 2004, p. 192). No contexto, as mortalidades fetal e materna eram elevadas pelas infecções puerperais graves, quando não se contava com medicamentos indicados para tais situações.

---

<sup>289</sup> O atendimento hospitalar até a década de 1940, em Teresina, estava centrado na Santa Casa de Misericórdia. Fundada, em 1849 na cidade de Oeiras, com a denominação Hospital de Caridade, fora transferida para Teresina em 1854. SILVA, 2007.

<sup>290</sup> Inaugurado em 1941, durante a interventoria de Leônidas de Castro Melo. SILVA, 2007.

<sup>291</sup> Ana Paula Vosne Martins afirma que o desde o século XIX, na Europa, multiplicaram-se as publicações médicas sobre a singularidade da fisiologia e da anatomia do corpo feminino, prescreveram-se condutas através da higiene, técnicas de tratamento, instrumentos cirúrgicos, medicamentos, analgésicos e vacinas. Essas discussões faziam-se presentes nas Faculdades de Medicina, no Brasil, no final do século XIX e início do século XX. MARTINS, 2005, p. 650.

As intervenções cirúrgicas foram aos poucos fazendo parte do cotidiano médico, tendo em vista que a maioria dos casos registrados, na assistência hospitalar, tratava-se de casos complicados. Em 1939, José Emílio Falcão Costa, chefe da Clínica Obstétrica da Santa Casa de Misericórdia, demonstra que já havia possibilidade de sucesso nas incursões cirúrgicas em gestantes (COSTA, 1939, p. 115-118). Em artigo publicado na *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, o médico relata o caso de sucesso de uma laparotomia<sup>292</sup> realizada no hospital devido à constatação de uma gravidez ectópica<sup>293</sup> abdominal.

O desenvolvimento das gestações anômalas, que ocorriam fora da cavidade uterina, geralmente nas trompas, no colo do útero ou na região abdominal, foi objeto de estudo de muitos esculápios, entre 1930 e 1940, que visavam compreender seu funcionamento e as formas principais de intervenção, com vista a salvaguarda da vida da mulher (COSTA, 1939, p. 115-118; CHAIB, 1943, p. 19-30; VASCONCELOS, 1948, p. 16-23).

O alívio da dor era outra prerrogativa do auxílio médico na realização dos partos com intervenção cirúrgica. Na década de 1940, o dr. Rocha Furtado relata em sessão da Associação Piauiense de Medicina o êxito que vinha tendo com a anestesia Peridural<sup>294</sup>, introduzida pelo dr. Zenon Rocha, largamente empregada na clínica cirúrgica do Hospital Getúlio Vargas (SESSÃO..., 1943, p. 45). Em 1944, o Dr. Gerardo Vasconcelos afirma ser a anestesia peridural a “preferencial” também na sala de cirurgia (SESSÃO..., 1944, p. 50).

O tratamento das infecções puerperais tornou-se alvo da atenção dos médicos, no ambiente hospitalar. A moléstia acometia as mulheres no período do pós-parto e era ocasionada, de acordo com os médicos, pela invasão de microorganismos patogênicos no aparelho genital feminino durante o momento da parturição ou, seja, após o toque feito por parteiras ou atendimento de urgência realizado pelos médicos (CARVALHO, 1943). Em Teresina, com o funcionamento da Clínica Obstétrica no Hospital Getúlio Vargas, uma enfermaria foi dedicada exclusivamente às puérperas infectadas. No espaço, realizavam um ritual obrigatório de esterilização dos materiais utilizados na sala do parto. O método mais frequente era o processo de fervura de luvas e seringas, sendo estes posteriormente lavados e inseridos na cuba para flambar (MAPURUNGA, 2003. p. 20)

Com o parto hospitalar e a atuação médica, hábitos e costumes típicos do modo de atuação das parteiras foram mudados. No parto hospitalar, havia a ausência da família na hora do parto,

---

<sup>292</sup> Laparotomia é o procedimento de retirada do mioma uterino através da abertura cirúrgica da parede abdominal.

<sup>293</sup> Gravidez que se desenvolve fora da cavidade uterina.

<sup>294</sup> A anestesia peridural é um tipo de anestesia que não entra na corrente sanguínea e afeta somente uma parte do corpo, mantendo a pessoa acordada. Disponível em: <http://www.tuasauade.com/anestesia-peridural/> Acessado em: 05/06/2013, 17:42h

bem como a possibilidade de realização de um parto sem dor. Após o parto, a visita da família obedecia às normas institucionais. A parturiente, por sua vez, era tratada como paciente/doente.

### **Estado, parteiras e médicos**

O trabalho das parteiras constituiu uma das bases da institucionalização das políticas de saúde materno-infantil. Simultaneamente, operou-se a desqualificação de seu trabalho e sua inserção no ambiente hospitalar. Institui-se o hospital e a maternidade como lugares legítimos para o parto, mas se manteve o trabalho efetivado pelas parteiras nesses espaços, conforme discorremos a seguir.

A possibilidade de as parteiras se oficializarem no exercício da atividade permanecia muito distante da realidade da maioria das mulheres-parteiras, em Teresina, já que não existiam cursos de parteiras, na cidade, e a maioria não tinha recursos para estudar em outros estados.<sup>295</sup> Contudo, entre os anos de 1920 e 1930, encontram-se nos jornais e almanaques piauienses, anúncios de parteiras diplomadas, bem como a especificação da experiência profissional em maternidades de grandes centros.<sup>296</sup>

Iniciativa para redefinir o trabalho das parteiras ocorreu com a formação de especialistas no campo da saúde pública, as visitadoras sanitárias, que, deveriam, dentre outras funções, levar as parteiras curiosas ao Centro de Saúde, para que pudessem adquirir conhecimentos científicos relativos ao parto. Cabia ao serviço, a fiscalização, a matrícula e a instrução das parteiras leigas, conforme almejava os discursos disciplinadores do código sanitário e de normas dos Centros de Saúde.

No Regulamento do Departamento de Saúde Pública do Piauí, de 1938, estipulava-se que as parteiras e as enfermeiras obstétricas apenas poderiam exercer a profissão no Estado após “registro na seção de fiscalização do exercício profissional do Departamento Nacional de Saúde e na repartição sanitária competente” (BATISTA, 2011, p.112). Estratégia utilizada pelo Estado era a de converter as parteiras curiosas à esfera do discurso sanitário e, quando possível, formá-las e torná-las visitadoras, devidamente autorizadas pelo discurso dominante (BATISTA, 2011, p.111-117).

---

<sup>295</sup> Em relação ao parto, havia a possibilidade, no Rio de Janeiro e na Bahia, desde o século XIX, de proporcionar às parteiras uma formação, segundo os preceitos médicos, mais condizentes com as atividades que elas desenvolviam. (MOTT, 1999, p. 133-160; RIESCO; TSUNECHIRO, 2002, p. 450)

<sup>296</sup> Em 1927, Maria José dos Santos, parteira diplomada, anunciava seus serviços no jornal *A Imprensa* e em 1938, a parteira Anália Silva Rios, encarregada do *Lactário Suzanne Jacob*, em Parnaíba, oferecia seus serviços em anúncio do *Almanaque da Parnaíba*. Ver: CARDOSO, 2010, p.434.

No Piauí, a iniciativa foi de seguir o modelo Nacional dos Centros de Saúde, considerando que a melhor forma de “combatê-las” era incorporando-as às instituições voltadas para a saúde pública (SILVA, 1939, p. 27-28).

Mesmo as parteiras registradas e as visitadoras sanitárias autorizadas não puderam exercer suas práticas sem restrições. No código sanitário era vedada a prestação assistência fora dos casos de urgência às parturientes que não tivessem atestado médico, prevendo, na medida do possível, parto normal; a prestação de assistência médica a mulheres e crianças fora do período do parto, assim como a realização de intervenção cirúrgica; receber parturientes e gestantes em sua residência ou em estabelecimento sob sua direção; prescrever medicações, salvo em caso de urgência, até que chegasse o médico (BATISTA, 2011, p.113). Os limites da atuação da visitadora e da parteira registrada estavam na necessidade do atendimento médico. Desta forma, o desejo era facilitar também o acesso dos médicos com quem trabalhavam aos lares das parturientes, ou encaminhá-las ao hospital, caso certas intervenções fossem necessárias.

Ao tempo em que a criação do serviço de pré-natal dos Centros de Saúde e Postos de Higiene contribuiu para aproximação entre médicos, visitadoras sanitárias e parteiras, a convivência destes agentes de saúde, nesses espaços, também foi marcada por relações conflituosas. As parteiras passaram a dispor de mais técnicas de intervenção, as quais, quando colocadas em prática, nem sempre iam de acordo com as regras estabelecidas pelo código sanitário (FURTADO, 1939, p. 126).

Investiu-se na desarticulação da relação entre parteira e gestante, para que houvesse espaço para a ação higienista da autoridade sanitária. As parteiras práticas<sup>297</sup> eram acusadas de “charlatanismo” e de “ignorância”. Do ponto de vista médico, as mulheres que partejavam sem deter formação específica, parteiras, “curiosas” ou comadres eram desqualificadas. Segundo o médico Otávio de Freitas<sup>298</sup>:

Sem preparos, sem cultivo científico algum, desconhecendo as mais mezinhas regras anatômicas, às vezes mesmo, completamente analfabetas, as nossas parteiras foram em muitas ocasiões a causa dos mais sérios desastres no momento do parto a termo e antes deste mesmo, quando, por instâncias das interessadas, intervinham provocando abortos criminosamente por meios os mais grosseiros e impertinentes (FREITAS, 1904, p. 102)

Apesar das recomendações, aos seus profissionais, para que mantivessem uma relação colaborativa com as parteiras, na prática, isso nem sempre acontecia (BATISTA, 2011, p. 107-

---

<sup>297</sup> O termo parteira prática refere-se às mulheres que exerciam a arte de partejar sem ter o diploma.

<sup>298</sup> O Dr. Otávio de Freitas foi médico sanitarista, administrador de saúde pública, escritor, jornalista e pesquisador.

118). As ideologias e os valores profissionais de médicos e enfermeiras visitadoras os compeliavam a percebê-las como um grupo que, em certas situações, ao invés de ajudar, atrapalhava o sucesso das medidas sanitárias dirigidas à população materno-infantil.

A criação de instituições hospitalares com prestação de serviços voltados para o atendimento materno-infantil, no Piauí, também possibilitou a criação de um campo profissional para as parteiras, mas sob controle dos médicos. Na Santa Casa de Misericórdia, as pacientes internadas eram assistidas pelas parteiras, deixando o atendimento médico apenas para os casos extremamente complicados.

Quando o Hospital Getúlio Vargas foi inaugurado, em 1941, criou-se um espaço especializado para a assistência das parturientes. Naquele momento, a incipiência da atuação de enfermeiras diplomadas no Piauí teve que ser suprida com os serviços das freiras e das enfermeiras-parteiros<sup>299</sup>(NOGUEIRA,1996, p.86).

A tentativa de organização hospitalar assistida pelos conhecimentos de uma enfermeira-diplomada iniciou-se em Teresina a partir do recrutamento de Dagmar Rodrigues de Oliveira junto à Escola de Enfermagem Anna Nery, parceria com o Ministério da Educação e Saúde – Departamento Nacional de Saúde (NOGUEIRA, 1996, p.88; RAMOS, 2003, p.138). Ao assumir o posto de enfermeira-chefe, Dagmar ofereceu treinamento específico, com duração de seis meses, para seis atendentes remanejadas da Santa Casa de Misericórdia e as 30 novatas, antes da inauguração do hospital.

Algumas parteiras do Hospital Getúlio Vargas tiveram a oportunidade de participar desse curso, que incluía a preparação das parteiras. As demais parteiras que trabalharam no hospital aprenderam a arte de partejar por meio da observação das atividades realizadas pelas parteiras mais experientes e da atividade médica (MAPURUNGA, et. al., 2003, p.16).

A atividade das parteiras na Clínica Obstétrica era bem mais frequente do que a dos obstetras. Eram as parteiras, conhecidas no ambiente hospitalar como enfermeiras, que participavam do ritual de preparo e realização dos partos ditos “normais”. D. Maria de Lurdes Alves da Silva, por exemplo, durante os anos de 1940 e 1950, teve dez filhos dos quais dois nasceram em casa e seis no Hospital Getúlio Vargas e dois na Maternidade São Vicente. A entrevistada enfatiza que a presença do médico não era comum na cena do parto, resumia-se a “quando estava em perigo” (SANTOS, M., 2013). No geral, “eram as enfermeiras que iam fazer, se não desse, elas chamavam o médico.” (SANTOS, M., 2013). As parteiras apenas

---

<sup>299</sup> Na época a denominação enfermeira era utilizada para os trabalhadores que prestavam assistência a clientela do hospital. O termo não se refere às enfermeiras diplomadas. Ver: MAPURUNGA, 2003. p.11-12.

tinham autorização e conhecimentos relativos aos partos normais. Quando havia alguma complicação ou houvesse necessidade de intervenção cirúrgica, o médico era chamado.

Ressalta-se que as parteiras encarregavam-se do atendimento dos partos das mulheres pobres. Nesse caos, o médico era chamado quando havia complicação. Os partos de pacientes mais abastadas, atendidas mediante pagamento, eram realizados por médicos (MAPURUNGA, et. al. , 2003, p.17)

Quando inaugurada, a Maternidade São Vicente em 1954, a instituição contava com um total de 37 servidores, todos provenientes da Clínica Obstétrica do Hospital Getúlio Vargas. Dentre esses profissionais, havia sete parteiras (SOUSA, 2005. p.35). No espaço da maternidade<sup>300</sup>, o exercício das parteiras mantinha relação estreita com a atividade das atendentes.

As parturientes que chegavam à maternidade eram atendidas inicialmente pela atendente, que se responsabilizava pela assepsia antes do toque, a tricotomia e a utilização de mercúrio cromo. Apresentava ainda o pré-parto e a sala de parto, onde a parturiente ficava com a parteira até a realização do parto. Em vista do maior número de “partos normais”, a atividade da parteira predominou na maternidade, na década de 1950 (MARTINS, 1961,p. 33)

As parteiras que trabalhavam no espaço hospitalar, no período em estudo, continuavam mantendo prestígio no espaço domiciliar. A respeito do tema, eis depoimento de uma auxiliar de enfermagem da Maternidade São Vicente, concedida a Aldi Sousa:

Quando as pacientes não tinham condições e moravam distantes da Maternidade, a gente ia buscar de ambulância em qualquer lugar de Teresina. Nós íamos preparadas, com material e tudo. Se chegasse na casa e a paciente já estivesse parido ou quando chegasse lá estivesse acabando de parir, a gente terminava o parto e deixava ela lá, tudo direitinho, a não ser que houvesse uma ruptura ou outra complicação[...] Lá, nós fazíamos a medicação, fazíamos o parto e deixávamos a mãe acomodada [...] Sempre avisávamos que qualquer coisa, como febre, fosse nos procurar (SOUSA, 2005. p. 39).

A parteira/enfermeira da Maternidade incorporou conhecimentos médico-científicos e higiênicos, no espaço hospitalar e, ao mesmo tempo, era objeto da confiança das parturientes, que de longa data reconheciam a ação das parteiras no momento do parto.

A formação de um grupo de profissionais femininas em ações específicas de cuidados materno-infantis, incluindo a assistência ao parto hospitalar, denota o princípio de substituição do parto domiciliar pelo hospitalar e, ao mesmo tempo, de substituição da assistência

---

<sup>300</sup>A Maternidade São Vicente estruturava-se com 110 leitos, uma enfermaria de gestantes, duas de puérperas normais, uma de puérpera infectada, uma enfermaria de operadas, uma pequena enfermaria para gravidez de alto risco, uma para eclampsia, uma sala de cirurgia, três salas de parto, dez apartamentos para pensionistas e um berçário. MARTINS; PAZ, 2003. p. 129.

tradicionalmente prestada pela parteira “curiosa”, por parteiras detentoras de conhecimento científico e médicos. No Piauí, observamos que, no período em estudo, as ações que visavam à institucionalização e medicalização do parto, principalmente na capital do Estado, estavam embasadas no trabalho das mulheres. Algumas parteiras migraram para o ambiente hospitalar e outras que não ingressaram eram constantemente “convidadas” pelas visitadoras sanitárias para receber novas instruções de parto, mediadas pelo saber médico. O Estado não prescindiu do saber das parteiras. Uma das formas de institucionalizar as parteiras consistiu em incorporar e ressignificar suas práticas tradicionais.

### Referências

CARVALHO, J. Coriolano de. *Trinta casos de infecções puerperais*. (Trabalho discutido e apresentado na 11 Semana Paulista-Carioca de Ginecologia e Obstetrícia) Rio de Janeiro, 1943.

CHAIB, Salomão A. Prenhez tubária Rota. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n. 6, p. 19-30, jun., 1943.

COSTA, Emilio. Um caso de prenhez abdominal, com feto vivo, no 9º mês de gestação. Teresina: *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, n.2, p. 115-118, dez., 1939.

FREITAS, Otávio de. *Nossos médicos e a nossa medicina*. Recife, 1904.

FURTADO, Rocha. Administração intempestiva de um ocitócito e conseqüente ruptura uterina, histerectomia, peritone, morte. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.2, p. 126, dez., 1939.

MARTINS, Ursulino; PAZ, Renato. Mortalidade Infantil no Piauí: Influência da má assistência obstétrica. *Revista na Associação Piauiense de Medicina*, n.20, p. 27-28, 1961.

SANTOS, Maria de Lurdes Alves dos. *Depoimento concedido a Livia Suelen Sousa Moraes*. Teresina, 2013.

SESSÃO de 12 de maio de 1944. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.8, p. 50, dez., 1944.

SESSÃO de 9 de janeiro de 1942. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, n. 6, p. 45, junho, 1943.

SILVA, Candido. Centro de Saúde de Teresina *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.1, p. 27-28, ago., 1939

VASCONCELOS, Gerardo. Prenhez Tubária Rôta – Prenhez Tópica – Superfecundação e Superfetação. *Revista na Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.10, p.16-23, 1948.

BATISTA, José Wilson Campos. História da Anestesiologia. In: SANTOS JUNIOR, Luiz Airton (Org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Ed. Academia de Medicina do Piauí; 2003.

BATISTA, Sorailk Lopes. *Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

BRITO, Antonio Bugyja. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977. v. 1.p.191.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO JUNIOR, Dagoberto Ferreira de. *A obstetrícia no Piauí: subsídios para sua história*. Recife: Ed. Apipucos, 1989.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1994.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico Piauiense Ilustrado 1549 – 2003*. Teresina, 2003.

MAPURUNGA, Gláucia A. et. al. *A arte de partejar no Hospital Getúlio Vargas: um olhar das parteiras tradicionais (Teresina – 1941/1954)*. Monografia (Departamento de Enfermagem), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2003.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter sã a criança sã*”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n.3, p. 650, set.-dez., 2005

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FioCRuz, 2004.

MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: ‘memórias’ à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI: 1976.

MORAES, Livia Suelen Sousa. *Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

MOTT, Maria Lucia de Barros. O curso de partos: deve ou não haver parteiras?. *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, nov., 1999.

NOGUEIRA, Lydia Tolstenko. *A trajetória da enfermagem moderna no Piauí: 1937-1977*. Tese (Doutorado em Enfermagem), Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

PAZ, Renato. História da Maternidade São Vicente. In: SANTOS JUNIOR, Luiz Airton (Org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Ed. Academia de Medicina do Piauí; 2003.

**Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 212 - 226. ISSN:

RAMOS, Francisco Ferreira. *Memorial do Hospital Getúlio Vargas: contexto histórico-político-econômico-sócio-cultural 1500 – 2000*. Teresina: Gráfica do povo, 2003.

RIESCO, Maria Luiza; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrizas e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades?. *Estudos Feministas*, ano 10, p. 449-459, 2. sem., 2002.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher*. Tese de doutorado em Antropologia, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 2000.

SILVA, Iêda Moura da Silva. *Tempos de epidemias: a medicalização da sociedade teresinense nas primeiras décadas do Regime Republicano*. Monografia. Teresina, 2007.

SOUSA, Aldi Lima de. *A história da enfermagem obstétrica na Maternidade São Vicente (1954 a 1976)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Enfermagem), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

**NASCE UM BAIRRO: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO  
ITARARÉ E SUAS SOCIABILIDADES (1977-1985)**

**A NEIGHBORHOOD IS BORN: AN ANALYSIS OF THE TRAINING PROCESS OF THE  
ITARARÉ AND ITS SOCIABILITIES (1977-1985)**

**NASCE UN BAIRRO: UN ANÁLISIS SOBRE EL PROCESO DE FORMACIÓN DEL  
ITARARÉ Y SUS SOCIABILIDAD (1977-1985)**

George Gabriel de Amorim<sup>301</sup>  
Marcelo de Sousa Neto<sup>302</sup>

**Resumo:** Este artigo visa compreender a história e memória acerca do conjunto Itararé, uma vez que o mesmo foi criado sob Políticas Públicas, sendo resultado de programas cujo os objetivos eram modernização da cidade de Teresina, na década de 1970. Nesse sentido é válido ressaltar que os moradores do Itararé enfrentariam muitas adversidades no novo espaço na qual a infraestrutura seria o principal encaixe nas vivências dos moradores. Em face ao cotidiano dos residentes do Itararé, as sociabilidades foi o refúgio contra as mazelas sociais encontrado pelos moradores atentando ao fato de que a falta de infraestrutura e as limitadas sociabilidades no Itararé estão relacionadas a inexistência de assistência pública no Itararé nos primórdio do conjunto.

**Palavras-chave:** Cotidiano. Políticas públicas. Sociabilidades.

**Abstract:** This article aims to understand the history and memory of the Itararé complex, since it was created under Public Policies, being the result of programs whose objectives were the modernization of the city of Teresina in the 1970s. In this sense, it is worth emphasizing that the residents of Itararé would face many adversities in the new space in which infrastructure would be the main thrust in the residents' experiences. In the face of the daily life of the residents of Itararé, sociability was the refuge against the social ills encountered by the residents, in view of the fact that the lack of infrastructure and the limited sociability in Itararé are related to the lack of public assistance in Itararé at the beginning of the whole.

**Keywords:** Everyday. Public policy. Sociabilities.

**Resumen:** Este artículo pretende comprender la historia y memoria acerca del conjunto Itararé, una vez que el mismo fue creado bajo Políticas Públicas, siendo resultado de programas cuyos objetivos eran modernización de la ciudad de Teresina, en la década de 1970. En ese sentido es válido resaltar que los habitantes del Itararé enfrentarían muchas adversidades en el nuevo espacio en el que la infraestructura sería el principal paso en las vivencias de los moradores. En cuanto a lo cotidiano de los residentes del Itararé, las sociabilidades fueron el refugio contra las molestias sociales encontrado por los moradores atentando al hecho de que la falta de infraestructura y las limitadas sociabilidades en el Itararé están relacionadas a la inexistencia de asistencia pública en el Itararé en los primordios del conjunto.

**Palabras clave:** Cotidiano. Políticas públicas. Sociabilidad.

## **INTRODUÇÃO: Os Conjuntos Habitacionais**

<sup>301</sup>Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI e-mail: [georgedavispi@hotmail.com](mailto:georgedavispi@hotmail.com).

<sup>302</sup> Professor Pós Doutor Associado do curso de História da Universidade Estadual do Piauí e Professor da Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Orientador da pesquisa NASCE UM BAIRRO: Uma Análise Sobre o Processo de Formação do Itararé e Suas Sociabilidades entre 1977 a 1985. Email: [casadapolvora@gmail.com](mailto:casadapolvora@gmail.com).

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 227 - 239. ISSN:

A década de 1970 foi de suma importância para a capital Teresinense, a cidade passava por transformações estruturais e novas instituições e espaços de sociabilidades eram criados como por exemplo, a Universidade Federal do Piauí e o Estádio Albertão, respectivamente, no entanto com o crescimento da construção civil inúmeros foram os trabalhadores que migraram para a capital piauiense em busca de trabalho na realização das obras, ocasionando em um grande crescimento populacional no qual resultou em grandes problemas sociais a exemplo das chamadas favelas.

Com o surgimento das primeiras favelas nos quais eram espaços sem um mínimo de infraestrutura urbana onde a população carente teresinense residiam próximos aos bairros centrais da capital, era de se esperar que a elite Teresinense tendo influência no poder do estado promovesse uma higienização social em nome da modernização. Para tanto, em 1964 foi fundado o Banco Nacional de Habitação (BNH), o mesmo foi cirurgicamente importante nas formações do conjuntos habitacionais de Teresina

[...] A criação de órgãos, com o foi o caso do Banco Nacional de Habitação (BNH) e das Cooperativas de Habitação (COHABs), e a criação de mecanismos jurídicos e financeiros, como o Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS), visam viabilizar a acumulação capitalista via produção de habitações, cujo acesso agora é ampliado.<sup>303</sup>

Nesse sentido, a década de 1970 foi recheada de conjuntos habitacionais possibilitando o deslocamento dos pobres de áreas centrais de Teresina para zonas periféricas ao tempo que a modernização em Teresina consistiu em uma política excludente, ou seja, uma cidade de contrastes socioeconômicos. Ainda sobre as habitações

Em Teresina, entre os anos de 1966 e 1969, foram construídos cinco conjuntos habitacionais, com destaque para conjunto habitacional do parque Piauí, com o total de 2.294 unidades, na zona sul, que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto Primavera I, localizado na Zona norte.

No entanto é válido lembrar que o desenvolvimento dos conjuntos habitacionais não usufruía das redes de serviços públicos como água encanada, luz, cartórios, etc. O Estado promovia apenas as residências deixando sua população a mercê da própria sorte para sobreviver. O que se consta é que inúmeros conjuntos habitacionais foram desenvolvidos em Teresina nos anos de 1970, com casas que eram destinadas as pessoas que comprovavam renda de até dois salários mínimos como forma de pagamento podendo ser divididas em ate 25

---

<sup>303</sup>CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Ed. Ática, 1993

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 227 - 239. ISSN:

anos.<sup>304</sup> No recorte analisado podemos destacar a tabela a seguir dos conjuntos habitacionais desenvolvidos pela COHAB-PI na década de 1970:

**Tabela:** Total de habitações produzidas pela COHAB-PI na década de 1970.

Conjunto	Ano	Zona	Nº de Unidades
Cristo Rei	1975	sul	92
Stande- tiro	1977	Sul	40
São Pedro	1977	Sul	66
Ampliação do Parque Piaui	1977	Sul	500
Bela Vista I	1977	Sul	912
União	1977	Norte	80
Saci	1978	Sul	2.034
Itararé	1978	Leste	3.040
São Pedro	1979	Sul	109
DER	1979	Sul	70
Primavera	1970	Norte	100

De acordo com a tabela podemos analisar que foram desenvolvidos 11 conjuntos habitacionais pondo em destaque o Itararé, foram disponibilizadas 3.040 unidades, um numero bem expressivo, além disso o conjunto Itararé, hoje chamado de Dirceu Arcoverde pertencia a região leste, uma vez que o termo sudeste só veio a abranger o Dirceu anos depois com o desenvolvimentos de outros bairros na região.

## **NASCE UM BAIRRO**

Um Bairro Considerado o bairro mais populoso da capital Teresinense, a região do Itararé teve seu inicio em 1977 com a construção do conjunto Itararé. Nesse sentido, muitas pessoas carentes que residiam na zona leste de Teresina, foram obrigadas a mudar- se para o Itararé ao tempo que a região do Jockey estava sendo revitalizada com o combate de habitações irregulares. Assim o projeto Itararé iniciava seu trajeto com grande otimismo como podemos observar na manchete do Jornal o Estado

<sup>304</sup> ARAUJO, Cristina Cunha. De Itararé a Dirceu Arcoverde: o “começo” da história de um bairro.

Considerado como um “projeto fantástico” pelo diretor-presidente da Cohab-Pi, engenheiro José Almeida Neto, o conjunto Itararé, que contará com 3.400 casas será construído no bairro São Cristovão. A obra visa atender somente as famílias de baixa renda [...] Poderão se inscrever para a aquisição de uma casa no Itararé, as pessoas que ganham entre 1 e 1,5 salários. O conjunto será construído num terreno de 115 hectares<sup>305</sup>

Nesse sentido, percebemos que o incremento dos conjuntos habitacionais, iniciava-se uma segregação econômica pautada em cidade dos ricos e cidade dos pobres divisão essa que Raquel Rolnik analisa muito bem ao destacar que

Podemos dizer que hoje nossas cidades têm sua zona sul e sua baixada, e sua “zona”, sua Wall Street e seu ABC. É como se cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial<sup>306</sup>

Em Teresina foi possível distinguir nitidamente essas partes, como observados por Rolnik no qual a zona sul poderia ser representada pelo Jockey, região que a parti dos anos de 1970 potencializou a especulação imobiliária, tornando-se um bairro de valor econômico alto, por outro lado temos o Itararé representando a baixada, de menor valor econômico e social para o Estado, são áreas, grosso modo, marginalizadas. E em seguida a Wall Street sendo representada pelo centro de Teresina por ser o coração econômico da cidade e estarem localizadas as repartições públicas estatais.

As casas do conjunto habitacional do Itararé eram bem simples No início, as residências possuíam estruturas iguais. Algumas casas possuíam cômodos que se resumiam em uma sala, uma cozinha e um banheiro, todos os cômodos pequenos, no conjunto não havia energia elétrica, nem água encanada ou ao menos calçamento.<sup>307</sup>

Desta forma, podemos perceber que as moradias populares foram planejadas para pequenas quantidades de pessoas. Havia três tipos de casas sendo que nas primeiras delas havia um quarto, um banheiro e uma sala além da varanda, no segundo tipo um quarto, banheiro

<sup>305</sup> COHAB construirá 3.400 casas residências no São Cristovão. O Estado, nº 1017, Teresina, 21 ABR. 1976, p. 12.

<sup>306</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Ed. Brasiliense. 1988.

<sup>307</sup> Dirceu Arcoverde: Uma Cidade Que Nasceu da Cidade. Disponível em:

<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/dirceu-arcoverde-uma-cidade-que-nasceu-da-cidade-211931.html>> . Acesso em: 10 Jan 2018.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 227 - 239. ISSN:

e uma pequena cozinha e por fim o ultimo tipo de residência era composta por apenas um banheiro e um cômodo.<sup>308</sup>

Além disso o aspecto urbanístico da região deixava a desejar, as ruas não eram pavimentadas faltavam posto médicos, problemas como esse que foram mencionados por alguns moradores como é percebido no relato da senhora Maria José Amorim “Quando eu cheguei aqui estavam colocando os postes de luz. Não tinha nada de energia. Esses prédios aí todos não tinha. A casa era pequena”, e também corroborando os problemas sociais do recém conjunto construído o morador Rosinaldo Pereira de 43 anos relata que:

Nós éramos conhecidos como homens dos pés amarelos, por conta do barro que tinha aqui nas estradas. Além disso, as pessoas saiam daqui para trabalhar fora. Não tinham com o que se sustentar aqui, agora as pessoas saem de outros bairros para virem trabalhar aqui.<sup>309</sup>

Como vimos, os Relatos acima mencionam as dificuldades vivenciadas pelos primeiros moradores da região do Itararé, um bairro que nascia sob o signo da modernização mas também da segregação social pois já não bastava residir em um espaço distante do centro, espaço onde se concentravam todos os serviços urbanos, ainda tinha que conviver com o preconceito das demais pessoas de outras regiões.

No entanto, mesmo com as adversidades vivenciadas no conjunto Itararé pelos moradores, é importante lembrar que as habitações do novo conjunto proporcionavam uma maior segurança do que antigas casas, uma vez que as residências vividas pelos moradores antes do conjunto ofereciam risco de vida. Entretanto algumas pessoas demonstraram resistência em mudar-se para o Itararé por estarem cientes que o novo conjunto não proporcionava recursos básicos de moradia, como podemos observar no relato do senhor Chico Alves

[...] um dia eu cheguei no meu gabinete, a minha secretária disse Chico, o governador telefonou, quer falar com o senhor“(...)aí eu fui falar com ele(...)”“Chico vem aqui, nós temos um problema, começamos um conjunto habitacional lá no Itararé e o pessoal da Cohab não está conseguindo fazer com que as pessoas habitem, ninguém quer ir pra lá.<sup>310</sup>

---

<sup>308</sup> PINTO, Isaína da Conceição. **A Utopia de um Bairro: Uma Análise Sobre A Formação do Bairro Itararé e Suas Sociabilidades (1975-1980)**. Teresina: Uespi Campus Clóvis Moura, 2012. (monografia de conclusão de curso).

<sup>309</sup> Entrevistas cedida ao portal o dia

<sup>310</sup> ALVES, Francisco. Entrevista concedida à **Isaína da Conceição Pinto**. Teresina, nov. 2010

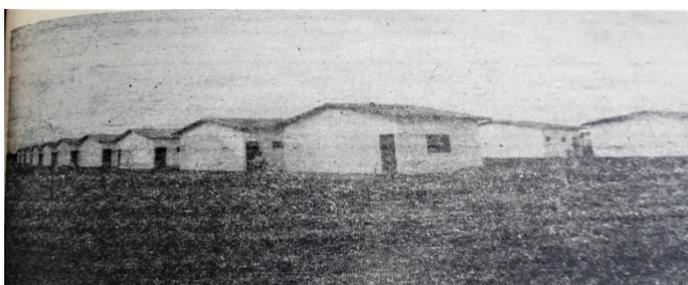
**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 227 - 239. ISSN:

Percebemos que o Senhor Chico Alves, mais que um morador do Itararé era uma figura de enorme confiança do governador cabendo ao Senhor Chico procurar articular o deslocamentos das pessoas que viviam em casas irregulares para o novo conjunto. Em uma outra fala de uma entrevista, concedida á Isaína da Conceição Pinto, o senhor Chico Alves comenta que

O problema é que houve um erro de projeto, eles fizeram um clarão no meio da mata, construíram umas pequenas, mas esqueceram da infraestrutura, num tinha nada. Esqueceram que o povo ia precisar de água, energia, calçamento, de escola, de segurança, de hospital não tinha simplesmente nadinha.<sup>311</sup>

Mais uma vez podemos perceber o descaso do Estado em proporcionar residências em locais sem o mínimo de serviços básicos para os moradores. Nesse sentido os moradores do Itararé foram os modeladores de seu próprio habitat conseguindo contornar todas as adversidades que apareciam. Logo abaixo veremos uma foto das primeiras casas da primeira etapa do conjunto Itararé tirada em 1977 registrada pelo jornal do Piauí que menciona o comprometimento da COHAB com a finalização dos conjuntos habitacionais sendo o Itararé previsto para ter 3.040 unidades.<sup>312</sup> Além disso a fotografia em seguida nos faz concluir que havia uma padronização a nível estrutural das casas no conjunto:

**Figura 1:** PRIMEIRAS RESIDÊNCIAS CONSTRUIDAS NO CONJUNTO ITARARÉ EM 1977.



**Fonte:** Habitação – O projeto do Governo. *Jornal do Piauí*. Teresina, 15 Mar. 1977, p.13. APEPI.

Diante do contexto retratado, percebemos que a cidade de Teresina na década de 70 passava por um período em que os conjuntos habitacionais assistiram os menos abastados, excluídos do seio modernizatório que assolava Teresina, no qual originaria-se o conjunto Itararé, uma região que em contrapartida de suas mazelas sociais, foi palco também de recordações alegres nos embalos de festas, confraternizações dentre muitas outras. Uma região que nascia nas sombras do progresso e que encontrou em seus residentes, os agentes modeladores do bairro em que moravam.

<sup>311</sup> ALVES, 2010.

<sup>312</sup> HABTIÇÃO - O projeto arrojado do Governo. **Jornal do Piauí**. Teresina, 15 Mar. 1977, p. 13.

### **A PERIFERIA EM FESTA : Memórias Acerca das Sociabilidades no Conjunto Itararé**

O Itararé, como vimos nas discussões anteriores, nasceu sob uma política de modernização e higienização social de Teresina na década de 1970. Seus moradores que inicialmente passaram por inúmeras dificuldades devido problemas de infraestrutura e adaptação no novo local, gradativamente foram sentido necessidades de lazer como um refúgio natural para as dificuldades da vida. Nesse contexto de lazer destacou-se a figura de Chico Alves que havia chegado no Itararé em 1977, era o representante do Estado no conjunto, uma vez que o mesmo mostrava ter uma grande afinidade e desenvoltura com as questões sociais das quais foi idealização sua o projeto de um cine teatro em 1979 como foi registrado em sua entrevista:

[...] Eu projetei um cine teatro, já tinha entrado em contato com o pessoal do cinema e tudo, ali iria ser um Cine teatro, passar filme e peça teatral. Já estava tudo pronto, e quando o doutor Lucídio soube, ele era governador e disse ´ Chico Alves você vai colocar um cine teatro lá no Itararé, você é louco rapaz, lá não tem condição disso não ´ ele ligou para o presidente do SEBRAE e disse ´ eu estou aqui com o Chico Alves e eu quero que você faça um estudo ai pra ele, porque ele quer colocar um cine teatro e eu acho que não da não´ [...].<sup>313</sup>

A localização do Cine Teatro no qual o senhor Chico Alves se referia, era na quadra 85, além disso o governador da época, Lucídio Portela (1979-83), hesitou na construção desse espaço de sociabilidade que ainda segundo Chico Alves foi motivado pelo governador achar que os recém- moradores do Itararé não tivessem uma classe social para tal prática de lazer.

Nesse sentido se faz necessário observar como a prática de lazer molda uma identidade social para seus praticantes, e mais, determina seu nível socioeconômico. No caso do Itararé, a inclusão do cine teatro não obteve êxito e então o senhor Chico Alves desenvolve uma outra prática de sociabilidade, as festas de clubes, que se tornaram as principais atividades recreativas na região do Itararé no final da década de 70 e início dos anos 80.

Sobre a motivação que teria levado o Senhor Chico Alves a construir seu clube recreativo, podemos apontar o prazer que os moradores tinham com esse tipo de lazer, Chico Alves nos disse em sua entrevista, como havia se inspirado a desenvolver tal prática de lazer e como estruturou o seu salão de festas além das novidades da época

Eu nunca tinha ido a uma festa na minha vida, eu nunca dancei, e um dia fizeram uma festa lá pra baixo, e eu fui olhar, eu vi que o pessoal gostava de festa [...] ai me veio a ideia de fazer festa,[...]. Eu projetei fazer a festa lá no

<sup>313</sup> ALVES, Francisco. Entrevista concedida à **George Gabriel de Amorim**. Teresina, Maio, 2018.

prédio do cine teatro na Qd.85 Cs.10 na época o Pinduca era o auge, o Pinduca era o cantor, aquele negocio de carimbó, ele estava no auge nessa época, [...] eu contratei Pinduca, nisso eu já tinha comprado alguns equipamentos que não tinham em Teresina e eu tinha ido comprar fora, sempre viajava para São Paulo trazer equipamentos. A primeira coisa que eu coloquei na inauguração foi um globo.

Podemos observar que o clube recreativo Chico Alves era umas das principais atividades de sociabilidade não apenas para pessoas do Itararé, mas de outras cidade, Chico Alves ainda descreve quais os públicos alvos das festas bem como os tipos de músicas que tocavam

Crianças só entravam na matinal do carnaval, na matinal a gente fazia 6 festas , e duas matinais que era domingo e terça, sendo publico adulto, A quantidade de pessoas, seria impossível pra mim dizer, a quantidade de homens e mulheres que chegaram pra mim ate hoje pra dizer seu Chico Alves eu conheci minha mulher lá no clube, seu chico Alves eu conheci meu marido lá no clube, rapaz. Logo eu rodava todo tipo de musica, tinha uma parte de musica lenta, reggae o pessoal gostava.<sup>314</sup>

Embora fosse uma casa noturna, as crianças como vimos acima também se divertiam no clube no período de carnaval que costumava ser bastante agitado e umas dessas crianças era a Dona Marli, que nos contou sobre suas memórias de infância no Clube Recreativo

Eu cheguei a frequenta- lo na minha festa de formatura da 8º serie em 1984, mas antes disso quando era carnaval a gente podia entrar porque eu era menor de idade, tinham as matinais e a gente vinha, no começo era bem ali próximo daquela padaria ai depois mudou para onde hoje é o oitavo, eu só ia para as matinais.<sup>315</sup>

Podemos notar que o Clube Recreativo Chico Alves Também proporcionava festas escolares, um espaço versátil que marcou o lazer no Itararé no final da década de 70. Além disso Dona Marli menciona outras atividades de entretenimento desenvolvidos na região do Itararé

também quando o Bibi fazia as festas, o Bibi tinha um grupo de dança ai gente aproveitava, e era bom demais quando eles faziam o bingos dançantes. [...]o grupo do Bibi aqui era muito famoso, eles se apresentavam mais no chico Alves.<sup>316</sup>

---

<sup>314</sup> ALVES, 2018.

<sup>315</sup>TIAGO, Marly. Entrevista concedida a **George Gabriel de Amorim, Mai, 2018.**

<sup>316</sup>TIAGO, 2018.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 227 - 239. ISSN:

O grupo do Bibi mencionada por Dona Marli, era um grupo de dança que se apresentavam nos espaços públicos da região, e sempre que havia bingos nas residências o grupo também se apresentavam. Infelizmente Dona Marli não recordou-se. sobre os nomes dos principais representante do grupo mas nos chamou atenção os bingos, que segundo ela, eram muito frequentes nas residências. Na fotografia em seguida vemos uma fotografia cedida por Dona Marli em um momento de descontração nos bingos dançantes.

**FIGURA 3: MOMENTOS DE SOCIABILIDADES DURANTE OS BINGOS DANÇANTES QUE ERAM PROMOVIDOS NAS RESIDÊNCIAS**



Na imagem anterior é visto alguns amigos e familiares de Dona Marli no bingos dançantes muito comum no Itararé. Além do Clube Recreativo Chico Alves, o Itararé contou com outro espaço bastante importante no qual podiam –se praticar o lazer, o CSU (Centro Social Urbano), desenvolvido no início da década de 1980, o CSU Oferecia diversos serviços a população como cursos profissionalizantes , assistência médica, colônia de férias para crianças e no período das festas juninas aconteciam apresentação de quadrilhas, como bem lembrou a Senhora Teresinha Ferreira

Construíram também onde era chamado de centro social, era muito divertimento também para senhoras como eu , tiravam cursos de costureira,[...], nós se juntávamos e íamos para lá, no centro social, também era muito bom e muito divertido para os jovens, muita quadrilha linda tinha também, se juntava aquela turma de jovens, cada um tomava conta de uma coisa[.] era muito bem organizadas as quadrilhas dali.<sup>317</sup>

<sup>317</sup> COSTA, Teresinha. Entrevista concedida à **George Gabriel de Amorim**. Teresina, Maio, 2018.

Como vimos na descrição acima, as quadrilhas agitavam a juventude do Itararé, além de serem bem planejadas como foi evidenciado pela Dona Teresinha Ferreira, o CSU se mostrou ser um espaço versátil para que proporcionasse também as sociabilidades que não manifestavam apenas em momentos de lazer mas em outras atividades como cursos de costura e em outras ocupações de cunho profissional.

Por outro lado, Dona Maria do Tito nos contou que o lazer do Itararé era muito restrito, Sendo o Clube Recreativo Chico Alves o principal ponto de sociabilidade e ainda Segundo a mesma havia um chafariz no qual os moradores do Itararé retiravam água no qual eram muito frequente as discussões entre as pessoas que buscavam água. Tal atrito se dava pois alguns moradores colocavam baldes de água na frente de outros que já aguardavam no local<sup>318</sup>. Nesse sentido podemos analisar que simples momentos do cotidiano dos moradores do Itararé no qual poderiam proporcionar momentos de sociabilidade podiam resultar em conflitos, originados pela ausência de políticas públicas na região que não desenvolveram uma estrutura de água encanada para abastecer os moradores.

Como vimos, o Clube Recreativo Chico Alves agitou as festas no conjunto Itararé, no qual o mesmo é lembrado por todos os moradores que entrevistamos como o único de espaço de festas na região no recorte analisado, no entanto ao conversar com a Dona Raimunda Nonata, moradora do conjunto que chegou na região em 19 de julho de 1977, ela menciona que foi a primeira pessoa a fazer uma festa no Itararé:

O primeiro comércio que tinha aqui dentro foi eu quem coloquei e a primeira festa foi eu quem fiz.[...] na época eu juntei o dinheiro foi dentro de uma bolsa, foi festa grande, mas eu fiz apenas esta e depois outro rapaz que era amigo da gente, seu Raimundão, tomou de conta das festa. E tinha seu Paulinho também faziam festas.<sup>319</sup>

Percebemos que a Dona Raimunda Nonata, não levou adiante como organizadora de festas no conjunto, mas ela lembra que na sua única festa organizada por ela foi bem animada, chegou a contratar o conjunto balão mágico no qual tocavam no ritmo do xote e usavam como instrumentos sanfonas e cornetas. A mesma também possuía um comércio que segundo ela foi o primeiro a se estabelecer no Itararé, mas é importante observar que outras pessoas também chegaram a proporcionar festas na região no qual: podemos concluir que as festas de salões eram os principais tipos de entretenimentos vivenciados pelos cidadãos do conjunto.

---

<sup>318</sup> LIMA, Maria. Entrevista concedida à **George Gabriel de Amorim**. Teresina, Maio, 2018;

<sup>319</sup> SILVA, Raimunda. Entrevista concedida à **George Gabriel de Amorim**, Teresina, Junho, 2018.

Desse modo, o próprio Chico Alves havia comentado em uma entrevista anterior que nos primeiros anos do conjunto haviam tido outras pessoas que fizeram festas, mas que não chegaram a ter a repercussão e popularidade que seu clube teve. Logo isso explica o motivo das festas organizadas por outras pessoas citadas pela Dona Raimunda Nonata não terem sido lembradas pelos moradores que entrevistei.

Como foi visto na sua descrição acima, o seu empreendimento comercial era bem próspero, isso explica o motivo de Dona Raimunda Nonata não ter investido tanto na elaboração das festa do conjunto, já que o comércio era um ramo que já praticava há muitos anos. Quando ela comenta que a carne era difícil, se referia ao seu custo, pois possuía um valor elevado em relação ao demais produtos.

Nesse sentido as sociabilidades religiosas também se fizeram presentes no Itararé como bem salientou Dona Raimunda Nonata que explica como se davam os encontros religiosos bem como as atividades sociais que a COHAB proporcionava aos moradores do conjuntos

[...] A igreja também fazia festividades por volta de 1982, pois logo haviam pessoas que participavam de um grupo religioso chamado de vicentinos na região da piçarra, então quando eles se mudaram para o conjunto Dirceu Arcoverde Procuraram fazer um espaço para reuniões da igreja, porque antes nos encontrávamos nos colégios [...] todos os anos, nos dias das mães, das crianças a COHAB davam presentes para as crianças, faziam confraternizações com as mães.<sup>320</sup>

Como foi percebido a igreja proporcionava suas festividades no qual era muito comum as quermesses, além disso a Dona Raimunda nonata contou que a construção da Paróquias São Francisco se deu entre 1979 a 1980. Por outro lado a COHAB também proporcionou momentos de sociabilidades promovendo confraternizações com as mães da região, geralmente realizavam esses eventos em espaços de escolas como pontuou Dona Raimunda Nonata. Em 1985, o conjunto ganha uma Associação dos Moradores. A Associação dos Moradoras do Itararé (AMI) assim também chamada, foi criada com intuito de articular e resolver os problemas sociais que assolavam os conjuntos Dirceu Arcoverde. A AMI teve como o primeiro presidente presidente a senhora Firmina Sales que assumiu entre setembro de 1983 a março de 1985, sendo sucedida por Anselmo.

Nesse sentido, Anselmo Dias foi um dos idealizadores da rádio popular liberdade na região do Dirceu, em 1982 se candidatou para as o cargo de deputado e suas propostas era divulgadas por quatro altos falantes instaladas em um carro que circulava na cidade que após

---

<sup>320</sup>SILVA, 2018.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 227 - 239. ISSN:

eleição passou a usar o material auditivo da campanha (autofalantes) para beneficiar os moradores do Dirceu.<sup>321</sup> A iniciativa desenvolvida por Anselmo Dias, proporcionou a sociabilização de programações previstas para o bairro durante todo o dia, programas educativos, musicais, de denúncia social e de atendimento ao público. Com isso Anselmo Dias foi tornando-se cada vez mais popular no conjunto Dirceu Arcoverde, ficando 12 anos na gestão da AMI.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos Fatos Mencionados, pudemos compreender que o nascimento do conjunto Itararé esteve intimamente ligada as Políticas Públicas que assolavam em Teresina na década de 1970 na busca por uma cidade moderna, mas que não poderia ter em seu seio, o retrato miserável dos menos abastados, no qual os conjuntos habitacionais foram o receptáculo da parcela pobre da população. Nesse sentido, muitas foram as adversidades vivenciadas pelos moradores do conjunto, desde a ausência de luz elétrica, cartórios entre outros. Teresina era uma cidade de contrastes, se por um lado a modernização proporcionou a construção de grandes avenidas como a Miguel Rosa, revitalizações de praças, a estruturalização do Jockey, por outro lado, fomentou a construção de conjuntos sem mínimo de infraestrutura, em outras palavras, é o que chamamos de modernização seletiva, contemplando sempre os interesses da elite. Logo, vimos que não foram apenas de dificuldades os cotidianos dos moradores do Itararé, O Clube Recreativo Chico Alves enquanto lazer mercantil, foi um dos mais vivenciados na região, bem como os encontros religiosos, e os eventos culturais que ocorriam no Centro Social Urbano. Foram histórias de lutas e conquistas que os alicerces do grande bairro, que hoje chama-se Dirceu, que os primeiros moradores do Itararé ajudaram a contruir um bairro que foi ganhando forma muitas vezes sob o signo do improvisado, mas que tornou-se grandioso e importante para a cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Cristina Cunha. **De Itararé a Dirceu Arcoverde**: o “começo” da história de um bairro;

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

---

<sup>321</sup> **Alto-falantes em Teresina: De alternativa de comunicação à comunicação alternativa**  
Daniel Vasconcelos Solon, Leila Lima de Sousa, Pollyanna Carvalho e Samara Kelly A. Costa.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 227 - 239. ISSN:

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Ed. Brasiliense. 1988.

SOLON e col. (2009). **Alto-falantes em Teresina: De alternativa de comunicação a comunicação alternativa Daniel**. XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Teresina – 14 a 16 de mai.

PINTO, Isáina da Conceição. **A Utopia de um Bairro: Uma Análise Sobre A Formação do Bairro Itararé e Suas Sociabilidades (1975-1980)**. Teresina: Uespi Campus Clóvis Moura, 2012. (monografia de conclusão de curso).

#### **DEPOIMENTOS ORAIS**

ALVES, Francisco. Entrevista concedida à **Isáina da Conceição Pinto**. Teresina, nov. 2010;

COSTA, Teresinha. Entrevista concedida à **George Gabriel de Amorim**. Teresina, Maio, 2018

LIMA, Maria. Entrevista concedida à **George Gabriel de Amorim**. Teresina, Maio, 2018;

SILVA, Raimunda. Entrevista concedida à **George Gabriel de Amorim**, Teresina, Junho, 2018

TIAGO, Marly. Entrevista concedida a **George Gabriel de Amorim**. Mai, 2018.

#### **REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS**

Dirceu Arcoverde: Uma Cidade Que Nasceu da Cidade. Disponível em:  
<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/dirceu-arcoverde-uma-cidade-que-nasceu-da-cidade-211931.html>> . Acesso em: 10 Jan 2018.

[www.portalodia.com.br/2018/jun](http://www.portalodia.com.br/2018/jun). Acesso em 12 Jan 2018.

#### **FONTES HEMEROGRAFICAS**

COHAB construirá 3.400 casas residências no São Cristovão. **O Estado**, nº 1017, Teresina, 21 ABR. 1976, p. 12.

HABTIÇÃO - O projeto arrojado do Governo. **Jornal do Piauí**. Teresina, 15 Mar.1977, p.13;

RELATÓRIO CEDIDO PELA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ITARARÉ (AMI), Jun, 2018.

## POR UMA IMPRENSA POLÍTICA SEM HOSTILIDADE E SEM BAJULAÇÃO NA DÉCADA DE 1970?<sup>322</sup>

FOR A POLITICAL PRESS WITHOUT HOSTILITY AND NO LIABILITY IN THE  
1970?

¿POR UNA PRENSA POLÍTICA SIN HOSTILIDAD Y SIN BAJULACIÓN EN LA  
DÉCADA DE 1970?

*Alessandra Lima dos Santos (UFPI)*<sup>323</sup>

*Cláudia Cristina da Silva Fontineles (UFPI)*<sup>324</sup>

**Resumo:** O jornal O Liberal passa quase despercebido pelos pesquisadores que utilizam a imprensa como fonte, ou objeto de estudo da História, à disposição no Arquivo Público do Piauí, porém, logo, ao se abrir um dos seus oito volumes encadernados e arquivados na Casa Anísio Brito diversos questionamentos surgem, principalmente ao colocar seus slogans em apreciação “Órgão Crítico, Político e Noticioso”; “Imprensa sem hostilidade, imprensa sem bajulação”; “Se O Liberal publicou o fato se passou”. Desta forma, a pesquisa tem buscado analisar como o jornal O Liberal estabeleceu a sua crítica política durante os governos dos prefeitos de Teresina, Jofre do Rego Castelo Branco e Raimundo Bona Medeiros; e do governador do Estado do Piauí, Helvídio Nunes, entre os anos de 1969 e 1970, destacando se houve a prática de enaltecimento de algum personagem em detrimento de outro (s). Para isso, foi utilizado, primordialmente, os editoriais do referido jornal e as colunas não assinadas e assinadas pela proprietária, Maria Edith d’Anunciação Carvalho, e/ou por seus colaboradores. O presente estudo analisa como a mídia impressa da segunda metade do século XX ajudou a ressignificar personagens políticos e acontecimentos históricos através da história do tempo presente e do retorno do fato histórico, este último, entendido não como produto de práticas significantes, mas sim como práticas sociais construídas diariamente. Pierre Norra, Denílson Botelho, René Remond, Michel Pollak.

**Palavras-chave:** História. Política. Imprensa.

**Abstract:** The newspaper O Liberal passes almost unnoticed by researchers who use the press as a source, or object of study of history, available in the Public Archives of Piauí, but then, when opening one of its eight volumes bound and filed in Casa Anísio Brito various questions arise, especially when putting their slogans in appreciation "Critical, Political and News Agency"; "Press without hostility, press without flattery"; "If O Liberal published the fact passed." In this way, the research has sought to analyze how the O Liberal newspaper established its political criticism during the governments of the mayors of Teresina, Jofre do Rego Castelo Branco and Raimundo Bona Medeiros; and the governor of the State of Piauí, Helvídio Nunes, between 1969 and 1970, highlighting the fact that there was the practice of extolling one character over another. For that, it was used, mainly, the editorials of this newspaper and the columns not signed and signed by the proprietor, Maria Edith d'Anunciação Carvalho, and / or by its collaborators. The present study examines how the print media of the second half of the twentieth century helped to re-characterize political characters and historical events through the history of present time and the return of historical fact, the latter, understood not as a product of significant practices, but as practices built daily. Pierre Norra, Denílson Botelho, René Remond, Michel Pollak.

**Keywords:** History. Politics. Press.

<sup>322</sup> Este artigo é resultado de pesquisa em desenvolvimento em âmbito de Dissertação de Mestrado em História do Brasil.

<sup>323</sup> Graduada em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e pós-graduanda em História do Brasil, em nível de mestrado, na mesma universidade. E-mail: aleksiakyle@gmail.com.

<sup>324</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente atua como professora do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí, do Programa de Pós-graduação em História do Brasil e como coordenadora da área de história do PIBID/CAPES da Universidade Federal do Piauí. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

**Resumen:** El diario Liberal pasa casi desapercibido por los investigadores que utilizan la prensa como fuente, o objeto de estudio de la Historia, a disposición en el Archivo Público de Piauí, sin embargo, al abrirse uno de sus ocho volúmenes encuadernados y archivados en la Casa Anísio Brito diversos cuestionamientos surgen, principalmente al colocar sus slogans en apreciación "Órgano Crítico, Político y Noticioso"; "Prensa sin hostilidad, prensa sin adulación"; "Si el Liberal publicó el hecho pasó". De esta forma, la investigación ha buscado analizar cómo el periódico O Liberal estableció su crítica política durante los gobiernos de los alcaldes de Teresina, Jofre del Rego Castelo Branco y Raimundo Bona Medeiros; y del gobernador del Estado de Piauí, Helvídio Nunes, entre los años 1969 y 1970, destacando si hubo la práctica de enaltecimiento de algún personaje en detrimento de otro (s). Para ello, se utilizó, primordialmente, los editoriales del referido periódico y las columnas no firmadas y firmadas por la propietaria, María Edith d'Anunciación Carvalho, y / o por sus colaboradores. El presente estudio analiza cómo los medios impresos de la segunda mitad del siglo XX ayudaron a resignificar personajes políticos y acontecimientos históricos a través de la historia del tiempo presente y del retorno del hecho histórico, este último, entendido no como producto de prácticas significativas, sino como prácticas sociales construidas diariamente. Pierre Norra, Denílson Botelho, René Remond, Michel Pollak.

**Palabras claves:** Historia. La política. Prensa.

Em 13 de dezembro de 1968, foi instituído o Ato Institucional de n. 5 (AI-5), legislação que institucionalizou a prática da censura aos meios de comunicação durante o regime militar brasileiro. Dias antes a publicação do AI-5, a jornalista piauiense Maria Edith de Anunciação Carvalho lançava o primeiro número do jornal *O Liberal*, considerado um "Órgão crítico, político e noticioso".

O jornal *O Liberal* passa quase despercebido pelos pesquisadores que utilizam a imprensa como fonte, ou objeto de estudo da História, à disposição no Arquivo Público do Piauí, com dimensão gráfica de um *tabloide*, uma periodização irregular e, paginação entre 6 e 8 páginas. *O Liberal* utilizava mais o recurso da escrita do que a imagética no início de suas publicações. A utilização de imagens fotográficas para evidenciar os textos jornalísticos raramente eram usados n' *O Liberal*, isso ocorria apenas em edições especiais, antes de 1973, período em que o jornal passou por modificações gráficas, e sua diagramação antes feita, praticamente, apenas com a utilização de textos passou cada vez mais a ser incrementada com a utilização de fotografias de personagens da imprensa e da política.

Tendo como um dos slogans "Se O Liberal publicou o fato se passou"<sup>325</sup>, expondo os conceitos de objetividade e imparcialidade da imprensa, onde ela seria um espelho da realidade vivida, publicando aquilo que de fato ocorreu. Porém compreende-se neste trabalho que a imprensa ou a mídia em um todo é uma "prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e

---

<sup>325</sup> Um dos principais slogans do jornal *O Liberal*. O slogan dá ideia ao leitor de credibilidade dos informes anunciados, pois se ali se encontra publicado é porque é verdade.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 240 - 253. ISSN:

interpretações que se pretendem compartilhadas e universais”<sup>326</sup>, sendo que “em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos”<sup>327</sup>.

Desta forma, a pesquisa tem buscado analisar como o jornal *O Liberal* estabeleceu a sua crítica política durante os governos dos prefeitos de Teresina, Jofre do Rego Castelo Branco e Raimundo Bona Medeiros; e do governador do Estado do Piauí, Helvídio Nunes, entre os anos de 1969 e 1970, destacando se houve a prática de enaltecimento de algum personagem em detrimento de outro(s). Para isso, foi utilizado, primordialmente, os editoriais do referido jornal e as colunas não assinadas e assinadas pela proprietária, Maria Edith d’Anunciação Carvalho, e/ou por seus colaboradores que narram sobre a política no período, pois, se compreende que as fronteiras do político vivem em amplo alargamento e, é através deste corpo material que se compreende os embates políticos demarcados n’*O Liberal*<sup>328</sup>.

Pensando as disputas políticas como práticas recorrentes na mídia e não como uma particularidade de um determinado período tomamos o jornal *O Liberal* como objeto de estudo, para compreendermos como elas se constituíram nas páginas deste bissemánario, que possuía em seu bojo profissionais ligados a diversos segmentos políticos e até mesmo ligações diretas com os governos estadual e municipal.

O primeiro combate político em apreço nesta pesquisa ocorreu entre o bissemánario *O Liberal* e o prefeito de Teresina nomeado pelo AI-3, Jofre do Rego Castelo Branco. É evidente no exame do bissemánario o fato do ex-prefeito ser *persona non grata* em suas páginas. Até mesmo seu nome era silenciado das matérias, reportagens, crônicas e colunas. Quando se dirigia fala sobre o mesmo ele quase sempre era nomeado como “o Prefeito de Teresina” ou “a Prefeitura de Teresina”<sup>329</sup>. Para analisarmos este primeiro embate partimos para análise do editorial “Ruas, Pedras & Buracos”, que se refere à situação da limpeza urbana da capital.

---

<sup>326</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 258.

<sup>327</sup> CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259.

<sup>328</sup> RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.

<sup>329</sup> Sobre os silenciamentos do nome do prefeito Jofre do Rego Castelo Branco pode-se conferir na matéria Teresina carece ser cuidada, em que *O Liberal*, tece críticas à forma como a cidade é tratada, mas sem citar o nome do prefeito, descrevendo-o apenas por “O prefeito”. TERESINA carece ser cuidada. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 57, p. 6, 20 abr. 1969.

As nossas críticas ou simples observações têm sempre valor construtivo e não pessoal. Jamais esteve em nosso propósito dificultar o trabalho das autoridades, obstar-lhe a administração ou criar-lhe antipatias. A autoridade na medida em que tem o dever de atender aos interesses da comunidade tem o direito de ser ajudada e sobretudo respeitada. O clima de anarquia que envolve, numa distorção da hierarquia, o nome das autoridades, não é o clima que cultivamos. Pugnamos por que as autoridades sejam ajudadas, auxiliadas, respeitadas.

Se esse é, porém, o nosso propósito, não podemos, por outro lado, deixar de colaborar com as autoridades públicas mostrando-lhes o que não veem ou vendo, não agem como se vissem. É o caso da nossa Prefeitura. Digo nossa porque é ela um patrimônio dos teresinenses e todos têm interesse em que ela promova o bem da cidade que é o bem do povo.

[...] São entulhos, [...], bastante velhos e os agentes da Prefeitura não os veem, ou se os veem já se acostumaram com essa anomalia urbanística. É tempo de termos a perfeita concepção da higiene e da limpeza. E se temos amor à higiene não queremos uma cidade suja. Daí o nosso apelo ao sr. Prefeito, apelo reiterado. Cuide da nossa cidade para merecer os aplausos dos teresinenses<sup>330</sup>.

O que se vê neste fragmento do Editorial é muito mais do que a preocupação com possíveis críticas sofridas pelo jornal e/ou a precariedade da condição de vida da população de Teresina, que era agravada pela falta de limpeza urbana, principalmente no centro da cidade. Percebemos assim que a capital do Piauí é tida pela escrita d’*O Liberal* como um palco de difusão de ideias, decisões e de debates, tal qual Monica Schpun analisa.<sup>331</sup>

É evidente o tom acusatório que a equipe editorial d’*O Liberal* lança em cima da figura do prefeito e de sua equipe, ao mesmo tempo em que se utiliza de figuras de linguagem para informar que está apenas cumprindo com seu papel social e não criticando o governo municipal, ao solicitar da Prefeitura o cuidado para com a cidade e seus cidadãos do qual ele anseia por glórias, mas que diante da situação que se agrava com o passar do tempo sem a tomada de nenhuma resolução prática é quase nula que consiga.

Pode-se perceber que não é a primeira vez que a equipe comandada por Maria Edith d’Anunciação Carvalho relata sobre os problemas da Prefeitura e da cidade de Teresina, quando se coloca “daí nosso apelo ao Sr. Prefeito, apelo reiterado.” A situação entre *O Liberal* e o Prefeito Jofre do Rego vai se tornando algo periclitante ao longo das

<sup>330</sup> RUAS, Pedras & Buracos. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 60, p. 3, 30 mar. 1969.

<sup>331</sup> SCHPUN, Monica Raisa. Luzes e sombras da cidade: São Paulo na obra de Mário de Andrade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 46, p. 12, 2003.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 240 - 253. ISSN:

edições, de uma simples observação de que não havia publicidade referente a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) nas páginas do noticioso envereda-se por uma teia de intrigas envolvendo outros periódico do período, o governador do Estado do Piauí, naquele momento, – Helvídio Nunes de Barros, e acusações de corrupção pelo gestor da PMT. Para se compreender essa passagem, é necessário a apreciação de textos publicados na coluna Setas & Flechas.

[...] Não sabemos quanto vai valer a publicação da Prefeitura Municipal de Teresina dada à certa imprensa piauiense. A matéria, segundo alguns vereadores da própria Arena, – vai atingir a casa dos milhões. O prefeito desta forma – esbanjadoramente os dinheiros públicos. Oxalá que em Teresina, para tristeza nossa, não venha ocorrer o que já ocorreu com as Prefeituras de Recife, Olinda, etc...

Um caderno que vai da página 3 à página 15, portanto treze páginas (prodigamente linotipadas pela Imprensa Oficial) – serão regiamente pagas pela Prefeitura de Teresina a dois jornais da terra. A Câmara Municipal de Teresina, está de posse dos Jornais e pelo que se ouve não endossa a ação do Chefe do Executivo Municipal. Isto a nosso ver é corrupção e reiteramos o nosso apelo ao sr. Prefeito de Teresina, no sentido de empregar melhor o dinheiro da municipalidade.<sup>332</sup>

O Governador do Piauí, Helvídio Nunes de Barros era primo do ex-governador Petrônio Portella<sup>333</sup>, que havia renunciado ao cargo para se candidatar ao Senado, em 1968. Em Brasília, presidiu o Congresso Nacional, e foi líder da Arena no Senado Federal, além de ser “um dos principais aliados do modelo político vigente no país”.<sup>334</sup> No trecho de Setas & Flechas fica evidente o apoio da equipe editorial d’*O Liberal* ao Governador Helvídio Nunes e o desagravo para com o prefeito da capital. Na nota há a acusação de corrupção, cometida pela figura de Jofre do Rego ao efetuar pagamento de matéria paga em dois grandes jornais da capital.

Há a interrogação de que os motivos de represália ao Prefeito pela PMT não financiar *O Liberal*, pois a prática de financiamento da mídia pelos estandes governamentais já era comumente regular no período pesquisado, ato que se expandiu exatamente durante regime militar brasileiro<sup>335</sup>. Durante o governo de Jofre do Rego

<sup>332</sup> SETAS & FLECHAS. *O Liberal*. Teresina, ano 1, n. 60, p. 4, 30 mar. 1969.

<sup>333</sup> Petrônio Portella Nunes foi eleito Governador do Estado do Piauí, em 1962, por votação direta. Ficou a cargo do executivo nacional entre sua nomeação em 1963 a 1966.

<sup>334</sup> FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na História do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 73.

<sup>335</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia M. Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maira Bessone da C.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 240 - 253. ISSN:

Castelo Branco, encontramos publicidade referente ao governo do Estado do Piauí em todas as edições do jornal, mas em nenhum momento houve menção publicitária da PMT, prática presente em um dos principais jornais de Teresina no período – *O Dia*<sup>336</sup>.

Pela observação da nota d’*O Liberal* em questão pode-se entender que o conteúdo da matéria de “treze páginas” que foi paga pelos cofres públicos serviriam para exaltação da figura do Prefeito de Teresina. Há outra informação interessante acerca dessa publicação, além de que os vereadores da Arena estavam em desacordo com a publicidade em questão, que é o fato de no início do ano de 1969, a PMT ter gasto vultuosos números do caixa oficial para se fazer autopropaganda, exaltando outras figuras do meio político local além do Chefe do Executivo Municipal.

[...] Em propaganda rica, patrocinada pelos cofres públicos, no caso, da municipalidade, o governador Helvídio Nunes de Barros foi quase que totalmente esquecido. A Prefeitura é hoje, não há negar, uma das várias Secretarias do Estado. Não se justifica por tanto que a propaganda traga clichês do Prefeito, do Vice-Governador, dos Secretários do Planejamento e de Viação, do Presidente da Câmara e deixe à margem a autoridade maior do Estado. O negócio nos parece errado!... O Governador reuniu o seu Secretariado e modificou, segundo declaração de alguns, todo plano publicitário anterior. Há quem afirme que da moda antiga era fácil, (tendo ocorrido em algumas ocasiões), a cobrança em duplicata, de matérias publicadas pelos órgãos do Governo. Duas faturas eram expedidas ao mesmo tempo. Uma contra o Palácio, outra contra o usuário da propaganda. O governador ainda, louvemos a sua deliberação, cancelou, em caráter definitivo a exploração da imprensa de fora, atuando nos últimos tempos em nossa capital contra os interesses da imprensa piauiense. [...].<sup>337</sup>

Com esta nota publicada em *Setas & Flechas*, percebe-se a memória narrativa construída dentro d’*O Liberal* em cima de Helvídio Nunes de Barros em detrimento de Jofre do Rego Castelo Branco. A dualidade entre o bom e o mau governante é evidenciada ao logo do texto, que estava centralizado na coluna. A prerrogativa de colocar o Vice-Governador, na época João Clímaco D’Almeida (que posteriormente assumiu o cargo de Governador), não dava o direito a PMT de construir uma publicação em que não estivesse presente o Governador em exercício.

---

(Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2006. p. 426-435.

<sup>336</sup> O DIA. Teresina, ano 29, n. 2692, 2 abr. 1969, p. 2.

<sup>337</sup> SETAS & Flechas. O liberal. Teresina, ano 1, n. 48, 12 jan. 1969, p. 3.

*O Liberal*, em nota dialoga com o leitor, informando-o que a matéria em apreço não deveria ter colocado como segundo plano o governador, afirmando que a PMT nada mais é do que mais uma Secretária do governo estadual, relegando-a a um caráter secundário diante do Executivo Estadual. É mais do que evidente que o corpo redacional do bissemánario está ligado ao projeto político de Helvídio Nunes, isso pode ser exemplificado pelo o processo de renúncia de Jofre do Rego Castelo Branco da PMT, onde em nenhum momento houve anúncio de que o mesmo sairia da Prefeitura para concorrer ao cargo de Vereador da capital.

Só há uma única informação a respeito deste acontecimento nas páginas d'*O Liberal*, quando José Raimundo Bona Medeiros assumi a Prefeitura, em outubro de 1969. Fato este que aparece em destaque na primeira página jornal, com tipografia especial e em negrito, escolha feita pelo grupo redacional para enfatizar a data e chamar a atenção do leitor, pois como atesta Denílson Botelho “a diagramação do jornal define uma hierarquia para as notícias, pois sabe-se que uma matéria na parte superior da página tem mais chances de merecer a atenção do leitor apressado”<sup>338</sup>.

Além da clara evidência de importância do ato em si, para os leitores d'*O Liberal* é notório o sentimento de “alívio” que o jornal experimentou com a saída de Jofre do Rego Castelo Branco da PMT, mesmo que na mesma página haja nota em que em algumas figuras políticas do estado fizeram em plenário ato de defesa da governança do mesmo, a importância da posse de Bona Medeiros se sobressai a “solidariedade” dada ao ex-prefeito.

Após Bona Medeiros assumir a PMT, percebe-se mudanças publicitárias ao longo de todo o governo do ex-deputado. Notas da Prefeitura iniciam meses depois à sua posse<sup>339</sup>, como também o desejo por mudanças na forma de governar a capital do Piauí<sup>340</sup> e na forma de se pronunciarem com o novo prefeito, como podemos perceber no editorial a seguir.

[...] Essas considerações vem a propósito da substituição do Prefeito de nossa Capital. Não é um fato singular. É um fato na ordem da normalidade das coisas. Servindo bem ou mal, o homem terá de ceder

<sup>338</sup> BOTELHO, Denílson. Por uma história social da imprensa. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTOS, Maria Lindalva; MONTE, Regianny Lima (Org.). *Diluir fronteiras: interfaces entre história e imprensa*. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 23.

<sup>339</sup> PREFEITURA Municipal de Teresina: nota ao público. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 124, p. 4, 5 dez. 1969.

<sup>340</sup> PREFEITURA vai limpar a cidade. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 122, p. 6, 27 nov. 1969.

o posto a outro, seja na vida, seja nos cargos, seja no próprio sofrimento. É porque tudo é natural. Não deverá causar surpresa e muito menos ressentimentos. [...]

Teresina, como outra qualquer cidade, teve à sua frente homens de formação diferente, com planos de trabalho orientados neste ou naquele sentido, todos empenhando-se na medida de suas possibilidades e capacidades, para governa-la bem. Os seus Prefeitos foram todos homens que se impuseram pelos seus dons pessoais e pelo desejo de servi-la. Uns mais, outros menos. [...] Há dois dias que Teresina tem à sua frente um novo Prefeito. Quais as suas disposições? O que deverá realizar? Quais as reformas que introduzirá na vida da cidade? São indagações que todos fazem, desejosos de ver a cidade sempre melhorada.

Muita coisa há por fazer. Alguma coisa foi feita pelo antecessor. Do atual muito esperamos também. O que virá, não sabemos, mas sabemos que há esforço para fazer muito e melhor. [...] O novo Prefeito inicia a sua tarefa. Todos esperam que faça muito. Todos esperam que realize o máximo.<sup>341</sup>

O tom utilizado até o governo de Jofre do Rego Castelo Branco desaparece neste editorial, sendo substituído por um discurso apaziguador, de união e normalidade. Porém, mesmo afirmando que o antigo prefeito contribuiu para o desenvolvimento de Teresina, apresenta-se ao leitor mais crítico uma voz de julgamento dos feitos do governante anterior. Percebe-se isto ao apontar que “alguma coisa foi feita pelo antecessor”, do mesmo modo em que atesta que prefeitos anteriores tiveram anseios particulares acima do bem comum da população teresinense e da cidade.

Mas este editorial possui entonação completamente diferente de outro editorial durante o governo Jofre do Rego. O ressentimento amargo por não ter tido nenhuma de suas reclamações atendidas é demonstrado desde a primeira linha do texto, em que há o seguinte trecho:

Falamos já algumas vezes sobre o abandono em que se encontram as nossas ruas, algumas delas quase intransitáveis pelos buracos, poças d'água e montes de lixo, oferecendo uma nota destoante na paisagem cidadina que dever ser, na medida do possível, bem cidade para agradar os de casa e não decepcionar os de fora.

Vemos que nossos apelos não têm sido atendidos e nem explicada a razão por que não o são. Não acreditamos, porém, que esse fato se deva a um sinal de indiferença do senhor Prefeito pela cidade – patrimônio que deve zelar e mais que zelar desenvolver, aplicando-lhe os métodos modernos de urbanização. [...].<sup>342</sup>

<sup>341</sup> MUDANÇA. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 109, p. 3, 12 out. 1969.

<sup>342</sup> SINAL de progresso. *O Liberal*, ano 2, n. 57, 20 abr. 1969, p. 3.

Podemos perceber nos dois editoriais e nas colunas “Setas & Flechas” e “Notas & Fatos” uma relação indiciosa entre *O Liberal* e a administração da Prefeitura do ex-prefeito Jofre do Rego Castelo Branco. Porém, a associação da Prefeitura de Teresina e o jornal *O Liberal*, na administração de Bona Medeiros, persistiu conflituosa, porém, em grau inferior com o governo anterior.

Caso a ser exemplificado sob a continuidade das críticas à Prefeitura é referente a iluminação pública e urbanização da cidade, durante o ano de 1970. Em que em tom de escárnio a coluna “Setas & Flechas” o acusa por ser o responsável pela falta de energia elétrica em diversas vias da capital, lembrando até mesmo caso ocorrido pelo mesmo durante seu mandato de Deputado Estadual, onde de acordo com *O Liberal* “reclamou muitas vezes da falta de energia para fazer virar os ventiladores do Plenário da Assembleia. É de se presumir que estando a rua onde mora Sua Excelência, o Prefeito Bona Medeiros, às claras todo o resto da cidade pode ficar no escuro [...]”.<sup>343</sup>

As disputas envolvendo o nome do ex-prefeito de Teresina Jofre do Rego Castelo Branco foi a principal indiferença notada entre algum homem público do período e o jornal *O Liberal*, mas outras figuras foram apresentadas nas páginas do bissemánario. Dentre eles está o deputado estadual Severo Eulálio, do MDB<sup>344</sup>. Durante todo o ano de 1969 e parte de 1970, o referido deputado fez acusações ao Governador Helvídio Nunes, político ao qual o corpo redacional do objeto de estudo desta pesquisa era ligado.

Em matéria não assinada o jornal *O Liberal* tece críticas à pronúncia feito pelo deputado estadual Severo Eulálio, líder do MDB na Assembleia, na tribuna legislativa quando o bissemánario atesta que

[...] a velha raposa da política picoense, desta vez inteiramente sóbria, (porque a cerveja lhe está escassa), apelou para os superados berros provincianos, e, utilizando uma linguagem despida de resquícios que fosse, da ética parlamentar, omitindo o esforço do primeiro mandatário do Estado – enveredou pelo lamentável caminho dos ataques grosseiros e deslavadas infâmias, e isto porque vive nesta hora o pavor das consequências de sua esperteza no que tange à total responsabilidade da não aprovação das contas da Prefeitura da cidade de Picos, de que é Prefeito seu sobrinho dr. Oscar Eulálio.

<sup>343</sup> SETAS & FLECHAS. O liberal. Teresina, ano 2, n. 164, 3 maio 1970, p. 3.

<sup>344</sup> Severo Maria Eulálio era filiado ao partido tido como oposição no período militar – MDB. Antes do bipartidarismo era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual foi eleito deputado estadual para o período de 1963 a 1966, sendo reeleito já pela sigla do MDB para o período de 1967 a 1970 e deputado federal de 1971 a 1976, quando foi eleito prefeito da cidade de Picos.

É lamentável que o jovem médico *Prefeito*, homem de bem, galardoado pelo talento e pela bondade de também, seja a principal vítima da esperteza do deputado, vez que desavisadamente (porque é um político que se inicia), admitiu a intromissão no seu campo administrativo de velhos fraudadores que por conhecerem e praticarem a corrupção nos seus mais variados aspectos enxergam também corrupção onde só existe trabalho farto e acendrado amor à causa pública [...].<sup>345</sup>

O texto d' *O Liberal* traz linguagem jocosa para a descrição do político oriundo da região sul do Estado, descrito como uma “velha raposa da política”. A confusão instaurada por Severo Eulálio se deu por conta do pronunciamento feito pelo mesmo em exercício de seu mandato, em que acusava o Governador e seus assessores de conluio com os frequentes furtos que o Departamento de Estradas de Rodagens do Piauí (DER), sofria no período. Temática bastante expressiva na mídia teresinense do período.

Além da entonação de deboche, o jornal ainda faz alusão à prestação de contas da Prefeitura de Picos, onde o prefeito Oscar Neiva Eulálio, também filiado ao MDB, é sobrinho de primeiro grau do deputado Severo Eulálio, que afirmou ter tido em sua administração pessoas que foram acusadas de corrupção. Na construção da defesa do Governador, além de explanar sobre os feitos de Helvídio Nunes à frente do Executivo Estadual, *O Liberal* utilizou-se, também, de acusações de corrupção e impunidade parlamentar ao referido deputado. Alegando que quando fosse concluído o inquérito policial sobre o Caso DER, os suspeitos estariam “politicamente ligados ao deputado”<sup>346</sup>. Assim, percebemos como *O Liberal* construiu a imagem de enaltecimento de Helvídio Nunes de Barros, enquanto enxovalhava os seus opositores e até mesmo correligionários.

O governo de Helvídio Nunes é abordado em quase todas as edições entre janeiro de 1969 e maio de 1970. Cada passo do político era acompanhado de perto pelo *O Liberal*, seja uma viagem ao Distrito Federal, um encontro com correligionários ou opositoristas<sup>347</sup>, viagens pelo interior do estado para inauguração e/ou inspeção de obras<sup>348</sup>, nada era perdido pelas palavras do bissemánario, pois o governador era tido pela equipe redacional como aquele que levava o Piauí para um novo patamar de progresso<sup>349</sup>.

<sup>345</sup> DEPUTADO na berlinda. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 66, 11 maio 1969, p. 1.

<sup>346</sup> DEPUTADO na berlinda. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 66, 11 maio 1969, p. 1.

<sup>347</sup> OPOSIÇÃO. *O Liberal*, Teresina, ano 2, n. 143, p. 3, 8 fev. 1970.

<sup>348</sup> HELVÍDIO entrega obras ao povo do interior. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 133, p. 1, 4 jan. 1970; GOVERNADOR inspecionou obras no interior. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 125, p. 1, 7 dez. 1969.

<sup>349</sup> HELVÍDIO construiu novo Piauí. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 156, p. 1, 2 abr. 1970.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 240 - 253. ISSN:

O governo de Helvídio Nunes era tido no período, como aquele que iniciou estudos para o desenvolvimento do Estado, além de iniciar obras de infraestrutura que levaria o estado a conhecer um novo Piauí. Dessa forma, em sua edição de número 100, *O Liberal* trouxe matéria recheada de fotografias em um total de 12 páginas demonstrando como o Piauí estava entrando em um período de desenvolvimento graças ao governo de Helvídio Nunes de Barros, que comemorava o terceiro ano à frente do Executivo Estadual. Ao todo o jornal teve 16 páginas, sendo que apenas quatro delas falavam sobre outros assuntos, dentre eles: esporte e coluna social. A primeira página trazia como um dos destaques o título de Cidadão Teresinense que a Câmara Municipal de Teresina havia concedido dias antes ao governador<sup>350</sup>.

Nesse caderno embutido dentro d'*O Liberal*, a partir da página três, trazia notas sobre as inaugurações e acordos que Helvídio Nunes e todos os seus secretários haviam concluído ou acertado durante a gestão. A extensa matéria acerca do projeto político e do aniversário de governo de Helvídio Nunes n' *O Liberal* é mais emblemática, quando se percebe que tal fato ocorreu em sua edição de número 100 e por ter ocorrido meses após o jornal ter tecido críticas e até mesmo acusações ao ex-Prefeito de Teresina, Jofre do Rego Castelo Branco, devido à patrocínio de caderno similar em jornais da capital. Episódio que ficou registrado em diversas páginas e textos d'*O Liberal*.

A oposição clara do jornal ao ex-Prefeito Jofre do Rego Castelo Branco e sua predileção pelo governo estadual, fica evidente quando se encontra diversas notas referentes a preparação da renúncia de Helvídio Nunes e do Prefeito da Capital, Bona Medeiros, para que pudessem concorrer a outros cargos políticos.

Desde as primeiras horas de ontem se dá na Prefeitura Municipal de Teresina, a preparação para à renúncia, hoje, às 10hs, do Prefeito José Raimundo Bona e Medeiros que se desincompatibilizará para pleitear reeleição à Assembleia Legislativa do Estado, caso não venha a ser indicado pelo Presidente da República, ao cargo de Governador do Estado do Piauí [...].<sup>351</sup>

Conforme vinhamos noticiado, ocorrerá hoje, às 17 horas, no Palácio de Karnak, a renúncia do Governador Helvídio Nunes de Barros que se desincompatibilizará para candidatar-se ao Senador Federal.

O Governador que nas últimas 48 horas que precederam à sua renúncia, ainda viajava por algumas cidades do Piauí, inaugurando obras, construídas nos seu Governo, deverá se dar a um repouso de alguns dias

<sup>350</sup> HELVÍDIO “Cidadão Teresinense”. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 100, p. 1, 12 set. 1969.

<sup>351</sup> PREFEITO vai renunciar. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 167, p. 1, 14 maio 1970.

até que se refaça da canseira dos trabalhos desenvolvidos nos três anos e meio de sua administração. [...] <sup>352</sup>

As duas notícias foram apresentadas em primeira página, tendo grandes destaques n' *O Liberal*. Além deste fato, percebe-se pelas notas que os anúncios referentes as abdições dos dois políticos estavam sendo transmitidas aos seus leitores com bastante antecedência. Além disso, o Prefeito Raimundo José Bona Medeiros, renunciou ao cargo com o intuito de ser escolhido como o novo chefe do Executivo Estadual, posição dada a João Clímaco D'Almeida <sup>353</sup>, enquanto Bona Medeiros foi eleito com pouco mais de sete mil votos a Deputado Estadual, em 1970. <sup>354</sup>

Por fim, à guisa de conclusão, constatou-se ao longo do estudo que o modos operante de como a política nacional e local são retratadas nas páginas d' *O Liberal*, através da produção de embates políticos de enaltecimento de personagens estadistas da época em detrimento de outros, através de um diálogo direto com o público, se constituindo na historiografia uma construção de relações de sentidos, a partir do que o leitor já vivenciou e o redirecionando para o que deve ser vivenciado posteriormente. <sup>355</sup> Desta forma, as ligações d' *O Liberal* com determinados governos, ou a falta delas, é permanente em suas páginas durante o período proposto no estudo, que criam determinadas memórias coletivas <sup>356</sup>, enquanto outras foram silenciadas <sup>357</sup> devida a essas relações políticas.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, Denílson. Por uma história social da imprensa. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTOS, Maria Lindalva; MONTE, Regianny Lima (Org.). *Diluir fronteiras: interfaces entre história e imprensa*. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 23.

<sup>352</sup> HELVÍDIO vai renunciar hoje. *O Liberal*. Teresina, Teresina, ano 2, n. 167, p. 1, 14 maio 1970.

<sup>353</sup> João Clímaco D'Almeida Formado, ocupou o cargo de vice-governador no Governo de Petrônio Portella (1963-1970), assumiu o cargo de Governador do Estado do Piauí, após à renúncia de Helvídio Nunes durante dez meses.

<sup>354</sup> ELEIÇÕES 1970 - Resultado para Senador, Supl. Senador, Dep. Federal e Dep. Estadual. *Tribunal Regional Eleitoral do Piauí*. Disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-senador-suplente-senador-deputado-federal-deputado-estadual-1970>. Acesso em 28 jun. 2018.

<sup>355</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. *Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro, n. 11, maio/ago. 2000, p. 36.

<sup>356</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Centauro, 2006.

<sup>357</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 240 - 253. ISSN:

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 258.

DEPUTADO na berlinda. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 66, p. 11, 11 maio 1969.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na História do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

GOVERNADOR inspecionou obras no interior. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 125, p. 1, 7 dez. 1969.

HELVÍDIO “Cidadão Teresinense”. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 100, p. 1, 12 set. 1969.

HELVÍDIO entrega obras ao povo do interior. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 133, p. 1, 4 jan. 1970.

HELVÍDIO construiu novo Piauí. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 156, p. 1, 2 abr. 1970.

HELVÍDIO vai renunciar hoje. *O Liberal*. Teresina, Teresina, ano 2, n. 167, p. 1, 14 maio 1970.

MUDANÇA. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 109, p. 3, 12 out. 1969.

O DIA. Teresina, ano 29, n. 2692, 2 abr. 1969, p. 2.

OPOSIÇÃO. *O Liberal*, Teresina, ano 2, n. 143, p. 3, 8 fev. 1970.

PREFEITO vai renunciar. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 167, p. 1, 14 maio 1970.

PREFEITURA Municipal de Teresina: nota ao público. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 124, p. 4, 5 dez. 1969.

PREFEITURA vai limpar a cidade. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 122, p. 6, 27 nov. 1969.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia M. Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maira Bessone da C. (Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2006. p. 426-435.

RUAS, Pedras & Buracos. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 60, p. 3, 30 mar. 1969.

SCHPUN, Monica Raisa. Luzes e sombras da cidade: São Paulo na obra de Mário de Andrade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 46, p. 12, 2003.

SETAS & Flechas. *O liberal*. Teresina, ano 1, n. 48, 12 jan. 1969, p. 3.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 240 - 253. ISSN:

SETAS & FLECHAS. *O Liberal*. Teresina, ano 1, n. 60, p. 4, 30 mar. 1969.

SETAS & FLECHAS. *O liberal*. Teresina, ano 2, n. 164, 3 maio 1970, p. 3.

SINAL de progresso. *O Liberal*, ano 2, n. 57, 20 abr. 1969, p. 3.

TERESINA carece ser cuidada. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 57, p. 6, 20 abr. 1969.

**TERESINA, UMA CAPITAL REPUBLICANA: AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA  
CAPITAL DO PIAUÍ COM A CHEGADA DO SÉCULO XX**

TERESINA, A REPUBLICAN CAPITAL: THE CHANGES THAT TOOK PLACE IN THE  
CAPITAL OF PIAUÍ WITH THE ARRIVAL OF THE 20TH CENTURY

TERESINA, UNA CAPITAL REPUBLICANA: LOS CAMBIOS OCURRIDOS EN LA  
CAPITAL DEL PIAUÍ CON LA LLEGADA DEL SIGLO XX

Franciadna Eufrazina Pimentel (UFPI)<sup>358</sup>

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (UFPI)<sup>359</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo contemplar as transformações que aconteceram em Teresina, com a virada do século e a com a recente implantação do regime republicano. Pretende-se entrever como o projeto modernizador republicano, defendido pelos intelectuais nos periódicos teresinenses estava sendo aplicado na capital, e como as relações e as sociabilidades foram alteradas. Para desenvolvimento deste pensamento teremos como norteadores: Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, em obras diversas; Pedro Vilarinho Castelo Branco, também com escritos diversos; e para um panorama mais geral dos estudos de cidade e cotidiano, utilizaremos Maria Izilda Santos de Matos, em *Cotidiano e cultura* (2002). Os anseios modernizadores de Teresina, e a efetiva implantação de inovações, traziam ares de modernidade a capital, que já se via bastante afastada dos grandes centros políticos e econômicos brasileiros, visto que nesta época, a dicotomia entre as regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste já estava bem delineada. Torna-se justificável, assim, a análise destas transformações, mediante percalços, econômicos, políticos e regionais, pelos quais a capital piauiense passava.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade. Teresina. Modernidade.

**ABSTRACT:** This article aims to contemplate the transformations that took place in Teresina, with the turn of the century and with the recent implantation of the republican regime. It is intended to glimpse how the republican modernizing project advocated by intellectuals in the Teresianian periodicals was being applied in the capital, and how relations and sociabilities were changed. For development of this thought we will have as guides: Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, in diverse works; Pedro Vilarinho Castelo Branco, also with several writings; And for a more general panorama of city and daily studies, we will use Maria Izilda Santos de Matos, in *Cotidiano and cultura* (2002). The modernization of Teresina and the effective implantation of innovations brought modernity to the capital, which was already very far removed from the great Brazilian political and economic centers, since at this time the dichotomy between the South / Southeast and North / Northeast was already well delineated. Thus, the analysis of these transformations, through economic, political and regional mishaps, through which the Piauí capital passed, becomes justifiable.

**KEYWORDS:** City. Teresina. Modernity;

**RESUMEN:** El presente artículo tiene por objeto contemplar las transformaciones que tuvieron lugar en Teresina, con la vuelta del siglo y la con la reciente implantación del régimen republicano. Se pretende entrever cómo el proyecto modernizador republicano, defendido por los intelectuales en los periódicos teresinenses estaba siendo aplicado en la capital, y cómo las relaciones y las sociabilidades fueron alteradas. Para el desarrollo de este pensamiento tendremos como orientadores: Teresita de Jesús Mesquita Queiroz, en obras diversas; Pedro Vilarinho Castelo Branco, también con escritos diversos; y para un panorama más general de los estudios de ciudad

<sup>358</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em História do Brasil – PPGHB, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

<sup>359</sup> Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente atua como professora do Departamento História da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB).

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 254 - 263. ISSN:

y cotidiano, utilizaremos a María Izilda Santos de Matos, en *Cotidiano y cultura* (2002). Los anhelos modernizadores de Teresina, y la efectiva implantación de innovaciones, traían aires de modernidad la capital, que ya se veía bastante alejada de los grandes centros políticos y económicos brasileños, ya que en esta época, la dicotomía entre las regiones Sur / Sudeste y Norte / Nordeste ya estaba bien delineada. Se vuelve justificable, así, el análisis de estas transformaciones, mediante percances, económicos, políticos y regionales, por los cuales la capital piauiense pasaba.

**PALABRAS CLAVE:** Ciudad. Teresina. Modernidad.

## INTRODUÇÃO

Teresina, no despontar do século XX, ainda transparecia um imagem muito arcaica e rural, apesar da forte campanha feita constantemente pelos intelectuais nos jornais teresinenses, eles ansiavam por mudanças e por traços de modernidade na capital. A grande esperança de mudança se deu através do ideal republicano, neste sentido os bacharéis Higino Cunha e Clodoaldo Freytas, figuraram como grandes defensores da República, dedicando a este novo regime, muita esperança de melhorias políticas, estruturais e econômicas. Esses ideais, contudo, foram frustrados, mesmo com a proclamação da República em 1889. Os investimentos legados ao novo regime se concentraram na região sul do país, principalmente da capital do governo, no Rio de Janeiro, assim demonstra Rosa Maria Barbosa Araújo:

O Rio de Janeiro foi a capital da nação de 1763 a 1960, consagrando-se com a República, como centro absoluto da vida política e cultural, além de polo financeiro disposto a lidar de forma moderna com as transações capitalistas, apesar da divergência dos velhos códigos comerciais do tempo do Império. Seu papel de capital projetou de maneira unívoca a auto-imagem nacional revelando a estrutura do Estado.<sup>360</sup>

Fica claro, que grande parte do investimento republicano concentrou-se em sua capital, deixando os outros estados, principalmente nos situados no norte do Brasil. A capital Republicana se tornou também um espelho de cidade moderna para as outras, e estavam entre as publicações constantes dos periódicos teresinenses, as reclamações e comparações com a cidade carioca.

Apesar das solicitações, com a virada para o século XX, onze anos depois da chegada da tão sonhada República, pouco se transformou na capital piauiense, assim, Teresina continuava a conviver com seu passado rural, contudo, com grande parte da elite ansiando pelo

---

<sup>360</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade do Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. P. 26.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 254 - 263. ISSN:

urbano. É importante frisar ainda que ainda em 1880, Teresina já havia recebido duas grandes inovações, que foram cruciais, para seu desenvolvimento econômico, contribuindo para a sua independência do comércio de Caxias, foram estes o telégrafo, e o desenvolvimento da navegação fluvial, a vapor. Medidas estas que deixaram Teresina menos isolada ainda enquanto província.<sup>361</sup>

## O ALVORECER DO SÉCULO XX

Teresina pouco tinha se transformado, e estava longe de ser uma cidade urbana. O modelo de vida adotado pelo Rio de Janeiro era tido como exemplo, mas a maior inspiradora de transformação era Paris, a cidade francesa era espelho de tudo que uma cidade moderna e urbana precisava ter, e tudo ligado à cultura e ao gosto francês era extremamente desejado para uso da elite teresinense, que via do consumo de produtos parisienses, uma demonstração de classe e modernidade.

Paris se configura como grande centro civilizatório do século XIX e parte do século XX, fornecendo o modelo de viver urbano, da civilidade, refinamento e sensibilidade artística. A influência na moda e no consumo foi vivenciada no mundo todo, e, em Teresina, não foi diferente.<sup>362</sup>

O trecho acima reafirma que a cidade francesa tornou-se um ideal a ser alcançado, tornou-se sinônimo de modernidade e bom gosto. Aumentando o consumo de roupas, cosméticos e de cultura francesa, sendo a música muito influenciada por estes gostos.

Contudo a estrutura teresinense nos primeiros anos do século XX ainda estava muito aquém das desejada. Como demonstra Terezinha Queiroz, na cidade havia apenas quinhentas casas de alvenaria, sendo todo o resto construídas de palha e pau a pique, não havia luz elétrica, sendo a iluminação feita a base de lampião de querosene, não havia também sistema de esgoto nem meios de transportes urbanos, sendo estes feitos a cavalo.<sup>363</sup>

<sup>361</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011. P. 20.

<sup>362</sup> BARROS, Fransuel Lima de; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Teresina descalça: a formação da cidade na Belle Époque. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; MONTEIRO, José Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele (Orgs). *Itinerários da pesquisa em história*: a polifonia de um campo. Teresina: EDUFPI, 2014. P.122.

<sup>363</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011. P. 24.

O grande desejo de se tornar uma metrópole levava os cronistas a fazer petições constantemente, por que tudo faltava em Teresina: luz elétrica, saneamento, água encanada, transporte público, esgoto, telefone e calçamento nas ruas. Por ser uma cidade extremamente ligada ao seu passado recente rural, Teresina era uma verdadeira amalgama entre costumes tradicionais e modernos, e nos jornais, as reclamações contra práticas consideradas impróprias a vida na cidade era constante, como a criação de porcos e galinhas. Acreditamos que dar voz as tensões que circulavam pela cidade sejam importantes para a análise de um contexto geral:

As tensões urbanas surgem como representações do espaço – suporte de memórias contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento, em que esquecimentos e lacunas constroem redes simbólicas diferenciadas. Discursos diversos fazem da cidade lugar para se viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se, misturando-se os laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio às tensões historicamente verificáveis.<sup>364</sup>

Maria Izilda demonstra acima como as tensões são demonstrativas do conjunto de múltiplos significados que caracterizam uma cidade. É no campo das contestações que se dão os impulsos para as mudanças, é também aí que se demonstra como uma cidade é habitada por pessoas várias e diferentes, que compartilham ou não de desejos e vontades. Enquanto as camadas mais desfavorecidas de Teresina, trazia para a cidade seus traços rurais como a criação de animais, e a construção de casas de alvenaria e pau a pique. As elites almejavam uma cidade bonita e modernizada, que não tivesse animais nas ruas, e que tivesse construções que demonstrassem sua civilidade. Os códigos de postura era um modo dos governantes de Teresina vetar os comportamentos considerados inadequados para uma cidade que se desejava como uma metrópole.

Com o passar dos primeiros anos do século XX, algumas mudanças foram dando a capital, traços mais urbanos, uma considerável transformação foi a chegada da luz elétrica em 1916, dando as noites, um caráter cada vez mais habitável, e socializável. Em água encanada começou a ser distribuída em 1906 e as primeiras linhas telefônicas foram inauguradas em 1907.

Todas as mudanças eram muito comemoradas pelos cronistas teresinenses, mas as críticas quanto às condições dos serviços prestados também se tornaram recorrentes. O horário

---

<sup>364</sup> MATOS, Maria Izilda santos de. *Cotidiano e cultura: História, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. P. 35.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 254 - 263. ISSN:

em que as luzes se apagavam, por exemplo, era motivo de muitas críticas as elites reivindicavam que as luzes permanecessem acesas por mais horas da noite, visto que as sociabilidades noturnas, como bailes e passeios nas ruas e praças se tornavam cada vez mais requisitados.

Teresina passava por um processo de embelezamento, com a criação de praças, inaugurações de clubes e cafés, pavimentação das ruas e a diminuição de práticas consideradas arcaicas no meio urbano. Mas este processo era principalmente voltado para as elites, que buscava meios constantemente, de afastar as classes mais pobres dos seus espaços de convívio. O embelezamento da capital piauiense se deu tardiamente se considerarmos outras cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, mas nem por isso foram menos comemoradas pelos cidadãos da elite teresinense. Um exemplo disto é a utilização do bonde, transporte público muito requisitado, durou pouco tempo na capital, apenas seis anos, mas enquanto esteve ativo era demonstrativo da segregação de classe presente nestas novas formas de viver a cidade:

Na busca de instituir uma sociedade civilizada, muitas das ações dos cronistas caminhavam no sentido de inibir as pessoas que ousavam frequentar os espaços destinados à elite local. Assim, eram exigidos alguns requisitos aos passageiros para andar no bonde da primeira classe; os homens deveriam estar com gravata e bengala, as mulheres de sapatos, saias compridas e vestidos decentes, as crianças, acompanhadas e sociamente vestidas e calçadas. Nesta classe, o preço seria duzentos réis para adultos e cem réis para crianças. Na segunda classe, tinha-se uma maior liberdade na condução, o custo era de cem réis e era permitido levar cestas, cofos, galinhas e outros animais.<sup>365</sup>

Fica evidente que as exigências, e os preços cobrados para se andar no bonde de primeira classe, excluía dele as classes baixas, as vestimentas exigidas eram evidentemente regalias que apenas as famílias mais abastadas podiam usufruir, assim como o andar calçado, considerando os preços altos dos sapatos, andar descalço continuava sendo um sinal de pobreza, o impedimento de se andar com animais também é significativo de quanto esta elite queria se distanciar de seu passado rural, apesar de haver sempre contradições, às vezes dentro da mesma família, onde os mais velhos viam nas transformações urbanas uma ameaça para suas famílias e suas tradições, os jovens bacharéis, contudo, formados em outras cidades, ao voltar para uma Teresina tão atrasada em relação a outras cidades, comemorava com muita convicção cada passo que Teresina dava para a modernidade.

---

<sup>365</sup> BARROS, Fransuel Lima de; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Teresina descalça: a formação da cidade na Belle Époque. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; MONTEIRO, José Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele (Orgs). *Itinerários da pesquisa em história: a polifonia de um campo*. Teresina: EDUFPI, 2014. P.127.

O cotidiano dos sujeitos sociais na cidade de Teresina durante o início do século XX passava diretamente pelo controle dos costumes, pelo menos, das ações que poderiam ser realizadas em público, e de quais comportamentos eram tidos como aceitáveis ou não.<sup>366</sup>

Francisco Humberto Vaz da Costa reforça a ideia dos controles pretendidos sobre os moradores teresinenses, além de tudo buscava-se uma disciplinarização dos corpos. Buscava-se reeducar o teresinense, para a nova realidade urbana, e os jornais eram sempre os principais acusadores de comportamentos que desviassem a ordem pretendida.

Os bacharéis se viam como responsáveis por transformar as concepções consideradas atrasadas, acreditavam que a falta de uma educação de qualidade era um forte motivo para práticas tão descompassadas com o ideal civilizador, defendiam a cultura escrita, e a adoção do estilo de vida europeu no cotidiano do teresinense. Devia-se quebrar os laços com práticas consideradas rurais, defendiam ainda que as mulheres também recebessem instrução.<sup>367</sup>

As mudanças da educação, em especial na feminina, se deram de forma lenta, porém aconteceram, e tornaram a mulher uma figura cada vez mais ligada ao espaço público, e menos restrita a casa, a ida aos colégios, a implantação da Escola Normal, que as preparava para serem professoras, sua inserção no mercado de trabalho, tudo contribuiu para uma mudança de valores tradicionais que restringiam a circulação da mulher no espaço público. É exatamente isso que noticia Elizangela Barbosa Cardoso:

Teresina, despontar do século XX – início da trilha de jovens moças que significaram suas vidas através da vivência dos papéis femininos tradicionais – mãe, esposa e dona-de-casa, como também pelo experienciar de outras possibilidades que a inserção da cidade na modernidade vai edificando no cenário urbano. Dentre essas, destaca-se a ampliação do acesso à escola, visto que, nesses anos, por um lado, vai se consolidando o sistema escolar; por outro, vão surgindo meios para expansão dos níveis de escolarização. Dessa maneira, a educação formal feminina vai se tornando objeto de reflexão de intelectuais livres-pensadores, de representantes da Igreja católica, bem como de alguns jovens que anseiam ter acesso à educação formal.<sup>368</sup>

---

<sup>366</sup> VAZ DA COSTA, Francisco Humberto. *De Relance: a construção da civilidade em Teresina (1900 – 1930)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí – Teresina, 2009. P. 30.

<sup>367</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008. P. 41

<sup>368</sup>CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2012. P. 47.

Corroboram-se, assim, as demandas feitas pelos cronistas de que se aumentasse o acesso a educação de forma geral, e que estas práticas não se voltassem apenas ao sexo masculino. É importante frisar, contudo, que esta inserção feminina nos quadros educacionais e profissionais não se deram de forma fácil e simples. Os mais tradicionais e conservadores, viam na saída da mulher para o espaço público a possibilidade da degradação familiar, argumentando que elas não poderiam mais dedicar integralmente aos seus lares esposos e filhos, e até os defensores da educação feminina, declaravam, que o papel principal feminino era no seio da família, sendo a educação uma questão secundária.

Não pretendemos neste texto recair sobre uma discussão de gênero, apenas apontar que o desenvolvimento da educação feminina, e sua inserção no mercado de trabalho foram, também, transformações que se delinearão no decorrer do século XX.

As sociabilidades das elites teresinenses não se resumiam as passeios e a bailes, o teatro, o futebol, o cinema e o carnaval, figuraram, também, como formas de lazer modernas e civilizadas, nos primeiros anos do século XX:

Dentre as mudanças sociais e culturais que ocorriam na sociedade teresinense na transição do século XIX para o século XX, cita-se o teatro, cinema, o carnaval, a música, os passeios públicos. Os cafés, o uso dos espaços públicos, o cinema preencheram a vida da cidade de novos significados e atribuíram novos usos aos espaços locais. Essas inovações modernas criavam novas formas de sociabilidade e davam novos ritmos à capital.<sup>369</sup>

O teatro era considerado um lazer cultural muito civilizado, visto como uma diversão familiar e educacional atraía muitos espectadores, e gerava publicações constantes nos periódicos teresinenses. Estas matérias faziam críticas as peças apresentadas, anunciavam apresentações futuras, mas também faziam acompanhamento do comportamento dos espectadores, trazendo a todo momento que o teresinense não sabia se portar em uma peça teatral, pois fazia muito barulho, conversava, sorria e gritava. Comportamento esse que deveria ser podado, pois não estava de acordo com o ideal de homem urbano.

O futebol se consolidou em Teresina, como esporte de elite, foram criados clubes, e a prática rapidamente se popularizou. Nos jornais era figura constante e “define-se de duas maneiras pelos cronistas teresinenses; positivamente, quando se tratava de jogos em clubes;

---

<sup>369</sup> VAZ DA COSTA, Francisco Humberto. *De Relance: a construção da civilidade em Teresina (1900 – 1930)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí – Teresina, 2009. P. 43.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 254 - 263. ISSN:

negativamente, quando praticado por jovens na rua.”<sup>370</sup> Percebe-se mais uma vez, as condições financeiras tentando definir que sociabilidades e práticas de lazer, devem ser praticadas por cada classe. Entretanto, os esforços dos jornais para despopularizar o futebol entre as classes baixas foi em vão, considerando-se que o esporte só ganhou cada vez mais popularidade com o passar dos anos.

O cinema também merece um espaço neste artigo, visto que rapidamente se tornou um meio de lazer extremamente popular, visto como forte concorrente do teatro, o cinema era sinônimo de modernidade, sua tecnologia impressionava os teresinenses, e o conteúdo gerava curiosidade e muitos comentários, principalmente nos jornais. O cinema dividia opiniões, mas para os defensores da modernização de Teresina, significava muito mais do que lazer:

Pensar o papel do cinema apenas como forma de lazer, de divertimento, é limitado. Alguns cronistas tinham a convicção de que ele instruía, moralizava, construía um imaginário coletivo em seu benefício, criava formas de enquadramento, de civilidade.<sup>371</sup>

Como vemos, o objetivo era urbanizar a cidade de Teresina, e civilizar os teresinenses, educando corpos, e mudando comportamentos, para que se adequassem ao novo modelo de homem proposto. O projeto modernizador de Teresina não se dedicou somente a transformação do espaço físico, mas também a transformação de mentalidade, tarefa esta extremamente difícil, visto que os teresinenses, e mesmo os membros da elite, ainda carregavam consigo traços muito tradicionais, pois era uma cidade extremamente católica, que nem sempre via com bons olhos as mudanças que estavam acontecendo.

## CONCLUSÃO

Os estudos acerca do tema cidade constroem um corpo empírico de grande valia para os estudos históricos, a partir do momento que a cidade deixou de ser vista como mero palco, onde as histórias dos homens se desenrolavam, e passou a ser objeto também, de estudo, percebemos que as transformações pelas quais uma cidade passa, são indicativos dos processos históricos que ela vivencia. As possibilidades, para se apropriar desta campo são diversas, como aponta Teresinha Queiroz:

---

<sup>370</sup> BARROS, Fransuel Lima de; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz. Entre os bons e os maus costumes: futebol, cinema e as vivências em Teresina no início do século XX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *História e Vida*. Teresina: EDUFPI/PET, 2013. P.70.

<sup>371</sup> *Ibid.*, p. 75.

Em estudos recentes, a cidade tem sido foco de atenção segundo temáticas que, ao dialogarem com outros campos da história e das disciplinas afins, tornam esse elenco de possibilidades quase inesgotável. Sem embargo dessa abertura para o vário, algumas vertentes na historiografia brasileira sobre as cidades organizam essa produção nos últimos trinta anos: em uma delas, a cidade é trabalhada a partir do foco das ações e encenações dos pobres, dos operários, das mulheres e dos movimentos sociais ora mais, ora menos organizados; e outra, a vida cultural das cidades é expressa nas práticas e sociabilidades literárias e intelectuais e nas formas artísticas vivenciadas e produzidas no e sobre o universo urbano.<sup>372</sup>

Queiroz faz um apanhado de duas vertentes possíveis a serem delineadas no estudo de cidade. Acredito que no presente artigo fizemos uso da segunda vertente, ao apresentarmos as transformações nas sociabilidades teresinenses com o advento da República, e nos primeiros anos do século XX. O discurso dos literatos, nos jornais teresinenses, dá conta constantemente das necessidades e preocupações que assolam a cidade teresinense, que se demonstrava tão necessitada por respirar os ares da modernidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade do Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2012.

EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *História e Vida*. Teresina: EDUFPI/PET, 2013.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; MONTEIRO, José Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele (Orgs.). *Itinerários da pesquisa em história: a polifonia de um campo*. Teresina: EDUFPI, 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: História, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

---

<sup>372</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. A cidade na historiografia brasileira. In: REGO, Ana Regina; MENDES, Cecília; QUEIROZ, Teresinha. (Orgs.) *Piauí: história, cultura e patrimônio*. Teresina: Instituto Camilo Filho, 2010. P.26.

**Humanas Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 254 - 263. ISSN:

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

REGO, Ana Regina; MENDES, Cecília; QUEIROZ, Teresinha. (Orgs.) *Piauí: história, cultura e patrimônio*. Teresina: Instituto Camilo Filho, 2010.

VAZ DA COSTA, Francisco Humberto. *De Relance: a construção da civilidade em Teresina (1900 – 1930)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí – Teresina, 2009.